

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Helen da Silva Silveira

**A FORÇA VIVA DA COR PRETA: ASSOCIATIVISMO NEGRO COMO CAMINHO
NO VALE DO RIO PARDO/RS (1880-1940).**

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Mauch
Porto Alegre, abril 2021

Helen da Silva Silveira

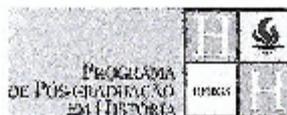
**A FORÇA VIVA DA COR PRETA: ASSOCIATIVISMO NEGRO
COMO CAMINHO NO VALE DO RIO PARDO/RS (1880-1940).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Mauch

Porto Alegre, RS

2021



ATA PARA ASSINATURA Nº _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências HumanasPrograma de Pós-Graduação em História
HISTÓRIA - Mestrado Acadêmico
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Helen da Silva Silveira, com ingresso em 04/02/2019

Título: **A força viva da cor preta: associativismo negro como caminho no Vale do Rio Pardo/RS (1880-1940)**

Orientador: Profª Drª Claudia Mauch

Data: 20/04/2021

Horário: 14:00

Local: IFCH

Banca Examinadora	Origem
Paulo Roberto Staudt Moreira	UNISIMOS
Fernanda Oliveira da Silva	UFRGS
Hélio Dos Santos Gomes	UFRJ

Porto Alegre, 23 de abril de 2021

Membros	Assinatura	Conceito
Paulo Roberto Staudt Moreira	[por videoconferência]	A
Fernanda Oliveira da Silva	[por videoconferência]	A
Hélio Dos Santos Gomes	[por videoconferência]	A

Conceito Geral da Banca: (A) Correções solicitadas: () Sim (X) Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.[por videoconferência]
Aluno[assinatura]
OrientadorPrograma de Pós-Graduação em História
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 2050 - Bairro Agronomia - Telefone 37068220
Porto Alegre - RS

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Helen da Silva
A FORÇA VIVA DA COR PRETA: ASSOCIATIVISMO NEGRO
COMO CAMINHO NO VALE DO RIO PARDO/RS (1880-1940). /
Helen da Silva Silveira. -- 2021.
227 f.
Orientadora: Claudia Mauch.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Pós-abolição. 2. Organizações Negras. 3.
Escravidão. 4. Liberdade. I. Mauch, Claudia, orient.
II. Título.

EPIGRAFE

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qualé

Pirata e super homem cantam o calor
Um peixe amarelo beija minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor

Na avenida deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livre
Do resto dessa vida,
Na avenida, dura até o fim
Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar

Eu quero cantar até o fim
Me deixem cantar até o fim
Até o fim eu vou cantar
Eu vou cantar até o fim
Eu sou mulher do fim do mundo
Eu vou cantar, me deixem cantar até o fim

Até o fim eu vou cantar, eu quero cantar
Eu quero é cantar eu vou cantar até o fim
Eu vou cantar me deixem cantar até o fim

Mulher do fim do mundo, Elza Soares.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, especialmente aos meus pais, Cenara e Sirinei. Quando se nasce com o peso de muitas estruturas sociais sob seus ombros se demora a reconhecer que você pode ter defeitos e privilégios. Eu tenho pai e mãe presentes, que me deram suporte, apoio e uma casa para chamar de lar, um lugar para sentir saudade nos domingos. Eles me deram também a minha memória mais antiga: Minha recém-nascida irmã Greice nos meus braços que não davam conta de segurá-la. Me deram também, anos depois, a surpresa de que eu teria um irmão, Murilo, alguém para eu acompanhar desde o primeiro sorriso.

Dedico este trabalho também ao meu avô materno Luis da Silva (*in memoriam*), que quando eu vim pequenininha, ele me ensinou a pisar nesse chão devagarinho. Ao meu avô paterno Adão Silveira (*in memoriam*) pelo avô que foi na minha infância. À minha bisavó materna Aurora Pinheiro (*in memoriam*), a pessoa mais doce e paciente que eu já conheci, à minha avó paterna Eva Eli Silveira (*in memoriam*), minha segunda mãe de quem eu sinto imensa saudade, à minha madrinha Lourdes Therezinha Porto (*in memoriam*), que fazia o pior sagu que já comi, o qual rendeu muitas risadas entre eu e meus primos, considero a senhora uma avó, e à minha avó materna Maria Thereza da Silva por me ensinar a ser resiliente e que se pode curar até o mais despedaçado dos corações. Dedico a vocês minhas ancestrais o capítulo três desta dissertação, por sopremem no vento de Iansã que coça meu ouvido as suas experiências e sabedoria que constituem a minha intuição.

AGRADECIMENTOS

Juntamente com a Dedicatória os agradecimentos são a parte que considero mais difícil de escrever. Não sou muito boa com emoções. Mas eu vou tentar.

Sabia que eu sou neta de Adão e Eva? Sim, meus avós paternos se chamam Adão e Eva, que tiveram um filho chamado Sirinei Valdemar, um nome e tanto que se casou com uma Cenara e tiveram uma filha chamada Helen, só por isso já agradeço porque eu adoro contar que sou essa história. Meus avós Luis e Maria Thereza não têm uma combinação peculiar de nomes, mas tem tanto peso na minha vida quanto os anteriores.

Acho que meu gosto por história vem daí, pois quando era criança meus avós viviam dizendo “no meu tempo isso”, “no meu tempo aquilo”, “o filho do fulano, neto do beltrano era meu colega”

Agradeço aos meus irmãos Greice e Murilo apenas por serem meus irmãos. Sou de uma família grande e extensa, tive bisavó, Aurora, avôs Luiz e Adão, e avós Eva e Maria Thereza, esta última o peito ainda pulsa. Tenho tios, Sérgio, José, Pedro, Paulo, João e Sandro. Tenho tias, Yara, Jussara, Sandra, Inês e Margareth. Tenho primos Ivan, Eduardo, Talysson, Lucas e Miguel e primas, Cristiane, Roberta, Juliete, Rosana, Janaína, Tainara, Tuany, Thaís, Larissa, Julia e Catarina. Todos estiveram ali, muitos e muitas ainda estão. Quando se cresce numa família, assim você aprende a valorizar pessoas e laços antes de tudo e a nunca se sentir sozinha, não importa em que lugar você more porque eles nunca te abandonam. Por isso eu agradeço.

Agradeço, especialmente à Jéssica, à Juliana e a minha prima Tainara, que são minhas amigas até nos meus dias mais difíceis, desde que éramos crianças. Agradeço também à Ana Paula, Marione e Aline. Amizades de longos anos. Ao meu querido amigo Cristian, por ser meu querido amigo.

Eu fiz minha graduação na Universidade Federal de Santa Maria, e neste período conheci muitas pessoas, vivi muita coisa, descobri o mundo. Agradeço às minhas amigas da Casa do Estudante Douglas Fernandes e Janine, para citar exemplos. Aos queridos André Haiske, Roseani Cantarelli, Taís Tomazi e Luciano Souza, amigos, colegas de curso e de Pibid.

Aos meus colegas de GEPA, do qual tenho muito orgulho de ter ajudado a fundar e fazer parte até hoje. Considero esse grupo como parte do meu legado.

A professora Beatriz Ana Loner e ao mestre da vida Nei D’Ogum. Loner foi quem me apresentou esse tal de pós-abolição, uma aliada antirracista muito séria e muito boa naquilo que fazia. Já o segundo eu conheci em uma semana acadêmica do curso de História no meu primeiro ano de graduação, a voz do Nei não é uma coisa que se ignora, não é uma coisa que se esquece. Ele dizia que “Felicidade é poder ver o céu, a lua e poder comer três vezes ao dia” esta é a minha definição preferida sobre o que é liberdade e cidadania, o direito a felicidade. Nei era um militante do movimento negro da Santa Maria, um afro-gay periférico intelectualizado como ele se definia, e que nos deixou muito cedo, mas seu legado ficou. Ele e Loner juntos são a maior inspiração para a fundação do GEPA.

À Bianca Alves Madruga que eu conheci no Pibid, que foi minha supervisora e me mostrou a docência sem romances, mas com esperanças. A partir deste projeto e deste convívio ela me formou. Quando eu me graduei ela e suas cãopanheiras, Dandara e Olivia, abriram espaço para mim em sua casa e ela me incentivou muito a seguir na academia mesmo que eu tivesse dúvidas se este espaço que me cabia. Se este trabalho existe também é graças a você.

À Marta Nunes uma referência viva e potente que me abriu caminhos no clube União e me apresentou as fontes que tornaram esta pesquisa viável. As gemêas Franciele e Luciele, a primeira que é minha “miga sua loca, tu não tá entendendo, tu não vai acreditar”, minha colega de profissão, fundadora do GEPA e com quem dividi algumas das minhas maiores alegrias e as frustrações de ser pesquisadora. A segunda que “é que isso é muito louco, é uma merda” com quem eu dividi latões e sushi’s de início de mês, que me acolheu nesta barulhenta e agitada Porto Alegre e que ouviu todas as partes desta dissertação pacientemente. Para evitar brigas gostaria de dizer que segui a ordem alfabética de seus nomes. À Suelen Aires uma companheira de luta.

As minhas colegas de apartamento, Luciele, Bianca e Suelyn que em muitos momentos me ajudaram a preservar a minha saúde mental em meio a esta loucura chamada pandemia.

Aos meus entrevistados André Rodrigues, o casal Amélia (in memoriam) e Nelson Luiz Lopes (in memoriam), Malomar Gregório, Maria Firma Nunes e Adão Pedroso. Que abriram suas casas e suas memórias a mim, aprendi imensamente ao ouvi-los. Foi uma das coisas mais legais que fiz nesta pesquisa. À família Vicente por me apresentar a maravilha escrita pelo seu Amarino da Silva, até hoje não tenho palavras para descrever essa descoberta.

Agradeço aos clubes sociais Négo e União pelos quais tenho profundo respeito e admiração. Os clubes sociais negros me formaram muito antes de eu entrar na faculdade, eu frequento o Négo desde muito pequena, coisa de família. Não imaginava que um dia seria tema de um trabalho como esse escrito por mim. É uma honra e também uma responsabilidade, espero ter dado conta minimamente.

À equipe do Museu Municipal de Venâncio Aires e à Paróquia da Igreja Matriz São Sebastião Mártir, do mesmo município, por me permitir acessar seus acervos. Ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e, sobretudo, à equipe do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Eu adorei cada minuto que passei lá dentro.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma instituição pública que preserva a qualidade da ciência neste país, por qualificar minha formação. Em especial agradeço aos professores José Rivair, Clarice Speranza e Benito Schmidt que me deram aula e leram artigos por mim escritos e enriqueceram as discussões que aqui apresento. Aos professores Karl Monsma, Luciana Mello e José Carlos Gomes dos Anjos com quem tive aulas na sociologia e me ajudaram muito a pensar aspectos fundamentais deste estudo. Esta pesquisa foi financiada pela CNPq.

Agradeço aos professores Paulo Moreira e Fernanda Silva, pelos quais tenho muita admiração e que participaram da minha banca de qualificação. É muito difícil estudar Rio Grande do Sul e não gostar dos trabalhos do professor Paulo, é impossível, eu sempre me perguntei se ele não morava dentro de um arquivo, tem coisas que só

quem mora sabe onde estão. Fernanda é uma parceira de longa data, pois foi minha banca de TCC em uma tarde muito quente de Santa Maria, é quem eu sempre indico ler quando o assunto é pós-abolição e clubes quase como “você conhece a palavra da irmã Fernanda?” As contribuições de ambos foram muito importantes e espero ter contemplado todas. Agradeço também ao professor Flávio Gomes que se somou na minha banca final de mestrado. Caramba! o Flávio Gomes na minha banca, ele uma coisa que eu escrevi, eu nem posso acreditar.

À minha querida orientadora Cláudia Mauch que foi também excelente professora nesta aventura chamada mestrado. Quando fiz a seleção eu não conhecia ninguém e ninguém me conhecia, eu era uma guria do interior tentando vaga aqui. A professora Mauch estava na minha banca de seleção e quando o presidente da banca, o professor Temístocles, me perguntou se eu já sabia quem eu queria de orientação eu apontei para ela e disse “Pensei na professora Mauch, porque ela também é da História Social e no doutorado trabalhou com policiais que eram muitas vezes populares e negros”, ela me olhou meio surpresa. Sendo muito sincera, eu não esperava que ela me orientasse, porque ela não me conhecia, era uma aposta que estava fazendo. Bom, apostei certo, me orientou além de qualquer expectativa imaginável da minha parte. A professora Mauch é do tipo de orientadora que respeita teu trabalho, te sugere eventos, lê atentamente tudo que tu escreve, corrige teus acentos e tuas vírgulas e tem paciência para ouvir áudios e te acalmar em momentos de crise, coisa impossível de não ter no mestrado.

Ao Felipe Farret que veio desbravar a capital junto comigo, meu companheiro de GEPA, amigo e colega de mestrado. Um dia ainda vamos rir dos sufocos que passamos, assim espero. Farret foi o responsável por fazer os mapas que estão neste trabalho e que ficaram lindos, adorei todos. Várias vezes eu esqueci prazos e ele que me socorreu. Pela parceria nesta jornada, te agradeço.

Aos meus colegas Mateus, Gabriel, Greice e ao Maurício, um colega com quem troquei informações sobre clubes de futebol, mas está na Educação. Agradeço por serem meus amigos e me apresentarem a UFRGS e a cidade. Agradeço especialmente à Vanessa e a Tairane com quem dividi cervejas e momentos significativos nesta caminhada.

Quando estudei na UFSM eu era a única aluna negra da minha turma, e eu tinha um único colega negro, o David. Não éramos amigos, e muitas vezes discordávamos, mas nos respeitávamos. Não nos formamos juntos, mas em nossa última conversa, já éramos formados os dois, eu tinha acabado de entrar no mestrado e ele estava pensando em tentar e eu disse “faz”. Infelizmente ele veio a falecer um mês depois, ainda muito jovem, vítima de infarto. Ser única é muito sintomático quando se é negra, há uma institucionalização da nossa solidão, é cansativo, por isso os nomes que citei logo acima são tão importantes, eu não estava mais sozinha e não éramos mais somente dois. Talvez quem é branco não entenda, mas quem é preto ou preta sabe que até o lugar que sentamos na sala é estratégico, é pensado, isso eu aprendi nos clubes.

O mestrado foi uma época complexa na minha vida, eu fui muito feliz, mas algumas vezes minha sanidade foi no limite. Eu desenvolvi ansiedade e cheguei a ter crises de pânico, nesse momento tive que lidar com questões que nunca imaginei. Você não se reconhece, não come, não dorme e quando dorme não quer acordar, dado que acorda assustada com medo, em perigo, respiração ofegante, suas mãos suam, seu coração bate disparado dentro de uma lata de sardinha e você não consegue ficar perto de ninguém, pois parece que vão te atacar, literalmente. Nada faz sentido, nada é confiável e você nem mesmo sabe o motivo. Procurei ajuda médica e tive que tomar

remédios, não tenho vergonha nenhuma disso e se precisasse, tomaria de novo. Veio a pandemia e tive que me trancar em casa na companhia dos “meus demônios”, pois é assim que seus medos parecem quando você tem uma crise.

Hoje estou muito melhor, consegui me exorcizar, mas não foi nada fácil, não consegui sozinha, pois isso é grande demais para se enfrentar só, contei com a ajuda e compreensão de família e amigos. Conte também com ajuda profissional de uma psicóloga, que sem a qual eu não teria conseguido, e graças a isso não preciso mais de remédios. Obrigada Cibelli Basso, por me ajudar na difícil missão de exorcizar meus demônios.

São muitos os estigmas que transtornos psicológicos carregam, mas este é meu conselho, se você não está bem e não está dando conta disso, procure ajuda, ajuda profissional, e conte aos seus familiares e amigos, isso é grande demais para se enfrentar sozinha ou sozinho. Não se feche e não diminua o que você sente, isso não vai fazer seu desespero passar e não tem nada de errado em precisar de uma hora por semana para ser sua com um/uma profissional capacitada para te ajudar. Se precisar de medicamentos, tome, com prescrição médica e faça o tratamento. Você não é um incapaz, um louco, você só não está bem. Vai te fazer bem, vai te ajudar a ficar bem, a sua vida é o seu bem mais precioso.

Você deve estar imaginando que o mestrado foi a principal causa dos meus males, não meu caro leitor e leitora. Não posso te dizer que não teve nada a ver, mas foi a menor das questões. Muito ao contrário, esta dissertação foi a minha cura. Ler pesquisas que compõem as referências que cito aqui e escrever as páginas que seguem me ajudaram pouco a pouco a me sentir melhor e achar motivos para estar tranquila, para acreditar em mim mesma. Nada te deixa mais feliz e confiante do que quando você acha uma fonte, cruza dados ou quando uma informação bate com uma entrevista. Por isso lhe digo, você está lendo o meu processo de cura.

Resumo

O objetivo central desta pesquisa é entender como se articulou o associativismo negro em áreas de imigração europeia/alemã em um contexto de derrocada da escravidão e de construção da liberdade, a partir do estudo de uma Irmandade e de clubes sociais negros no período entre 1880 e 1940 no Vale do Rio Pardo, interior do estado do Rio Grande do Sul. As organizações analisadas foram a Irmandade de São Sebastião Mártir, de 1880, e o clube Nêgo Foot-Ball Club São Sebastião Mártir, de 1935, ambos da cidade de Venâncio Aires, e o Sport Club União, de 1923, localizado em Santa Cruz do Sul. As fontes utilizadas para este trabalho são variadas e incluem: Livro tombo da paróquia de São Sebastião Mártir; registros de batismos e óbitos; habilitações de casamentos; inventários e cartas de liberdade; estatutos e atas de reunião dos clubes; depoimentos orais, entre outros. A partir deste estudo, percebeu-se que a população negra da região desenvolveu uma intensa e extensa vida associativa e também buscou constituir relações familiares e comunitárias mais sólidas e variadas como forma de resistência às conturbadas redefinições sociais da época.

Palavras-chave: Pós-abolição; Organizações Negras; Escravidão; Liberdade.

Abstract

The main objective of this research is to understand how black associations were articulated in areas of European / German immigration in a context of the overthrow of slavery and the construction of freedom, based on the study of a Brotherhood and black social clubs in the period between 1880 and 1940 in the Rio Pardo Valley, interior of the state of Rio Grande do Sul, in the South of Brazil. The organizations analyzed were the Brotherhood of São Sebastião Mártir, from 1880, and the club Nêgo Foot-Ball Club São Sebastião Mártir, from 1935, both from the city of Venâncio Aires, and the Sport Club União, from 1923, located in Santa Cruz do Sul. The sources used for this work are varied and include: books from the parish of São Sebastião Mártir; baptism and death records; weddings qualifications; inventories and letters of liberty; club bylaws and meeting minutes; oral testimonies, among others. From this study, it was noticed that the black population of the region developed an intense and extensive associative life and also sought to establish more solid and varied family and community relationships as a way of resisting the troubled social redefinitions of the time.

Keywords: Post-abolition; Black Organizations; Slavery; Freedom.

Lista de Figuras

Ilustração nº 1: Mapa das Relações Sociais, Venâncio Aires.	60
Ilustração nº 2: Mapa das Relações Sociais, Santa Cruz do Sul	65
Ilustração nº 3: Família Cruz	161
Ilustração nº 4: Família Rosa	164
Ilustração nº 5: Batismo de Angélica	171
Ilustração nº 6: Arvore Genealógica de Eulália	200
Ilustração nº 7: Arvore Genealógica de Marcellina	202
Ilustração nº 8: Árvore Genealógica de Maria e Marcellina	204

Lista de Imagens

Imagem 1: Capela de São Sebastião, finalizada em 1881.	73
Imagem 2: Capela de São Sebastião, 1895.	73
Imagem 3: Primeira Capela de São Sebastião.	74
Imagem 4: Capela de São Sebastião, 1895.	75
Imagem 5: Carteira de sócia da Sociedade Cultural e Beneficente União de Maria Nunes.	102
Imagem 6: Ataliba e Maria Francisca Rodrigues.	107
Imagem 7: Jogadores do Sport Club União de Santa Cruz do Sul, 1947.	121
Imagem 8: Atletas da Sociedade Négo Foot Ball Clube em um baile do clube em 1954	122
Imagem 9: Construção da atual sede da Sociedade Cultural Beneficente União, Santa Cruz do Sul, década de 1940.	134
Imagem 10: Fachada atual da sede da Sociedade Négo Football Clube de Venâncio	135
Imagem 11: Fachada da Sociedade Cultural Beneficente União de Santa Cruz	135
Imagem 12: Carteirinha de sócio de Supriano Lofredo dos Santos, da Sociedade Cultural Beneficente União da Santa Cruz do Sul.	144
Imagem 13: Recibo de pagamento de mensalidade de janeiro de 1986 de Luiz	144
Imagem 14: Diretoria da sociedade Cultural Beneficente União de 1934	147
Imagem 15: Capa do Livro de Memórias de Amarino da Silva	182
Imagem 16: Bernardo, Helena Maria e Sebastião.	185
Imagem 17: Fortunata e Ortência	186
Imagem 18: Casamento de Maria Helena da Silva	187
Imagem 19: Músicos da “Festa do Bastião”, 1911.	189
Imagem 20: Público da “Festa do Bastião”, década de 1910.	190
Imagem 21: Fortunata da Silva	206
Imagem 22: Amarino da Silva	206
Imagem 23: Casamento de Maria Helena e Manoel Filomeno de Oliveira Vicente.	207
Imagem 24: Amarino, Fortunata e Maria Helena	209
Imagem 25: Casamento de Maria de Lourdes e Hélio Paulo Noronha	210
Imagem 26: Eleutéria, Raimundo e seu filho Nelson Antônio.	211
Imagem 27: Francisco, Maria Helena, Braulio Romão e Dorvalina (de pé), Nado e Illares (Sentados).	212

Lista de Mapas

Mapa 1: Mapa do Rio Grande do Sul com localização das cidades com clubes sociais co-irmãos das sociedades Négo e União	113
Mapa 2: Localização das sedes da Sociedade Négo Foot Bal Club na cidade de Venâncio Aires, RS	130
Mapa 3: Localização das sedes da Sociedade Cultural Beneficente União na cidade de Santa Cruz do Sul, RS.	133

Lista de Abreviaturas

APERS Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

GEPA Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lista de Quadros

Quadro 1: Cativos do Inventário de Eufrasia Maria da Conceição	56
Quadro 2: Nomes do mapa de relações 1	61
Quadro 3: Nomes do mapa de relações 2	66
Quadro 4: Clubes sociais negros na região Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul	109
Quadro 5: Lista de entidades convidadas para festas no Clube União (1988)	112
Quadro 6: Nomes do mapa de relações 3	162
Quadro 7: Nomes do mapa de relações 4	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 EM VENÂNCIO AIRES, SÃO SEBASTIÃO É BLUES	33
1.1 Conhecendo a Irmandade de São Sebastião.....	33
1.2 O não mais tão germânico Vale do Rio Pardo.....	44
1.2.1 Em busca dos irmãos e irmãs de São Sebastião	50
1.3 O Blues de São Sebastião	89
2 UNIÃO E NÉGO: O ORGULHO DE SEUS DIRIGENTES	93
2.1 Cidadãos e uma ideia luminosa: conjugar um verbo	94
2.2 Contornos da liberdade: as conturbadas transformações sociais	116
2.3 Tecendo estratégias e estruturas.....	138
3 A ÚLTIMA CRUZADA: UMA ENCRUZILHADA ENTRE MARCELINA E LOCRÉCIA	158
3.1 Os bons ventos e uma longa caminhada em família	159
CONCLUSÃO	213
BIBLIOGRAFIA.....	218
FONTES E LOCAIS DE PESQUISA.....	225

INTRODUÇÃO

Esta introdução tem a difícil missão de apresentar o trabalho que segue. Difícil porque começar é sempre a parte mais complicada. É o momento em que se senta na frente de uma tela por horas, esperando que a inspiração venha, em que a frase certa te encontre. É especialmente difícil neste momento que vivemos, quando o mundo passa por uma pandemia do novo coronavírus e mais de 11 milhões brasileiros estão infectados e outras mais de 600 mil famílias já perderam entes queridos, em uma contagem que infelizmente não para de crescer, e infelizmente foram muitas as vezes em que tive que atualizar estes números.

Politicamente a democracia brasileira também enfrenta um dos momentos mais obscuros de sua recente história. Após uma eleição vencida com a disseminação de informações falsas, ou “fake news”, como são conhecidas, vimos subir a rampa do Planalto o presidente que não só apoia a tortura, como já prestou homenagens a alguns dos mais cruéis torturadores da Ditadura Civil-Militar. No mesmo ano de 2018, uma vereadora da cidade do Rio de Janeiro democraticamente eleita com 46 mil votos foi morta com diversos tiros, juntamente com o motorista, Anderson Gomes, que conduzia seu carro até sua casa. Desde aquele dia, 14 de março de 2018, tem perguntas que não me saem da cabeça. Por que conhecemos Jair Messias Bolsonaro antes de conhecer Marielle Franco? Por que ficamos sabendo que Marielle Franco era ativista política, mãe, mestra em segurança pública e uma proeminente figura no cenário nacional só depois que ela morreu?

Estas são perguntas muito duras, que ainda não consegui responder totalmente, mas uma parte desta resposta se liga diretamente com a própria democracia que vem passando por instabilidades iniciadas antes mesmo da última eleição. Conforme nos coloca Suelen Aires:

Para tanto, chamo a atenção para um aspecto perturbador no reconhecimento do golpe perpetuado em 2016. A ideia que a democracia, enquanto universalização de direitos e no desenvolvimento do ser humano, nunca esteve presente, em nenhum momento da história desse país, ao alcance de setores historicamente marginalizados da sociedade brasileira - seja nos períodos de regime autoritários e de exceção, seja no nosso interregno democrático. Refiro-me, portanto, à população negra, juvenil e periférica. (GONÇALVES, 2017, p. 139)

Neste sentido, parte da resposta passa pela demarcação social existente na sociedade brasileira desde há muito tempo, a raça¹¹. Conforme colocado brilhantemente pela autora, a democracia como universalização dos direitos nunca esteve ao nosso alcance, prova disso é que a maior parte da população carcerária é negra, assim como, mesmo sendo um vírus de alcance global, ser preto ou pardo no Brasil representa mais chances de morrer por covid-19². Estes dados mostram a necropolítica³³ adotada como projeto de Estado para a população negra, que pode ter uma face ainda mais cruel quando combina raça com gênero e classe, como colocou a própria Marielle Franco em seu último texto:

A conjuntura brasileira, determinada pelo cenário do golpe, marca-se para além da correlação de forças políticas, favorável às classes dominantes e seus segmentos mais conservadores. Principalmente por alterações sociais significativas na esfera do poder do Estado e no imaginário. Trata-se de um período histórico no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação de discriminação e criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres. (FRANCO, 2017, p. 89)

Difícil de começar este texto, não é? Então por que começá-lo? Em meio ao caos, de assassinato descarado de jovens negros pela polícia, no Brasil e outros países, e em meio à ascensão do fascismo?

Antes de tudo, diria que é para não enlouquecer, porque em tempos em que não é seguro nem sequer ir ao mercado e que ficar em casa assistindo as últimas notícias pode adoecer mentalmente qualquer um, ter um foco, um objetivo, se mostra como a melhor maneira de continuar lúcida e não perder as esperanças. Mas sobretudo porque “a escrita de mulheres negras pode curar” como disse Conceição Evaristo durante sua fala no FestiPoa Literário de 2018⁴. Segundo ela:

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda,

¹ O conceito de raça e o processo de racialização são explicados em outro momento do texto.

² Fonte: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/> Acesso em: 02/03/2021. <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/en/todas-as-noticias/1794-condicoes-de-vida-e-vulnerabilidades-nas-epidemias-do-colera-no-seculo-19-a-covid-19.html#.YGX-Dx9KjIV> Acesso em: 31/03/2021.

³ Para saber sobre este conceito, ler: MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. UFRJ, n. 32, dezembro 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 05/05/2020

⁴ A participação de Conceição Evaristo ocorreu na abertura do evento, no dia 02 de maio de 2018, no Salão de Atos da UFRGS. A escritora foi homenageada e participou de uma conversa com os escritores Jarid Arraes e Jeferson Tenório. A abertura do evento está disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179965>. Acesso em: 09/06/2020

executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo (EVARISTO, 2005, p. 202 *apud* BISPO; LOPES, 2018, p. 8)

Assim, a escrita é entender e acessar a realidade, escrita é movimento, é articular ideias e pensamentos. Algo que pode curar e resgatar o sentido de ser e estar. A escrita da história pode ser uma das maneiras de compreender como a democracia foi pensada de forma a barrar o acesso de certos grupos. Acima disso, se pode entender que estratégias foram adotadas por estes mesmos grupos para que não fossem completamente sufocados.

É essa a discussão que este trabalho aborda, o protagonismo negro em projetos coletivos de liberdade a partir do final da escravidão, sobretudo no pós-abolição. O tema da dissertação é o associativismo negro em áreas de colonização alemã do Rio Grande do Sul nos últimos anos da escravidão e nas primeiras décadas do século XX, 1880 a 1940, por meio dos estudos sobre as organizações Irmandade Religiosa São Sebastião Mártir (1880) e clube social Négo Football Club (1935), ambos da cidade de Venâncio Aires, e a Sociedade Cultural e Beneficente União (1923), de Santa Cruz do Sul. Nesse sentido, a pesquisa se insere dentro dos estudos do pós-abolição no Brasil. Para Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha:

A liberdade não foi restaurada; ao contrário, foi inventada e experimentada por aqueles que não a conheciam. Por isso, o território da liberdade é pantanoso e muitos dos sinais que sacralizaram a subordinação e a sujeição tornando-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e “livres de cor” tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos. (GOMES; CUNHA, 2007, p. 13)

Desta forma, o pós-abolição enquanto problema histórico significa entender os problemas advindos com a liberdade, as experiências vividas dentro de seus limites possíveis, os rearranjos sociais e acima de tudo a complexa empreitada protagonizada por negros e negras na busca por cidadania. Para Fernanda Silva:

É estritamente nesse sentido que adoto o pós-abolição: como campo de estudos que oferece um repertório de análises, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de cidadania, de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma ideia de raça. (SILVA, 2017, p. 26)

Assim, se trata de entender o processo histórico por uma outra perspectiva, a dos subalternizados, suas agências e as transformações causadas por elas. Os estudos do pós-abolição compreendem a cidadania como algo mutável e interligado ao momento histórico em questão:

Não basta defini-lo [o pós-abolição] nos moldes do século XIX, que assistiu a maior parte dos processos de fim da escravidão nas Américas. Há que redefini-lo respeitando as várias percepções que os atores históricos tiveram deste momento. A grande preocupação das elites contemporâneas aos processos de emancipação era definir quem poderia ser cidadão. (RIOS; MATTOS, 2004, p. 22)

Com o advento da emancipação, a sociedade brasileira passou por uma importante reorganização social para que se tornasse possível diferenciar as pessoas sem o uso explícito de segregação e definir quem seria cidadão. No entanto, muitas vezes este reordenamento é esquecido, criando uma espécie de vácuo temporal entre o nosso presente e o passado da escravidão, que assume a responsabilidade pela desigualdade: “ao remeter as iniquidades raciais do Brasil para a herança escravocrata de um remoto século XIX, tende-se à abstração do racismo contemporâneo, que não pode ser entendido como produto e efeito direto e necessário da escravidão.” (WEIMER, 2007, p. 21).

Da mesma forma que os governos se organizavam em torno da raça, os negros e negras também, e ao longo do tempo constituíram diversas associações em diversos formatos e propósitos, como irmandades, clubes sociais, imprensa e outras organizações. Os clubes sociais negros, especificamente, são espaços produzidos a partir do momento em que a liberdade começa a ser vislumbrada como uma realidade jurídica. Assim, por meio do estudo da Irmandade Religiosa São Sebastião Mártir e dos clubes Négo Football Club e Sociedade Cultural e Beneficente União pretendo abordar o associativismo negro em uma área de colonização alemã desde os últimos anos da escravidão até os anos 1940.

As cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires possuem algumas conexões. Ambas as cidades, localizadas na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, se emanciparam já no final do século XIX, em 1878 e 1891, respectivamente, e receberam uma grande quantidade de imigrantes alemães no decorrer do século, tendo como a base de sua economia o plantio de tabaco. Em pouco tempo estes municípios se transformaram em pólos regionais importantes, principalmente Santa Cruz do Sul, que

se destaca economicamente no Estado e com uma burguesia local sólida e atuante (NORONHA, 2012). Estas mudanças possuem grande influência dos processos nacionais, pois a partir de 1880 o Brasil passa por uma série de transformações sociais e políticas, como a Abolição da escravatura, a Proclamação da República e o avanço da ideologia do branqueamento. Estes são alguns dos principais fatores que transformam a estrutura da sociedade da época e são entendidos como necessários para o progresso da nação.

Tais transformações não se fazem apenas pela vontade das elites ou por pressões internacionais. Muitos movimentos ou organizações populares se formaram para conseguir que a abolição fosse efetivada. As Confrarias ou Irmandades Religiosas são uma dessas organizações. Segundo Liane Müller, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre atuava nesse sentido:

Além dessa, outra caixa, com três chaves, chapeada por dentro e por fora, e contendo a inscrição “Caixa para libertar os Irmãos cativos” deveria ser exposta, na Igreja, para que os demais Irmãos e fiéis pudessem deitar suas esmolas em benefício dos escravos. Essa caixa, cujas as chaves ficavam em poder do Irmão Juiz de Nossa Senhora, do Escrivão e do Procurador da Caridade, deveria ser aberta ao fim de cada mês para que para se procedesse ao recolhimento do dinheiro e sua remessa para o respectivo cofre. O assento das contribuições deveria ser meticoloso e feito em livro competente ao encargo dos claviculários mencionados. O dinheiro arrecadado para o cofre caixa dos cativos só poderia ser empregado na libertação desses, estando vedada, sob qualquer circunstância, outra destinação. (MÜLLER, 2013, p. 68-69).

Assim, a liberdade ocupava lugar de destaque em algumas confrarias. Em outros estados essas entidades representavam a oportunidade de conservação de identidades étnicas vindas do além-mar, como coloca Lucilene Reginaldo:

Sendo assim, este estudo tem como preocupação central estudar as conexões entre a história das irmandades de cor na Bahia colonial com a história de um grupo particular de africanos, genericamente chamados angolas. Acredito que a reunião deste grupo nas associações leigas católicas, ao mesmo tempo, significou um reconhecimento e valorização deste espaço por parte do grupo, e ajudou a constituir sua identidade particular dentro da comunidade escrava em particular e da sociedade em geral. (REGINALDO, 2004, p.11)

Após a Abolição e Proclamação da República, as tensões raciais no país se mostram de forma evidente no campo social, e em alguns momentos se cristalizam em conflitos armados como no caso da Revolta da Chibata, liderada por João Cândido

também conhecido como Almirante Negro, que lidera um levante de marinheiros negros contra os maus-tratos no Rio de Janeiro.

Muitos estabelecimentos e clubes proibem a entrada de negros, que em resposta fundam seus próprios clubes e espaços de lazer. É o caso dos clubes União e Nêgo Football Club, criados em 1923 e 1935, respectivamente. Conforme pretende-se demonstrar, o associativismo negro também se desenvolveu em áreas de imigração do Rio Grande do Sul, indicando que não foi somente por mudança de regime que refletia nesta região, a luta pela emancipação jurídica e igualdade social também se fazem presentes.

Assim, esta pesquisa problematiza a articulação do associativismo negro em áreas de imigração europeia, principalmente teuto-brasileira, em dois contextos, o primeiro de derrocada de escravidão e o segundo de construção da liberdade. Além disso, a dissertação tem como objetivos averiguar como se constituem tais associações e quem são os sujeitos envolvidos, a partir de questões como: existe relação entre estas diversas organizações? Como eram as relações entre teuto-brasileiros e negros na região estudada?

As hipóteses explicativas se relacionam com a possibilidade já trabalhada pela historiografia de que os negros e negras formaram organizações para acessar direitos: “as irmandades de negros podiam construir, zelar e administrar suas igrejas e capelas” (REGINALDO, 2018, p. 273). Neste sentido, estas organizações permitem uma certa autonomia no desenvolvimento de suas atividades religiosas e também na gerência de seus recursos, algo muito atraente, já que abria possibilidades de emancipação e resistência. Com relação ao período de vigência da liberdade, assim como as demandas mudam, os formatos de organizações também se modificam, haja vista que neste novo momento a população negra pode erguer seus espaços de forma independente, sem precisar do aval de outra instituição, tendo como atividades principais o lazer, escolarização, as práticas de esportes entre outras. Porém, mesmo com diferenças, ambas as formas organizativas, irmandades e clubes sociais, são erguidos pela necessidade que aquelas pessoas encontram de reivindicar direitos, sejam eles jurídicos - a liberdade-, sejam sociais - acesso à cultura e lazer.

Ainda que não tenham coexistido, é possível pensar que estes espaços possuem relação, pois se trata de experiência acumulada, ou seja, por já ter existido uma organização anteriormente, aqueles e aquelas que anseiam erguer um espaço têm onde

se espelhar. Com relação aos sujeitos que delas fazem parte, as fontes evidenciam que tanto livres quanto cativos eram irmãos na irmandade. Já nos clubes há integração de várias áreas do mundo do trabalho.

Escolhi estudar a Irmandade São Sebastião Mártir e os referidos clubes porque sou “cria” deles. Sou natural de Venâncio Aires e me criei dentro do Négo, como o chamamos. Mas eu só fui entender que ele estava dentro de um contexto maior no curso de graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria, quando eu fiz uma disciplina chamada Seminário sobre Pós-Abolição e Trabalho ministrada por uma professora, chamada Beatriz Ana Loner. Eu “só” queria fazer uma disciplina e acabei ganhando uma referência de pesquisa, e o que eu considero uma baita aliada na luta antirracista, e mesmo que sua presença já tenha nos deixado, seus ensinamentos continuam a influenciar os historiadores e historiadoras. A passagem da professora e a pressão de integrantes do movimento negro local, como Nei D’Ogum, também instigou outros alunos que se interessaram em entender mais sobre pós-abolição no estado. Com isso, no ano de 2016 criamos o Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição, GEPA, no qual desenvolvemos encontros de leitura, eventos voltados para a comunidade acadêmica e também externa.

Com a ajuda da Professora Loner, foi possível perceber o lugar privilegiado em que me encontrava, pois eu tinha a vivência dentro do clube e o conhecimento histórico para fazer a pesquisa, e aqui estamos. Esta é a forma mais sincera de dar um retorno do conhecimento que adquiri para a sociedade, e principalmente para os meus. Estudar clubes sociais negros também é uma forma de resgatar, visibilizar e preservar formatos de resistência que foram produzidos e pensados por negros e negras em um período tão problemático e incerto quanto este que estamos vivendo. E é justamente sobre estes assuntos que trata este texto. Este trabalho é de certa forma relacionado com a minha pesquisa final de graduação, onde investiguei a fundação da Sociedade Négo Foot Ball Club e a participação dos negros na construção da cidade de Venâncio Aires. Foi a partir daquela pesquisa que obtive contato com algumas leituras que mencionavam outras organizações negras na cidade e a relação do Négo com outros clubes como o União.

Assim, esta dissertação se justifica por sua relevância social e também pelas demandas que a historiografia da escravidão e da liberdade já apontaram como necessárias para que continuemos a desmistificar a participação negra no sul do país.

Uma destas demandas é a necessidade de maiores estudos sobre a presença negra em regiões de imigração.

A suposta incompatibilidade entre escravidão e capitalismo foi argumento construído em torno do afastamento histórico de escravos e imigrantes europeus [...] O negro, substituído pelo imigrante europeu, intencionalmente desapareceu da história do Rio Grande do Sul. (ALVES, 2011, p. 189).

Sendo assim, pesquisar associativismo negro em regiões de colonização alemã pode contribuir também para refletir sobre a história do estado, tanto no fim Império, quanto no início da República. Pois as colônias de imigrantes eram projetos políticos que depois de um certo ponto seguiram um rumo não planejado: “Mas devemos deixar claro a distância entre os objetivos – importação de trabalhadores [...]-, e a dinâmica da imigração e colonização, onde aqueles “trabalhadores/soldados” extrapolam seu “papel” e passam a se apresentar como força constituinte da sociedade” (TRAMONTINI, 2000, p. 2). Neste sentido, as relações entre imigrantes, nacionais livres e escravizados guardam questões relacionadas com os rumos que o Rio Grande Sul tomou ao longo do tempo, relações que precisam ser melhor compreendidas.

Em 50 anos, ao menos cinco organizações negras foram criadas na região de imigração do Vale de Rio Pardo: a Irmandade de São Sebastião Mártir (1880), o clube Négo Football Clube (1935), ambos de Venâncio Aires, e a Sociedade Cultural e Beneficente União (1923), de Santa Cruz do Sul, que foi fruto da fusão de outros dois clubes negros, o Rio Branco e o 15 de novembro. Esta intensa vida associativa negra pode ter ligações com o momento de mudanças ocorridas na virada do século, porém um levantamento feito por esta que escreve, até o ano de 2017, encontrou somente um trabalho, além do meu de graduação, de análise histórica sistemática dedicado a estas organizações, sendo que ambos os trabalhos são sobre a cidade de Venâncio Aires⁵, e um sobre escravidão em Santa Cruz do Sul⁶. Ao não se contemplar o pós-abolição como um problema historiográfico, observando o que acontece com os escravizados na vigência da escravidão e após a abolição, quando se tornam livres, se sabe pouco sobre a articulação dos negros para evitar seu total sufocamento social e político em uma região onde o poder vinha se concentrando nos imigrantes.

Assim, estudar estas associações é importante porque ajuda a enriquecer os

⁵ PEREIRA, Jair Luiz. **Identidade e Desenvolvimento Regional**: o caso de uma comunidade afro-brasileira no Vale do Rio Pardo (RS). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2005. SILVEIRA, Helen da Silva. **Eu Négo Que Aqui Só Tenha Branco**: Experiências Negras no Pós-Abolição em Venâncio Aires/RS. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

⁶ SPINDLER, Guilherme Würdig. **Escravos na colônia de Santa Cruz (1849 – 1889)** Lucas, escravo de Adão Schirmer e Maria, escrava de Henrique Jacob Graeff. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2016.

estudos sobre a escravidão e o pós-abolição no Rio Grande do Sul e em colônias alemãs, já que estes processos apresentam contornos e características específicas em relação a outras regiões, como a das charqueadas do sul do estado ou a fronteira. É o que alguns historiadores como Eliege Alves, Vinicius de Oliveira e Magna Magalhães⁷ vem apontando para cidades como São Leopoldo e Novo Hamburgo, onde, além do uso da escravidão pelos colonos, algo que durante muito tempo era descartado pela historiografia⁸⁸, havia também diferenças identitárias entre imigrantes e nacionais que foram propositalmente redesenhadas no pós-abolição.

Esta pesquisa tem como referência teórica Edward Thompson, um dos autores da história social que estabelece o que conhecemos por *história vista de baixo*, que procura se ater ao protagonismo das pessoas comuns e dos marginalizados da história, bem como analisa suas estratégias e agenciamentos. Já as principais referências bibliográficas sobre pós-abolição constituem-se das autoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004), e dos autores Frederic Cooper, Thomas Holt, Rebecca Scott (2005) que aplicam a história social nos estudos sobre a vida em liberdade dos negros e negras e chegam ao pós-abolição como problema histórico.

Para estes estudiosos do pós-abolição, a liberdade pode conviver com a escravidão porque aquela precisou ser construída: “liberdade não é um estado natural. É um construto social, um conjunto de valores coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano”. (SCOTT; THOMAS; COOPER, 2005, p. 51). Desta forma, a liberdade negra pode ser analisada como o resultado de um processo de discussões e lutas sociais. Porém, após conquistada ela teve de ser assegurada, assim há “um diferencial marcante nos modernos estudos do pós-abolição: os projetos dos libertos” (RIOS; MATTOS, 2004, p. 4).

Como pretendo analisar as relações entre imigrantes e negros, é preciso o uso de bibliografia que discuta e teorize sobre questões raciais na formação social, por isso pretende-se usar como referência teórica os estudos de Barbara Fields (1990) e Kabengele Munanga (2017), como suporte para entender de que forma o fator racial ajudou a moldar

⁷ Para saber mais sobre os trabalhos dos autores citados ler: ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis - escravos em terras alemãs (São Leopoldo - 1850 - 1870). In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011. OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais**. Porto Alegre: EST Edições, 2006. MAGALHÃES, Magna L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira** (Novo Hamburgo/RS). 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010. WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - Século XIX)**. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

⁸⁸ “Há relativamente pouco tempo, uma historiografia comprometida com as identidades municipais e familiares embasadas em ancestralidades (principalmente germânicas), negava a presença histórica negra nessas zonas. Tal discurso sustentava que os imigrantes europeus eram portadores de visões valorizadoras do trabalho manual e que suas unidades produtivas seriam sustentadas apenas pela mão-de-obra familiar.” (MOREIRA; MUGGE, 2013, p.13).

as relações entre os diferentes grupos e também para entender como o fator racial ajudou a moldar a identidade dos negros e negras que formavam estas organizações.

A historiografia sul-riograndense vem passando por importantes transformações no que tange a escravidão e pós-abolição, desde os anos 1960, e nas últimas décadas a produção de estudos nessas temáticas cresceu significativamente, segundo “*História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional*” organizado por Regina Xavier em 2007. Nestas mudanças entram os estudos sobre associativismo negro. As pesquisas vêm apontando estes espaços como uma estratégia de cidadania, mobilidade social e positividade da imagem durante a escravidão e a liberdade. Assim, esta pesquisa pretende dar um foco maior para os estudos que vem mapeando o associativismo negro em áreas de imigração do estado, mas sem deixar de dialogar com estudos sobre outras regiões do estado e do país. Neste sentido, a fim de entender melhor quais são as especificidades do Pós-Abolição em áreas de imigração, utiliza-se: SILVA (2011, 2017), GRIGIO (2016), OLIVEIRA (2016, 2017), NOBRE (2013), NUNES (2010), LONER (1999, 2008), ROMANI (2008), ALBUQUERQUE (2004).

A região focada por esta pesquisa se localiza no interior do Rio Grande do Sul, desta forma entende-se que é necessário o uso de alguns trabalhos desenvolvidos sobre estas cidades, para que possamos compreender melhor o cenário que abriga as organizações investigadas. Nesse sentido, me apoio em: SILVEIRA (2017), SPINDLER (2016), VOGT E ROSA (2004), ROSA (2013), NORONHA (2012) e ECKERT (2011, 2017). A análise mais aprofundada dessas obras e autores se dará ao longo das discussões levantadas nos capítulos.

As fontes nas quais esse trabalho se baseia incluem desde documentos judiciais e cartoriais de arquivos públicos como o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), registros da Igreja Católica, a documentos de acervos particulares como dos clubes e também entrevistas. Nesse sentido, faço uso de história oral, do método onomástico, de aspectos da história serial e, principalmente, do cruzamento de fontes. Cada uma das organizações estudadas deixou tipos de fontes históricas distintas, e a metodologia de análise precisou ser pensada de forma que respeitasse as especificidades de cada uma.

No primeiro capítulo da dissertação, que trata da Irmandade São Sebastião Mártir, são utilizados o livro tomo da Igreja Católica de Venâncio Aires, onde consta a fundação da Irmandade. Desta forma, foi pertinente o cruzamento desta fonte com outras, como o registro de batismo e óbito dos escravizados, habilitações de casamentos, e com inventários e testamentos presentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), visando obter uma quantidade maior de informação a respeito dos participantes

desta confraria e sobre sua relação como os demais moradores locais.

Ao estudar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Santa Maria, Grigio (2016) explica que conciliou o uso do paradigma indiciário e do método onomástico de Ginzburg, para “a reconstrução da trajetória da Irmandade do Rosário e de seus integrantes” (GRIGIO, 2016, p. 27). Neste sentido, este trabalho pretende se utilizar desta combinação de métodos da micro-história para analisar as fontes relativas à Irmandade, já que encontramos documentos sobre a sua organização, que são de certa forma efeitos daquela associação e através dos efeitos é possível inferir as causas (GINZBURG, 1989), e também há informações sobre os indivíduos que dela faziam parte, como nome e condição jurídica. Conforme Ginzburg “As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (2004, p. 175).

As fontes utilizadas para a redação do segundo capítulo, “União e Négo: a força viva da cor preta”, foram muitas: atas de reunião de ambos os clubes, um livro ouro de 1940 do União e dois livros de mensalidades do Négo de 1940 a 1947, jornais, fotos e três entrevistas. Os entrevistados foram a senhora Maria Firma dos Santos Nunes, sócia do União, mais conhecida por Vilma, 78 anos; Malomar Gregório, 80 anos, filho de Gastão Gregório, fundador e ex-presidente do União; ambos, Maria e Malomar, de Santa Cruz do Sul. De Venâncio Aires foram entrevistados Nelson Luiz Lopes, 76 anos, ex-presidente do Négo, e André Rodrigues, 84 anos, filho de Ataliba Rodrigues, fundador do Négo. Em relação aos clubes sociais, Silva (2011, 2017) obteve êxito ao cruzar depoimentos orais, colhidos através da metodologia da história oral, com fontes escritas como atas e estatutos de clubes sociais.

A metodologia da História Oral, que consiste no uso de entrevistas gravadas, “é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestem e dão sentidos a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTI, 2005, p.164), que nos permite ver como “os de baixo” constituem sua identidade e suas relações com os demais grupos. Quanto aos documentos dos clubes, em sua dissertação de mestrado, Silva (2011), ao estudar o clube “Fichai Para Ir Dizendo”, de Pelotas, se utiliza das atas do clube como forma de investigar sobre as suas práticas culturais:

As principais fontes propostas para esta pesquisa compõem-se de atas de reuniões nas quais se discutiam não apenas a vida cultural das associações, mas também os ínterins, os microcosmos. Sendo justamente na tentativa de reconstrução destes microcosmos que se insere a importância dos estudos culturais. Estes nos auxiliam na compreensão da organização e dos complexos relacionamentos percebidos através dos relatos das reuniões. (SILVA, 2011, p. 24)

Neste sentido, o cruzamento e análise destas fontes possibilita evidenciar os significados destes espaços na formação da identidade de seus frequentadores e também como se articulavam para promover suas atividades. Entre os documentos constam, como mencionado, dois livros de registro de pagamentos de mensalidades dos e das sócias do clube Négo, separados por sexo. A partir destes livros eu criei duas tabelas utilizando o programa Excel na qual inseri colunas correspondentes às informações reiterativas da fonte, como nome, meses do ano e número da pessoa. Como explica Luís Augusto Farinatti, esta metodologia, que é bastante utilizada por estudiosos da história agrária, se caracteriza por:

Tratava-se de tomar fontes que fossem massivas (ou seja, que abarcassem uma parcela alargada do meio social estudado), reiterativas (que se repetissem no tempo por, no mínimo, algumas décadas) e homogêneas (que possuíssem o mesmo tipo de informação) e, a partir das informações dali retiradas, construir séries de dados que permitissem verificar sua variação no tempo e indagar sobre as razões dessa variação. (FARINATTI, 2008, p. 02)

Neste sentido, apesar de não ser a parte mais divertida do trabalho com fonte primária, o uso da metodologia serial pode se mostrar útil para extrair algumas informações mais precisas sobre o funcionamento e perfil dos sócios e sócias e ao longo do tempo, por exemplo, quantificar a participação feminina por meio dos livros de mensalidades, e por meio de atas ver se os nomes dos dirigentes se repetem ou não ao longo do tempo.

Boa parte desta documentação foi cedida a mim pelas pessoas que entrevistei e que gentilmente abriram suas casas e acervos pessoais para que eu pudesse fotografar as fontes, portanto sem elas este trabalho seria quase impossível. Infelizmente, algumas fontes e as discussões mais profundas que estas poderiam proporcionar, sobretudo em relação à constituição das cidades, ficaram de fora deste texto devido à pandemia que impossibilitou o acesso a alguns arquivos. Assim como algumas leituras importantes do pós-abolição não puderam ser incorporadas pela falta de acesso às bibliotecas da Universidade.

Cabe ainda ressaltar as diferenças existentes entre as fontes utilizadas para estudar a Irmandade e os clubes sociais. As fontes relacionadas à Irmandade são também em grande parte ligadas à escravidão ou à Igreja Católica, neste sentido elas são produzidas a partir de um olhar institucional e ou são atravessadas pela violência, como é o caso dos inventários, em que os escravizados são listados nos bens semoventes junto com os animais e lhes são atribuídos preços de acordo com suas idades e aptidões. Assim, eles

são desumanizados e entendidos como bens móveis que podem ser vendidos ou deixados para os herdeiros.

Em relação aos clubes sociais, a documentação também é institucional, já que os estatutos precisam ser lavrados em cartórios para serem validados, mas quem os pensa e produz são os membros dos clubes. Sua finalidade é regulamentar um espaço de sociabilidade negra, assim como as atas e outros documentos têm como objetivo registrar os assuntos discutidos e outras deliberações da rotina e do cotidiano vivenciado dentro do clube.

Portanto, a documentação parte de pontos diferentes, pois o primeiro grupo são produzidos sobre os negros e negras durante o processo violento, ao menos em alguma medida, da escravidão e que foram profundamente ressignificadas pelos historiadores a partir de uma virada epistemológica que passou a pensar o cativo e as articulações tecidas nele por um outro viés. O segundo grupo é produzido pelos negros e negras a partir de um momento em que a emancipação coletiva começa a ser vislumbrada e perseguida e se insere dentro de um projeto de cidadania. Arrisco-me a dizer que aqui a virada epistemológica em primeira instância não foi feita pelos historiadores, mas pelos próprios negros e negras e mais tarde recebeu atenção de um campo historiográfico em construção. Isto não significa dizer que a escravidão anulou a ação dos negros e negras, algo que décadas de pesquisa já constataram, mas sim que a produção das fontes se dava de uma forma e finalidade completamente diferentes.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “São Sebastião é Blues”, abordo a Irmandade de São Sebastião Mártir, uma irmandade negra fundada em 1880 por 16 pessoas das quais a maioria eram escravizadas. Aqui você vai poder acompanhar um pouco mais perto como é pesquisar temas sensíveis como o protagonismo negro e escravidão em regiões de interior do Brasil Meridional, e quais são as percepções que o trabalho de campo traz. Para entender esta entidade tive que mergulhar nas famílias senhoriais e submergir em nomes de escravistas e escravizados para antes de tudo saber como era essa sociedade do final dos Oitocentos e que relações constituíam o micro-universo que eram as cidades de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, ou Faxinal dos Tamancos e Villa de Santa Cruz na segunda metade do século XIX.

Fiz o melhor que pude para lhe oferecer todos os botes, bóias salva-vidas e bússolas, para que você consiga navegar nesse oceano de sobrenomes e conexões sem perder o norte ou se afogar e para que o texto fizesse para quem me lê o mesmo sentido que fez na minha cabeça.

Considero este o capítulo mais desafiador de todos. Desafiador em muitos sentidos, os quais ficam mais evidentes no capítulo em si, mas por enquanto destaco o

desafio que é ter estômago para ler documentos sobre escravidão sem sentir muita raiva e repulsa de gente que você nem conhece e conseguir compreender esses sujeitos na sua historicidade. Ler inventários nos quais pessoas são listadas junto com animais e recebem preço, como herança, ler cartas de compra e venda no qual mães e filhos podem ser separados em nome do lucro de gente branca é muito difícil, especialmente quando você é negra, algo que pode nublar sua lente e transformar pessoas em vilões e vítimas debilitadas. Mas faço questão que eles apareçam com nome e sobrenome para que tenhamos noção de que escravidão era uma realidade disseminada. Faço questão que os escravizados e livres também tenham nome e se possível tenham sobrenome, mãe, avó, tio, sobrinho, compadre e liberdade, para que possamos entender que a agência e resistência dessas pessoas também era disseminada.

A partir deste entendimento, a Irmandade em questão ganha uma dimensão mais real, densa e complexa, inclusive para compreender os caminhos percorridos e os planos tecidos para obter liberdade não só destes 16 irmãos e irmãs de devoção como de outros sujeitos negros e negras escravizadas de ambas as localidades. Este capítulo objetiva também entender as ligações estabelecidas entre a comunidade negra e o santo padroeiro da cidade que dava nome à Irmandade e algumas décadas mais tarde teve seu nome incorporado ao do clube social negro local, indicando uma possível relação entre estas entidades. Queria que o título desse capítulo fosse “a liberdade é uma luta constante”, pois ele condensa bem os árduos caminhos percorridos até a emancipação completa, mas seria plágio, pois ele já tem dona, Ângela Davis, que aliás sabe bem o que é lutar pela liberdade. Então tive que pensar em outro que se adequasse melhor com a pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado “União e Négo: o orgulho de seus dirigentes”, trata da Sociedade Négo Foot Ball Club, da cidade de Venâncio Aires, e da Sociedade Cultural Beneficente União, de Santa Cruz do Sul. Neste capítulo a discussão gira em torno desse formato de entidade negra, os clubes sociais. Diferente do primeiro capítulo, aqui as relações se dão em um nível mais coletivo entre as diversas organizações com as quais o Négo e o União se relacionaram. Com uma documentação própria riquíssima em escrita e imagem, estes dois clubes apontam para a intensa e extensa vida associativa negra que foi construída no pós-abolição no interior do Rio Grande do Sul.

Esta mesma documentação possibilita observar o funcionamento quase cotidiano dessas entidades e questões que as cercam, e aqui lhe faço um aviso muito importante: nem tudo são flores. O Estado brasileiro, os intelectuais ligados a ele e as elites trabalharam de forma contundente para construir novos marcadores e reorganizar a sociedade a partir deles. Algo que ficou bem explícito na discussão que abre esta introdução. Essa vida associativa também era permeada por alguns marcadores que

possuíam entendimentos muito próprios dessa população que sabia que às vezes isso era “tão nocivas ao nosso povo” que precisavam ser superadas, e que outras vezes elas eram irreconciliáveis, chegando ao nível do rompimento definitivo. São nesses variados elementos que identifiquei os fatores importantes da significativa vida de liberdade institucionalizada.

Para finalizar, “A última cruzada: uma encruzilhada dos caminhos de Locrécia e Marcelina.” No capítulo final busquei aprofundar a análise em algumas pessoas que viveram o recorte temporal do trabalho e suas relações com as organizações negras que esta dissertação discute. Diria que o conteúdo dele extrapola os objetivos iniciais desta dissertação, dado que meu foco de análise sempre foram organizações, algo que no decorrer da pesquisa do primeiro capítulo tive que negociar comigo mesma e utilizar metodologias que focam mais nos indivíduos através do tempo e sem as quais aquele capítulo não teria sido possível. Mas neste capítulo em específico algumas pessoas foram tão centrais quanto as entidades.

Como um último aviso, peço gentilmente a quem me lê, que o faça com prazer, que sinta este texto em todas as suas dimensões, pois ele deu trabalho para ser feito, afinal de contas não é nada fácil fazer algo que seja minimamente à altura destes lugares e pessoas e que seja inteligível. Assim você também fará jus aos esforços destas pessoas para erguer estes lugares e as vivências negras que se seguem.

1 EM VENÂNCIO AIRES, SÃO SEBASTIÃO É BLUES

Cotas é pouco, vocês nos devem a alma.

Este capítulo é uma espécie de dois em um, duas histórias em uma. É sobre a luta pela liberdade, e a saga de uma pesquisadora na busca dos registros desta luta. Neste capítulo apresento-lhes uma Irmandade religiosa negra e a partir dela apresento também algumas discussões sobre os anos finais da escravidão no interior do Rio Grande do Sul em uma área de imigração alemã. Junto a isso coloco também a difícil caminhada que percorri para encontrar os rastros desta organização que é o sujeito central de análise mais oculto que já conheci.

Embora isso possa soar um pouco como um livro de mistério, a Irmandade em questão não era nenhuma sociedade secreta com planos conspiratórios, ela foi real, porém a questão é entender a concretude de sua realidade. É neste sentido que ela se constitui no maior desafio para esta pesquisa, pois uma coisa sobre esta organização é certa: estudar grupos marginalizados em cidades pequenas em passados um pouco mais distantes é complicado e é um dos motivos pelos quais achei pertinente compartilhar com quem me lê os passos dessa “caça aos tesouros”, pois ela pode ser útil para alguém, do ponto de vista metodológico, e também do ponto de vista de que a esperança é realmente a última que morre.

Antes de mais nada ou de mais alguma coisa, deixe-me dizer que organização é essa para não parecer realmente um livro de mistério. Trata-se da Irmandade de São Sebastião Mártir do então Faxinal dos Tamancos, o que já indica uma relação com a realidade. Porém, deixe eu lhe fazer uma pergunta, o que veio primeiro, o ovo ou a galinha? Foi mais ou menos esta a pergunta que eu me fiz, o que veio primeiro, a fé ou o pecado e a culpa? Confuso, né? Bem-vindos à minha jornada, “sigam-me os bons”.

1.1 Conhecendo a Irmandade de São Sebastião

A primeira vez que tive contato com a irmandade foi lendo o capítulo “A presença da população afrodescendente em Venâncio Aires”, escrito por Jair Luiz

Pereira no livro “Abrindo o baú de memórias: O museu de Venâncio Aires conta a história do município”, de 2004, organizado por Olgário Vogt. Ao fazer um histórico das organizações que os negros criaram no município, o autor cita esta irmandade. Li este texto na graduação para minha pesquisa final de curso, e guardei esta informação. Ao fazer o projeto do mestrado eu coloquei esta confraria como uma das associações a serem pesquisadas. Como o/a jovem se ilude, né, achando que consegue! Ledo engano, ledo, ledo!

Depois de entrar no curso de mestrado e iniciar as pesquisas me vi em um mato sem cachorro e sem mato também. O motivo era muito simples, eu só tinha um registro, um único documento, mais nada e não encontrava nada. Fora isso, as informações que eu tinha sobre a escravidão e abolição no município eram poucas. Mas é nesses momentos que tu te aprimoras como pesquisadora.

Comecei a pensar sobre quais fontes eu tinha em mãos que pudessem me dar possibilidade, e a resposta era uma, apenas o documento de fundação da Irmandade de São Sebastião, onde consta o nome de 16 pessoas, das quais 12 eram escravizadas. Os registros que constam no documento contêm Nome, Sobrenome e condição.

No ano de 1880, em perece, formou-se uma Irmandade de São Sebastião, pois no archivo achou-se o Documento seguinte:

Matrícula dos que querem ser irmãos de Irmandade na Capela de São Sebastião São Sebastião 25 de janeiro de 1880

Antônio da Rosa	Escravo
Manoel da Costa (e)	“
Liopoldino da Rosa	“
Patrício José Luiz da Rosa (e)	“
Angélica da Rosa (e)	“
Januária da Silva*	
Pedro Pacheco (e)	
Antônio José Rosa	“
João Antônio da Rosa F ^a (e)	
Thereza Januarina da Silva	
Maria José do Lombo ou Cunha	
Julho da Rosa	“
Januária da Costa *	“
Agostino da Cruz (e)	
Bartolomeu de Fagundes	“
Apolinário da Cruz (e)	“

Fonte: Este documento é uma página, nº 10, do Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião Mártir e foi escrito entre 1914 a 1918. Acervo da Paróquia de São Sebastião Mártir, Venâncio Aires.

Este é o primeiro tesouro, pois ele traz informações preciosas para este estudo, ele é uma cópia feita no Livro Tombo da Igreja de São Sebastião Mártir em 1914, o original, feito em 1880, será apresentado mais adiante. Algumas linhas acima eu coloquei que este era o documento de fundação, porque foi assim que o considerei, haja vista que é o primeiro registro da irmandade. No entanto, não sei se é bem por aí. O documento coloca, “matrícula dos que querem ser Irmãos”, o que dá a entender que ela já existia antes, talvez de uma forma não oficial, pois o mesmo documento coloca “No anno de 1880, em perece [parece], formou-se uma Irmandade de São Sebastião”. Assim, é possível que ela tenha sido oficializada, de certa forma, naquele ano. Digo de certa forma porque este registro não oficializa a sua institucionalidade, porém oficializa sua existência. Para que uma confraria seja devidamente institucionalizada ela precisaria ter seus compromissos aprovados pelas autoridades católicas da província.

Infelizmente, até o presente momento eu não encontrei os compromissos desta confraria, assim como não encontrei também nenhum outro documento seu que me permitiriam saber e ter mais informações sobre seus objetivos. No entanto, existem algumas coisas que podem ser extraídas do registro acima. A primeira é a mais óbvia de todas, existiu uma irmandade negra em Venâncio Aires, e mais, uma irmandade de maioria escravizada, aliás de esmagadora maioria. O que talvez explique a não existência de outros documentos, pois talvez não houvessem membros letrados para escrever os regimentos e comporem as mesas diretoras. Segundo Grigio: “As irmandades eram associações religiosas formadas essencialmente por leigos e uma de suas principais finalidades era a de promover a devoção a um “santo.”(GRIGIO, 2018, p. 32). O que me leva à terceira coisa, a associação era devotada a São Sebastião Mártir. Estas três coisas abrem para uma primeira conclusão: havia uma quantidade considerável de pessoas negras principalmente escravizadas muito devotas deste santo naquele Faxinal. Entende agora porque aquele registro é um tesouro precioso?

Confrarias negras são uma presença muito antiga no país, desde os inícios da colonização, e sua presença foi fundamental para a profusão do catolicismo entre as e os escravizados (REGINALDO, 2018). As atividades realizadas por estas associações incluíam principalmente caridade, ajuda mútua, amparo jurídico e social, enterramentos, compra de alforria e a devoção e festa do santo ou santa. Entre todas as devoções negras as mais populares eram a de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. A associação mais antiga no Rio Grande do Sul é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que era também de São Domingos e São Benedito, fundada em 1783 em Porto Alegre e que foi

muito bem estudada por Liane Müller, ou seja, estas associações estão presentes no estado desde os Setecentos.

Como estas organizações eram leigas, quem exercia todas as funções dentro delas eram também pessoas leigas, o que ajuda a explicar a popularidade e proliferação destas entre negros e negras. Para Reis:

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros- em torno das festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua- construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas. (REIS, 1996, p. 4)

Neste sentido, elas extrapolavam seu sentido religioso e oportunizavam protagonizar espaços mais autônomos mesmo que sob a condição cativa. Sua constituição era sólida, com cargos de juízes, o mais alto de todos, tesoureiro, escrivão, procurador, zelador e mesário na mesa diretiva. Segundo Liane Muller a Irmandade do Rosário de Porto Alegre primava muito por sua autonomia:

Esse dado é importante, pois revela que, ao contrário do que acontecia em instituições similares no país, a Confraria de Porto Alegre sempre levou muito a sério esse ponto de seu Compromisso. Tanto que procurou, ao longo de sua história e mesmo contra a vontade da Igreja, manter os capelães subordinados aos desígnios da Mesa Diretora. No caso de não atenderem aos interesses da associação, sofriam eles repreensões e até mesmo punição. Tudo se passava como em um contrato de trabalho em que o dito padre deveria cumprir as tarefas do culto e dos sufrágios, recebendo, para isso, uma contrapartida em dinheiro. Uma vez satisfeitas as exigências, poderia ser novamente contratado; do contrário, era substituído. (MÜLLER, 2013, p.28)

Assim, algumas confrarias tinham regimentos muito rígidos de forma a evitar qualquer ameaça a sua liberdade de atuação. Se em algum momento a confraria de Venâncio Aires possuiu estrutura, provavelmente foi parecida ou igual a esta, e devido à predominância de escravizados, muitos destes cargos foram também exercidos por eles. E cabia a eles também organizar e executar as atividades da entidade. A principal delas era a festa do santo, um momento especial no ano, uma inversão de papéis sociais.

Mas antes de falar das festas é preciso falar um pouco sobre o santo ao qual se devotava a entidade em questão aqui, e também falar um pouco sobre a relação do povoado com o santo.

O município de Venâncio Aires é desmembramento de outros da região. Originalmente seu território fazia parte de Rio Pardo e depois Triunfo, Taquari e por último Santo Amaro⁹. Francisco Fagundes é considerado o primeiro a possuir terras no local. Em 1762, ele recebeu uma sesmaria de terras e instalou propriedades no lugar, que passou a ser conhecido como Faxinal dos Fagundes. Sua família se tornou poderosa e influente na região possuindo terras e escravizados. Um século depois, em 1864, sua neta, Brígida do Nascimento, fez uma doação de 10 mil braças de terra para que fosse construída uma capela em devoção a São Sebastião Mártir. Na época o território chamava-se Faxinal dos Tamancos, por causa de uma fábrica de tamancos que existia ali.

Segundo a historiografia local, Brígida do Nascimento fez tal doação para pagar uma promessa, a de que se seus filhos, Fidelis e José Joaquim, voltassem a salvo da Guerra dos Farrapos. Se atendida, ela doaria a área de terras para a construção de uma capela em homenagem a este santo, e também como forma de valorizar a região e as terras de sua família tornando-as atrativas para povoamento e atividades econômicas. Esta história passou a ser considerada uma espécie de fundação na qual a cidade foi originada sob a fé de uma senhora que teve um ato de bondade. Os registros do livro tombo da paróquia trazem a cópia da escritura das terras e da carta de doação, neste sentido há provas materiais do ocorrido. Este ato catapultou a figura de Brígida do Nascimento à imagem de boa senhora caridosa e benevolente. No livro “Venâncio Aires Buscando Raízes”, organizado por Maria Zulmira Portella de Moura, a mesma a descreve da seguinte forma:

Também no sentido humanitário, fica evidente o amor de Brígida às crianças e aos negros. Ela preocupava-se muito com eles, não só com alimentação e alojamento, mas também se preocupava com as crianças nas noites frias de inverno, em que muitas vezes ela ia até a senzala certificar-se de que estavam agasalhadas, se todos tinham cobertas para enfrentar o rigoroso inverno gaúcho. Sempre preocupada para que nada lhes faltasse, mandava que

⁹ Ao longo do tempo ele foi conhecido como Faxinal dos Fagundes (XVIII), Faxinal dos Tamancos (meados do sec. XIX), Freguesia de São Sebastião 1884-1891.

carneassem gado e fizesse charque para consumo deles. (MOURA, 2013, p. 47)

Assim, Brígida era movida pelo amor incondicional pelos necessitados, uma benevolência sem tamanho. A forma como ela é descrita se assemelha muito com a imagem da Princesa Isabel que libertou os escravizados por se compadecer com o sofrimento dos mesmos. O verniz da pintura é tão forte que quase ofusca um fato muitíssimo importante: ela era uma senhora de escravos e de muitas terras. Para termos uma noção, a área doada corresponde a quatro quarteirões do centro da cidade atualmente.

Essa pintura de Brígida é condizente com o mito da “escravidão branda” e “senhores benevolentes”, algo que para alguns autores como Abdias do Nascimento são partes fundamentais para o Discurso da Democracia Racial:

Outro dos mitos de conveniência inventados para mitigar a consciência de culpa do opressor e minimizar acusações contra ele é o mito que apregoa um alto grau de bondade e humanidade na escravidão praticada na católica América Latina: as colônias espanholas e portuguesas. Nestas, o caráter do regime escravocrata seria o oposto daquele existente nas colônias inglesas na América, especialmente nos Estados Unidos. [...] este mito constitui mais uma entre as incontáveis manipulações que têm contribuído ao sucesso da propagação de outro mito: a “democracia racial.” (NASCIMENTO, 2016, p. 61-62).

Conforme o autor coloca, um mito reforça o outro e diminui a responsabilidade de colonizadores. Algo que chamou minha atenção no trecho acima sobre Brígida é a escolha de palavras, “alojamento”, “alimentação”, “negros”. Parece até que a boa senhora abrigava desamparados ou era dona de uma pensão, mas como eu disse ela era dona de escravizados e terras e nasceu e morreu sobre a vigência da escravidão, sendo durante toda a sua vida uma escravista, portanto ela em sua propriedade tinha uma senzala com e para seus trabalhadores escravizados. A alimentação com a qual ela se preocupava tanto era à base do charque, como diz o texto. Bem, nada de novo sob o sol, afinal esta era a comida mais comum dos cativos. Não se trata aqui de invalidar o ato de doação, mas se trata de tornar a boa senhora em algo mais condizente com sua época e em algo mais complexo e real.

No mesmo livro, a autora coloca ainda que Brígida passava boa parte do seu tempo acompanhada de seus cativos, o que pode significar que a crença no santo era

algo compartilhado entre a senhora e escravizados, ou seja, é provável que esta fé os aproximasse e é provável também que a origem da devoção tenha sido não de uma boa senhora, mas de um grupo de pessoas, entre as quais estavam os negros livres ou não. No entanto, o motivo da devoção dos negros no santo se baseava em outras questões, muito ligados à própria história de vida deles.

Sebastião nasceu no Império Romano em 256 d.C, durante o governo de Maximiniano no Ocidente e Dioclesiano no Oriente. Algumas fontes afirmam que ele teria nascido na França, outras na Itália, mas é consenso que se tornou soldado do Império. Naquela época o cristianismo era uma religião proibida e seus fiéis perseguidos. Após alguns anos como soldado que ganhou certa notoriedade, Sebastião em segredo se torna um cristão, e é atribuído a ele o milagre de curar a mudez de Zoé, a esposa de Nicostrato, prefeito de Roma, fazendo com que ambos se convertessem à fé cristã. Sebastião era um tribuno, um soldado de alto escalão que tinha acesso aos círculos nobres da sociedade romana e foi acusado de espalhar o cristianismo entre os ricos, além de alimentar e socorrer doentes e enfermos presos por professar a religião proibida. O tribuno foi levado a julgamento e sentenciado à morte, pena que foi executada por um grupo de arqueiros que o teriam flechado de forma que seus órgãos vitais fossem atingidos por último, causando-lhe sofrimento e morte lenta.

No entanto, o soldado não morreu e foi socorrido por Irene que o desamarrou, retirou as flechas o vestiu e levou para sua casa até que ficasse bom. Em 20 de janeiro de 287, dia que seria de saudação ao Imperador, Sebastião, já milagrosamente curado, dirigiu-se ao templo de Hércules e confrontou o governante por sua perseguição aos cristãos. Maximiliano teria ordenado que o flagelassem até a morte e que depois jogassem seu corpo nos esgotos para que não fosse encontrado. Porém, Luciana, uma cristã, teria sonhado com o ex-soldado lhe indicando onde estava seu corpo, com isso Luciana teria encontrado o corpo e mandado enterrá-lo nas catacumbas de Roma.

Sebastião foi canonizado pelo Imperador Constantino no século IV, que ordenou que se construíssem igrejas nos locais onde cristãos foram mortos com sofrimento, então teve origem o culto ao ex-tribuno romano que foi santificado.

Sebastião foi um soldado de alto escalão designado em muitos momentos para proteger o Imperador em pessoa. Tinha livre trânsito na alta sociedade da época e se converteu em segredo a uma religião que era perseguida e não participava das execuções de cristãos, além de se dedicar a ajudar aqueles irmãos de fé que estavam em completo desamparo. Neste período, o Império era poderoso e os cristãos em sua maioria pobres, sendo uma fé baseada na simplicidade, ou seja, ele abriu mão do poder e ficou do lado

dos mais necessitados e mesmo quando colocado diante da morte não renunciou a Cristo e por isso foi brutalmente punido duas vezes.

Dentro das crenças do Cristianismo, o tribuno teve o ato mais nobre e sublime, o do sacrifício e a provação do martírio, assim como o Messias que foi flagelado e morto na cruz ressuscitando após três dias de forma milagrosa. Por isso seu nome é São Sebastião Mártir, um santo tido como soldado corajoso da fé que lutou para defender não só o direito de professar a fé, mas também contra os maus-tratos praticados contra os praticantes desta mesma crença em um governo poderoso.

Ao longo dos séculos, São Sebastião se tornou bastante popular. A devoção a ele esteve presente desde cedo no Brasil. Em 20 de janeiro de 1567 os portugueses conseguiram expulsar os franceses de um lugar que receberia seu nome, pois segundo relatos o santo teria sido visto lutando no lado luso, assim nasceria a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, da qual é até hoje o padroeiro.

A existência de narrativas sobre a presença do santo em momentos decisivos de guerras pela colonização portuguesa e a própria história do mesmo que era soldado explica porque Brígida do Nascimento tenha escolhido ele para fazer uma promessa pela sobrevivência de seus filhos que estavam em conflito. Já no caso dos escravizados a crença provavelmente se deve ao fato de em vida Sebastião ter desafiado os poderosos e cuidado dos mais simples e que dele precisavam, e também por ele ter sofrido e sobrevivido a flagelos e martírios físicos.

Agora que já sabemos mais sobre o santo e a devoção a ele, vamos para a festa. Como eu disse alguns parágrafos acima, a festa ao padroeiro era o ponto alto do ano das Irmandades. Ao estudar a irmandade do Rosário de Santa Maria, Ênio Grígio coloca que:

A festa do rosário é um acontecimento com eventos e, segundo Célia Maia Borges (2005, p. 178), “é impossível separar as manifestações do sagrado do profano”. Além dos “peditórios” descritos acima, faz parte da festa as novenas, as missas, procissões, quermesses, cerimônia de posse do rei e da rainha da Irmandade, banquete, desfiles, danças, levantamento do mastro, foguetório, representações teatrais e eleições dos “reis do Congo”. Na festa ecoavam os pandeiros, cuícas e, principalmente, os tambores (GRIGIO, 2018, p. 98).

Neste sentido, a festa do padroeiro era composta de vários momentos dentro de uma programação animada. E seus gastos eram cobertos pelo dinheiro arrecadado durante o ano através de doações e pedido de esmolas e em alguns lugares a mesa diretiva também doava. Para João José Reis, estas festividades eram um momento de aprofundamento da identidade e laços, assim como cumpriam a principal função das irmandades, promover

uma “vida lúdica”. O mesmo autor coloca ainda que:

O bispo via na festa uma oportunidade de promover a caridade cristã, além de ser um recurso político que interessava a paz dos cativos. Outras autoridades discordavam, preferindo proibir as festas por considerarem-nas uma carnavalização da religião oficial, festas que promoviam uma espécie de subversão da ordem simbólica dos brancos. As irmandades resistiam e negociavam a liberdade de associação independente e livre expressão cultural. (REIS, 1996, p. 16)

Desta forma, estas festividades eram também motivos de conflitos e tensões, pois afrouxavam e distorciam os papéis sociais, a ordem estabelecida e o controle também, além de trazer elementos africanos como instrumentos musicais e danças para dentro do catolicismo. Em Santa Maria, a tensão foi tanta que a irmandade do Rosário foi dissolvida pelo padre José Bittencourt, que acusou a mesma de crime de idolatria (saiu às ruas com a bandeira que não estava benta) e muitos consideravam que as suas danças em suas festas desafiavam a ira de seus senhores. Portanto, o comportamento das irmandades negras ressignificava as tradições cristãs de forma que fizesse sentido para suas identidades e valores, algo que não agradava muito aos senhores e algumas autoridades eclesiásticas, o que por muitas vezes era motivo de conflitos intensos.

Na cidade de Venâncio Aires a festa do padroeiro é até hoje um dos momentos mais importantes do calendário da cidade. Os preparativos da próxima festa começam com a escolha dos casais festeiros, que são escolhidos no final da festa anterior. Estes casais são responsáveis por organizar a festa, divulgá-la nas comunidades da cidade e do interior, arrecadar donativos, levar a bandeira do santo nestes locais e também para outras partes do estado. É uma festa que dura quatro ou cinco dias em um pavilhão que leva inclusive o nome santo e que tem exposição de comerciantes, músicas, danças, comes e bebes. Como natural do município, desde criança eu fui a estas festas, era programa de família. O melhor pastel e a melhor galinhada, da vida, são feitos ali.

No dia 20 de janeiro, penúltimo ou último dia da festa, é celebrada a missa que costuma lotar a Igreja Matriz e depois tem a realização da procissão pelo centro da cidade. Meu avô, Luiz da Silva, que faleceu aos 94 anos, fazia questão de ir todo ano, inclusive a última vez que fui na procissão foi com ele, que tinha mais disposição para caminhar do que eu.

Segundo Angelita da Rosa, a primeira “Festa do Bastião”, como é conhecida hoje, teria ocorrido em 1876 no dia de lançamento e batismo da pedra angular da futura capela. Neste dia teria ocorrido um evento que terminou com um almoço ao meio-dia no qual estavam presentes moradores livres e escravizados do então “Faxinal dos Tamancos”.

Bem, é aqui começa o desencontro de informações, pois a autora acima mencionada afirma que:

A primeira festa dedicada ao padroeiro data de 1876. De acordo com o livro tomo da comunidade católica do município, nesta data, um grupo de 13 escravos e 03 homens livres teriam se reunido para a organização de um evento e criado a Irmandade de São Sebastião Mártir. O início da manifestação religiosa aconteceu no dia 20 de janeiro de mesmo ano, quando foi realizada, pela primeira vez, uma procissão para o santo padroeiro. Moradores livres do Faxinal e escravos teriam participado do evento, que culminou com um churrasco ao meio-dia. (ROSA, 2004, p. 402)

Eu tive acesso ao livro tomo da paróquia e não encontrei tal menção. Segundo consta no livro tomo, este momento solene aconteceu, mas no dia três de janeiro, não no dia vinte, e contou com a presença de todas as autoridades legais e eclesiásticas de Santo Amaro, com a comissão responsável pela construção da edificação e público. Não é mencionado a festividade ou almoço. Talvez a autora tenha tido acesso a outras fontes que contenham tal informação. Mas, independentemente disso, no público é bem possível que estivessem presentes os escravizados e negros livres que ali residiam. Para além disso, existe uma outra possibilidade mais concreta para o início da Irmandade, algo que antecede o ano de 1876 e que envolve a mobilização para a construção da capela.

Na carta de doação da terra, Brígida do Nascimento diz que se a edificação não for construída em 10 anos, as terras devem voltar para a sua família. Bem, se a terra foi doada em 1864, mas a pedra angular só foi lançada em 1876, significa que já havia passado do prazo quando se iniciou a construção, portanto o terreno deveria ter voltado para a sua família. Então por que não voltou?

Lembra que eu disse que a boa senhora era uma escravista que nasceu e morreu sob a vigência da escravidão? Pois é, o historiador local Jair Pereira tem algo a nos dizer sobre isso:

Segundo Joaquina da Cruz, seus ancestrais costumavam torturar os escravos e, quando algum morria, jogavam o corpo num terreno pantanoso. Nesse terreno, teria sido construída a primeira capela de São Sebastião Mártir: “A bisavó de minha mãe, Brígida, foi quem doou a terra onde construíram a igreja, o hospital e o colégio das Irmãs e eles fizeram a estátua do coronel e não tem nada dela (...) O que sei é que aquilo era um banhado e que, quando a ancestral - Brígida Fagundes do Nascimento - doou as terras, ela recomendou que não era pra fazer buraco. Não era pra cavar, porque tinha muito escravo enterrado naquele lugar... muito escravo... ali enterrado. Deve ser por isso que ela doou aquela terra. O lugar era uma espécie de cemitério de escravos. Os mais antigos judiavam muito dos escravos. Matavam e enterravam eles ali naquele lugar. Naquele lugar tem muitos escravos enterrados e foi justamente por isso que a avó do vô, a Brígida recomendou para as pessoas que não cavassem ali. Ela dava pra São Sebastião, mas não era pra tirar dali os escravos. Para deixar os

escravos descansar em paz” (Joaquina da Cruz, 71 anos). (PEREIRA, 2012, p. 110)

Parece que o ato de caridade da boa senhora teve outras motivações além das já citadas. Brígida é descrita como uma mulher muito religiosa e católica e uma das principais características do catolicismo é justamente a culpa e o pecado, são eles que muitas vezes motivam atos de sacrifício ou caridade, e pelo visto a boa senhora sentia muita culpa pelos pecados de sua família:

A doação do terreno para a edificação da capela que viria a se constituir na atual igreja matriz São Sebastião Mártir esta, diretamente, ligada a mentalidade da época, como afirma Ana Rosa da Silva: “Os mais antigos acreditavam e ensinavam pra nós que, quando uma pessoa judiava muito dos outros, aquela ia para o inferno, quando morria. Mas, antes de morrer, ela penava muito. Também diziam que, além de penar bastante, as almas dessas pessoas ficavam perdidas, vagando pela terra, assombrando e incomodando os vivos. Diziam os mais velhos que foi por isso que a Brígida doou as terras para construir a igreja. Para que se rezasse missa pelas almas do pai, dos tios e do avô dela. Mas também, deveria rezar pelas almas dos escravos, pois ela era uma pessoa muito religiosa.” (PEREIRA, 2012, p. 111)

Desta forma, a doação do terreno foi composta por muitos elementos, valorização econômica do lugar, pagamento de uma promessa, alívio da consciência e pagamento dos pecados. Interessante pensar que a mesma pessoa que “se preocupava com os escravos”, também era a mesma que sabia o quanto eles sofreram antes de morrer. Sofrimento imposto por gerações de sua família, ou seja, ela sabia da violência. Em um outro relato é possível ter dimensão da quantidade de corpos:

Essa versão descrita nos relatos, não possui documentação que possa comprovar a veracidade dos fatos, todavia, como ressaltou José Ornélio de Sá: “Quando trabalhei na construção, tanto da igreja, como do hospital e do Colégio das Irmãs, a gente encontrou gente por lá. Ninguém deu importância. Jogaram fora, pois as pessoas diziam que deveria ser ossos de índio. Diziam que por ali deveria existir um cemitério de índio. E a coisa ficou nisso aí. Ninguém mais falou nada” (PEREIRA, 2012, p. 111)

Pelo visto, ossadas de indígenas não merecem zelo e respeito. Ao fazer a doação de terras a boa senhora matou dois coelhos com uma cajadada só, encobriu décadas de violências que chegaram aos extremos e de maus-tratos nos corpos ocultados embaixo destas construções, livrou sua família da culpa e ainda entrou para a memória com uma senhora de bom coração. Não se descarta que tenha havido uma preocupação com o descanso final daquelas almas, mas faz mais sentido que esta preocupação tenha coexistido com a culpa, reside aqui uma complexidade maior.

O outro ângulo, e que me interessa mais, é o dos escravizados. Algumas páginas atrás eu coloquei que uma das funções das irmandades era o enterramento. Neste sentido, pode ter sido aqui o início da irmandade, pois com certeza os senhores não enterravam pessoalmente os corpos de seus cativos, mandavam alguém fazer, provavelmente os negros e negras começaram a ser organizar para fazer os devidos ritos fúnebres e com o tempo este lugar ganhou uma dimensão importante entre a comunidade negra local.

Quando a boa senhora doou o terreno, os negros e negras se organizaram para que a capela fosse construída em homenagem a seus antepassados. Tal hipótese exige que mostre a vocês mais rastros que encontrei nesta jornada, rastros sobre aquela que estava aqui todo o tempo moldando e motivando ações. Não, não é a sociedade secreta, é a escravidão.

1.2 O não mais tão germânico Vale do Rio Pardo

Como colocado anteriormente, a lista dos que querem ser irmãos é o único documento que encontrei da confraria. Você deve ter notado que a data do documento não bate com a data de início do Livro Tombo da Igreja. Isso porque aquele é uma cópia. Por isso esta seção se inicia com o documento original:

Matricula dos que querem ser irmãos da Irmandade na Capella de S.Sebastião¹⁰

Sam Sebastiao	Antonio da Rosa	Sklaver
25 de janeiro de 1880	Manuel da Gossta	“
	Leopoldino da Rosa	“
	Patriso José da Rosa	“
	Angelika da Rosa	“
	Petro Aascheko	“
	Antonio José da Rosa	“
	João da Rosa filipe da Rosa	“
	Josefa Inacia da Silva	“
	Maria Jose da Cunha	“
	Jullio da Rosa “	“
	João do Costa	Sklaver
	Augustino da Cruz “	“
	Benthô de Fagundes “	“
	Abolinario da Cruz	“

Este é o original, escrito em 1880, ele é uma folha única conservada dentro de uma caixa no arquivo da paróquia e como se pode notar ele apresenta algumas diferenças fundamentais para a sua cópia que foi escrita mais de 30 anos depois. Diferenças que vão desde o nome até a condição dos Irmãos.

¹⁰ Esta transcrição foi feita por Vanessa Gomes de Campos, historiadora da Curia Metropolitana e foi retirada do livro “São Sebastião Mártir: a fé história em Venâncio Aires” (ROSA, 2013, p. 147)

Antes disso, meu caro e minha cara leitora, queria falar sobre um outro aspecto da fonte, pois para os demais preciso de um pouco mais de coragem. Como se pode ver, há um termo ali que não é familiar para os nativos do português, o termo “sklaver”, que é a palavra em alemão para escravo. Isto é algo que o original demonstra, a relação dos imigrantes com a escravidão, o que é uma questão delicada, pois por muito tempo entendeu-se que escravizados e imigrantes não possuíam qualquer conexão.

Neste sentido, a cidade de Santa Cruz do Sul se torna um locus de análise interessante, haja vista que se Venâncio Aires tem seu mito fundador no ato de generosidade de uma boa senhora católica, Santa Cruz do Sul tem seu mito fundador na imigração alemã. Existem diversos trabalhos produzidos sobre a história do município de Santa Cruz do Sul e a grande maioria deles parte do mesmo marco, a chegada dos imigrantes e a instalação da colônia em 1849: “Este primeiro período foi marcado pelo processo de instalação da colônia, entre 1849 até 1859. Esta periodização é seguida por inúmeros pesquisadores tendo como base o nível de produtividade local.” (NORONHA, 2012, p. 53). Há um entrelaçamento entre a chegada dos imigrantes e o início do desenvolvimento da economia. Estes imigrantes muitas vezes são descritos quase como heróis, pois triunfaram mesmo com todas as adversidades:

Alves de Oliveira também registra em sua correspondência oficial as dificuldades dos pioneiros: “...os tigres os incommodão matando os cães, que se achão presos em correntes” e os especuladores “os obrigão a soffrer fome” pelo alto preço com que lhes vendem os gêneros de primeira necessidade, que os colonos não conseguem produzir, pois precisam primeiro se abrigar em ranchos de pau a pique e depois derrubar a mata para então lançarem as primeiras sementes. (CUNHA, 1988, p. 103)

Me digas leitor ou leitora, tu já ouviste a expressão “quando isso aqui era tudo mato”? Então, parece que ela foi inventada pelos imigrantes, dado que é como se aquela região fosse um grande vazio demográfico tomado por mato, habitado por animais selvagens apenas. No entanto, é importante ressaltar que esta narrativa não é uma exclusividade deste município, ela faz parte de uma corrente que por muito tempo predominou nos estudos de imigração, que colocavam as colônias do sul como lugares isolados em terras que antes eram vazias e que construíram sua prosperidade com base no trabalho familiar:

As primeiras obras sobre a colonização apresentaram uma visão dos imigrantes alemães como devotos do trabalho e amantes do progresso. Essa visão estava presente na historiografia da década de 1920 e 1930, especialmente nas obras de Ernesto Pellanda (1925) e Aurélio Porto (1934). Nas décadas de 1960 e 1970, os trabalhos de Jean Roche (1969) e Carlos Hunsche (1975). Reforçaram a ideia do imigrante trabalhador, solidário, isolado da sociedade “nacional” e de formas de trabalho inferiores como a escravidão. A ideia de que os

imigrantes eram moralmente superiores e tinham como base o trabalho familiar em pequenas propriedades eram os argumentos para negar a presença do trabalho escravo. (GRIGIO, 2018, p. 109)

Desta forma, conforme aponta Grigio, a ideia da ética do trabalho livre e do isolacionismo imperou na historiografia sobre o assunto. No entanto, principalmente a partir dos anos 2000 começam a surgir uma série de pesquisas que demonstram que esta historiografia tradicional também fazia parte da consolidação da identidade imigrante mítica. Os novos trabalhos trouxeram novos elementos para o centro da discussão, como a existência de habitantes, povoados e atividades produtivas antes da chegada desses europeus e a relação destes como a escravidão (OLIVEIRA, 2006; ZUBARAN, 1994; WITT, 2008; TRAMONTINI, 2003; MOREIRA E MUGGE, 2014; OLIVEIRA, 2017; GRIGIO, 2018).

No caso de Santa Cruz do Sul, eu não encontrei nenhum trabalho que analisasse profundamente o local antes de 1849, porém existem alguns estudos importantes que se alinham a essa renovada produção dos anos 2000, boa parte deles discute inclusive o ponto mais sensível dentre todos: a presença de escravizados nesta mítica fundação. Um dos poucos trabalhos que apontam a existência de pessoas antes da metade do século XIX é a dissertação de mestrado de Mateus Skolaude de 2008, denominada *Identidades Rasuradas: o caso da comunidade afrodescendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)*. Neste trabalho, o autor analisa como o discurso da identidade germânica excluiu outros atores sociais, principalmente os negros, e como esta mesma população lidou com isso. Embora seu foco de análise seja o período de 1970 a 2000, o autor traz dados históricos interessantes sobre o início do século XIX:

Quando chegaram os primeiros colonos ainda existia o sobrado que fora a residência de Rosa (...) Rosa, para resguardar-se das investidas dos bugres, então muito abundantes, fizera cercar a sua morada pelos ranchos de seus numerosos escravos. Era o sobrado feito de madeira, mas coberto de telhas de barro. Morava então no sobrado, que serviu também para alojamento daquelles colonos, João de Faria Rosa, neto do precedente (...) João de Faria, como era mais conhecido, transportou esses primeiros colonos até o logar dos lotes que lhes eram destinados na então Picada do Abel (MENEZES, 1914, p. 19 APUD SKOLAUDE, 2008, p. 41).

O autor citado por Skolaude é João Bittencourt de Menezes, um dos primeiros historiadores locais que publicou trabalhos em 1910 e 1920 e foi republicado nos anos 2000, mas que não tive acesso. De qualquer forma, o trecho trazido por Skolaude aponta a existência de grupos sociais muito conhecidos na história do Brasil, indígenas, que ele chama de bugres, os luso-brasileiros, que no caso é o João de Faria Rosa e os negros, que no caso são os escravos. Ainda segundo Menezes e Skolaude, o lugar ficou conhecido

como Picada João Faria¹¹, e se localiza onde hoje é o núcleo urbano da cidade, devido ao avô deste mesmo senhor que era português e havia se instalado ali há muito tempo, ou seja, a presença destes grupos é muito antiga, muito anterior à chegada dos europeus imigrantes. No caso dos indígenas é meio óbvio dizer o quanto sua presença é antiga e anterior, mas não custa reforçar. Pelo visto nem tudo era mato, pelo visto havia quem lhes recebesse e abrigasse naquelas terras.

Outro trabalho bastante importante é a pesquisa final de graduação de Guilherme Spindler de 2016, no qual o autor discute um processo crime envolvendo dois escravizados da colônia de Santa Cruz que possuíam sobrenomes alemães. No processo “Lucas, pardo, jornalista, escravo de Adão Schirmer, foi acusado como autor do assassinato de Maria, preta, quitandeira, escrava de Henrique Jacob Graeff” (SPINDLER, 2016, p. 1). Além do processo-crime, o autor também utiliza o censo populacional de 1872, o livro de batismo dos escravizados e libertos, o livro de óbito dos escravizados da paróquia e um relatório do diretor da colônia João Martinho Buff. Tais fontes são usadas para verificar qual era a população escravizada existente em Santa Cruz do Sul na época.

Um dos primeiros apontamentos que o autor traz é que havia escravizados no povoado, pois foram encontrados 190 registros de batismo e óbito nos livros da paróquia da cidade, que estão na Cúria Metropolitana em Porto Alegre, e o censo de 1872 aponta a presença 291 cativos no local. Pode não parecer muito, mas se pensar que era o período final da escravidão, quando, em tese, o tráfico interprovincial estava direcionando esta mão-de-obra para o sudeste, percebe-se a dimensão que representa 291 escravizados, muitos vivendo e convivendo dentro do território oficial da colônia.

O processo-crime trabalhado por ele é bem interessante e muito rico de detalhes, pois ajuda no entendimento das funções desempenhadas por estas pessoas e também suas relações e espaços que circulavam.

O crime: homicídio. Réu: Lucas, solteiro, mulato, 37 para 38 anos, natural de Rio Pardo, jornalista, filho de Brígida, escravizado do Sr. Adão Schirmer. A vítima: Maria, preta, quitandeira, escrava do Sr. Jacob Graeff. O réu foi acusado de, na madrugada de 7 de março de 1876, assassinar Maria. Conclusão: improcedente (por falta de provas). Ela residia na “*Rua de Rio-pardinho, no terreno sob o numero nove, na quadra U*”. (SPINDLER, 2016, p. 17)

Tanto a profissão de jornalista, quanto a profissão de quitandeira exigem que

¹¹ Picada João de Faria (sec. XVIII até 1847), Picada Linha Santa Cruz, 1847. Fundação da colônia de Santa Cruz em 1849. Distrito de Santa Cruz, 1859. Elevação a Vila Municipal de São João de Santa Cruz em 1877. Até a sua elevação Santa Cruz sempre pertenceu ao município de Rio Pardo.

esses trabalhadores circulem pelos espaços, ou seja, tanto o réu quanto a vítima tinham uma vida no espaço público convivendo com outras pessoas, a vítima inclusive morava na vila. Uma das provas de convivência com outros indivíduos são as testemunhas do processo. Em resumo, o documento Nº 4776 está organizado na seguinte ordem: Summario de Culpa; Auto do exame do cadáver; Termo de inquirição, com Felipe Spengler, Valentin Kolberg e Wiggo Thompson; Auto de Qualificação (o inquérito de Lucas); mais seis testemunhos, de Jacob Henrique Krauz, Valentin Kolberg, Felipe Spengler, Abrahão Tatsch, Wiggo Thompson e Mathias Martins; outro interrogatório do acusado; e as conclusões do Promotor Público e do Juiz formador da culpa (SPINDLER, 2016, p. 18). Nas falas destas pessoas são relatados os acontecimentos do dia do assassinato de Maria e as testemunhas colocam que Lucas havia lhes prestado serviços, passado parte do dia jogando carteadado, que o réu estava a cavalo, portava uma espingarda e uma quantia em dinheiro, motivo pelo qual teria matado Maria. Estas informações permitem outro apontamento: a escravidão que se tinha ali não era muito diferente daquela presente no restante do país e apontam para “a capilaridade e a legitimidade” (MOREIRA e MUGGE, 2014) da mesma. Eram estes dois elementos que permitiam a presença da condição cativa em locais onde ela era proibida e também permitia que o cativo portasse armas e andasse à cavalo. Outra coisa é que o escravismo não era desconhecido do cotidiano dos colonos, em razão de que várias das testemunhas são imigrantes para os quais Lucas prestava serviço e com os quais jogava, ou seja, imigrantes e cativos teciam relações cotidianas de trabalho, mas também de lazer.

O discurso em torno da identidade germânica discutido por Mateus Skolaude gastou quanta tinta e caneta quanto foi possível para legitimar a ideia de que a cultura teuto-brasileira era inteiramente estrangeira:

Os autores que escreveram acerca da temática da imigração/colonização alemã, comumente se referem à cultura “teuto-brasileira” como sendo uma reprodução de um conjunto de tradições que os imigrantes germânicos trouxeram na “bagagem”, desde sua terra de origem. A tradição germânica é colocada como um elemento praticamente natural da cultura. A ideia de manutenção dos valores culturais dos antepassados é abordada num sentido claramente essencialista. Assim, a imigração serve como mito fundador, é o tempo pedagógico que liga o presente e o passado da cidade a um projeto de devir histórico, e decreta as fronteiras entre o “nós” e “eles” os de “dentro” e os de “fora”. (SKOLAUDE, 2010, p. 06)

Assim, existe uma noção de pureza cultural aqui, pois os valores são inerentes a esses sujeitos e possuem uma força própria. Este discurso tão enfático foi constituído de forma a sustentar a ideia de que escravidão e imigração eram incompatíveis. Esta pureza se manteve também porque as colônias supostamente viviam isoladas, sem contato

nenhum com outros povoados, algo que os estudos citados comprovaram que não se sustenta.

Em Venâncio Aires a imigração chegou depois, quando já havia um povoado um pouco mais expressivo, mas isso não impediu que se constituísse o mesmo discurso:

Nas colônias oficiais, todo o trabalho agrícola necessariamente tinha que ser realizado pela família do colono. Aos imigrantes não foi permitida a posse de escravos. Isso fez com que o progresso das colônias sempre repousasse no trabalho livre. Por essa razão, a progressiva libertação dos escravos pelo governo brasileiro não trouxe qualquer problema para as regiões coloniais. O mesmo porém, não se pode afirmar em relação às áreas pastoris de atual município e no que diz respeito a cidades vizinhas – mormamente General Câmara, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul- que, com a abolição, tiveram reflexos econômicos consideráveis que agravaram ainda mais os problemas de suas economias. Nas áreas de colonização de Venâncio Aires, todos trabalhavam, homens, mulheres, crianças e velhos, o que concorreu para uma formação sócio-cultural diferenciada dos teutodescendentes em relação aos luso-brasileiros. Com respeito ao papel das mulheres, já na segunda metade do século XIX, era possível verificar essa diversidade cultural. (VOGT, 2004, p. 129).

Um povo a frente do seu tempo? realmente. E neste caso há um elemento que não é tão evidente no discurso teuto-brasileiro da cidade vizinha, a oposição a uma identidade lusa dentro do próprio território da cidade. Como coloquei antes, Venâncio Aires já tinha um povoado quando se inicia a imigração, ou seja, seria impossível anular a presença de outro grupo, portanto se cria a ideia de que as áreas de colônia tinham uma estrutura social e de trabalho diferente sendo a base para uma formação social e cultural oposta à dos lusos-brasileiros. Mas será que esses imigrantes eram assim tão isolados?

Para responder a essa pergunta voltemos ao documento original da Irmandade. Neste documento a palavra que define a condição dos irmãos está em alemão, certo? Pois muito bem, isso significa que quem escreveu aquele documento era nativo do alemão. Se compararmos o original com sua cópia, alguns nomes estão com a grafia incorreta, como Aascheko e Pacheco, muito provavelmente porque eram nomes de outro idioma, estranhos a quem escreveu. Ora, ora veja só, parece que os imigrantes e seus descendentes de Venâncio Aires também tiveram contatos muito próximos com escravizados e tiveram seu papel na legitimação desta condição.

Agora que nivelamos e fizemos o reconhecimento dos territórios e suas características, preciso mostrar para vocês a lupa usei para ver mais de perto os sujeitos e suas relações nesses lugares, este é o ponto crítico de tudo, o ponto em que os mistérios são desvendados, ou não.

1.2.1 Em busca dos irmãos e irmãs de São Sebastião

Uma das coisas que me motivaram a cursar História foram os filmes do Indiana Jones, eu adorava assistir as aventuras do arqueólogo que saía pelo mundo vivendo coisas incríveis e enfrentando perigos para manter objetos históricos a salvo daqueles que queriam usá-los para o mal. De todos, o meu preferido é Indiana Jones: a Última Cruzada, aquele do Santo Graal, sabe. Eu não me tornei arqueóloga e não entro em cavernas cheias de cobra, mas de certa forma aqui tem um pouco de aventura.

Quando comecei a pesquisar a Irmandade, eu comecei por ela. Procurei a Irmandade de São Sebastião Mártir em tudo que é acervo possível. Na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, na paróquia de Venâncio Aires, no Museu do município e na secretária de habitação, responsável por guardar os registros do cemitério, gastei a sola do tênis de tanto caminhar. Também procurei na internet, atrás de qualquer rastro ou pista. Falei com o padre, com os diáconos, secretárias, equipe do Museu, historiadora da Cúria. Troquei inúmeras mensagens com colegas pesquisadores da temática e ou da cidade. E nada, nada de novo. Ênio Grégio cruzou listas feitas por outros autores com documentos do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, AHGRS, do Arquivo da Cúria Metropolitana, de relatórios de presidentes da Província e com base nisso elaborou uma tabela com todas as Irmandades e Ordens Terceiras do estado. E a Confraria de São Sebastião não consta, dado que em nenhuma dessas bases de dados ela foi citada. Como coloca o próprio autor:

Acredito que as irmandades identificadas até aqui não representam a totalidade das que existiram no período e, portanto, essa lista não está completa. Varias outras devem ter funcionado em diversas freguesias e por não passarem pelo processo de reconhecimento religioso e civil, suas existências ficaram restritas aos documentos paroquiais. Exemplo disso é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de Santa Maria da Boca Monte, que é objeto do nosso objeto deste estudo. Ela não passou por esse processo de reconhecimento, não está na lista do arcediogo Vicente Lopes e não há

qualquer registro sobre ela na Cúria Metropolitana de Porto Alegre e nem do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porém, os livros tombos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria registram suas atividades desde o ano de 1873. (GRIGIO, 2018, p.65)

Tem ideia de como é frustrante? Meses procurando, arquivo depois de arquivo. Venâncio Aires é uma cidade pequena, há uma pessoalidade muito grande nas relações, não se manda e-mail, tu tens que ir nos lugares, falar com as pessoas, responder a todos, absolutamente todos os questionamentos. Desta forma, para acessar a documentação da paróquia eu precisei explicar a minha situação para as recepcionistas e marcar um horário com o padre responsável para dali a três semanas. Ali eu descobri que muitas pessoas buscam o padre atrás de conselhos para resolver seus problemas domésticos e familiares, principalmente mulheres, ele achou que fosse o meu caso. Bom não era, mas quase prometi encomendar uma missa ao santo padroeiro caso surgisse novidade. Depois que ele autorizou eu pude acessar o livro-tombo, onde achei a cópia apresentada no início deste trabalho, mas que eu já sabia que estava lá, só precisava vê-la e fotografá-la.

Em todos os lugares do município que fui, eu tive que explicar do que se tratava e responder a todas as perguntas, nossa, quantas perguntas. Frustração! Achei que iriam recolher meu diploma, porque eu não estava sabendo fazer o meu trabalho. Duvido que o Indiana tenha sentido isso. Como se isso já não fosse o suficiente no meio disso tudo, teve uma pandemia, um vírus, uma coisa que a gente nem enxerga, mas que atravessou oceanos em questão de poucos meses e fechou todo, parou com tudo. Pois é, lhe disse que era o ponto crítico.

Antes de qualquer coisa, esta foi a minha primeira percepção: pesquisar escravidão e escravizados no interior é difícil, dado que não se admite a sua existência. Em todos os livros sobre o município ela é citada, como pudemos observar nos trechos sobre Brígida. Todavia é isso, ela é citada apenas, os cativos e cativas não tem nome, idade ou história, estavam ali porque sim. São citados porque não há como esconder que existiu, porque se desse negariam, como se fez em Santa Cruz do Sul. Ainda assim, essa citação é vaga, não se fala a quantidade, a proporção ou diluição, é aquela coisa incômoda, obscura, o elefante branco, a mancha na história. Os trabalhos sobre isso na região são poucos e bem recentes, da última década, e muitos ainda estão se desenvolvendo, não há uma tradição de décadas de estudos, então poucos são os que

podem te ajudar e te repassar informações, mas ainda assim fazem. Sobre os imigrantes e os portugueses existem todo tipo de registro, se você for ao museu da cidade vai encontrar até vidro e pedaço de roupa deles. Minha situação já estava beirando o desespero.

Então, eu decidi mudar de estratégia, ou melhor, de método. Como eu não encontrava a irmandade em lugar nenhum, decidi procurar então pelo nome dos irmãos e irmãs que constavam no registro. Existem algumas ferramentas digitais de busca como os Catálogos da Escravidão criados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, os quais reúnem cartas de liberdade, inventários, testamentos, processos-crime e cartas de compra e venda de escravizados de todo estado. Porém, veio um problema, como se eu já não tivesse o suficiente. No registro da confraria consta “Manoel da Costa” “Escravo”. Quem trabalha com escravidão sabe que cativos não costumam ter sobrenome nos documentos, e digo mais, este era um nome muito comum: como saber se era esse mesmo que eu estava procurando, dado que eu não tinha maiores informações sobre a organização?

Procurar sujeitos históricos pelo nome foi consagrado pelo método onomástico, oriundo da micro-história italiana, que te permite achar indivíduos nos mais variados documentos procurando pelo seu nome. Mas ainda que sua utilidade seja indiscutível, ele contém suas armadilhas. O pesquisador argentino Diego Galeano investigou a trajetória de dois imigrantes europeus que viveram na América do Sul e se tornaram grandes falsários internacionais de moedas. O autor pesquisou dois homens, Georges Raimbault e Albino Mendes, um francês e outro português, respectivamente, que são fotógrafos de profissão que se tornam falsários de moedas na América do Sul. Um dos pontos interessantes no relato da pesquisa deste autor é a dificuldade de rastrear os falsários pelos seus nomes.

Em primeiro lugar, o quase óbvio: nem todos os nomes são iguais. “Pedro Martins” e “José Guimarães” foram falsários que pediram *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, assim como italiano Mattiolo Bonfiglio e o francês Raimbault. Mas no caso desses migrantes portugueses, a busca onomástica, nas bases se torna inespecífica, pela quantidade de outros indivíduos com o mesmo nome. Em segundo lugar, se Mattioli Bonfiglio e Georges Raimbault apresentam a vantagem de raridade nominal, o reverso da mesma moeda é que seus nomes são frequentemente mal escritos na imprensa e em outros registros. Dificilmente um redator de Jornal tivesse dificuldade para escrever “Pedro Martins” ou “José Guimarães”, enquanto Rambault podia devir Raimbaud, Reimbault, Reimbaud, Rimbault, entre outras grafias

que dificultam e limitam as buscas. Em terceiro lugar, a situação se torna ainda mais complexa no caso dos criminosos, que por vezes mudam propositalmente seus nomes para iludir a vigilância policial e evitar condenações por reincidência. (GALEANO, 2018, p. 17)

Desta forma, Galeano expõe a dificuldade de trabalhar com nomes e trajetórias. Embora no caso dele se tratasse de imigrantes europeus falsários na primeira república e no meu caso de escravizados e livres no fim do século XIX, as barreiras são muito parecidas, já que do original para a cópia a grafia de muitos nomes mudou. Nas primeiras tentativas de busca nos catálogos, Antônio, por exemplo, constavam por volta de 5000 somente nos livros de compra e venda, entre vendidos e vendedores, mas Antônio da Rosa só aparecia como comprador/vendedor. Porém, outros nomes como Thereza Januária, não foi encontrado nenhum registro.

Então comecei a considerar a possibilidade de buscar por outras pessoas escravizadas que pudessem me dar uma ideia de como era a vida dos irmãos de São Sebastião, mas como faria isso se eu não sabia outros nomes de outros escravizados?

Após dias de reflexão, o acaso me deu dica. Estava na prefeitura de Venâncio Aires, para assistir a uma palestra, quando me vejo em frente a galeria de prefeitos do município e de repente um dos nomes dentre os de muitos homens brancos de barba me chamou atenção, o nome era Antônio de Azambuja Vilanova Filho, que foi integrante da junta governativa que existiu logo no primeiro ano de fundação do município e também foi intendente, mas por algum motivo que ainda desconheço ele não cumpriu nenhum dos mandatos até o fim. Aliás não foi seu nome, mas sim seu sobrenome que me chamou a atenção, Azambuja e Vilanova, juntos ou separados, são sobrenomes bastante conhecidos de famílias importantes no estado. Ao voltar para casa comentei com uma amiga, Franciele Rocha de Oliveira, que pesquisa trajetória de famílias negras em Santa Maria e em sua dissertação trabalhou com Rodrigo de Azambuja Vilanova, que foi Presidente da Província do estado. Ao perguntar se ela conhecia esse Azambuja Vilanova, ela me disse que havia uma carta de liberdade no site do APERS com seu nome. Na transcrição diz o seguinte:

Deolinda; Sr. Antônio de Azambuja Vilanova Filho; dt. conc. 09-08-84; dt. reg. 07-09-84 ; da Freguesia de São Sebastião Mártir (Livro 1, p. 24r). Desc.: A carta foi concedida com a condição da escrava prestar “a mim, à minha família ou herdeiros ou quem eu designar os seus serviços pelo espaço de 5 anos a contar de hoje nos termos da Lei 2040 de 28-09-71, art. 4º, § 5º e

Regulamento 5135 de 13-11-72, art. 63 e 83. Indenização pecuniária desses serviços no caso de a pretender para isentar-se dessa obrigação será calculada na razão de 20\$, por cada mês de serviço de que pretender remir-se”. A escrava estava matriculada em Taquari com os nº 449 da matrícula geral. [APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 2, p. 902r. Concessão: 09-08-84. Registro: 07-09-84.]

Foi neste momento que percebi qual deveria ser meu método: buscar pelo nome dos senhores, pois meu palpite estava certo, aquele sobrenome importante tinha algo a me dizer. Então abri a galeria de prefeitos que também está disponível no site da prefeitura e comecei a olhar os nomes dos primeiros prefeitos e intendentess. Aqui entra outra ferramenta de busca, o site Family Search, que é mantido pela Igreja Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias e dispõe de genealogias e fotos de documentos de famílias de diversas partes do mundo, inclusive do interior do estado do Rio Grande do Sul, realmente uma benção.

A partir daqui eu procedi da seguinte forma: peguei o nome de um intendente e procurei sua árvore genealógica no Family Search e depois procurei nome por nome, dos pais, esposas, sogros e avós, e quem mais aparecesse, nos catálogos do APERS. À medida em que procurei pelos intendentess, outros senhores foram aparecendo. Entre eles Domingos Pereira da Costa, genro de José Joaquim da Cruz, está percebendo os sobrenomes? Pois é, eu também percebi. Procurei por todos os nomes ligados ao primeiro e encontrei um inventário do segundo, de 1877¹². Segundo o catálogo do APERS¹³ neste inventário constavam sete escravizados, dentre os quais estavam Manoel, João, Apolinário e Agostino. Encontrei também o inventário de Fausta Felícia da Rosa¹⁴ a partir da árvore genealógica de Constantino José da Rosa. Neste documento entre os escravizados estava uma Angélica. No inventário de Eufrásia Maria da Conceição entre seus 23 escravizados está Pedro.

Antes de procurar a Irmandade eu nunca tinha trabalhado com escravidão, minha pesquisa era voltada somente para o pós-abolição e a diferença que existe entre eles é gritante, não apenas por seus marcos temporais, mas também em termos de fontes. Para

¹² APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo nº: 1144. Ano: 1877.

¹³ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança/* Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, vol. 4.

¹⁴ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo nº: 139. Ano: 1882

quem nunca viu um inventário deixe-me explicar que nele são listados absolutamente todos os bens da pessoa, tudo que ela possui, terras, objetos, joias, animais e escravos (como está na fonte). Estes dois últimos constam no item bens semoventes em que vacas, porcos, escravos e cavalos são listados juntamente com a condição em que se encontram (se doente ou não), sua idade e valor.

João, 23 anos, crioulo, profissão agrícola; Apolinário, pardo, 48 anos, doente, profissão agrícola; Agostinho, 49 anos, crioulo, doente profissão agrícola; Manoel, pardo, 23 anos, agrícola; Orlando, 19 anos, crioulo, filho natural de Maria; Modesto, 16 anos, crioulo, filho natural de Silvana, profissão agrícola; Henriqueta, 20 anos, crioula, filha natural de Silvana, profissão agrícola. São todos os escravizados listados por Domingos Pereira da Costa inventariante de seu falecido sogro. No auto de partilha consta que Modesto fica com Antônio Berlim da Cruz, João e Manoel ficam com o inventariante, Agostino fica com Joaquina Constantina da Rosa, Feliciano Fagundes da Cruz herda Orlando, Henriqueta ao que parece ficou dividida entre Antônio Berlim da Cruz e José Fernandes da Cunha. O documento não fala qual foi o destino de Apolinário.

Assim, sabemos que os sobrenomes adotados pelos confrades Manoel, Apolinário, Agostinho e João advêm de seus senhores. Apolinário e Agostino optam por ficar com o nome de seu antigo senhor, que era da Cruz, e Manoel fica com da Costa, sobrenome do inventariante a quem passou a pertencer, assim como João que consta no original como João do Costa. Esta escolha costuma ser muito estudada no pós-abolição e tida como estratégica e articulada: “Reconhecer ou negar um sobrenome ao ex-cativo possuía um significado político: é como se o antigo senhor, representado através de seu nome, conferisse um aval para a validação do testemunho do ex-escravo.” (WEIMER, 2007, p. 224). Assim, parece que os confrades que estavam montando uma organização que precisava de autorização tanto senhorial, quanto eclesiástica para funcionar viram nestas opções formas de tecer respeito e reconhecimento.

Ter sobrenome simbolizava em uma instância mais profunda um ato de auto-humanizar-se, sair da violenta lista de bens semoventes, se inserir nas relações sociais e ter marcadores que fossem além daqueles do cativo apresentados no inventário: “a aquisição de um sobrenome era análoga à negação da condição de “negro” ou “preto”, ou seja, em ambos os casos, o abandono de signos distintivos do não-cidadão, do segregado, do marginal.” (WEIMER, 2007, p. 224).

No inventário de Eufrásia Maria da Conceição¹⁵ entre as suas duas dezenas de escravizados está a lista de nomes que foram matriculados por seu marido Bento José da Rosa. A lista na verdade é uma tabela, que reproduzo abaixo:

Quadro 1: Cativos do Inventário de Eufrasia Maria da Conceição

Nº	Nome	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observação
01	Angélica	Fulo	68	Solteira	S. Amaro	de Izabel	Regular	Agricultor	Liberta a 18 de (?) de 1873
02	Felicidade	Preta	60	Cazada	S. Amaro	De Izabel	Regular	Agricultor	
03	Ignacio	Preta	64	Cazado	S. Amaro	de Izabel	Regular	Agricultor	Pertence a filha Josefina
04	Pedro	Preta	61	Solteiro	Santo Amaro	de Izabel	Regular	Agricultor	Faleceo 22 de abril de 1872
05	Paulino	Preta	46	Solteiro	Santo Amaro	Filho natural de Angélica nº 1	Regular	Agricultor	
06	Prudencio	Preta	33	Solteiro	Santo Amaro	Filho natural de Angelica nº 1	Regular	Agricultor	
07	Innocencia	Preta	49	Solteira	Santo Amaro	Filho natural de Angelica nº 1	Regular	Agricultor	
08	Manoel	Preta	10	Solteira	Santo Amaro	Filho natural de Innocencia nº 7	Regular	Agricultor	
09	Amaro	Preta	5	Solteiro	Santo Amaro	Filho natural de Innocência nº 7	Regular	Agricultor	
10	Maria	Preta	2	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Innocência nº 7	Regular		
11	Antonia	Parda	31	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Angélica nº 1	Regular	Costureira	
12	Angelica	Parda	3	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Antonia nº 11			
13	Zeferino	Parda	2	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Antonia nº 11			

¹⁵ APERS. Taquari/RS. Vara Provedoria. Inventários *post mortem*. Processo nº: 04. Ano: 1873

14	Rita	Parda	1	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Antonia nº 11			
15	Helena	Preta	42	Solteira	Santo Amaro	Maria Falecida	Regular	Agricultora	
16	Mauricia	Preta	11	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Helena nº 15	Regular	Agricultor	
17	Felicia	Parda	8	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Helena nº15	Regular	Agricultora	
18	Manoel	Parda	2	Solteira	Santo Amaro	Filho natural de Helena nº15			
19	Julia	Preta	40	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Felicidade nº 2	Regular	Agricultora	
20	Antonia	Parda	7	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Julia nº 19	Regular	Agricultora	
21	Maria	Preta	2	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Julia nº19	Regular	Agricultora	
22	Laurentina	Parda	7	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Clemencia	Regular	Agricultor	
23	Luzia	Parda	6	Solteira	Santo Amaro	Filha natural de Aniceta liberta	Regular	Agricultora	
24	Francisco	Parda	5	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Aniceta liberta			
25	Leandro	Parda	4	Solteiro	Santo Amaro	Filha natural de Aniceta liberta			

(?) à matricula e matriculados

09 de abril de 1872

Pagou dois mil e quinhentos de emolumentos

Provincia de Rio Grande do Sul, município de Taquary

Parochia de Santo Amaro, 29 de abril de 1872

Bento José da Roza

Inscrição nº 109 dos escravos pertencentes a Bento José da Roza residente na província do Rio Grande do Sul município de Taquary parochia de Santo Amaro:

Nº	Nome	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observações
26	Joaquim	Preta	28	Solteiro	Santo Amaro	Filho natural de Maria Falecida	Regular	Agricultor	

(?) à matrícula e matriculados
 11 de Maio de 1872
 Pagou [?] e quinhentos de emolumentos
 Província de Rio Grande do Sul, município de Taquary
 Parochia de Santo Amaro, 11 de maio de 1872
 Bento José da Roza

Desta tabela para a lista de bens semoventes apenas três escravizados não constam: Pedro, dado como falecido; Ignácio, que já pertencia à filha do senhor Josefina; e Angélica, liberta. Todos os escravizados são listados como naturais de Santo Amaro e agricultores, assim como no inventário anterior. Em 1872-3 o Faxinal dos Tamancos pertencia ao município de Taquari e segundo Karen Pires (2016) possuía 2.662 cativos que trabalhavam em sua grande maioria no campo:

Os fazendeiros em sua maioria possuíam terras florestais, sendo que grande parte dos territórios dos municípios localizados na região serrana e no Planalto era coberta por matas. Segundo Christillino (2010), foram a agricultura e a extração da erva-mate que movimentaram as economias municipais. No município de Taquari, essas atividades eram mais importantes do que a pecuária, sendo a erva-mate o produto que mais contribuiu para os impostos no período de 1850 a 1876. (PIRES, 2016, p. 143)

A quantidade de escravizados possuídos por Eufrásia e seu marido é impressionante e evidencia que eles eram uma família muito poderosa na região. Ao estudar os inventários dos proprietários de escravos de Rio Parto, Melina Perussatto (2010) expõe que neste período (1870-1879) ocorre uma concentração de escravizados nas propriedades dos grandes e médios donos:

O percentual de proprietários de escravos em relação à totalidade de inventariados do período diminui cerca de dez pontos percentuais, se comparado com o período anterior: de 82,3% para 72,5%. Por outro lado, aumenta a participação de homens nas posses que nesse momento perfazem 54,9%. O percentual de pequenas (80,1%) e médias e grandes (19,9%) posses se mantém, porém os médios e grandes passam a concentrar a maioria da posse de trabalhadores inventariados (54%). (PERUSSATTO, 2010, p. 67).

Para identificar o tamanho das posses a autora parte da ideia de *Faixa de Tamanho de Posse* utilizada também por outros autores e é organizada da seguinte forma:

- Pequena*: de 1 a 9 escravos, libertos ou ingênuos.
- Média*: de 10 a 19 escravos, libertos ou ingênuos.

□□*Grande*: mais de 20 escravos, libertos ou ingênuos. (PERUSSATTO, 2010, p. 64).

Assim, o casal Eufrásia e Bento estão no grupo dos grandes proprietários de sua época. Inclusive Bento José da Rosa é figurinha carimbada na lista de compra e venda de escravizados, no qual aparece vendendo diversas crianças, sete para ser mais exata, com idades que variam de seis a quinze anos de idade, todas meninas e provavelmente eram filhas das mulheres de sua senzala. Portanto, se no inventário em 1872 ele possuía 26 cativos, somando essas setes crianças ele e sua esposa chegaram a ter 33 cativos. Estas transações somaram 5 contos e 600 mil réis que provavelmente foram incorporados ao montante final de 41 contos, 251 mil e 40 réis de fortuna inventariada. Eu não realizei um levantamento completo como Perussatto, por não ser um dos objetivos do trabalho, todavia este foi o maior inventário que encontrei até agora, ou seja, senhores desse porte não eram comuns ali.

Entre os 26 escravizados está Leandro, pardo de seis anos. Na tabela acima Leandro consta como filho natural de Aniceta liberta, ou seja, o pai é desconhecido, assim como seus irmãos, mas em seu registro de venda¹⁶¹⁶ diz que Bento José da Rosa é seu pai. Podendo significar que seus irmãos Francisco e Luzia também são filhos de Aniceta com Bento e talvez por isso ela foi liberta. A venda foi feita em 1876 por Francisco Bento da Rosa, filho de Eufrásia Maria e Bento José.

O pequeno Leandro não é o único cativo que aparece sendo negociado pelo herdeiro Francisco que além da fortuna herdou do pai a familiaridade com o negócio de gente. Francisco aparece outras três vezes vendendo cativos, dessa vez a transação foi de Helena e seus dois filhos Felícia e Manoel em 1874¹⁷. Nesse caso, diferente de Leandro e seus irmãos eles não foram separados da mãe e nem entre si, sendo vendido para uma única pessoa.

Houve um período em que o padre da paróquia da Villa de Santa Cruz foi responsável pela Freguesia de Santo Amaro. Nesta época o território de Faxinal dos Tamancos pertencia a essa Freguesia, assim, muitos senhores de Faxinal batizaram os filhos de suas cativas ali. O pesquisador Guilherme Spindler teve a gentileza de me ceder um conjunto de fontes que ele trabalhou e tabelou. O conjunto inclui batizados de cativos de ventre livre e registros de óbito de cativos. Segundo Luciano Gomes:

¹⁶ APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 15, p. 14v. Data da Venda: 26/06/1876.

¹⁷ APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 24, p. 18r. Data da Venda: 09/11/1874.

O batismo é o ato religioso que introduz o indivíduo na comunidade cristã. No império português, o ritual tornara-se particularmente importante, pois se constituiu como um pré-requisito para a participação na comunidade política – mesmo para os escravos na colônia americana [...]. Justamente pela importância deste ritual no cotidiano dos súditos da Coroa portuguesa, os livros de batismos tornaram-se, hoje, uma das fontes seguras para o estudo da sociedade brasileira no período colonial e imperial. (GOMES, 2013, p.01)

Desta forma, esses registros são fontes confiáveis para quem trabalha com escravidão. Aqui nessa parte as pessoas são muitas, então antes de lhe *afogar em nomes*, ofereço-lhe o que acredito ser um bote salva-vidas: nas páginas seguintes você encontra o que eu chamei de mapas das relações sociais. Eu usei alguns destes registros para ilustrar os vários tipos de relações que atravessavam e hierarquizavam essa sociedade e como elas se legitimavam também.

Nestes registros aparece a continuidade da linhagem de Aniceta, desta vez sua filha Luzia teve seu filho registrado. Aniceto¹⁸ foi batizado em 1881 e Paulino Xavier Pacheco, um dos herdeiros de Bento José, consta como dono de Luzia. Aniceta consta como avó e madrinha do neto, ou seja, ela continuou a acompanhar seus descendentes após a emancipação.

Paulino aparece também como dono de Maria que teve o pequeno João¹⁹ e Simão²⁰. E como proprietário de Lucia que era mãe de Anabela²¹ e Firmino²². Assim,

¹⁸ Aniceto. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.11v. Registro de batismo de Aniceto, batizado em 11/03/1882. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNR-7?i=14&cc=2177295&cat=415560> Último acesso em 02 de abril de 2021.

¹⁹ João. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886. Registro de batismo de João, batizado em 15/11/1879, p.8v. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-R?i=11&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²⁰ Simão. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 14v. Registro de batismo de Simão, batizado em 20/01/1884. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNB-4?i=18&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²¹ Anabela. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1876-1886, p.6. Registro de batismo de Anabela, data 20/01/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNT-N?i=537&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²² Firmino. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 6. Registro de batismo de Firmino, batizado em 20/01/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNT-N?i=8&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

além das riquezas e cativos que herdou, Paulino também tutelou crianças nascidas após a lei do ventre livre.

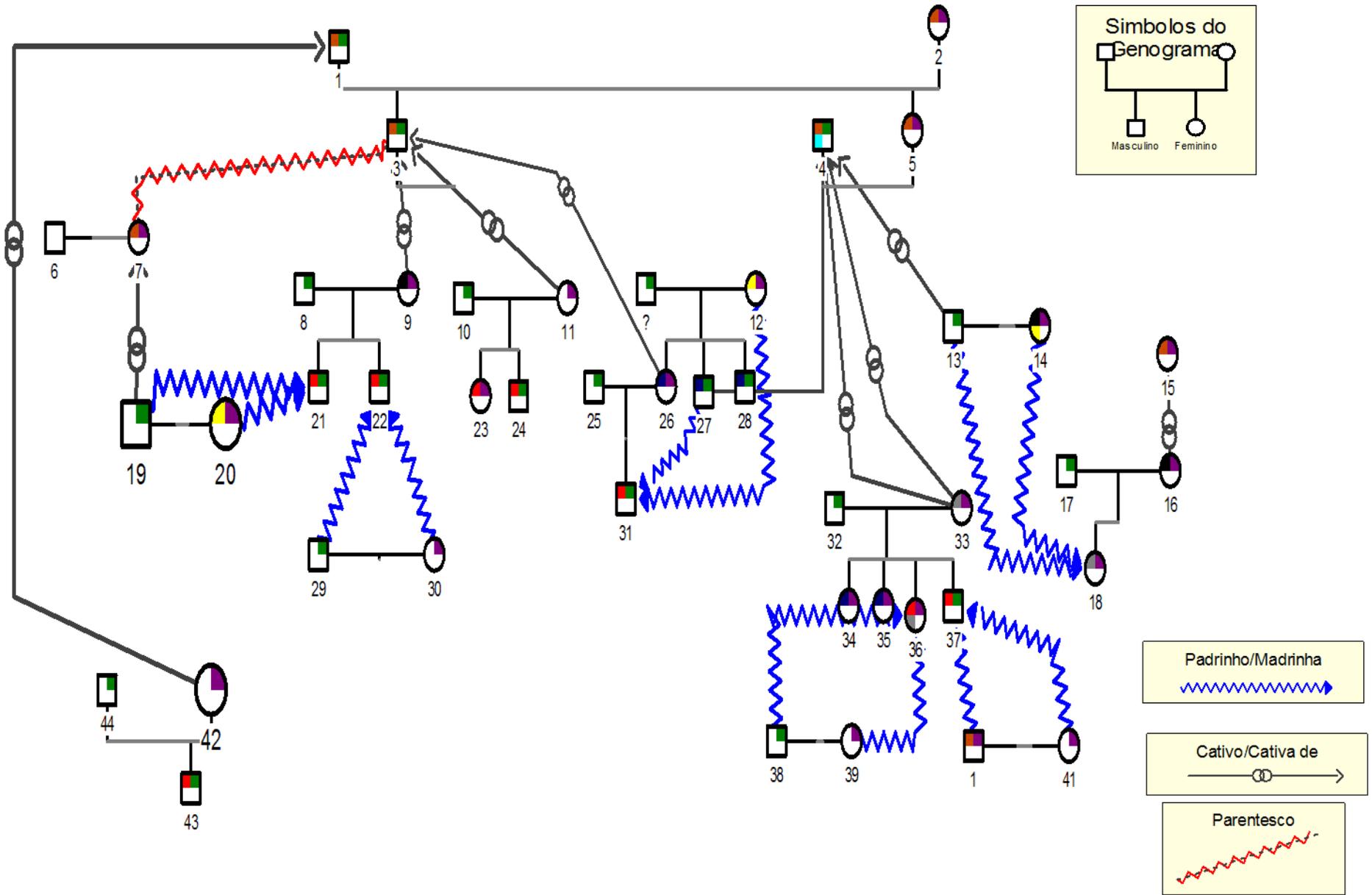
Os padrinhos de Anabela foram Bento José da Costa e Genovessa Francisca Pacheco, que ao que tudo indica eram brancos e possivelmente parentes de Paulino. E João teve como padrinho Antonio, escravo de D. Maria Angelica Pacheco, e como madrinha Maria Ignacia, forra.

Aniceto tinha como padrinho Francisco, que foi registrado por Cristiano Schwengler, assim como Prudêncio que era padrinho de Angélica²³, parda filha de Castorina, preta; Angélica a ingênua tinha também uma madrinha chamada Angélica, liberta. Essas relações evidenciam que os escravizados de Faxinal procuravam estabelecer ligações diversas. Anabela possuía padrinhos possivelmente brancos, já João e Aniceto possuíam padrinhos escravizados, mas também madrinhas livres criando ou reforçando laços com alguém que é livre e, portanto, possui mobilidade maior, o que os aproxima da liberdade.

Aqui tem-se uma outra questão interessante sobre o dono de Francisco e Prudencio, Cristiano Schwingel ou Schwengler, depende do registro. O sobrenome de Cristiano é de origem alemã, o que indica que provavelmente ele era alemão ou descendente. Ele era casado com Faustina da Rosa, uma das herdeiras de Eufrásia Maria, e eles ficaram com Prudêncio no inventário. Eles moravam em Santo Amaro e seus dois escravos tinham relações de compadrio entre si e com outros cativos. Tanto Paulino quanto Constância constam como moradores do Faxinal de São Sebastião. Desta forma, ainda que não fique claro que Cristiano residia em Faxinal, esta não deixa de ser uma possibilidade, dado que seus dois escravizados tinham relações familiares com escravizados que ali residiam.

²³ Angelica. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1876-1886, p.7v. Registro de batismo de Angelica, data 19/01/1879. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN5-4?i=539&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

Ilustração nº 1: Mapa das Relações Sociais, Venâncio Aires.



Quadro 2: Nomes do mapa de relações 1

Número	Nome	Número	Nome
1	Bento José da Rosa	23	Anabella
2	Eufrásia Maria da Conceição	24	Firmino
3	Paulino Xavier Pacheco	25	?
4	Cristiano Schwingel ou Schwengler	26	Luzia
5	Faustina da Rosa	27	Francisco
6	?	28	Leandro
7	Angélica Pacheco	29	João Caetano Pere
8	?	30	Maria Paulina da C
9	Maria, preta	31	Aniceto
10	?	32	?
11	Lucia	33	Julia, parda
12	Aniceta, Liberta	34	Antonia
13	Prudêncio	35	Maria
14	Angélica, preta forra	36	Rosa, parda
15	Constância Maria da Roza	37	Manoel
16	Castorina, preta	38	Luiz Antonio da Sil
17	?	39	Maria Francisca da
18	Angélica, parda	40	Bento José da Ros
19	Antônio	41	Anna da Rosa
20	Maria Inacia, forra	42	Joaquina
21	João	43	José Luiz
22	Simão	44	?

-  Filhos de Ventre Livre
-  Homem
-  Senhora de Escravos
-  Mulher
-  Mulher/Crioula
-  Mulher/Parda
-  Homem/Crioulo
-  Mulher/Liberta/Forra
-  Mulher/Preta
-  Senhor de Escravos
-  Mulher/Preta/Liberta/Forra
-  Teuto/Senhor de Escravos
-  Teuto
-  Filha de Ventre Livre
-  Filha de Ventre Livre Parda

Se é difícil determinar melhor a morada de Cristiano, o mesmo não se pode dizer de Daniel Warendorf, morador de Faxinal de Santa Cruz e natural da Alemanha. Daniel chegou a possuir duas escravizadas e três tutelados. Olimpia, que deu à luz a Joaquim²⁴, registrado em 1872, e Luiz²⁵, registrado em 1874; ele teve também a posse de Eva, que era mãe de Marianna²⁶ que foi batizada pouco antes de falecer aos seis dias de vida e foi sepultada no cemitério da Igreja de São João (Igreja matriz da já emancipada villa de Santa Cruz do Sul) em 1881.

Os padrinhos do menino Joaquim foram Joaquim Antônio e Bendisa, ambos escravizados de Agostinho de Barros. Talvez o nome do pequeno tenha sido uma homenagem a seu padrinho. Já Luiz teve como padrinhos Timotheo de Amaral e Tereza Roza Velloso. No assento de batismo da pequena Mariana consta que Daniel morava nos subúrbios da Villa e os seus padrinhos foram Claudio José da Silva e Lucia Gularte de Oliveira.

Daniel Warendorf não é o único de sobrenome teuto que consta nos documentos. Nos registros de óbito e sepultamento de cativos, Nicolau Scherer aparece duas vezes. A primeira como proprietário de José²⁷, falecido aos 60 anos de idade em 1865 e sepultado na capela de São Pedro do Rincão del Rei. Seu segundo registro é em 1878, no qual sua cativa Maria Luiza faleceu²⁸ aos 54 anos e foi sepultada no mesmo cemitério que José. Maria Luiza foi comprada²⁹ por ele, que aqui aparece como Nicolau Chero, em 1847, com 23 anos de idade, e assim como José serviu a ele até sua morte.

²⁴ Joaquim. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 2. Registro de batismo de Joaquim, batizado em 30/05/1872. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN2-W?i=3&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²⁵ Luiz. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886. Registro de batismo de Luiz, batizado em 29/03/1874, p. 3v. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNP-L?i=6&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²⁶ Marianna. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.10. Registro de batismo de Marianna, batizada em 28/06/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNG-Z?i=13&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²⁷ José. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos de escravos, 1860-1885, p.1. Registro de óbito de José, data 13/10/1865. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CFT-9?i=168&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²⁸ Maria Luiza. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos de escravos, 1860-1885, p.2. Registro de óbito de Maria Luiza, data 09/12/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler. e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CFT-M?i=169&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

²⁹ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 13, p. 66r. Data da Venda: 17/03/1847.

Servir a estes senhores até a morte também foi o destino de Francisco³⁰, que mesmo aos 100 anos só se livrou dos grilhões em seu lugar de descanso eterno, o cemitério da Igreja Matriz de São

João em 1875, sua dona era Carlota Pedrozo Lewis. José³¹ por outro lado era ingênuo, como está em seu registro, quando morreu com pouco mais de 1 ano e foi enterrado no mesmo cemitério que Francisco em 1880. Neste caso, o que chama a atenção é sua mãe tinha nome e sobrenome, Maria Leopoldina da Conceição, escrava de Francisca Julia Gomes Sezyborowsky ou Pazyborowski como aparece no assento de batismo de Ernesto, também filho de Maria Leopoldina em 1874. Aqui Francisca Julia está como viúva de Carlos Pazyborowski. Os padrinhos do pequeno Ernesto foram Manoel (...) Coelho da Silva e Idalina Wernz.

O fato de Maria Leopoldina ter um sobrenome diferente dos seus senhores pode indicar muitas coisas, uma delas é que ela poderia ter pertencido a uma família com este sobrenome. Nos assentos de batismo existem outras mães Marias cativas com este mesmo sobrenome Lucia Maria da Conceição cativa de Bernardina Joaquina da Rosa Lopes e Maria Bemvinda, pertencente a Adão Schirmer, aquele do processo-crime dono do Lucas. Esta última escolheu para amadrinhar seu pequeno, que também chamou de Ernesto³², Maria Ricarda da Conceição. O fato de as três mães (Maria Leopoldina, Lucia Maria e Maria Bemvinda) terem este sobrenome e duas terem escolhido o mesmo nome para seus filhos (os filhos de Maria Leopoldina e Maria Bemvinda se chamavam Ernesto) talvez seja por haver um elo entre elas, que não passe pela casa dos senhores, um elo também de amadrinhamento, dado que Maria Bemvinda também foi madrinha de Arnaldo³³ rebento

³⁰ Francisco. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos de escravos, 1860-1885, p.1v. Registro de óbito de Francisco, data 04/02/1875. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CFT-M?i=169&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

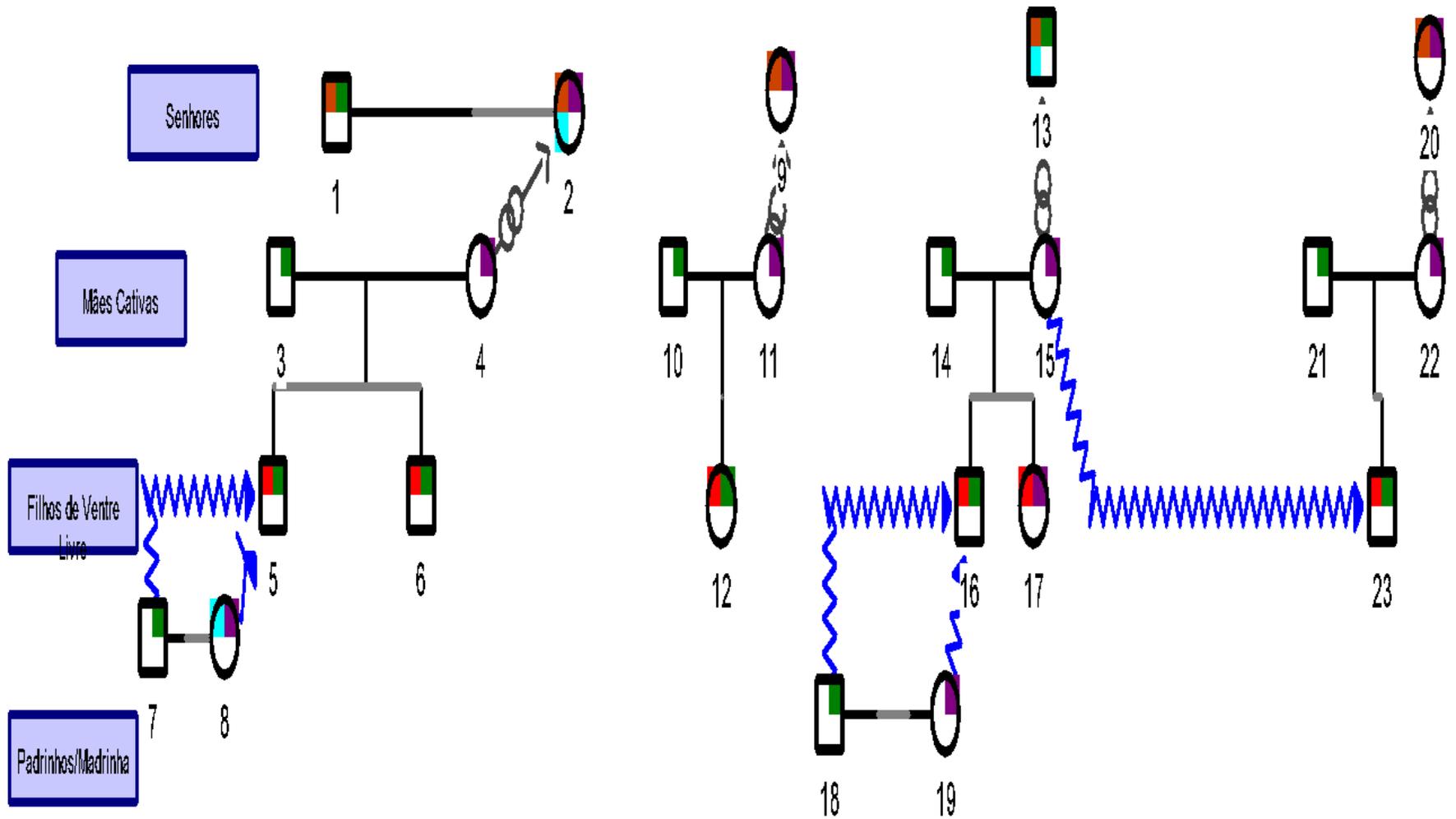
³¹ José. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos Filhos de mulher escrava, 1873-1882, p.1. Registro de óbito de José, data 08/05/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CNP-3?i=175&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

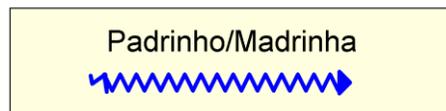
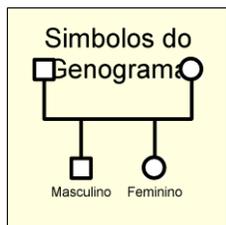
³² Ernesto. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 9. Registro de batismo de Ernesto, batizado em 07/11/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-R?i=11&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

³³ Arnaldo. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1876-1886, p.15. Registro de batismo de Arnaldo, data 14/11/1884. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNB-4?i=547&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

de Maria Joanna em 1884 (mas esta Maria não era está registrada como da Conceição). Na imagem a seguir é possível visualizar mais de perto a teia em que estavam essas mulheres.

Ilustração nº 2: Mapa das Relações Sociais, Santa Cruz do Sul





Quadro 3: Nomes do mapa de relações 2

Número	Nome
1	Carlos Pazyborowski (falecido)
2	Francisca Julia Gomes Sezyborowsky ou Pazyborowski
3	?
4	Maria Leopoldina da Conceição
5	Ernesto
6	José
7	Manoel (...) Coelho da Silva
8	Idalina Wernz
9	Bernardina Joaquina da Rosa Lopes
10	?
11	Lucia Maria da Conceição

12	Celestina
13	Adão Schirmer
14	?
15	Maria Bemvinda da Conceição
16	Ernesto
17	Maria Idalina
18	Adriano José da Silva
19	Maria Ricarda da Conceição
20	Alexandrina Carolina de Almeida
21	?
22	Maria Joanna
23	Arnaldo

Assim como há aqueles que não alforriavam nem mesmo os centenários, há quem conte com os serviços antes mesmo de nascer. Carlos Wild adquiriu Dominga que “no tempo d’este parto escrava de D. Anna Vieira dos Santos, viuva do (finado) Ignacio Vicente dos Santos, actualmente escrava do dito Sr. Carlos Wild, assistindo Vicente Laurindo José de Fraga de padrinho e Ernesto e Laura Wild.” Nos livros de compra e venda Ana Vieira de Brito vendeu a preta Dominga em 20 de agosto de 1879³⁴, no mesmo documento é colocado que Dominga já tinha uma filha Isabel que a acompanha.

O parto foi de Juliana³⁵, que recebeu os santos óleos no hoje simbólico dia de 20 de novembro de 1880. Pelo visto, Wild preferia que ficasse tudo em comunidade, haja vista que o padrinho de Bento³⁶, que foi batizado em 1882 e também era filho de Dominga foi “Francisco Kolnig e assistindo Carlos Roberto Wild e Emma Simmch.” Assim, Carlos ao comprar Dominga garante a posse ou tutela de quatro pessoas em um espaço de três anos.

Escravistas alemães ou teuto-brasileiros não foram uma exclusividade da não mais tão germânica Santa Cruz do Sul. Na vizinha Venâncio Aires, na época Faxinal, em 23 de junho de 1878 a pequena Rosa³⁷, parda de um ano e dois meses, filha de Julia parda recebeu os santos óleos. O proprietário de sua mãe era Cristino Schwingel, sim o próprio. Os padrinhos foram Luiz Antônio da Silva e Maria Francisca da Rosa. Quatro anos depois foi a vez de João³⁸ de quatro meses, filho de Felícia, receber a benção em 23 de janeiro de 1882. O sobrenome Schwingel aparece também como padrinho, como em 1884 quando José Bento Chwingel apadrinhou José Luiz, filho de Joaquina, pertencente a Bento José da Rosa. Parece que também os imigrantes de Faxinal não se mantiveram assim tão longe da escravidão.

³⁴ APERS. Soledade/RS. Subfundo: 3º Distrito. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 03, p. 49r. Data da Venda: 20/08/1879.

³⁵ Juliana. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.9v. Registro de batismo de Juliana, batizado em 20/11/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNG-X?i=12&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

³⁶ Bento. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.12. Registro de batismo de Bento, batizado em 11/03/1882. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNR-7?i=14&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

³⁷ Rosa. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.6v. Registro de batismo de Rosa, batizado em 23/07/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-T?i=9&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

³⁸ João. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886. Registro de batismo de João, batizado em 23/01/1882, p.12. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNR-7?i=14&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

É importante ressaltar que todos estes batismos de ingênuos foram feitos na Capella de São Sebastião, ou seja, se antes não havia sido possível confirmar a residência de Cristiano, agora é. Um imigrante ou descendente que tinha não um, mas dois cativos e a tutela de uma criança de ventre-livre em Faxinal. Nicolcau Morh também possuía uma cativa, Felícia, e uma criança tutelada, João. Estas crianças ficariam com eles no mínimo até os seus oito anos de idade, o que no caso de João seria no pós-abolição. Portanto, se sua mãe Felícia se torna livre apenas em maio de 1888, esta teria mais um ou dois anos para poder ter a guarda de seu filho.

Aqui cabem algumas colocações a respeito deste emaranhado de nomes que você acabou de ler. Na maior parte dos registros de ambas as cidades, somente brancos costumam ter nome e sobrenome. Quando são negros e negras costumam ter somente nome e condição, Angélica forra, Inácio Liberto, Prudêncio escravo de etc. Há casos em que só há o nome, sem estar acompanhado de condição ou cor, somente o nome, supondo serem libertos ou livres. Ao estudar compadrio na cidade de Alegrete, Farinatti coloca que:

A variedade nas condições jurídicas e na qualidade social dos padrinhos é evidente. Há silêncio sobre a cor da maioria dos padrinhos e madrinhas livres. Temos apenas um deles sendo nomeado como *pardo*, mas o fato de não terem sobrenomes mencionados sugere que não foram consideradas pessoas de alta qualidade social. (FARINATTI, 2011, p.10)

Assim, existe aqui um alto índice, a maior parte na verdade, de apadrinhamento de crianças ingênuas por pessoas de certo nível social. A literatura sobre compadrio no Brasil é vasta³⁹, sendo esta uma discussão interessante, mas que não cabe neste trabalho, pois entendo que seria necessário um estudo mais profundo com mais fontes para ter melhores discussões, mas algumas coisas são possíveis apontar.

Os assentos evidenciam também a diversidade de relações existentes em ambas as cidades nessa época. Boa parte dos lusos que aparecem como padrinhos de pequenos tutelados, aparecem também como senhores, e o mesmo se mostra para imigrantes. Neste sentido parece que o apadrinhamento dos pequenos sacramentava relações entre senhores/tutores. Assim é provável que a relação de José Bento Chwingel não fosse diretamente com Joaquina, mas sim com Bento José da Rosa, pois ambas as famílias tinham escravos, o que os nivela. É provável que a escolha do padrinho ou madrinha do rebento passasse pela mãe, mesmo quando esses padrinhos eram brancos, mas é provável também que os senhores dessas mães vissem nisso uma forma de reforçar laços de poder com outros senhores.

³⁹ Para citar alguns: GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988; HAMEISTER, 2006; MACHADO, 2007; BRÜGGER, 2007; GUEDES, 2008.

A posse da terra costuma ser um fator importante na reprodução da desigualdade, sobretudo nessa época, assim aqueles que apadrinhassem um batizando da senzala de Bento José da Rosa e Eufrásia Maria poderiam conseguir acesso a um pedaço de terra para planta e criar, como em outras regiões esses laços representam construções de redes clientelísticas e de influências de famílias poderosas (FARINATTI, 2010).

Mas a recíproca é verdadeira no que se trata de apadrinhamento entre cativos. Se recorda das Marias de Santa Cruz? Maria Benvinda era cativa, mãe e madrinha do rebento de outra Maria, Maria Joanna, mãe e cativa. Há casos em que o padrinho ou madrinha é escrava e o padrinho ou madrinha é liberta. Servina⁴⁰ teve Amaro, escravo de Anna Rodrigues de Lima, e Anieta ou Aniceta forra como padrinhos. João, o rebento de Maria preta, teve como padrinho Antônio escravo e Maria Ignacia forra. A senhora de Antonio era Angelica Pacheco, parente de Paulino Pacheco, senhor de Maria. Temos aqui uma variedade de laços feitos pelas cativas, algo que também foi percebido em Rio Pardo, cidade pesquisada por Melina Perussato na qual ela identificou que:

Ou seja, se os filhos de mulheres escravas a partir da lei de 1871 nasceriam livres nada mais compreensível do que pessoas da mesma condição serem eleitos como padrinhos e madrinhas. Sílvia Brügger chamou essa relação de parentesco como uma *aliança para cima*. Nesse sentido, nos chamou atenção o movimento contrário, ou seja, a significativa participação de escravos apadrinhando filhos livres de mulheres escravas, cerca de 20%. Muitos deles eram parceiros de escravaria das mães dos batizados, mas isso não nos pareceu ser uma regra, o que exige apreender sob que medida os senhores influenciavam em tais escolhas e, por outro lado, de que forma tradições africanas ou cálculos existentes na comunidade escrava – aqueles que nem os senhores e nem os historiadores foram capazes de apreender – se faziam sentir. (PERUSSATTO, 2010, p. 143)

Lembra do Ignacio, aquele que foi listado por Bento José da Rosa como escravizado de sua filha? Então, em vinte de janeiro de 1879, quando Valêncio⁴¹ recebeu os santos óleos, sua mãe Maurícia, escolheu Ignacio, agora um preto liberto, para ser padrinho do guri. Maria Aruja, mulher de Ignacio, foi a madrinha. Mesmo liberto, o assento registra não só a condição anterior de Ignacio, como também a que senhor ele pertenceu; já sua mulher ao que tudo indica é livre, pois a ela não é atribuído qualquer termo como forra ou liberta, e é provável que eles já estivessem juntos há muito

⁴⁰ Servina. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 6v. Registro de batismo de Servina, batizado em 30/08/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-T?i=9&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

⁴¹ Valêncio. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 7v. Registro de batismo de Valêncio, batizado em 20/01/1879. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN5-4?i=10&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

tempo, dado que na época do inventário ele já estava casado. Desta forma, o pardo Valencio parece ter tido um casal de padrinhos negros livres, o que o coloca ainda mais perto da liberdade a partir destas relações. Também é muito provável que da união de Maria e Ignacio tenha nascido a Maria Ignacia, aquela que foi madrinha do João.

A relação entre Mauricia, Ignacio e Maria começou ainda na senzala, tendo em vista que Siqueira Leal, senhor de Mauricia, era casado com Joaquina Delfina da Rosa, herdeira do inventário de Bento José, e tanto Mauricia quanto Ignacio pertenciam a esta família. No ano do inventário, Mauricia tinha apenas 11-12 anos; agora em 1879 com 18-19 anos ela era mãe e convidou Ignacio e seu esposa Maria para a batizado. Existem aqui famílias estendidas negras que se legitimam e reforçam na pia batismal e procuram garantir que os ingênuos tenham laços dentro e fora da senzala.

Foram feitos mais de trinta assentos de batismo de crianças de ventre livre em Santo Amaro e quase todos eles foram feitos na Capella de São Sebastião entre 1878 e 1885. Nestes assentos, assim como para Santa Cruz, pode-se observar relações variadas e também gerações de famílias de senhores e cativos, famílias sanguíneas e estendidas. Relações interétnicas entre lusos e teutos e inter-raciais entre lusos e negros e teutos e negros, as quais, ainda que partissem de lugares desiguais na sociedade, demonstram antes de tudo a naturalidade com a qual a escravidão era vista por todos. Esta era conhecida, reconhecida e chancelada por nacionais e estrangeiros e moldava laços e ligações entre todos.

Muito tempo antes da Lei do ventre livre, em 1843 a parda Ana⁴² de apenas dois meses teve sua liberdade comprada por seu pai, o alemão João, que a reconheceu como sua filha. Sua mãe era Faustina, escrava de Olivério de Sousa Machado e Maria Felicia dos Santos. Aqui não se tratava somente de uma relação de apadrinhamento, era sanguínea.

Portanto, o pacto social em torno da escravidão no interior do Rio Grande do Sul envolveu lusos e teutos, e ambos contribuíram para que ela se disseminasse de uma forma que fosse validada naquela sociedade. Tal pacto incluía os próprios padres que eram, neste caso, todos imigrantes ou teutos. Augusto Lohmann, Eugenio Steinhart e Guilherme Feldhaus se dividiam entre essas localidades e faziam a benção dos santos óleos, assim como encaminhavam os ritos fúnebres de bebês a centenários que estavam sob o jugo do cativo. Ou seja, se os imigrantes e descendentes não eram senhores na maioria, eles eram como vigário. Espero ter lhe convencido a não recolher meu diploma.

⁴² APERS. Triunfo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Ordinários. Livro 2, p. 22r. Concessão: 7-02-36; Registro: 13-09-43.

Bem, meus caros e caras leitoras, sinto que devo a vocês algumas explicações, posso imaginar que estão me cobrando que eu me revele, que eu diga de onde tirei algumas hipóteses, então lá vai.

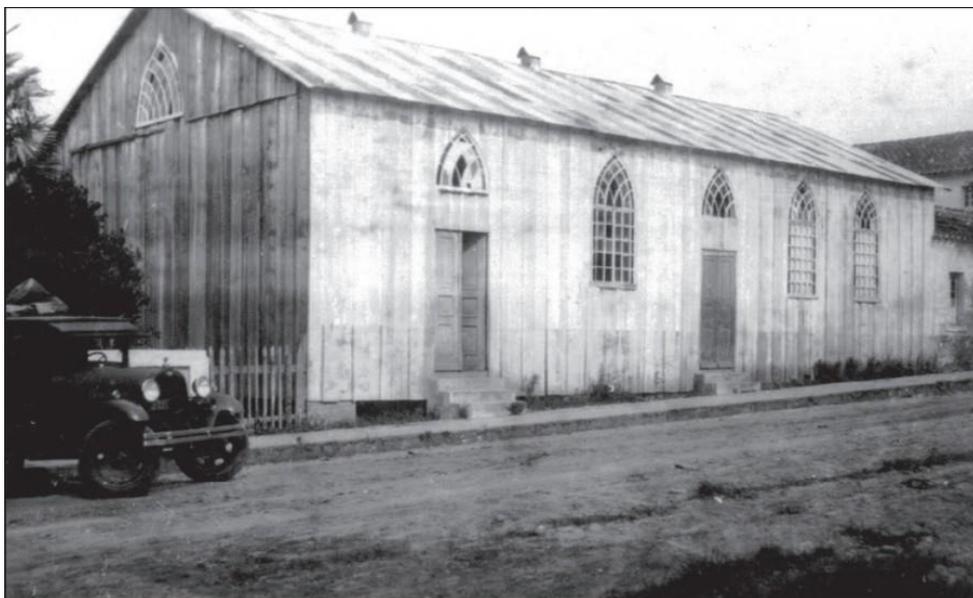
A Capela que serviu como local de batismo desses pequenos só começou a ser construída doze anos depois da doação do terreno. Há algumas páginas atrás eu coloquei que a doação tinha prazo de validade e que mesmo assim a doação não voltou, certo? Muito bem, no acervo da Paróquia de São Sebastião consta um requerimento pedindo ao padre de Santo Amaro que interceda junto ao bispo para que este autorize a construção. No documento é colocado que no terreno existem catorze casas habitadas, e é possível que em uma delas morassem irmãos de São Sebastião. Independente disso, o fato de ter pessoas morando ali deve ter dificultado ou impossibilitado o retorno da doação.

Além do mais, se a doação voltasse, a promessa não seria totalmente cumprida e a culpa não seria devidamente aliviada, os pecados não perdoados, sem falar que corpos dos escravizados ali enterrados voltariam a ser de responsabilidade da família Fagundes/Nascimento. Junto a isso, há a hipótese de que houve uma mobilização dos negros, livres e cativos, para a construção. Quando tive acesso ao livro tombo da Igreja, eu não fotografei só o registro da Irmandade, fotografei ele inteiro. Aliás, essa é uma dica que posso dar a quem pesquisa esse tipo de fonte: quando tiver acesso a elas, reúna tudo que conseguir, não importa se naquele momento não lhe interesse, um dia pode ser importante ou para ti ou outra pessoa.

Entre as páginas do livro está a assinatura dos integrantes da comissão voluntária para a concretizar a construção. Paulino Xavier Pacheco, Francisco Bento da Rosa, Domingos Pereira da Costa e Francisco Bento José da Rosa, nossos conhecidos, estão nesta comissão. Eles, juntamente do resto da comissão, trataram de lotear partes das 10 mil braças de terra e vendê-las. Nesta área, anos depois, foi construída uma escola e um hospital referido pelo senhor Amarino da Silva na citação de algumas páginas acima. Com esta verba foi construída a Capella de São Sebastião concluída em 1881.

Olhando os livros sobre história do município, as edificações da Igreja apresentam uma certa linearidade, como sendo a mais antiga esta que está na sequência:

Imagem 1: Capela de São Sebastião, finalizada em 1881.



Fonte: Certidão de Óbito de Brígida Joaquina do Nascimento, p.74. In: MOURA, Maria Zulmira Portella de (Org). Venâncio Aires: buscando raízes. Venâncio Aires/RS: AACEMUC, 2013.

Seguida desta de 1895:

Imagem 2: Capela de São Sebastião, 1895.



Fonte: ROSA, Agelita. Aspecto da Religiosidade p. 397. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). **Abrindo o baú de memórias:** o Museu de Venâncio Aires conta história do município. Santa Cruz: EDUNISC, 2004

No entanto, quando buscava dados para a minha pesquisa de final de graduação tive acesso aos relatórios da intendência do município, e no relatório de 1932 consta a seguinte imagem com a seguinte legenda:

Imagem 3: Primeira Capela de São Sebastião.



Legenda: “ Primeira Capella Catholica sob a invocação e m honra de ..Sã Sebastião Martir. Sua construção teve inicio a 3 de Janeiro de 1876, ficando concluída em fins de 1881, custando as obras a quantia de Rs, 1:677\$490.”

Fonte: Relatório da Intendência da Villa Municipal de Venâncio Ayres, 1932. Acervo: Acervo do Nucleo de Cultura do Museu de Venâncio Aires.

A construção apresentada como a primeira construção é diferente das duas anteriores, sendo que nesta a quantidade de pessoas negras salta aos olhos, inclusive entre os fardados. Naquela época uma das minhas entrevistadas, Isabel Landim, comentou que seu pai João Generoso falava muito sobre a existência de duas Capelas, uma sendo para os negros e negras. Bem, acontece que em outra foto da segunda edificação é possível melhor de seu entorno:

Imagem 4: Capela de São Sebastião, 1895.



Fonte: ROSA, Angelita. Aspecto da Religiosidade p. 397. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). **Abrindo o baú de memórias:** o Museu de Venâncio Aires conta história do município. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.

Como se pode perceber aquela pequena construção sem uma torre no meio ficava atrás daquela tida como segunda construção. Levando em consideração que as duas construções aparentam ser da mesma época, mas a edificação sem torre possui uma grande quantidade de pessoas negras na sua foto, faz sentido que aquela primeira em madeira seja mesmo a primeira construção, tendo em vista que o carro estacionado ao seu lado é muito condizente com os modelos da época, assim como a estrada de chão. É possível que a partir da segunda construção de 1895 tenham sido construídas duas edificações que separaram os fiéis racialmente.

Mas voltando a 1881, como diriam os Racionais MC's: "Foi sempre dito que preto não tem vez, olha o castelo, foi você que fez?" Diante disso, me responde uma coisa, quem a construiu capela? Os documentos colocam que Roberto Alpenhansen ficou responsável pela construção. Responsável supervisiona, dá ordens, cuida do material, chefia a equipe. Olhando para tudo que mostrei até aqui, eu diria que foram Manoel, Agostinho, Ignacio, Prudêncio, Pedro e ou outros escravizados que a colocaram de pé. Se não inteira, foi boa parte.

Dado a data dos batismos na capela serem a partir de 1878, diria que foi mais ou menos por aí que ela começou a ser erguida e, com isso, os irmãos de São Sebastião garantiram não só um encaminhamento para as almas de seus ancestrais como também um lugar para batizar seus pequenos e reforçar laços da comunidade escrava e liberta. Como Paulino, Domingos e Francisco estão nesta comissão e todos possuem cativos, dois deles tinham sido registrados como irmãos da Confraria, entendo que a mobilização partiu de ambos os lados, cativos e senhores, mas por motivações diferentes e com um protagonismo certo dos cativos e libertos que tinham fé no santo há muito tempo, pelo menos desde a época da promessa da boa senhora durante o conflito farroupilha e, como consta em muitos livros sobre o município, trataram de promover a primeira festa para São Sebastião e muito provavelmente construíram a capela.

Desta forma, a comissão pode ter se formado após perceber que os negros estavam se movimentando com esta finalidade e viram nisso a possibilidade de assumir o controle da narrativa, dado que sobre eles, os escravistas, têm tudo que é tipo de documento e da irmandade pouquíssima coisa. É provável que estes homens também vissem vantagens econômicas assim como Brígida.

A boa senhora não viu a edificação ficar pronta, morreu em 1873. Pelo visto a doação aliviou mesmo a culpa, pois em seu inventário aberto em 1877⁴³, estão listados oito escravizados. Tão boa que não quis “desamparar” os filhos. No ano anterior, foi o inventário de Ana Luiza Fagundes⁴⁴ que foi aberto, ela era parente por parte de pai de Brígida. Neste registro estão listados treze cativos e boa parte deles ficaram com José Joaquim, filho da boa senhora, ou seja, todos os cativos que ele possui em seu inventário vieram de Ana Luiza. Somando os cativos dos inventários de Ana Luiza e Brígida dá um total de vinte, encaixando essa família na categoria de grandes proprietários, assim como Bento José da Rosa. O escravizado João passou pelos três, Brígida, Ana Luiza e José Joaquim e foi sendo passado por herança de um para outro até chegar em Domingos Pereira da Costa.

No inventário de Ana Luiza Fagundes estão Manoel, Agostinho - que é descrito como surdo - e Apolinário, que aqui é descrito como da Costa, mas no de José Joaquim é descrito como pardo. Infelizmente eu não consegui acessar o inventário de Ana Luiza e Brígida Fagundes devido ao fechamento dos arquivos novamente, em função do triste avanço da pandemia.

Percebe-se que havia uma circulação de escravizados livres de uma senzala para outra quando eram passados de herança, mas também quando apadrinhavam ou amadrinhavam filhos uns dos outros. Se eles circulavam, a sua fé ia junto e se espalhando, e assim provavelmente o culto ao soldado mártir foi conquistando adeptos e ganhando corpo e força.

⁴³ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 1092. Ano: 1877

⁴⁴ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 119. Ano: 1876.

Ao olhar para os sobrenomes dos irmãos e irmãs se percebe que não há uma variedade muito grande, eles se repetem bastante, dando a entender que eles pertenciam aos mesmos cativeiros, como é o caso mencionado acima. Em alguns casos tem-se nomes que indicam filiação ou parentesco, no original e na cópia Antônio da Rosa e Antônio José da Rosa; e na cópia Januária da Silva e Tereza Januária da Silva. Os dezesseis irmãos compartilham sete sobrenomes diferentes, destes Rosa é o que mais aparece, sendo sete irmãos e irmãs da Rosa, os demais possuem dois ou um.

Assim, é possível que eles tenham partido de poucos núcleos, que tivessem pertencido a cativeiros em comum. João, Apolinário, Agostinho e Manoel, por exemplo, pertenceram à mesma família. Este poderia ser o caso dos Rosa também. Como havia dito antes, eu encontrei um inventário de uma senhora Fausta Felícia da Rosa e neste inventário constava uma Angélica. Meu primeiro pensamento foi: “achei”.

Todavia, o inventário é de 1882 e esta Angélica tinha treze anos na época, o que significa que em 1880 ela tinha apenas onze anos, muito nova para ser a Angélica que eu procurava. Aliás esta Angélica é aquela pequena parda de 3 anos que está listada por Bento José e Eufrasia Maria. Os irmãos Angélica, Zeferino e Rita e sua mãe Antônia foram “a parte que te cabe neste latifúndio” de cativos para Fausta Felícia da Rosa que era herdeira naquele inventário. A mãe destas crianças, Antônia, que foi listada em 1872 por Bento José, agora era livre.

Voltei à estaca zero. Para encontrar estas pessoas continuei procurando famílias no Family Search e cruzando com os catálogos da escravidão. Foi assim que encontrei a Eufrásia Maria da Conceição e rumei para outras direções que apresentei acima. Seu marido era da Rosa ou Roza, assim como seus filhos, mas nenhum dos nomes listados ali batia com os Rosa da Irmandade.

Então decidi separar os nomes das crianças batizadas na Capella de São Sebastião, para ver quantas eram, quem eram e etc. e separar Venâncio Aires de Santa Cruz do Sul nos registros. Fazendo essa tabela me deparei com o seguinte registro:

No dia vinte e dous de Janeiro de mil oitocentos oitenta e dous na Capella de São Sebastião da Freguesia de Santo Amaro em districto administrado pelos missionarios d'esta Villa de Santa Cruz por despacho do Exc.mo e Rvd.mo Sr. Provisor d'este Bispado d. d. 19 de Janeiro de 1882 o R. P. Luiz van (Nüls) baptizou solennemente e poz os Santos Oleos:
2º a Silvina, nascida em oito de Setembro de mil oitocentos e oitenta no districto supra, filha natural de Angelica, escrava de D. Beatriz Maria da Trindade, sendo padrinhos Leopoldino e Rosa, ambos escravos. (Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Libertos, nº7, 1872-1886 p. Registro de batismo de Silvina, batizado em 22/01/1882. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler.)

Depois de tanto procurar por nomes e famílias senhoriais, tu aprendes a associar automaticamente. Eu sabia que Beatriz Maria da Trindade era esposa de Constantino José da

Rosa⁴⁵. Assim, quando vi esse registro eu caí dura. Não só a Angélica estava batizando uma filha, como Leopoldino era o padrinho e a madrinha se chamava Rosa. E isto não é tudo:

No dia vinte de janeiro de mil oitocentos oitenta e quatro na Capella de São Sebastião do segundo districto de Santo Amaro por mim administrado o R. P. Coadjuntor Carlos Ferrer baptizou solennemente e poz os Santos Oleos:

5º ao Antonio, nascido em vinte e oito de janeiro do anno p. p. no dito districto, filho natural de Angelica, escrava de Constantino José da Rosa, sendo padrinhos Antonio Francisco da Rosa e Antonia Fausta da Rosa. (Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Libertos, nº7, 1872-1886 p. Registro de batismo de Antônio, batizado em 20/01/1884. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler.)

Dois anos depois, Angélica reaparece batizando o rebentinho Antônio, que faz trio com seus padrinhos Antônio e Antônia. Assim, temos aqui dois irmãos da devoção que pertenciam à mesma família e que criaram uma relação de compadre e comadre.

Entre os irmãos há um Antônio da Rosa, mas não é este Antônio que acaba de receber os santos óleos, dado que ele nasceu quatro anos após o registro da confraria, mas este pequeno batizado em 1884, sua irmã Silvina, sua mãe Angélica, Leopoldino e Rosa eram uma família. Pode ser que o Antônio da Rosa registrado na confraria pertencesse a essa mesma família assim como o Patrício, o Jullio e o João.

Outros sobrenomes são mais desafiadores porque se escondem na sua frente. Benthô ou Bartolomeu é Fagundes. A família Fagundes é popstar, foram os primeiros a ter terras na região e etc. Seu sobrenome está em tudo que é registro da cidade. Nos assentos de batismos dos ingênuos, Patrício Machado Fagundes aparece como proprietário de Porfíria, que teve dois filhos: Justino em 1881, e quatro anos depois foi a vez de Eduardo.

Nos livros de compra e venda o mesmo Fagundes, dessa vez junto com Martiminiano José Fagundes aparece vendendo Manoel⁴⁶ em 1862. Depois Patrício volta em 1884, vendendo advinha quem? Se você disse Porfíria⁴⁷ acertou. No documento está que ela é parda e tem 20 anos e seus dois filhos a acompanham. Seu comprador é Antonio Manoel Chaves.

No banco de dados dos batismos consta que Eduardo nasceu 1882 e foi batizado em 1885 e sua mãe pertencia a Patrício, mas a venda de Porfíria teria sido em 1884 e Eduardo estaria com um ano. A única coisa que me permito dizer aqui é que provável que Antônio morava em Santo Amaro, o que deve ter permitido que os pequenos não perdessem contato com seus padrinhos Antônio e Castorina, no caso de Justino, e Leandro e Margarida no caso de Eduardo. A condição dos padrinhos

⁴⁵ Desconfio que Constantino José e Bento José sejam irmãos dados que que eles possuem o mesmo segundo nome e sobrenome, assim como outros homens da família de Constantino José.

⁴⁶ APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 58v. Data da Venda: 31/10/1862.

⁴⁷ APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 9v. Data da Venda: 31/10/1862. Data da Venda: 16/02/188.

não é declarada, mas Castorina era escrava, o que me leva a pensar que os demais também eram, pois não tinham sobrenome e nem forro ou livre associado a seus nomes.

Isto são pistas, pistas interessantes. José Joaquim da Cruz era filho de Brígida e quatro de seus cativos eram irmãos de santo. Brígida era Fagundes por parte de seu pai Francisco José. Eu procurei todos os Fagundes em tudo que pude, procurei também suas esposas, maridos, filhos, filhas, sogros e sogras e não achei ninguém que tivesse um cativo Benthô ou Bartolomeu.

No entanto, oculto e escondido mesmo são os Cunha, pois encontrei apenas um inventário em Taquari que tivesse esse sobrenome. Luis José da Cunha⁴⁸ era casado com Feliciano Fagundes da Cruz ou Feliciano da Cruz Cunha, depende do documento. Feliciano era neta de José Joaquim. Eu procurei por toda a árvore genealógica de Luís José e não encontrei ninguém, além dele nos catálogos da Escravidão. Este é o único sobrenome dos irmãos que não corresponde ao sobrenome dos membros da comissão da Igreja, mas está diretamente relacionado a pessoas que estavam. Não encontrei ninguém como padrinho ou tutor de um ingênuo nos assentos de batismo com este sobrenome.

Em seu inventário, Luís José deixou cinco escravos, mas nenhum dos nomes dos cativos do inventário batia com os da irmandade, o que significa que Maria José pode ter pertencido a esse casal em algum momento ou também que resolveu inovar, escolher um sobrenome diferente dos outros irmãos.

Sobre os Silva ou melhor, as Silva eu gostaria de te oferecer uma história em que eu descobro que elas são ancestrais desta autora, teria sido épico, mas eu sequer consegui descobrir quem elas são. Na comissão da Igreja constam três representantes, João Antônio da Silva que possuía dois cativos, Manoel e Maria⁴⁹, José Inácio da Silva⁵⁰ com quatro escravizados, Antônio, Francisco, José e Virginia, e Carlos Joaquim da Silva que até o momento não encontrei escravizados seus. Me diga, qual o feminino de José Inácio? Sim, Josefa Inácia. Pois é, embora não tenha nenhuma cativa com este nome em seu inventário de 1874, pode ser que ele tenha tido e vendido ou dado a algum filho antes de listarem seus bens. Mas assim como Maria José, pode ser que a Josefa e Januária tenham escolhido este nome para não se vincularem a seus senhores, afinal ser da Silva é um dos jeitos mais fáceis de se misturar a multidão.

Bom, toda saga precisa terminar em algum momento, assim como a minha, mas eu deixei o melhor o melhor para o final.

⁴⁸ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 1159. Ano: 1878.

⁴⁹ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 12. Ano: 1885.

⁵⁰ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 273. Ano: 1874.

Em vinte e três de setembro de 1823, Isabel, preta da Costa da África conquistava a sua liberdade, que foi devidamente registrada no ano seguinte. A carta⁵¹ foi registrada por Eufrasia Maria da Conceição, na época, viúva de Domingos Pereira Marques e moradora do Distrito de Santo Amaro, em Taquari. Concedida “pelos muitos bons serviços que me tem feito, e pelos muitos filhos que dela tem nascido, e são meus escravos, e mesmo pela muita fidelidade com que me tem servido [...] sem que dela recebesse quantia alguma por ser dada esta liberdade gratuitamente”. A africana Izabel era a matriarca da senzala de Eufrásia Maria, que depois se casou novamente com Bento José. Devia ser muito respeitada pela sua senhora, tendo em vista que essa foi a única carta de liberdade que ela concedeu.

Em vinte e quatro de janeiro de 1824⁵² a parda Eufrásia de 18 anos conseguiu sua alforria “mediante pagamento de 204\$800 pelas mãos de Manoel Antônio da Rosa, “pagando a dita liberta ou o dito Manoel Antônio a meia sisa”. Esta Eufrásia em questão pertencia a José da Cruz dos Santos que era ligado a João de Faria Rosa, aquele que abrigou os primeiros imigrantes da futura Santa Cruz, lembra? A moça era parda e pode ser que o homem que pagou sua alforria fosse seu pai.

Em cinco de novembro de 1852 Maria⁵³ preta, crioula, com mais de 40 anos conquistou sua alforria como retribuição “ao bem que me tem servido, a sua lealdade a minha pessoa e aos bons, relevantes serviços que até hoje me tem prestado, e espero prestará até o último dia de minha vida [...] que será obrigada a servir-me e acompanhar-me até aquela última hora na certeza que a mais leve ingratidão que comigo cometa fará sem mais prova alguma que esta minha carta fique de nenhum efeito”, Sua senhora era a boa senhora, sim ela mesma que tapava os escravos de noite, Brígida do Nascimento já viúva.

Em vinte e sete de junho de 1866, o pequeno João, crioulo de só oito meses teve a sua emancipação documentada em cartório⁵⁴. Sua madrinha Guitéria, crioula, cativa de João Gonçalves Agra, comprou a liberdade do rebentinho que seria batizado como um menino livre. Sua mãe era Maria, crioula propriedade de Manoel Silveira Camargo⁵⁵.

⁵¹ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 7, p. 96v. Concessão: 23-09-23; Registro: 29-12-24.

⁵² APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 6, p. 71r. Concessão: 24-01-24; Registro: 24-02-24.

⁵³ APERS. Triunfo/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Ordinários. Livro S/N, p. 18v. Concessão: 05-11-52; Registro: 06-03-54.

⁵⁴ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 15, p. 102v. Concessão: 6-03-66; Registro: 27-07-66.

⁵⁵ Por ironia do destino Maria foi vendida em 1871 e seus filhos Bernardino e Rosa acompanharam a mãe para a casa de Agostinho Antônio de Barros Sobrinho; dois anos depois Maria foi repassada a Adão Schirmer, o senhor de Lucas pardo, jornalista de Santa Cruz.

No mesmo ano no Distrito de Santa Cruz, Joaquina⁵⁶ conseguia a liberdade como retribuição aos “bons serviços por ela prestado aos nossos finados pais”. Manoel Julião de Oliveira Cortes, Julião de Oliveira Cortes, Antônio José de Oliveira Cortes e Bibiana de Oliveira Cortes eram filhos e herdeiros do casal Julião de Oliveira Cortes e Teresa Maria de Jesus, falecidos.

Estes são recortes que antecipam os acontecimentos do final daquele século e demonstram também como costumava ocorrer a alforria até aquele momento. Nas décadas seguintes muita coisa mudaria e as transformações se tornariam mais rápidas.

Todos os batismos apresentados aqui anteriormente são de crianças do ventre livre. A Irmandade foi registrada em 1880, isso é coisa grande até em cidade pequena. A escravidão já estava moribunda, caindo de maduro, era só uma questão de tempo. Havia pressões sendo feitas de muitos lados, principalmente da população negra. Era um momento de muitas tensões, conflitos e disputas. A questão não era mais se deveria ser feito, mas sim como deveria ser feito. Para alguns, como os liberais, a emancipação deveria ser gradual, e escravidão a definhar pouco a pouco, de forma que morresse por si mesma. Outros acreditavam que os senhores deveriam receber indenizações por parte do Estado para evitar os prejuízos que poderiam ocorrer. Os brancos e políticos que ficassem com suas discussões. Se o fim da escravidão era um fato era porque houve quem trabalhou para isso. As irmandades com certeza trabalharam:

O empenho para a libertação dos escravos aparecia, com destaque, em vários dos capítulos que explicitaram os deveres da Confraria e de seus Irmãos. No começo do documento isso já ficava muito claro: era dever da Irmandade libertar os Irmãos cativos. Mais do que isso, deveria a Mesa Diretora extremar-se para alcançar a liberdade dos Irmãos. Para tanto, o Procurador da Caridade era encarregado de diligenciar pessoalmente o recebimento de esmolas a serem revertidas em benefício da caixinha dos escravos, apresentando sua prestação de contas trimestralmente. Essa caixinha, ou cofre dos cativos receberia não só as coletas, mas também parte dos anuais de cada Irmão escravo na seguinte proporção: a cada duas patacas, meia reverteria para esse fim. (MÜLLER, 2013, p.68)

A confraria de Nossa Senhora do Rosário já era centenária e vinha fazendo aquilo que muitos políticos ainda estavam discutindo, o como deveria ser feito. Na Bahia, Lucilene Reginaldo observou que as Irmandades auxiliavam os irmãos que quisessem adquirir sua alforria através das esmolas coletadas e do pecúlio das entidades. As Irmandades não estavam sozinhas, em Pelotas, por exemplo, surgiram diversas associações que tinham na liberdade o seu objetivo:

As associações negras surgidas nos últimos anos do regime escravo na cidade possuíam um caráter mais abertamente vinculado a libertação dos escravos. [...]. Tendo-se tanto voltadas para o grupo negro em geral, como a *Feliz Esperança*, surgida em 1878, que aceitava em seu quadro associativo escravos, e as voltadas para parcelas daquele grupo de acordo com a

⁵⁶ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 18, p. 237r. Concessão: 08-10-66; Registro: 03-05-67.

qualificação profissional, como as beneficentes *Fraternidade Artística*, fundada por artesãos negros em 28 de outubro de 1880 e a *Harmonia dos Artistas*, fundada em 1881. (SILVA, 2011, p. 73).

Conforme Fernanda Silva, o objetivo era angariar fundos para a compra de alforrias, e começaram a surgir no último decênio da escravidão no país. Sua atuação procurava de muitas formas tornar a liberdade uma realidade. Todavia, a emancipação se tornou uma causa nacional e por toda a parte pipocaram associações e clubes, de brancos inclusive, que tinham na emancipação de escravizados a sua finalidade. Em Porto Alegre, as Sociedades Partenon Literário, Emancipadora Rio Branco e a Esperança e Caridade são algumas delas. Segundo Paulo Moreira:

Em seus discursos previam a abolição como inevitável, cujo curso, controlado eficazmente pelas iniciativas particulares (*humanitárias*) dos cidadãos de bem (certamente pertencentes a raça fina - caucásea) determinaria o estágio posterior das relações de trabalho entre amos e serviçais, então livres. As ações impregnadas de humanidade, filantropia, desprendimento e de uma visão religiosa (*redenção*) anunciavam o eminente fim do cativo- improdutivo economicamente em comparação com o trabalho do estrangeiro e condenável moralmente-, considerando, porém imprescindível que os libertos permanecessem dependentes em gratidão aos promotores dessas ideias, afastando assim o risco de uma sublevação ou guerra civil como nos Estados Unidos. (MOREIRA, 2003, p. 110)

Neste sentido, essa caridade e valores humanitários vinha acompanhada pela ideia de dever algo, os negros teriam que reconhecer a bondade e a generosidade naqueles atos. Ainda segundo o autor, essas sociedades em geral costumavam promover atos solenes de entregas de carta de alforrias em datas comemorativas como 7 ou 28 de setembro. Assim a escravidão teria um fim lento, gradual e sem data marcada para acontecer. Existiu, portanto uma tentativa de tomar o controle da narrativa, o fim do cativo se daria pelo humanitarismo dos brancos que deveriam ser pagos pela gratidão e passividade eterna da gente preta. Em seu lindo e clássico *Visões da Liberdade* Sidney Chalhoub fala sobre Joaquim Nabuco, figura ilustre do movimento abolicionista carioca:

Toda a iniciativa, portanto, devia caber aos abolicionistas, aos iluminados ou esclarecidos, e que tinham mesmo “o mandato da raça negra”. O raciocínio possuía ainda um certo charme poético: incapacitados e proibidos os negros de lutarem em causa própria, tudo passava a depender dos abolicionistas redentores, dos cavaleiros da liberdade. Nabuco talvez se imaginasse um Messias, mas dispensava o acompanhamento do rebanho de fiéis em busca da salvação (CHALHOUB, ano, p. 253)

Neste sentido, para muitos esta era uma causa paternalista. Conforme Chalhoub, os negros e negras não estavam muito a fim de esperar a lenta e gradual extinção dos grilhões, afinal já estava passando da hora.

Em quatro de abril de 1873, Mariana de 70 anos adquiriu sua emancipação por 50 mil-réis em Santa Cruz⁵⁷. Na mesma localidade alguns anos depois Leonor⁵⁸, crioula de 35 anos, decidiu não esperar pelo fim das condições da sua liberdade concedida em 1871 e pagou 400 mil-réis para ter sua alforria de forma plena.

Na vizinha Santo Amaro, em nove de outubro de 1879, Eva⁵⁹ preta de 46 anos comprou sua liberdade de Joaquim José Dorneles por duzentos mil-réis. Um ano depois, o preto José comprou a carta de alforria de seu filho Sebastião⁶⁰ preto 25 anos. Para libertar seu filho, o preto José teve que pagar um conto e duzentos mil-réis, algo que deve ter feito com gosto.

Esta foi uma possibilidade pela lei de 28 de setembro de 1871, ou lei Rei Branco, que trouxe de forma institucionalizada a compra de sua alforria a partir de pecúlio. Estes são exemplares de que as práticas de resistência eram amplamente utilizadas em todo o país para corroer o pacto social da escravidão. As práticas eram sobretudo coletivas e familiares, José comprou a alforria do filho, assim Guitéria havia feito anos antes para seu afilhado João e muito provavelmente Mariana, uma senhora de 70 anos, deve ter tido ajuda para conseguir juntar a quantia necessária. Não importava o valor estipulado, 50 mil ou um conto de réis, dava-se um jeito de pagar. Se a vida lhes dava limões, faziam um *Lemonade*.

Atitudes como essas estavam acontecendo às pilhas e pressionando o senhorio e o ano derradeiro foi 1884, algumas províncias como o Ceará e o Amazonas já tinham realizado a Abolição. Se quisessem garantir a gratidão a hora era essa para os senhores e senhoras do sul.

Segundo Bakos, em 1884 o Rio Grande do Sul era o sexto estado com mais escravizados no país, com 62.138 pessoas. Acho que dá para entender a impaciência e também o anseio pelo controle da causa. Se estas mais de 60 mil pessoas conseguissem a liberdade por si só os rumos dali para a frente seriam difíceis de prever.

A frase “com a clausula, porém”, foi a tendência na Freguesia de São Sebastião e na vila de São João de Santa Cruz nos anos seguintes a 1884. Bibiana⁶¹, que foi matriculada com nove anos de idade, era do serviço doméstico com boa aptidão para o trabalho, preta, foi liberta condicionalmente em 1885 com a condição de servir a seus senhores pelo prazo de seis anos. Com ela ia seu pequeno

⁵⁷ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 20, p. 92r. Concessão: 18-02-73; Registro: 04-04-73.

⁵⁸ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 3º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 5, p. 217r. Concessão: 31-01-71; Registro: 04-02-71.

⁵⁹ APERS. Taquari/RS. Subfundo: 1º Tabelionato . Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1, p. 25v. Concessão: 11-09-79; Registro: 09-10-79.

⁶⁰ APERS. Taquari/RS. Subfundo: 1º Tabelionato . Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1, p. 39r. Concessão: 03-12-80; Registro: 03-12-80.

⁶¹ APERS. Vacaria/RS. Subfundo: 1º Tabelionato . Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 9, p. 169v. Concessão: 02-11-84; Registro: 01-02-85.

Antônio de oito anos de idade. Um ano antes, Crescêncio⁶² de trinta anos conseguiu a liberdade com a condição porém de servir a seu senhor e herdeiros pelo prazo de mais cinco anos.

Esse era o controle da narrativa desejado, libertar sem deixar ir e cultivar novos arranjos de trabalho, assim essas pessoas teriam de prestar mais alguns anos de serviço para seus senhores ou em alguns casos até que seus senhores morressem. Conforme escreve Melina Perussatto:

Outro arranjo de trabalho disseminado principalmente após a campanha emancipacionista provincial de 1884 consiste nas alforrias condicionadas à prestação de serviços, cujos alforriados eram chamados de *contratados*. Tais mudanças na condição dos *trabalhadores* foram perceptíveis no decorrer do levantamento junto aos inventários *post-mortem*, sobretudo na década de 1880. (PERUSSATTO, 2010, p. 53)

Assim, este formato de liberdade foi bastante utilizado. João Antônio da Silva, um dos cidadãos bem intencionados que fazia parte da comissão da Capella de São Sebastião deixou em seu inventário em 1885 os libertos condicionais ou contratados Manoel, preto de 36 anos, e Maria, preta de 31 anos.

Isto é o que Maria Angélica Zubarán chamou de “invenção branca da liberdade negra”, fez-se um espetáculo teatralizado, com sessões solenes e discursos empolgantes e nisso a imprensa teve papel fundamental, como muito bem demonstrado por Karen Pires, pois anunciava em suas páginas as cartas de liberdade que iam sendo registradas em cartório. É o que mostra esta notícia feita pelo jornal *O Taquaryense*, de 1888:

Temos o prazer de registrar mais as seguintes liberdades: Dia 7. O sr. Sabino Garcia de Azevedo concedeu liberdade com a obrigação de serviços por 3 annos, à sua escrava Joaquina, de 35 annos de idade. Dia 11. Os srs. José Antero de Siqueira, Theophilo Siqueira e Augusto Siqueira concederam liberdade plena ao escravo Adão, de 40 annos de idade. Dia 12. O sr. Antonio Joaquim de Siqueira Junior passou contracto por 3 annos, aos seus escravos Amaro, Felisbina e Victoria. O sr. Joaquim Bento de Moraes também concedeu liberdade, com a obrigação de serviços por 4 annos, à sua escrava Balbina. O sr. Antonio José da Costa passou contracto, também por 4 annos, aos seus escravos Camillo e Manuel. O sr. Hortencio R. Da Silva, por 4 annos, ao seu escravo Felisberto, de 18 annos de idade. D. Ighes Candida de Vargas, por 3 annos, ao seu escravo Antonio. Muito bem (*O TAQUARYENSE*, 1888, p. 02 apud PIRES, 2016, p. 94).

Este jornal da cidade de Taquari é um dos mais antigos do Rio Grande do Sul ainda em funcionamento, desde 1887, e registrava as notícias da cidade e região, incluindo as cartas de liberdade. Como a própria matéria diz, era com muito prazer que registravam este acontecimento e como podemos ver são várias libertações em uma única notícia. Porém não era somente as

⁶² APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato.Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 32r. Concessão: 16-10-84; Registro: 14-11-84.

libertações que o jornal trazia com júbilo, pois os discursos feitos por nomes importantes do movimento abolicionista também eram veiculados, como na notícia abaixo:

A questão da libertação dos infelizes escravizados é uma questão a que nenhum bom patriota pode negar seu apoio; é uma questão de humanidade, de honra, de civilização, de dignidade nacional, de verdadeiro patriotismo. José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos patriarchas de nossa independência, dizia com os melhores publicistas: “A sociedade civil tem por base primeira a justiça e por fim principal a felicidade dos homens, mas, perguntava elle, que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e, que é peor, dos filhos desse homem, e dos filhos desses filhos? (*O TAQUARYENSE*, 1887, p. 01 apud PIRES, 2016, p. 95).

Conforme se vê na notícia, para estes homens passa a ser uma questão de humanidade, honra entre outras coisas. Através da imprensa é possível entender que havia um movimento organizado de brancos pela abolição e que acabaram por assumir o papel de grandes promotores deste acontecimento. Esta campanha constituiu uma parte significativa do imaginário sobre a história do estado calcado na liberdade. Segundo Paulo Moreira:

Criar um documento de “memória social” significa organizar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. No caso da abolição no sul do país, a ideia era evitar a recordação dos enganos (contratos de prestação de serviço), dos conflitos (resistência), da participação negra na sua própria libertação (alforrias). Encontrar um documento desses, de leitura fácil e que traz uma versão elogiosa à nossa província (aqui a abolição foi feita antes do que no resto do país!) marcou a nossa história municipal e regional. A descrição dos nomes, datas, números pretendia criar um testemunho do ocorrido/inventando uma tradição regional abolicionista que remontava à Guerra farroupilha (1835/1845). (MOREIRA, 2003, p. 171)

“Interesses”, meu caro leitor e leitora. No Vale do Rio Pardo essa memória social diminuiu a escravidão à quase inexistência, criando a versão elogiosa de colônias assentadas na imigração (imigrante não teve escravo), tornando os cativos uma mera extensão da boa ação de uma de senhora religiosa e devota. Mas a verdade está ali, bem ali nos arquivos das paróquias como um fantasma rondando e assombrando.

Mas não se engane, não veja tudo de cima, quem inventou a liberdade foram Izabel e Eufrasia, não essas que tu pensou, não a princesa e a sinhá, mas a africana da Costa e parda de 18 anos. Estas personagens são interessantes porque, de certa forma, Izabel e Eufrásia são o início. Izabel atravessou o Atlântico, iniciou uma linhagem dentro da senzala e conseguiu a liberdade muito antes dos brancos entenderem o que valores humanitários queriam dizer. Mas seus filhos e netos ainda nasceram cativos, alguns deles conseguiram a liberdade como Inacio, mas ainda assim sua família só foi nascer livre quando o ventre foi libertado. Eufrásia pagou e conseguiu sua liberdade quando os tais imigrantes pioneiros não eram sequer um projeto para aquelas bandas, e

conseguiu isso com a ajuda de um provável pai. Elas semearam as sementes da liberdade naquelas terras de Venâncio Aires e Santa Cruz.

Guitéria juntou seu pecúlio e libertou seu afilhado João que seria batizado livre; Leonor não estava a fim de esperar e comprou sua carta de liberdade plena. Essa liberdade é coletiva, no sentido de que há um esforço de muitas pessoas para que ela exista. Percebam, a liberdade que estas pessoas aqui conseguiram foi dura, foi negociada, foi forçada. Se olharmos apenas para os discursos, os atos solenes e saraus literários, vai parecer tudo muito natural e maniqueísta, quando na verdade foi tenso, foi conflituoso, custou concessões, filhos, aliados e custou tempo.

Em 1884, a missão estava terminada. O legado já estava de pé, sua fé já tinha um espaço, os ancestrais tinham agora lugar de descanso sacramentado, suas almas enfim teriam um pouco de paz, era hora de ir. Em vinte e quatro de setembro de 1884, os bíblicos João e Manoel⁶³ da Costa conseguiram a sua carta de alforria, estavam acompanhados por Paulo e Pedro. Meses depois, em primeiro de dezembro, foi a vez de Angélica⁶⁴ se libertar do jugo da viúva Beatriz Maria da Trindade, juntamente com Rosa⁶⁵, a madrinha de seu filho.

Muitos foram aqueles que acompanharam os irmãos de São Sebastião Modesto e Daniel⁶⁶, conseguirem se libertar de Antônio Berlim da Cruz. Manoel, Gaudência, Diogo, Rufina e Firmiano⁶⁷ eram dos seis cativos de Antonio Joaquim Teixeira que conseguiram a liberdade. O outro era alguém suspeito de se esconder à vista, sim meus caros e caras, era Bento, é o primeiro e único, dado que este foi o único com este nome que encontrei na Freguesia. Ele tinha 29 anos em 1884 e havia sido comprado por este senhor há poucos meses juntamente com Amaro⁶⁸ de 19 anos. Tudo indica que seu antigo dono, Joaquim Antônio Dornelles, também morava naquela Freguesia, então este pode ser o espertinho que eu tanto procurei e que em 1880 tinha seus 25 anos e ajudou a criar uma confraria.

Bento não foi o único que resolveu aparecer, Patrício⁶⁹, Antônio⁷⁰ e Pedro⁷¹ também. Provavelmente demoraram porque eram vários os companheiros para ir junto. Patrício estava

⁶³ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 37r. Concessão: 20-09-84; Registro: 24-09-84.

⁶⁴ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.

⁶⁵ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.

⁶⁶ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 29r. Concessão: 16-09-84; Registro: 17-09-84.

⁶⁷ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 40r. Concessão: 22-09-84; Registro: 24-09-84.

⁶⁸ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 12r. Data da Venda: 10/03/1884.

⁶⁹ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 37v. Concessão: 07-09-84; Registro: 04-12-84.

⁷⁰ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.

⁷¹ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 5r. Concessão: 01-10-84; Registro: 04-12-84.

acompanhado de Isidoro, Angélico, Paulino e Julia e claro para assinar a carta estava Constantino José da Rosa, filho do casal Constantino José da Rosa e Eufrásia Maria da Trindade. Já Pedro, que muito provavelmente era filho do falecido Pedro que estava listado entre os cativos de Bento José e, portanto, neto da africana da Costa Isabel, foi acompanhado de Felipe, Maria, Balbina, Felisbina, Florença, Domingos e Luzia que agora poderia se juntar à mãe Aniceta e cuidar de seu rebento Aniceto devidamente emancipada. O senhor de todos eles era Paulino Xavier Pacheco, herdeiro de Eufrasia Maria e Bento José.

Antônio por sua vez estava acompanhando Angélica e Rosa, na carta feita por Beatriz Maria, assim ele, Angélica, Leopoldino e Patrício de fato pertenciam ao mesmo núcleo familiar.

Manoel, João, Bento, Patrício, Antônio, Angélica e Pedro pegaram os limões e fizeram um *Lemonade*, eram livres. Suas liberdades eram condicionais com tempos de serviço variados, mas eram livres.

Infelizmente o nosso conhecido Leopoldino teve que esperar a data “redentora”, dado que em 1884 foi aberto o inventário de Teodoro José da Rosa⁷² e lá estava ele aos 30 anos, sendo inventariado. Ele não estava sozinho, pois Agostinho com seus 60 anos lhe fazia companhia. Teodoro era neto de Constantino José e Beatriz Maria e deles herdou Leopoldino; e era casado com Constantina Joaquina neta de José Joaquim da Cruz, de quem herdaram Agostinho. Eu não encontrei nenhuma das filhas de Teodoro ou esposa entregando cartas de liberdade, o que me leva a crer que Agostinho teve que esperar 1888 para sair do ciclo de inventários e Leopoldino também só se veria devidamente livre naquele ano.

É pouco provável que os velhos companheiros de santo deixariam Leopoldino e Agostinho viverem os últimos anos de senzala sozinhos. Agostinho, Manoel e João dividiram a mesma morada por muitos anos, Leopoldino era compadre de Angélica, padrinho da pequena Silvina, havia relações estendidas aqui que não se desfazem com facilidade, neste sentido a liberdade andava com eles, sempre ali coletiva, familiar.

Já Apolinário, no inventário de Ana Luiza Fagundes ele constava como doente, assim como estava no seguinte, de José Joaquim, e parece que ele veio a falecer após ser registrada a Irmandade, pois ele já vinha doente há bastante tempo e eu não encontrei seu nome nas alforrias. Apolinário era pardo ou da Costa africana, como Isabel, e tudo leva a crer que ele foi sepultado junto com seus ancestrais na área de 10 mil braças de terra⁷³ onde foi construída a Capella, assim aquela edificação era para o santo que receberia seu devoto africano da Costa ou pardo irmão de Confraria dos demais. Este era o legado.

Quanto aos imigrantes germânicos e anglo-saxões, o único que localizei cartas de alforria foi de Nicolau Scherer, aquele que aparece sepultando dois cativos seus mais acima. Parece que

⁷² APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo nº: 124. Ano: 1884.

⁷³ Esta hipótese se deve a ele pertencer à família que era dona da área, a ele ser um confrade e por haver uma tradição de enterramento de cativos na área.

aqueles não eram os únicos que ele possuía. Em setembro de 1884, Delfina⁷⁴, Rosa⁷⁵ e Teresa⁷⁶ conseguiram sua liberdade, mas de forma condicional tendo que servir a Nicolau por sete anos cada uma. Pertinente dizer que ele ignorou ou burlou uma lei que o proibia de ter cativos, mas não aquele que lhe permitia usufruir de contratos de trabalhos de libertandos.

Em Santa Maria, Ênio Grigio (2018) identificou apenas 11 cartas de liberdade concedidas por alemães e descendentes e somente duas delas foram sem qualquer condição em uma cidade em que o mesmo autor encontrou germânicos com 23 escravizados. Neste sentido, a liberdade para cativos pertencentes a esses senhores parecia ser algo mais difícil de se conseguir.

Por último, saliento aqui as interligações entre as elites, a política e o pacto pela escravidão. Vários dos primeiros políticos da emancipada Venâncio Aires tiveram cativos. José Antonio Gonçalves Agra foi membro da primeira junta governativa do município e era dono da crioula Giutéria, a mesma que libertou seu afilhado. Antônio de Azambuja Villanova Filho, primeiro intendente de 1892, vem de uma família muito poderosa e rica em cativos, ele mesmo assinou a carta de Deolinda em 1884. Ismael Marques da Costa, Antonio Berlim da Cruz e Narciso Mariante de Campos, seus sucessores, também tem longas linhagens, longos históricos, estes dois últimos foram também do conselho municipal por anos. No conselho municipal estavam lá Francisco Machado de Bittencourt, Ricardo Lopes Simões Sobrinho, José Duarte Fagundes entre outros. A praça onde está a Igreja de São Sebastião foi batizada de Coronel Thomaz José Pereira, e ele tinha nada menos que quatro cativos: Amaro, José, Marcelino e Maria. Thomaz José foi intendente quase vinte anos depois da abolição, em 1904, ou seja, eles ficaram no poder por décadas ainda.

Em Santa Cruz do Sul temos Joaquim José de Brito⁷⁷ que estava lá desde a eleição da primeira câmara em 1878, ainda no Império, assim como José Lopes Simões, que teve nove escravizados em seu poder, sendo eles Manoel, Joana, Germana, Francisca, as mães Rufina Felicia, Felisbina, Apollonia e Carolina⁷⁸ e cinco tutelados, Onofrio, Leontina, Maria Ondina, Manoel e João. Joaquim José ocupou cargos políticos no Império e na República. Todos eles estavam lá em 1884, libertando seus cativos de forma condicional, submetendo-os a mais quatro a sete anos de serviço.

Venâncio Aires se emancipa de Santo Amaro em 1891 e escolhe abraçar a República, algo que fica evidente no nome escolhido, tendo em vista que Venâncio de Oliveira Ayres foi jornalista e

⁷⁴ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 6v. Concessão: 03-09; Registro: 20-09-84.

⁷⁵ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 6v. Concessão: 03-09; Registro: 20-09-84.

⁷⁶ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 6v. Concessão: 03-09; Registro: 20-09-84.

⁷⁷ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 21, p. 40r. Concessão: 16-09-79; Registro: 01-10-79. A carta a Matheus concedida em retribuição “a lealdade com que nos tem servido o nosso escravo”.

⁷⁸ APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 11, p. 18r. Concessão: 27-08-84; Registro: 02-10-84.

membro do Partido Republicano Riograndense. Este, meus caros e caras leitoras, é o ingrediente final para entender o que motivou as elites locais a abraçar a abolição: interesses políticos. Para Paulo Moreira: “o interesse das lideranças partidárias com a questão dos escravos tinha relação com o contexto político nacional e com a importância do posicionamento “aboliconista” dos candidatos junto ao eleitorado urbano.” (MOREIRA, 2003, p. 171).

O autor investigou a cidade de Porto alegre que comemorou a abolição no dia 07 de setembro de 1884 e percebeu que politicamente a abolição tinha impactos significativos nos votos e na memória. Muitos republicanos eram escravistas ressentidos, magoados porque esperavam uma indenização em 1888 ou então que os contratos de trabalho fossem cumpridos até o fim e etc. Se a Freguesia de São Sebastião escolheu a República lhe garanto que não foi por seus ideais de igualdade e cidadania, isso eu garanto. A elite de Venâncio Aires escolheu a República porque ela pareceu um cobertor quente para chorar as pitangas e porque viu ali a possibilidade de colher frutos políticos interessantes daquela abolição adiantada.

Foi a partir destes “homens republicanos” que estão nos quadros, ruas e praças das cidades que me foi possível iniciar uma procura bem-sucedida sobre a escravidão em ambas as cidades.

1.3 O Blues de São Sebastião

Esta autora lhe deve ainda uma última resposta. Eu apresentei a vocês duas versões do documento da Irmandade, um original de 1880 e uma cópia de 1914, e mencionei que elas diferem em alguns nomes e condições. Bem, durante toda esta pesquisa eu considerei ambas, procurei todos aqueles nomes em todas as suas variações, segui todos os fiapos. Da cópia eu só encontrei uma pessoa que poderia ser Januária da Costa, ela foi liberta plena em 1879⁷⁹, com 22 anos. Sua senhora foi Camila Francisca de Jesus casada com Francisco da Costa. Esta teria então o nome e a condição daquela que consta na cópia. Juntamente com Januária foram libertos, neste caso de forma condicional, Eva, de 36, e seu filho Manoel de 14 anos. Eu não o considerei como o Manoel registrado na Confraria porque este tem a mesma condição em ambas as versões e o filho de Eva foi liberto um ano antes do registro e também por sua pouca idade.

Ainda assim, eu não encontrei relações entre a família de Camila e Francisco com as demais famílias proprietárias dos irmãos, algo que difere dos demais registrados. Neste sentido, entendo que a diferença de nome de um para o outro foi uma questão de transcrição do original para a cópia. Em alguns casos, como o de Pedro Pacheco, a grafia no original estava de fato incorreta, mas em outros como o de João que virou Januária é uma questão de transcrição mesmo. Eu não consegui ter certeza de quem fez o original, mas era alguém nativo do alemão, dado que o termo escravo foi escrito nesse

⁷⁹ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1, p. 37r. Concessão: 30-12-78; Registro: 04-01-79.

idioma e a grafia de nomes pareciam ser estranhos a quem não falava português.

Quanto à diferença de condição, bem, esta vai ficar como um mistério realmente, ao menos neste trabalho. De todos os nomes do original somente a enigmática Maria José da Cunha é livre, e não consegui formular uma explicação plausível para que quatro pessoas fossem colocadas como livres na cópia. Aqui não é apenas uma questão de interpretar para transcrever o documento, dado que o original não deixa dúvidas sobre isso. Assim considero que a Irmandade foi registrada com quinze cativos e uma livre e isso talvez ajude a entender porque existem tão poucos registros seus.

Estudar a temática da escravidão não é fácil, sobretudo em regiões do interior. Você tateia no escuro, se irrita, se arrepende, mas ainda assim quer saber o que acontece se trocar o “s” pelo “z”, tirar o acento e colocar “th”. Quer saber se acha se procurar pela mãe, pelo pai, filhos, avós, tios e sobrinhos.

É difícil, mas não é impossível. Neste capítulo foram utilizadas as fontes sobre escravidão que estão nos catálogos do APERS, disponíveis para todo mundo, tu nem precisa sair de casa se não quiser. Foram usados também alguns registros paroquiais cedidos por um colega, e estes registros dizem respeito somente à lei do ventre livre, ou seja, os últimos anos do cativeiro e ainda assim foi possível fazer muita coisa, refletir sobre muitos personagens e grupos.

É difícil, mas é necessário. Os escravizados da boa senhora deixam de ser uma mera extensão de sua pretensa caridade, para terem nome, ações, agência. A cidade da colonização deixa de ser mítica, para se tornar mais real, para ser também das Marias da Conceição, do Lucas, pardo, jornalista. A verdade deixa de ser um fantasma para se tornar uma reivindicação.

Imagino que alguns devam estar um tanto intrigados com o título deste capítulo e desta conclusão. Bem, eles fazem referência à música “Bluesman”, do rapper Baco Exu do Blues, recomendo que ouça. Na música o cantor coloca que:

“O primeiro ritmo que tornou pretos livres/Anel no dedo em cada um dos cinco
Vento na minha cara, eu me sinto vivo/A partir de agora considero tudo blues
O samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues/O funk é blues, o soul é blues, eu sou Exu do
Blues/Tudo que quando era preto era do demônio/E depois virou branco e foi aceito, eu vou
chamar de blues/É isso, entenda/Jesus é blues/ Falei mermo”

O blues nasceu como forma de cantar sobre os lamentos e dificuldades da vida na senzala, mas “tornou pretos livres.” O que significa que a dor transformada é potente.

Parte da liberdade é constituída por uma dor transformada, para que Isabel fosse livre ela teve que deixar “seus muitos filhos que dela tem nascido” com a sua senhora que fez questão de dizer que eles “são meus escravos” na sua alforria, ela deve ter continuado por perto com eles, acompanhando-os e foi isso que os motivou a continuar empurrando chagas no cativeiro até que a escravidão ficasse moribunda. Esse empurrar se fazia da criação de laços rituais de família estendida, por exemplo. A dor transformada em revolta, mas também em negociação que crivou o muro da senzala de buracos de onde se fugia toda hora, para usar uma expressão de Robert Slenes.

É provável que a primeira festa de São Sebastião tenha sido feita por iniciativa de negros e negras cativos e livres da então Faxinal dos Tamancos de 1876; que estes estavam no público que assistiu à colocação da pedra fundamental da futura Capella. E não há dúvida alguma de que quem organizou a devoção no santo foram eles também, assim como a construção da edificação que ficou pronta em 1881.

A irmandade era “um espaço de relativa autonomia, uma família ritual” organizada pelo Agostinho da Cruz crioulo, surdo de 52 anos; Manoel da Costa, pardo de 26 anos; Leopoldino da Rosa, preto de 30 anos; sua comadre Angélica da Rosa; João da Costa de 26 anos, crioulo; Apolinário da Cruz, africano da Costa ou pardo de 51 anos; por Bento Fagundes, Pedro Pacheco, Patrício José Luiz da Rosa, Janoaria da Silva, Antonio José da Rosa, João da Rosa Filipe da Rosa, Julio da Rosa, Josefa Inácia da Silva e Maria José da Cunha. Esses nomes foram os fiapos, os fios que conduziram esta investigação em um labirinto que no início parecia não ter saída. A potência desses nomes reside no fato de que são *Nomes da Liberdade*. Foram eles também que construíram a Capella que ficou lá até 1893, quando foi derrubada para erguer uma edificação maior.

A Capella era corolário de uma entidade que deve ter começado para dar a seus mortos um enterramento decente e digno. Que tinham fé no santo que entedia suas dores e suplícios, mas também entendiam de travar lutas, uma fé que tinha pelos menos cinco décadas, desde 1835 quando se deu a Guerra dos Farrapos e Brígida fez a promessa.

Essa família ritual e relativamente autônoma de ajuda mútua forçou o cativo até seus limites, obrigou seus senhores a negociar termos aceitáveis e se eles cumpriram as condições foi porque Agostinho e Leopoldino ainda estavam ali.

Hoje na cidade de Venâncio Aires o Hospital, a Igreja Matriz e a festa levam o nome do Santo. A festa é uma das maiores festas religiosas de todo o estado. Até pouco tempo atrás essa devoção era tida apenas como herança da boa senhora, principalmente no que tange à festa. Os argumentos utilizados são verdadeiros contorcionismos baseados no total desconhecimento e argumentos rasos. Para Angelita da Rosa:

Outra apropriação interessante é que o termo “escravo” não necessariamente está ligado à escravidão, até porque cativos não poderiam participar de tais associações, mas está muito mais próximo do sentido de servo, como aquele que está a serviço ou que serve ao santo e a sua comunidade. (ROSA, 2013, p. 148)

Conforme trecho acima, é preferível acreditar que homens e mulheres brancos prefeririam ser chamados de escravos do que acreditar que escravos de fato criaram essa entidade. Aliás não é uma questão de acreditar somente, é uma questão de reconhecer que foram, de dar o devido crédito às devidas pessoas que fizeram. Também é preferível acreditar na velha imagem de senhores e senhoras benevolentes, que cobrem seus cativos a noite, algo que desde os anos de 1950 já se comprovou ser nada além de uma construção discursiva da Democracia Racial, do que reconhecer a

agência de escravos e libertos. Toda a bibliografia existente sobre irmandades no Brasil, sobretudo a que foi produzida depois dos anos de 1980, coloca que essas confrarias eram formadas por cativos e por livres, ou seja, sim eles poderiam participar, ou melhor, criar uma irmandade. Argumentos como esse são rasos também porque não existe uma preocupação em pesquisar os nomes que ali constam para saber se eles eram ou não escravos.

No centenário da abolição de 1988 começou um deslocamento discursivo que passou a reconhecer a importância da confraria para a sua existência e consolidação da fé em São Sebastião (WECHENFELDER, 2012). Mas como se pode perceber ainda de uma forma muito incipiente, superficial.

Por isso meus caros, a liberdade é blues, São Sebastião é blues. Não que eles tenham sido demonizados, mas foram coisa de crioulo, de preto, de africanos da Costa, de pardo, de cativos e livres.

Bem, acho que eu quase devo uma missa para o santo.

2 UNIÃO E NÉGO: O ORGULHO DE SEUS DIRIGENTES

Neste capítulo você vai seguir um outro formato de organização negra que se popularizou muito com o fim da escravidão e a partir dele vai acompanhar as muitas mudanças que aconteceram na sociedade brasileira. Compreender as transformações ocorridas depois da Lei Áurea e instauração da República é parte fundamental para entender a profunda relação que existe entre a democracia brasileira e a sua proposital limitação de direitos para certos grupos. Da mesma forma, é preciso tentar entender o arcabouço utilizado pelos grupos socialmente marginalizados para provocar mudanças que permitissem seu desenvolvimento. Dentro deste arcabouço estão os clubes sociais negros, que são “a jóia da minha coroa”, “o brilho do meu olho” e sua análise constitui o principal objetivo deste capítulo. Segundo Fernanda Silva:

A fim de dar a entender as delimitações de *clube negro* como uma categoria histórica própria das sociedades nas Emancipações e Pós-Abolição, defino que: os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de raça – autoidentificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; *colored*; da raça de *cor/raza de color*; etiópica; de cor; *conrazanea*; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas. (SILVA, 2017, p. 148).

Neste sentido, os clubes sociais negros são espaços produzidos a partir do momento em que a liberdade começa a ser vislumbrada como uma realidade jurídica. Da mesma forma que os governos se organizavam em torno da raça, os negros e negras também, e ao longo do tempo constituíram diversas associações em diversos formatos e propósitos, como a imprensa, uma atividade que “desde o final do século XIX há registros de periódicos editados por negros, que tinham como principais temas a “raça negra” e o preconceito”. (PEREIRA, 2013, p.150).

Os clubes sociais negros são presenças centenárias no nosso país, datando do final do século XIX. Como salientou Fernanda Silva, o clube Floresta Aurora⁸⁰, estudado pela autora, foi fundado em 1872, por exemplo. No Rio Grande do Sul sua presença foi grande, atingindo as mais variadas

⁸⁰ Para saber mais sobre este clube ver: BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição.** 234f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial.** 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

partes do estado, algo que se deve ao contexto específico do estado que viveu um dos mais agudos processos de racialização do Brasil e levou a cabo um projeto de branqueamento estadual e invisibilização da população negra. Para compreender melhor este processo analiso neste capítulo a Sociedade Négo Foot Ball Club, da cidade de Venâncio Aires, que nasceu Sociedade Négo Foot Ball Club São Sebastião Mártir, mas que neste texto será chamado por seu nome atual, visto que o primeiro é muito extenso. Analiso também a Sociedade Cultural Beneficente União, de Santa Cruz do Sul, que nasceu Esporte Clube União, mas é pelo seu nome de batismo que será chamada neste texto. Este sistema diferente para ambos se deve ao fato de que as fontes utilizadas são do período em os clubes tinham ainda o mesmo nome com os quais foram batizados. O primeiro clube manteve boa parte do seu nome original na nomenclatura atual, mas o segundo teve praticamente o nome todo alterado, o que poderia causar alguma confusão na hora de entender que se trata da mesma entidade. Conforme Silva:

Pesquisar os clubes negros no sul do Brasil e no Uruguai se coloca como importante por, dentre outros elementos, tratar-se de um contexto de maioria populacional branca reverenciada nos discursos estatais desde fins do século XIX. Por um lado, uma nação que se apresentava como democrática, quando do seu centenário, na década de 1920, mas negava a presença ou participação do *elemento ethiópico* na construção da nação. Por outro, uma região apresentada como branca, construída pelos descendentes de imigrantes europeus. [...] Neste contexto, não houve suavização das categorias de cor e a ideia de raça foi importante para que os grupos negros organizassem suas pautas políticas por meio dos clubes. (SILVA, 2017, p. 24).

Assim, estes clubes, quase centenários, são o fio condutor para entender a multifacetada identidade negra, o acesso aos direitos civis, sociais e políticos, a racialização e a política de imigração em massa ocorrida na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, este capítulo está dividido em três partes. Na primeira trato da formação dos clubes e relações tecidas por eles; na segunda do contexto do pós-abolição em suas variadas nuances; por fim, na terceira trato da organização interna dos clubes, das relações de gênero e das disputas internas.

2.1 Cidadãos e uma ideia luminosa: conjugar um verbo

Senhos⁸¹ sócios de Esporte Club União aus 22 de dias do mês de abril do 1923 avia nesta cidade de santa cruz 2 sociedade que era o 15 de Novembro eo Rio branco sociedades estas

⁸¹ Optou-se por manter a grafia original das fontes como forma de preservá-las. Todas as transcrições foram feitas pela autora.

que era o orgulho de seus Derregentes e de seus socio porque era a forssa viva da cor preta da nossa terra mais meus esta cidade era ainda muito pequena para ter 2 sociedade da cor. Pois que elas viviao em constantes discordias uma com a outra foi então que 3 cidadão tiveram uma idéa luminosa a defender uma outra sociedade e convidar de presidente da 2 a se unir afin de por fin nas intrigas que avia em nossa classe. foi então que este 3 cidadão que são eles João Lopes Jovenal Bibiano e Romualdo Ferreira sendo este último o que teve a idea a união. a primeira reunião foi na casa do Sro Romualdo a rua Thomas flores contando já com um serto numero de sócios E Deus estava au nosso lado porque pelo a qu tempo chegou aqui o Sro João cuilimaco Garibaldi um cidadão que possuía alguns recursos se prontificou a fazer uma sede para a nova sociedade que venho ter o nome de união e progresso o que mais tarde veio a(?) a ser E. Club União nome que prevaleceu. Sua 1º seção para escolher a sua 1º deretoria foi no dia 1º Julho de 1923 dia de sua fundação tendo como seu primeiro presidente o Sro João Garibaldi, João antonio Lopes visse. ormiro Bastos 1º secretario Manuel flores fiscal geral França Garibaldi 1º capitão Agenor garibaldi 2 capitão ari do prado Jorge antonio machado. João Generso otacilio da silva e graciano Benevite de Oliveira todos já auzente Restanto agora entre autos o de mais idade que é o sro Romalino Luca Paulino Luca Godofredo Leandro Sergio Leandro da roza. Entre este se descaca [destaca] os que mais tem trabalhado da deretoria desta Romalino Lucas e Godofredo. (Fonte: Livro Ouro do Sport Clube União, 1940, p. 22 e 23).

Este registro consta nas últimas páginas do Livro Ouro do então Esporte Clube União⁸². Como se pode perceber, esta organização foi fundada em 1º de julho de 1923 na cidade de Santa Cruz do Sul, a partir de duas outras organizações que já existiam na cidade, o 15 de Novembro e o Rio Branco, “e que eram a forssa viva da cor preta”. O documento demonstra que a fundação da sociedade partiu de uma “ideia luminosa” de João Lopes, Jovenal Bibiano e Romualdo Ferreira, a quem é atribuída a ideia de juntar essas duas forças e formar uma só e mais forte.

A criação desta sociedade representou a tentativa de pôr fim às discordâncias, intrigas e divergências das duas sociedades preexistentes, uma “união da classe”, como coloca o documento, que também poderia significar o “progresso da cor”. Assim o primeiro nome do clube era União e Progresso, no entanto, optou-se por Esporte Clube União, já que era ela, a união, que prevalecera.

É provável que a primeira reunião que aconteceu na casa do cidadão Romualdo Ferreira tenha sido aquela onde decidiu-se o nome, bem como o momento em que o cidadão João Garibaldi se disponibilizou a construir a primeira sede da associação. O registro coloca que a fundação ocorreu no dia em que houve a eleição da primeira diretoria da entidade, o que faz bastante sentido, visto que é neste momento que ocorre a formalização e pode se dizer também, uma institucionalização da ideia, porém também fica evidente que as movimentações, ou melhor, os preparativos, começaram no mínimo três meses antes.

Além dos cidadãos João Lopes, Jovenal Bibiano e Romualdo Ferreira, estavam presentes na fundação João Garibaldi, Ormiro Bastos, Manuel Flores, França Garibaldi, Agenor Garibaldi, Ari

⁸² Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União. Livro Manuscrito e encontra-se em perfeito estado de conservação.

do Prado e Jorge Antônio Machado, João Generso, Otacilio da Silva e Graciano Benevite de Oliveira, como membros da primeira diretoria do nascente clube social negro Esporte Clube União, e ao que tudo indica os cidadãos Romalino Luca, Paulino Luca, Godofredo Leandro, Sergio Leandro da Roza eram alguns dos sócios mais antigos.

Alguns meses após a fundação, o clube realizava a sua primeira solenidade, o batismo e entrega da bandeira, com direito a paraninfo, orador e convidados:

Acta de batismo e Entrega da Bandeira do Sporte Club União fundado em 1º de julho de 1923!

Aos 14 dias do mês de Outubro de 1923 na sede social do Sporte Club União nesta cidade de Santa Cruz a rua Carlos Treim presentes as Deretorias do Sporte Club 15 de Novembro Club da cidade de Cachoeira e do União foi pelo o Sro Ari L. do Prado paraninphado a acta de Batismo e entrega da bandeira deste último feita a cerimonia Batismal entregando emceguida ao porta Bandeira Azul e branca símbolo Social levando ainda o mesmo Sro a fazer votos para a Denominação escolhida fosse União e marcasse o tempo das discórdias esportivas tão nocivas as partes inponeites de um povo e portanto prejudicial a defesa da Patria única ideal que nos deve unir! Em seguida apresentando boas vindas aus excursionistas convidão-o-as a participar do regosijos oral Enseguida o orador da palavra o orador visitantes que em nome da delegação Sportiva Cachoeirense agradeceu-se as saudações apresentada pelo o representante do União enalterando as endoces sportivas Santacruzense terminando o orador vivando as entidades locais Sportivos Ulises alvaro de Barros..Presidente onorário Adão Antunes Dorneles.. Presidente (**Fonte:** Livro de Atas do Sport Club União, 14/10/1923, p. 02)⁸³.

É possível perceber que o momento era simbólico, pois o paraninfado Ari do Prado entregou a bandeira batizada, que carregava as cores azul e branco, ao seu responsável, o porta bandeira cujo nome, infelizmente, não consta nos registros. O clima era de festa na sede do clube, que pelo visto foi construída em uma rua central da cidade, a rua Carlos Trein, pois o senhor Ari do Prado fizera pedidos para que o nome da organização fosse União e fosse também esse o sentimento dos presentes como forma de pôr fim às rixas esportivas que eram nocivas ao povo.

É possível que as rixas das quais se fala fossem com o clube convidado e sua presença também significasse um acordo de paz, ou ainda entre os dois antigos clubes que geraram o União, porém não se sabe se estes clubes tinham times de futebol. Mas em entrevista com a senhora Maria Nunes, sócia do União, em um determinado momento perguntei a ela “se tinha rixa entre os dois, depois que o União foi fundado?” E sua resposta explica que tais discordâncias poderiam ser com outro clube: “Tinha de jogo de futebol, eu mesmo briguei um monte. Tinha sim e bastante, quando jogava União e Guarani podia se preparar”. O clube Guarani era outro clube negro da cidade e segundo a entrevistada fora dali que surgira o União, embora ela não tivesse certeza:

⁸³ Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União. Encontra-se em perfeito de conservação.

Maria: Meu tio e padrinho, José Francisco Ferreira, foi um dos fundadores do União, ele era irmão da minha mãe. Desde ali a gente é todo do União, todo, eu me criei dentro do União.
 Helen: E o União sempre foi ali onde ele é agora?
 Maria: Não, já trocou três vezes.
 Helen: E a Senhora conheceu todos os lugares?
 Maria: Sim, uma vez era lá no Guarani, outra vez era num lugar que eu não me lembro, mas aqui no União já é a terceira sede.
 Helen: Esse primeiro clube...
 Maria: Era no Guarani.
 Helen: Era numa área rural, era área urbana?
 Maria: Mais pro centro perto (inaudível), nunca ouviu falar na sede que tinha na frente do Lambert, aquele negócio de bebida?
 Helen: Não
 Maria: O Lambert é assim ó e na frente era o Guarani, o União saiu dali do Guarani.
 Helen: A senhora sabe alguma coisa sobre porque o União foi fundado?
 Maria: Não. Um tempo usava-se dizer que no Guarani era pra ir só mais clarinhos, inclusive a minha mãe era do Guarani
 Helen: O Guarani também era um clube de negros?
 Maria: De negro descascado, não de negro preto.
 Helen: Entendi a diferença
 Maria: Aí fundaram o União porque aí ficou a União dos pretos
 Helen: E esse Guarani não existe mais?
 Maria: Iiihh, há muitos, há muitos anos. A comadre Célia da Rosa trabalhou também muitos anos na prefeitura era uma das donas do Guarani, o pai da Célia era dono do Guarani, o pessoal da Rosa era do Guarani⁸⁴.
 Helen: E era só uma questão de cor, os mais claros ou tinha coisa de classe, tipo os negros que tinham trabalho?
 Maria: Não, não, não. Era os mais descascadinho e os mais pretos.
 Helen: E quem frequentava o União, além de ser mais escuros, eles eram mais empobrecidos ou não tinha diferença?
 Maria: Não, não tinha diferença, nós tínhamos pretos que naquela época trabalha em Banco, Banco do Brasil. O Paulo Maria, o Roberto Lucas, esses não eram mais pretos por falta de espaço (risos) e eram os dois do União, do União dos pretos né, já do lado de lá eram os mais clarinhos.
 (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 21/01/2020, na residência de Maria Nunes).

A entrevista da senhora Maria Nunes apresenta outra narrativa sobre a fundação do clube, a possibilidade de que este teria surgido não da união de dois outros clubes, mas como uma união dissidente de um outro clube, cujo motivo da dissidência era o escalonamento da cor.

Para esta que vos escreve teria sido muito fácil se as versões fossem unívocas e uma fonte apenas confirmasse a outra, mas com certeza teria sido muito menos desafiador e enriquecedor, já que é nas dissonâncias que reside a complexidade da escrita da história. Estas são as cartas do jogo, não há outra fonte, pelo menos por enquanto, que possa apresentar uma “versão mais completa ou vencedora”, assim é preciso trabalhar com o que se tem e tentar entender e explicar este enrosco.

Em primeiro lugar, a história oral tem uma relação muito importante com a memória, individual e coletiva, haja vista que “A história oral, então, é história dos eventos, história da

⁸⁴ Segundo Marta Nunes, filha de Maria e afiliada de Célia da Rosa, o Clube Guarani funcionou na casa da família Rosa desde a fundação. A casa se localizava na rua 28 de Setembro, em Santa Cruz do Sul.

memória e história da interpretação dos eventos através da memória.” (PORTELLI, 2016, p. 07). Ao falar sobre a fundação do União, Dona Maria coloca que não sabe ao certo, mas havia uma época em que diziam que o seu clube do coração fora fundado porque no outro só entravam os negros mais claros, ou como ela disse “os mais descascadinhos”. Neste sentido, sua fala nos remete a uma memória coletiva, a uma versão construída em conjunto em uma época. Para Verena Alberti a memória é parte constituinte da identidade de um grupo e as distorções que ela possa vir a sofrer ajudam a moldar tal identidade:

Ao mesmo tempo, o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência - isto é, de identidade. (ALBERTI, 2005, p. 167).

Pode ser que a narrativa de fundação envolvendo o clube Guarani não seja a mais correta, no entanto, os elementos que ela apresenta identificam aspectos importantes da identidade do grupo em questão e também explicam a rivalidade nos jogos de futebol, as diferenciações de cor. A fronteira identitária aqui perpassa pelo escalonamento da cor. Isso demonstra quais os critérios de seleção da memória, como coloca Alberti: “Hoje considera-se que a análise dessas "distorções" pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo.” Os entrevistados pouco ou nada se lembram ou sabem sobre as organizações 15 de Novembro e Rio Branco, mas todos se lembram do Guarani, mesmo que esteja fechado há muito tempo.

Infelizmente, até o presente momento não se encontrou nenhum documento ou pessoa que tivesse maiores informações sobre as duas entidades que eram “o orgulho de seus Dirigentes e de seus sócio”, e o fato de ser um documento escrito não o torna mais verdadeiro, já que a escrita também é seletiva. Assim é difícil saber quais os motivos das “entregas que avia em nossa classe”. Mas há elementos neles que saltam aos olhos e são passíveis de serem analisados, os nomes. Esta informação, juntamente com as demais apresentadas até aqui indicam como os negros e negras de Santa Cruz do Sul resignificavam e interpretavam a sociedade em que viviam.

Fundar o União foi fruto de uma “ideia luminosa” dos três cidadãos João Lopes, Jovenal Bibiano e Romualdo Ferreira; não eram três homens ou três pessoas, eram três cidadãos, o que dá uma tônica diferente levando em conta que a República dos anos 1920 não considerava a todos como cidadãos, principalmente a população negra. Ao estudar os conflitos por moradias populares no bairro Colônia Africana de Porto Alegre, o historiador Marcus Vinicius de Freitas da Rosa

chamou a atenção para o fato de que nos registros da imprensa as formas de se referir às pessoas envolvidas nos conflitos tinham ligações com a cor da pele:

Repare-se nas disparidades referenciais empregadas pelo redator. Resistentes em desocupar o “casebre” em que moravam, o que só aconteceu com ordem de despejo (provavelmente executadas por policiais), as “rebeldes raparigas” Justina e Josefa foram identificadas como “parda” e “crioula”... além de ser referido pelo nome completo, Manoel Henrique de Oliveira foi reconhecido também como “cidadão”, condição associada à cor branca. (ROSA, 2019, p.180).

Era muito importante não deixar esquecer que as pessoas partiam de pontos diferentes naquela sociedade. Para alguns a cor chegava antes do nome sempre como artifício de lembrar que eles, negros e negras, não faziam parte daquele tempo, o tempo da república, do progresso, mas sim de um tempo considerado mais atrasado e retrógrado, o tempo do cativo, da escravidão. No entanto, não era desta maneira que eles se viam, já que fizeram questão de colocar que foram cidadãos, com nome e sobrenome, que tiveram a ideia luminosa de juntar as duas sociedades que eram a força viva da cor preta daquela terra, ou seja, para os “de cor”, como colocam no registro do clube, o adjetivo de cidadão também lhes pertencia.

Ao falar sobre os motivos das disputas com o clube Guarani, Maria foi muito enfática ao dizer que este era um clube de negros, mas “de negro descascado, não de negro preto. Aí fundaram o União porque aí ficou a União dos pretos”⁸⁵. Sua fala aponta para um tema central das análises do período em questão, a racialização e, porque não, colorismo também. Racialização seria por sua vez, segundo Barbara Fields, uma hierarquização social baseada na raça, que representa não apenas uma ideia, mas uma ideologia que surge em um momento discernível e está sujeita a mutações de acordo com o tempo histórico vivido ou analisado. (FIELDS, 1990).

Na Bahia do final do século XIX, Wlamyra Albuquerque percebeu que este processo se dava sem necessariamente citar a cor:

Sob a vigência da lei de 1871, a habilidade do ministério da justiça para atrair imigrantes europeus e afastar africanos e asiáticos insinua que por dentro do projeto emancipacionista corria de modo velado, subterrâneo, uma forma de se pensar as relações sociais a partir de uma noção racial. A dissimulação, o engenho de não explicitar os significados raciais que encobriam decisões políticas era o grande mérito da boa sociedade que compunha o Conselho, principalmente diante do acirramento da rivalidade entre negros e brancos nos Estados Unidos e da quebra de legitimidade do escravismo. (ALBUQUERQUE, 2004, p.66-67).

⁸⁵ Existia, antes de 1923 na cidade de Santa Cruz do Sul um outro clube também chamado União, no entanto, este pertencia aos brancos, o que significa que o clube União em questão neste trabalho tenha ficado como um contraponto aos brancos e aos negros mais claros.

Neste sentido, nota-se que a racialização não foi um acaso ou uma “mera consequência”, ela foi pensada e articulada pelas elites brasileiras na figura de seus intelectuais que ocupavam cargos em instituições importantes, que a conceberam de uma forma que suas intenções fossem muito bem maquiadas. A fala da entrevistada demonstra que esse plano surtiu efeito, e relações sociais foram de fato racializadas e perpassaram as organizações negras. Segundo Silva:

Reitero que a ideia de raça seguiu a ser acionada como fator de diferenciação e fundamentou ações mesmo com a abolição da escravidão. Informada principalmente pela antropóloga brasileira Lélia Gonzalez e pela historiadora norte-americana Bárbara Fields, os clubes negros são aqui entendidos como construções culturais, comuns aos grupos negros nas Américas, forjados a partir de configurações sociais racializadas, que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada na emancipação e no pós-abolição das Américas. (SILVA, 2017, p. 28).

As relações sociais não foram racializadas levando em conta apenas o binômio negro-branco, mas também todas as nuances e tons que existem entre os dois, e estes tons foram escalonados de forma que fosse possível diferenciar uma pessoa ou um grupo a partir daí. Esta lente permite adequar a visão e compreender que mesmo todos sendo negros, fazia diferença ser mais claro, o que lhe permitia acesso ao clube Guarani, ou ser mais escuro, que tiveram que criar o seu próprio espaço. Esta lente também permite compreender o uso de alguns termos presentes na entrevista de Maria Nunes, como “negros descascados” e “negros pretos”. É como se o primeiro grupo fosse de pessoas negras que tiveram o tom da pele “diluído”, tornando-se mais claras e o segundo grupo fosse de pessoas de pele escura, de forma que o uso do termo “negros pretos” não deixe dúvida de que não se tratava de uma infinidade de nuances, mas sim das nuances mais escuras. No caso em questão, a classe não era importante, pois como disse a entrevistada, havia integrantes do União que ocupavam cargos dentro de empresas importantes como os cidadãos “Paulo Maria, o Roberto Lucas, esses não eram mais pretos por falta de espaço (risos) e eram os dois do União, do União dos pretos né.” Para a filósofa Sueli Carneiro, a raça atua como um fator organizador das estruturas sociais brasileiras:

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. (CARNEIRO, 2019, p.199).

Neste sentido, a raça possui um peso diferente sendo capaz de articular as demais estruturas, por isso que dentro do União é possível encontrar pessoas como os dois cidadãos citados pela entrevistada. A prevalência da cor como uma organizadora das relações também foi percebida por Rosa:

Em síntese: faziam silêncio a respeito do tom de pele de pessoas identificadas ou pela nacionalidade ou por seus sobrenomes estrangeiros. Assim como os negros, gente branca e europeia também poderia figurar como bêbada, desordeira e mal-educadas nas cartas e queixas feitas pela vizinhança. Entretanto, era como se a pele branca estivesse blindada aos predicados depreciativos, pois nesses casos os alvos das queixas tendiam a ser identificados por meio de outros parâmetros. “Invisível” nos registros policiais, a epiderme alva parecia tornar-se inatingível às críticas, xingamentos, depreciações e, por isso mesmo, parecia isenta de qualquer carga negativa que pudesse justificar pedidos de expulsão dos moradores. Mesmo a já referida Almerinda Teixeira, proprietária de um cortiço, reclamou de um “galego” e de uma “polaca”. Essas duas formas de classificação eram depreciativas, mas tomaram por alvo as nacionalidades portuguesa e polonesa dos inquilinos, não sua epiderme. Era como se o vínculo entre cor e significados desabonadores fossem atributos dos negros, enquanto a raça branca tendia a ser uma categoria via de regra “não marcada” e “não denominada”, para usar expressões de Ruth Frankenberg. (ROSA, 2019, p. 192).

Ainda que todos fossem pobres e moradores de bairros populares como a Cidade Baixa e a Colônia Africana na capital do estado, eram somente aos negros que se atribuíam adjetivos depreciativos ligados à cor. Assim a cor se sobrepõe a gênero e classe, em diversos aspectos seja moradia ou movimento social, e com os clubes não poderia ser diferente. Ao pesquisar clubes sociais negros em Laguna, Santa Catarina, Júlio Cesar da Rosa descobriu que:

O senhor Antônio Paulo Bento, ex-presidente do clube União Operária, esclarece que a fundação das agremiações aconteceu por influência da cor, ou seja, o Cruz e Sousa e o União Operária nasceram da distinção que existia entre sujeitos de uma mesma ascendência, mas que se percebiam distintamente – pelo menos é o que nos parece num primeiro momento. (ROSA, 2011, p. 68).

Segundo o autor, o Clube União Operária era frequentado por negros de pele clara e o clube Cruz e Sousa por negros de pele escura. O referido senhor ex-presidente concedeu entrevista ao pesquisador e disse em sua fala o seguinte: “O Cruz e Sousa. Ah, eles foram fundados por causa da cor, né, da raça. Entendeu? Porque naquele, no meu tempo era assim. Tinha o Operária era de moreno, de moreno entende?!... o Sousa era de preto.” (ROSA, 2011, p. 68). Ou seja, para ele o termo preto também é sinal de pele escura.

No entanto, quando se trata de identidade não se pode pensar em algo estanque com fronteiras extremamente rígidas, é preciso levar em conta que ela também é negociada e mutável.

Por mais que dona Maria tenha demarcado que o União era dos pretos, é possível encontrar registros de negros mais claros, como é o caso dela própria:

Imagem 5: Carteira de sócia da Sociedade Cultural e Beneficente União de Maria Nunes.



Fonte: Acervo pessoal de Maria Nunes.

Como se pode observar na foto da carteirinha de sócia, que ela mostra com orgulho, Maria é uma mulher negra de pele clara que se criou dentro do União, como ela mesma me disse. No caso dos clubes pesquisados por Júlio César da Rosa em Santa Catarina, a mesma questão é verificada: “É interessante assinalar que analisando o livro de registro de sócios e atas de fundação das duas sociedades, encontramos alguns mulatos que circulavam pelo Cruz e Souza.” (ROSA, 2011, p. 83). Portanto, havia uma certa negociação, neste caso os negros de pele clara dotados de um grau de “passeabilidade” conseguiram acesso a um espaço que aparentemente lhes era vedado. Segundo Dona Maria, a sua mãe, que tinha o mesmo fenótipo, frequentava o Guarani e ela ficou no União por causa da influência de seu tio e padrinho, irmão de sua mãe, José Francisco Ferreira, que fundou o União.

Além das discordâncias e diferenças, supostamente geradas pela cor, houve outro elemento que foi motivo de brigas entre a população negra no Brasil, a política, pois mesmo que o fim da escravidão no país fosse consenso entre esta população, o sistema de governo não era. As discussões em torno de Império ou República motivaram o surgimento de diferentes organizações negras.

Em 9 de junho de 1888 acontecia a reunião para tratar da criação da Guarda Negra no Rio de Janeiro. Segundo Ana Flavia Magalhaes Pinto, o jornal a *Cidade do Rio* noticiou o encontro que aconteceu na casa de Emilio Rouéde e listou os nomes dos pretos libertos ali presentes: Hygino,

Manoel Antonio, Jason, Aprigio, Gaspar e Theocrito. O propósito da Guarda Negra era fazer resistência material a qualquer movimento opositor da monarquia. Segundo Petrônio Domingues, esse grupo foi criado devido ao crescimento do movimento republicano e que poderia ameaçar os ganhos recentes, como a própria liberdade, já que havia rumores de uma possível reescravização por parte da República. “A Guarda Negra da Redentora emergiu numa conjuntura de tensões raciais e intensa politização da corte entre os diversos segmentos que disputavam o jogo do poder. Mobilizações de rua, agitações em praça pública.” (DOMINGUES, 2014, p. 124). Como nos coloca Wlamyra Albuquerque, “Obviamente republicanos e monarquistas não foram partidos demarcados com tamanha rigidez sócio-racial. Havia brancos apoiando a monarquia e gente de cor descontente com a condição de súditos” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 137). O que pode ser verificado na própria articulação do movimento na Bahia, onde dois abolicionistas brancos, Pamphilo Santa Cruz e Silva Marques, aparecem como articuladores da Guarda Negra baiana.

Da mesma forma, se pode perceber que nem todo abolicionista é republicano, algo evidente nas deliberações da Guarda Negra, que só aceitava libertos que defendessem o 3º Reinado e também em alguns nomes importantes do movimento abolicionista, como José do Patrocínio, Machado de Assis e Lima Barreto que:

Não assumiram posicionamentos extemporâneos. Muitos outros afro-brasileiros detratavam a República, e alguns deles não escondiam sua predileção pelo “Antigo Regime”, celebrando ora a figura de D. Pedro II ora a de sua filha, a princesa Isabel. Talvez seja por isso que se tornou lugar comum na historiografia brasileira argumentar que a “gente de cor”, especialmente os libertos, identificava-se ou mesmo estabelecia vínculos afetivos com o Império...Afora isso, os libertos viam a Monarquia como um poder tolerante, paternalista e benemérito. (DOMINGUES, 2014, p. 122).

Desta forma, se deixarmos de lado o anacronismo e a visão teleológica do processo histórico se consegue perceber que estes homens estavam apostando suas fichas naquilo que conheciam e sabiam quais os meios de negociação, perdas e ganhos.

Ainda assim, houve quem quisesse apostar em algo novo e desconhecido que pudesse representar um tempo mais igualitário. Em junho de 1889 na Corte surgiu o Clube Republicano dos Homens de Cor. Foi principalmente a partir dele que os negros republicanos fluminenses entraram na cena política promovendo diversos eventos como recepções e assembleias e fazendo ampla campanha republicana, seu principal propósito. No Rio Grande do Sul, em 1889, surgiu a Mocidade Preta, grupo de negros aliados de Assis Brasil, um dos principais líderes do partido republicano do estado. A criação destes grupos acirrou ainda mais os ânimos. Para Domingues:

A atmosfera de tensão, antagonismo e racialização ganhava cada vez mais terrenos no centro nevrálgico do poder. A Guarda Negra tentava, de todas as formas, conter a “hidra” republicana, ameaçando inclusive de “punição” os “homens de cor” convertidos aos ideais de Silva Jardim. A preocupação dos devotos de Terceiro Reinado não era para menos. Capitalizando a seu favor os setores descontentes com a abolição da escravidão, o movimento republicano arregimentava partidários e simpatizantes entre os setores da lavoura e do comércio que se sentiram prejudicados com aquele ato. Por motivos distintos, setores médios, segmentos populares, trabalhadores e “homens de cor” também se mostravam desalentados com a Monarquia e descrentes nela. (DOMINGUES, 2014, p. 140).

Como coloquei no primeiro capítulo, muitos daqueles homens a ocupar cargos políticos da emancipada e republicana Venâncio Aires e alguns de Santa Cruz do Sul foram escravistas que colocaram condições nas alforrias de seus cativos, submetendo-os a novos formatos de trabalho, sendo parte desses setores descontentes com abolição e com o Império. No entanto, como se pode perceber, a tensão se espalhou pelo país e revelou que a população negra estava mais do que disposta a defender seus ideais políticos, estava organizada. Os meses de 1889 se passaram e a República colocou fim aos planos de um terceiro Reinado do Império do Brasil, deixando muita gente desgostosa e descontente. Mas isso não significa que se deixou de lembrar e comemorar os triunfos conseguidos naquele período que foram importantes principalmente para os negros e negras, como o próprio 13 de maio. Bem como, não significa que as tensões tenham se dissipado após 1889.

Na cidade de Santa Cruz do Sul havia dois clubes sociais negros que “viviam em constantes discórdias”. O nome de um remetia à data de proclamação da República, e o outro ao nome de uma figura política do século XIX, que teria sido o responsável pelo estabelecimento da lei que libertou o ventre das mulheres escravizadas em 1871, eram respectivamente 15 de novembro e Rio Branco. Conforme explicado mais acima, até o momento não encontrei nenhuma documentação dessas entidades, mas seus nomes permitem especular que os motivos das desavenças estavam nas tensões políticas que marcaram o final do século XIX, e à sua maneira os negros e negras daquela cidade ressignificaram estes fatos.

A data de 15 de novembro é nome de diversas ruas pelo Brasil afora e é também feriado nacional. Já a comemoração da Lei do Ventre Livre não é novidade, pois a historiografia já demonstrou que muitos clubes sociais negros do Rio Grande do Sul fizeram peças de teatro e festas para marcar a passagem da data em que a lei foi sancionada⁸⁶. Em Santa Maria havia o Sport Club Rio Branco, de 1920, e o Clube 28 de Setembro, de 1913, ligados a tais datas/homenagens, e foram recentemente apontados nas pesquisas do GEPA da UFSM. Nessas comemorações, a figura de Rio Branco era sempre lembrada e celebrada. Rio Branco também foi o nome escolhido para rebatizar

⁸⁶ Ver: ZUBARAN (2007), DOMINGUES (2011), SILVA (2017).

os bairros Colônia Africana de Porto Alegre e o Mistura de Novo Hamburgo, ambos conhecidos por serem bairros populares que concentravam grande parte dos negros destas cidades. Assim, a população negra santa-cruzense pode ter participado das muitas tensões e exaltações ocorridas entre o fim da monarquia e o início da república brasileira.

No Rio Grande do Sul, desde a república instalou-se um profundo bipartidarismo que atravessou a sociedade por décadas: republicanos e federalistas na República Velha, com direito a duas guerras civis, a Revolução Federalista de 1893 a 1895 e a Revolução de 1923. A primeira teve um grande envolvimento da população negra do estado, que se dividiu entre ambos os lados e entrou para a história do conflito por ter, supostamente, protagonizado alguns de seus momentos mais decisivos e sangrentos, como degolas em massa de prisioneiros (WEIMER, 2007). Infelizmente não disponho de fontes sobre como e se os negros do Vale do Rio Pardo se envolveram nestas disputas em específico, porém por se tratar de momentos que envolveram todo estado é de se supor que em alguma medida seus cotidianos foram afetados, tornando suas vidas bastante instáveis.

Com todas essas informações, fica evidente que de diferentes formas a população negra local se posicionou e procurou protagonizar os projetos que achasse representar melhor seus anseios e necessidades. Ainda que exista mais de uma narrativa sobre a fundação do clube União, um elemento é comum em ambas. Os conflitos e as heterogeneidades dentro das comunidades negras.

Tendo motivado ou não a fundação do União, é inegável que o Guarani existiu, assim como sua rivalidade futebolística com seu co-irmão dissidente, haja vista que todos os entrevistados a citaram.

Celebrar a figura de Rio Branco ou o 15 de novembro seria um tanto equivocado no presente em que escrevo. Mas na época em que os clubes foram criados fazia bastante sentido, afinal a Lei do Ventre Livre trouxe diversas possibilidades de obter liberdade além daquela que lhe dava nome, e a data republicana fazia alusão a um sistema de governo que prometeu igualdade a todos.

Anos mais tarde, num momento diferente de governo, o cenário associativo do Vale do Rio Pardo ganharia mais um ator, desta vez na cidade vizinha a Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires.

Em 29 de junho de 1935 foi fundada a Sociedade Négo Football Club São Sebastião Mártir. Os fundadores e fundadoras foram Ataliba Rodrigues, funcionário da usina municipal de energia e jogador de futebol nas horas vagas, sua esposa Maria Francisca Rodrigues, doméstica, João Generoso dos Santos, funcionário da Guarda Municipal⁸⁷, Maria Generosa dos Santos, costureira,

⁸⁷ Sobre presença negra na polícia: MAUCH, Cláudia. A polícia e os negros em Porto Alegre no início do século XX. **XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História & resistências**. Disponível em: <https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. FLORES, Giane Caroline. Farda, saúde e etnia: a presença de populares negros na polícia de Porto Alegre através dos registros da Santa Casa de Misericórdia

Amaro da Luz e José de Sá. Muito provavelmente Joao Francisco, Chim de Amorim, Amaro P. da Silva, Ambrósio P. da Costa, Martin Adelino, Frontino M. Crispim, Joao Argenor da Rosa, Simão M. Crispim, João da Silva, Hermínio A. de Borba, Theodoro J. da Silva, Adelino P. da Costa e Juvelino Dias também estavam lá desde a fundação, dado que este são os nomes que constam no registro mais antigo do livro de atas do clube, na data de 26 de julho de 1936. Segundo o estatuto da sociedade, datado de 17 de dezembro de 1936, os seus propósitos eram recreativos e desportivos aliados à cultura física e intelectual.

O clube foi fundado devido ao racismo existente na cidade, em que negros não podiam entrar em clubes de brancos, como me narrou o senhor Néelson Luiz Lopes, meu tio-avô:

Aqui teria na época devia-se dizer três sociedades, seria o Clube que é o Clube Comercial que é o mais antigo da cidade, o Sete e o Négo, mas aí seria, o Clube, o Négo e o Sete. O Négo é mais velho que o Sete. O que aconteceu, o Clube eu não posso dizer porque a gente não frequentava, o Clube Comercial, Sociedade de Leituras, o Sete, eu vou dizer sem medo de errar, existia muito preconceito racial. Que nós fomos num carnaval, o presidente na época era um amigo meu, Heitor Leal. Quando terminou o desfile foi proposto para fazer uma apresentação dentro do Sete e barraram não deixaram ninguém entrar.
(Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 10/07/2018, na residência Nelson Luís Lopes).

Além de serem impedidos de entrar em salões de outros clubes, o racismo também estava presente no futebol, onde Ataliba Rodrigues foi seriamente discriminado durante uma partida de futebol, quando estava jogando pelo time Guarani, que nesse caso sequer era de negros mais claros, mas sim de brancos. Profundamente ofendidos ele e a ala negra da torcida que assistia ao jogo se retiraram de campo durante a partida.

Primeiro, a aceitação de Ataliba nos parece uma tentativa de integrar a população negra local aos meios de lazer, mas fica a questão, por que ele? Pois muito provavelmente ele não era o único homem negro da cidade que joga futebol. Em segundo, a relação entre negros e brancos na torcida não parece ter sido tranquila, já que quando o jogador se retira do campo, os demais negros se retiram do estádio, em solidariedade a Ataliba, mas também por saberem que aquelas ofensas não são somente ao jogador em particular, mas a sua cor, já que os brancos não proferem ofensas contra o nome de Ataliba, mas a sua raça (SILVEIRA, 2017, p. 70).

Se algum dia um de vocês leitores deste trabalho se interessarem em ler minha pesquisa final de graduação, vai ver que na época eu adoraria ter maiores informações deste senhor, Ataliba, “digno de entrar em Wakanda”, já que este ato faz dele uma figura emblemática e importante na

(1888- 1894). **História Unicamp**, v. 3, p. 309-320, 2016. FLORES, Giane Caroline. **Sob a farda da polícia: controle social, trabalho, cor e prestígio** (Porto Alegre, fins do século XIX). Dissertação (Mestrado), PPG em História Unisinos, São Leopoldo, 2018.

memória de parte da comunidade negra local. Qual não foi a minha surpresa ao descobrir que ele era bisavô do meu então cunhado e que seu filho, André Rodrigues, estava “vivinho da silva”. Sem perder tempo fui até sua casa fazer uma entrevista. Na entrevista, André confirmou o episódio protagonizado por seu pai:

Helen: Teve um episódio que ele tava jogando pelo Guarani e ele foi discriminado. Foi alvo de racismo...

André: Isso aí, ele contou, eu não vi isso porque eu não era nascido, mas isso aí ele contou pra nós.

(Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 01/07/2018, na residência de André Rodrigues).

Talvez pelos incômodos que o assunto gera, André não quis dar maiores explicações sobre o episódio, algo que eu não fiz questão de insistir, pois ele já havia me confirmado que o fato fundante da narrativa sobre o clube era mesmo verdade, afinal esta teria sido a gota d’água acarretando na fundação da sociedade Négo. Ainda segundo André, seu pai faleceu em 1962, aos 52 anos, e quando perguntei se ele continuou frequentando a sociedade ele me disse “sim, a sociedade sempre.” Segue abaixo a foto do casal Maria Francisca Rodrigues e Ataliba Rodrigues:

Imagem 6: Ataliba e Maria Francisca Rodrigues.



Fonte: Acervo Pessoal de André Rodrigues

Esta motivação, exclusão por causa do racismo, infelizmente, não é nenhuma grande novidade na fundação das sociedades negras, mas também não é toda a verdade, como se demonstrará mais adiante. No entanto, o que me chama atenção neste caso é que o Négo foi fundado em 1935, na explosão do discurso da Democracia Racial e da ampliação dos direitos da Era Vargas. Agora a cor não viria mais antes do nome de alguém, como no episódio narrado por Marcos da Rosa, já que o discurso pregava que haveria apenas uma única raça, a brasileira, que surgiu da miscigenação, harmônica, das três raças que aqui viveram desde a época colonial, as raças indígena, branca e negra. Por isso a raça não configuraria mais como um preconceito e impedimento em nossa sociedade.

Esta é com certeza a principal diferença entre a época de fundação do clube União e a época de fundação do Négo. No primeiro caso, as teorias raciais que tinham na ideologia do branqueamento a sua roupagem à brasileira ditavam as regras das relações de forma naturalizada. No segundo caso, a democracia racial maquiou o racismo, deixando todos em tons de verde e amarelo. Neste discurso a ideia de um passado de “escravidão branda” e boas senhoras, como colocado no capítulo anterior, convive com a exclusão de negros e negras. Ao fundar a sociedade Négo, os negros e negras estavam entre outras coisas denunciando tal maquiagem, o que fica visível no próprio nome que escolheram, e para o qual são apresentadas duas justificativas, de acordo com Jair Luiz Pereira:

A denominação do clube - Négo Foot Ball Club São Sebastião Mártir-teria sido motivada por getulistas locais, em homenagem a João Pessoa, governador da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, em 1932, assassinado pela oposição. Segundo Elena de Brito Goulart (professora aposentada), o nome foi uma sugestão de seu pai, o juiz de direito Sebastião Brito. (PEREIRA, 2004, p. 95).

Mais uma vez o posicionamento político se faz notar. De fato, as cores do clube, vermelho, preto e branco, são também as cores da bandeira paraibana, onde a palavra NÉGO aparece em destaque e significaria uma conjugação no presente do indicativo em primeira pessoa do singular do verbo negar. Em relação ao episódio de João Pessoa, este se negou a aceitar a eleição de Washington Luís como vice-presidente da república. Segundo Isabel Landim, filha do João Generoso dos Santos, o termo Négo foi escolhido porque seu pai e demais companheiros e companheiras de fundação se negavam a aceitar os termos racistas que eram usados para

denominá-los, como aconteceu no jogo de futebol em que Ataliba tirou a camiseta do time e saiu do campo após ser alvo de ofensas raciais. Ouso dizer que além disso, eles e elas também se negavam a ser excluídos da vida social.

Desta forma, mesmo que uma justificativa não mencione a outra, é muito possível que elas se complementem. Neste caso, eles deram um outro sentido a uma expressão forte que estava famosa naquele momento, o que é muito inteligente, porque na época todos sabiam o que isso significava. E assim, a partir daquela data o clube Négo passava a funcionar na casa do casal João Generoso e Maria Generosa dos Santos que, por coincidência, se localizava na esquina da rua Coronel Agra com a rua 13 de maio. Este foi o endereço da sociedade por 21 anos, quando finalmente conseguiram construir uma sede própria, na rua Emiliano de Macedo. Sua diretoria mais antiga, que tenho conhecimento, é a de 1938, e registrava:

João Generoso dos Santos- Presidente; Herminio Antonio Borba-Vice-Presidente; Adelino Pedro da Costa- 1º secretário; Ambrosio Pedro da Costa; Adelino Pedro da Costa;Theodoro da Silva 2ºTesorero; João Francisco-Presidente do Conselho; Jovelino Dias-Fiscal geral Margarida Padilha- Presidenta; Francisca da Silva-vice-presidente; Margarida Lopes-auxiliar; Doralice Rodrigues da Costa- auxiliar; Donatila Borges da Silva Lilia Pereira -Presidente das Jovens; Victoria Maria Ignácio-auxiliar; Mathilde Pinheiro-auxiliar; Gessi Ferreira -auxiliar; Madrinhas esportiva: Zumira Maria ou Maia. (Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Foot Ball Club, 1936-1957)⁸⁸.

Alguns dos nomes masculinos aparecem na ata de 1936, o que torna possível pensar que estavam presentes desde a fundação. Com a Sociedade Négo Football Club, já são dez os clubes sociais negros levantados na região do Vale do Rio Pardo, para o pós-abolição.

Quadro 4: Clubes sociais negros na região Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul

Nome	Cidade	Ano
Sociedade Négo Football Club	Venâncio Aires	1935
Clube Rio Branco	Santa Cruz do Sul	Final do séc. XIX e início do XX
Clube 15 de Novembro	Santa Cruz do Sul	Final do séc. XIX e início do XX
Sport Club União	Santa Cruz do Sul	1923
Guarani	Santa Cruz do Sul	Sem informação
Clube Operário	Santa Cruz do Sul	1950

⁸⁸ Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

Sport Clube Brasil	Candelária	Sem informação
Associação Beneficente Reino de Oxum	Rio Pardo	Sem informação
Sociedade Velha Guarda	Rio Pardo	Sem informação
Clube Recreativo Tabajara	Encruzilhada do Sul	Sem informação

Fontes: Entrevistas de Nelson Luiz Lopes (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 10/07/2018, na residência de Nelson Luis Lopes) e André Rodrigues (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 01/07/2018, na residência de André Rodrigues). ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros:** lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio) Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

Este mapeamento foi feito com base nos relatos dos entrevistados que mencionavam quais as outras entidades com as quais seus clubes tinham relações. As fontes incluem um mapeamento anterior realizado pela pesquisadora Giane Vargas Escobar, que em sua dissertação de mestrado listou boa parte dos clubes sociais negros que estavam em atividade no Rio Grande do Sul. Neste trabalho foi possível encontrar os clubes da cidade de Rio Pardo e Encruzilhada Sul, que eu até então desconhecia, e a pesquisadora também cita os clubes Négo e Operário. Em sua entrevista, Maria colocou:

Helen: E com outros clubes o União tinha relação?

Maria: Sim, o União jogou muitos anos futebol, muitos anos.

Helen: Quais eram, a senhora se lembra?

Maria: Os cidadão, sempre amador né?

Helen: Aham, e era sempre através de futebol que o União tinha contato com outros clubes?

Maria: Sim, ahah. E depois também com o carnaval né, que a gente ia muito pra fora, esses buraco tudo a gente foi com o União

Helen: Quando eu fiz a pesquisa pro TCC eu encontrei fotos de pessoas do União frequentando o Négo e do Négo frequentando o União..

Maria: Sim, o Négo vivia no União e nós lá também, por isso que eu digo esses buraco tudo aí a gente conheceu.

Helen: E eles jogavam também ou era só mais tipo bailes?

Maria: Era mais baile e carnaval, jogos era mais assim em fim de ano confraternização, aí se reuniam.

(Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 21/01/2020, na residência de Maria Nunes).

Estas entidades não apenas existiam cada uma em suas cidades, elas se relacionavam muito, pois como me disse André: “Não, nós saía pra outra cidade, geralmente, nas outras cidades quando tinha baile, nós ia jogar de tarde lá e baile de noite e vice-versa, aí eles vinham aqui também”. Este contato alcançava boa parte das cidades da região: “o União de Santa Cruz, o Guarani de Santa Cruz, o Guarani já não existe mais né, o Brasil de Candelária, isso tudo nós joguemo, o União de Estrela, tudo nós joguemo”. (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 01/07/2018, na residência de André Rodrigues)

Portanto, este contato ocorria quase sempre a partir das atividades desenvolvidas como carnaval e futebol. As informações trazidas por Maria e André são confirmadas pelo senhor Nelson Luiz Lopes:

Helen: O Négo tinha bastante relação com clubes, com sociedades de outras cidades, né?

Nelson: Sim, tinha o Brasil de Candelária tinha a União de Santa Cruz, tinha 28 de setembro de Santa Cruz, O Operário de Santa Cruz, Treze de Maio de Lajeado, Taquari a cidade da redondeza aqui a gente era se chamava sempre de nossos co-irmãos

Helen: O senhor sabe dizer porque que parou esse contato? Por que hoje em dia não...?

Nelson: Olha, agora foi uma boa pergunta que tu fizeste, mas essa eu não posso te responder porque faz muitos anos assim que eu não participo, não sei como tá andando a sociedade.

Helen: Mas, esse período que o senhor foi da diretoria, presidente, conselho fiscal, o Négo continuou...

Nelson: Ah, continuava aí isso tinha, tranquilamente. Olha, todos os bailes que fazia ia convite para fora e também recebíamos. Tinha esse contato, sim, agora quando se terminou também não sei, se terminou, quando terminou não sei, se continua também não sei.

Helen: Sobre o time de futebol o Négo jogava na região também? Ou era só aqui?

Nelson: Não, jogava na região e jogava assim nas cidades mais longas assim que eu me lembro, Candelária a gente ia jogava muito em Candelária, Lajeado, Santa Cruz porque também era dispendioso a gente, muito, muito longe, tinha que ter ônibus e tudo. Mas, como é que nós fazia, assim sempre a gente ia sábados jogávamos nos sábados à tarde na cidade co-irmã longe, e nós íamos a parte do futebol ia depois do meio-dia de sábado e as os participantes, os nossos familiares ia à noite, geralmente, ia dois ônibus de noite, ia pro baile. A gente jogava sábado de tarde e ficava à noite para o baile e vinha de madrugada. De manhã vinha para Venâncio, era muito gostoso.

(Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 10/07/2018, na residência Nelson Luis Lopes).

Com exceção do clube 28 de setembro, todos os outros eram entidades negras e que construíram ao longo dos anos uma relação fraterna onde as festividades e o futebol exerciam este elo. Estas relações entre os clubes sociais negros já foram identificadas em outras cidades do estado, como, por exemplo, Santana do Livramento, onde o clube Farroupilha mantinha relações com Bagé, Rosário do Sul, Santa Maria e Novo Hamburgo (MARIA, 2013). O clube Cruzeiro do Sul⁸⁹, de Novo Hamburgo, mantinha relações com clubes de outras regiões como Pelotas:

Waldomiro José de Mello, em seu depoimento, enfatiza a importância da integração dos sujeitos negros e a constante preocupação por parte dos representantes do Cruzeiro do Sul em viabilizar o deslocamento dos seus associados aos eventos que ocorriam em sociedades negras de outras cidades, como Pelotas, por exemplo. Para além das festas, as quais fomentavam a sociabilidade entre sujeitos negros de diferentes cidades do Rio Grande do Sul, discutiam-se também questões relacionadas aos problemas enfrentados pelos negros no cotidiano. (MAGALHAES, 2017, p.140).

⁸⁹ O Clube Cruzeiro do Sul é um clube social negro fundado em 1922 localizado na cidade de Novo Hamburgo, nos arredores do 1º distrito de São Leopoldo na área periférica conhecida como África. Ele foi fundado como um clube esportivo que com o passar do tempo tornou-se um clube social. Para saber mais ver: Magalhães (2010; 2017).

O senhor Waldomiro é um ex-presidente do clube Cruzeiro do Sul e conforme demonstrado por Magna Magalhaes, ele ressalta em sua fala a relação que este clube mantinha com outras entidades de outras cidades. Na região da Serra Sul-Riograndense, Fabricio Romani Gomes ao investigar o Sporte Clube Gaúcho identificou ligações com uma gama de entidades negras do estado:

Durante o período estudado, foi intensa a relação do Clube Gaúcho com outras sociedades. Em Caxias o clube manteve relacionamento, principalmente, com os clubes “pequenos” que possuíam time de futebol e às vezes sede. As solidariedades entre esses clubes foi intensa. Quem tinha sede “emprestava” o espaço para aqueles que não tinham, eram realizadas doações mútuas nas datas de aniversário e mantinham-se informados sobre seus eventos. Porém, o Clube Gaúcho foi além dos limites do município. Divulgou seus eventos em diversas cidades do estado e fora dele. (GOMES, 2008, p. 138).

Desta forma, havia um clima de solidariedade que cruzava as fronteiras regionais e que tinha como intuito a integração social e a criação de laços de amizade e apoio entre as entidades, já que como disse o autor, em alguns casos os clubes emprestavam seu espaço para outros. Os trabalhos de Magalhães e Gomes listam quais eram os clubes com os quais aqueles que eles estudaram possuíam ligação e em ambos os casos a Sociedade Négo aparece. O União também é citado como coirmão do clube Gaúcho. Assim, as sociedades negras de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul não limitavam sua rede a sua região, construindo relações por todo o estado. O que traz à tona alguns aspectos importantes sobre as relações entre as entidades. Elas eram antes de tudo muito organizadas, dado que uma visita a um outro clube era agendada com antecedência através de convites, como fica evidente ao consultar o bloco de notas em que a direção do União listava quais entidades eram convidadas para suas festas.

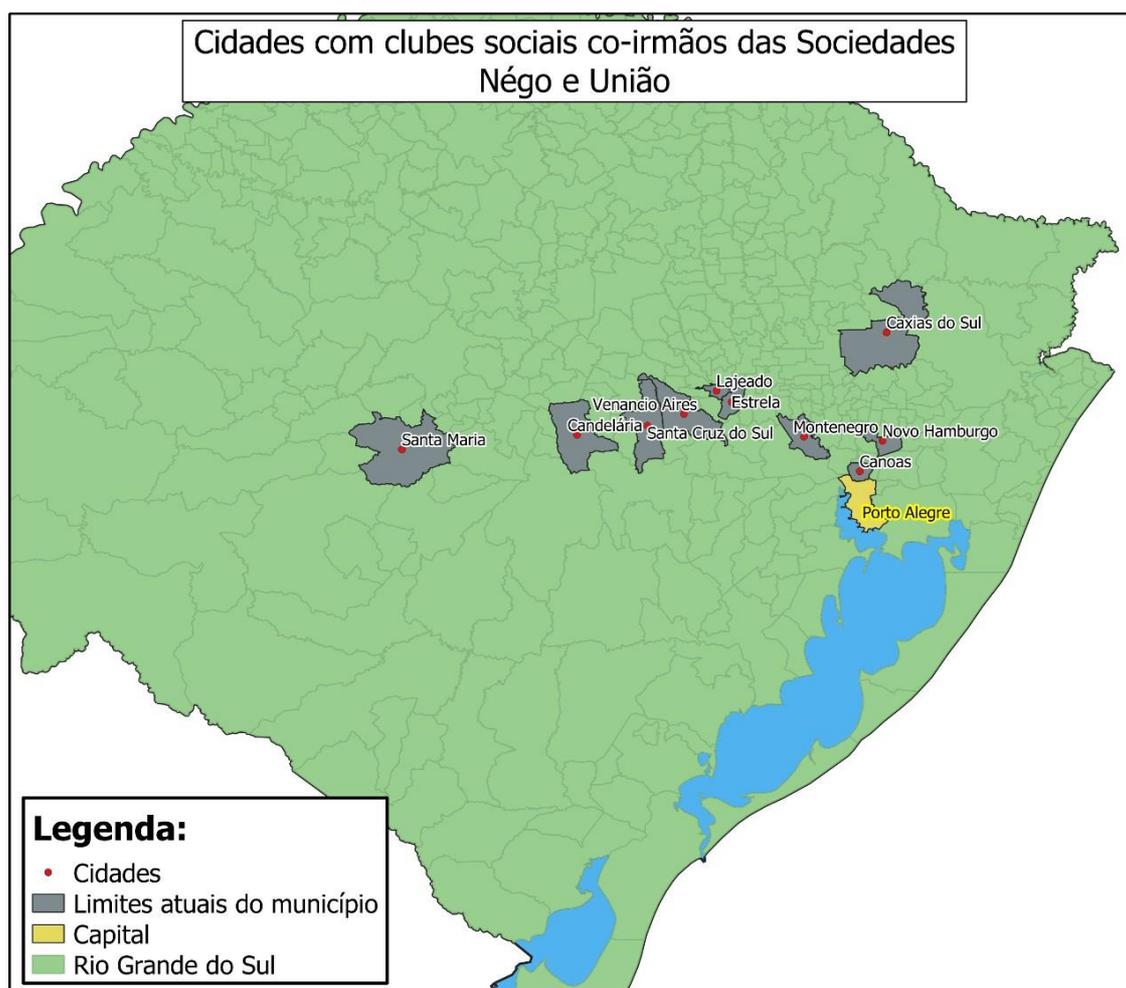
Quadro 5: Lista de entidades convidadas para festas no Clube União (1988)

Nome	Cidade
Sociedade São Sebastião Négo Football Club	Venâncio Aires
Sociedade Cultural Beneficente Rui Barbosa	Canoas
Sociedade 13 de Maio	Santa Maria
Sociedade Cultural Beneficente Brasil	Candelária
Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul	Novo Hamburgo
Sociedade Floresta	Montenegro

Fonte: Bloco de Convites da Sociedade Cultural Beneficente União. Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União.

Como é possível perceber, o clube Cruzeiro do Sul de Novo Hamburgo aparece na documentação do clube de Santa Cruz do Sul. Algumas destas entidades aparecem com nomes diferentes, mas nesta tabela priorizou-se as nomenclaturas da fonte. Em nenhuma das anotações das fontes constam as cidades às quais tais entidades pertenciam, sendo assim este campo foi preenchido com base em outros trabalhos e também nas entrevistas. O registro evidencia uma organização nos contatos estabelecidos entre entidades. No mapa a seguir constam as cidades nas quais ficavam os clubes co-irmãos do Négo e União.

Mapa 1: Mapa do Rio Grande do Sul com localização das cidades com clubes sociais co-irmãos das sociedades Négo e União



Fonte: Feito por Felipe F. Brunhauser, gerado a partir das bases e referências cartográficas do Brasil, disponibilizadas pelo IBGE.

Ao pesquisar a cidade de Pelotas, que possui muitos clubes negros, Fernanda Silva coloca como eram feitos os convites de um clube a outro:

Os Cordões da cidade informavam suas atividades a seus co-irmãos e sócios, principalmente com o auxílio da imprensa. E nesse sentido, destaca-se a dita imprensa negra, representada na cidade pelo jornal *A Alvorada*. Esses cordões apresentaram grande inter-relacionamento social. (SILVA, 2011, p. 110, 111).

Assim, estas ligações não aconteceram simplesmente, elas foram planejadas e pensadas, em vários sentidos: quais clubes convidar, como se percebe na ata de batismo do União, como convidar, convites ou anúncios em jornais, até deslocamentos, se através ônibus, trem e etc. Tais relações constituíram gradualmente uma rede associativa que comportava os mais diversos formatos organizativos, com intuito de atender as demandas sociais e culturais dos indivíduos negros e lhes dando suporte nas mais diversas situações. (LONER, 2008).

Porém, nem tudo são flores, e a formação desta rede associativa demonstra também as animosidades existentes de muitas formas. Na cidade de Pelotas, por exemplo, havia amizade entre co-irmãos, mas também havia diferenças que passavam por outras questões:

Os clubes carnavalescos negros mais importantes surgiram no final da década de 10 e início da década seguinte, como o *Depois da Chuva*, o *Chove Não Molha*, o *Fica Ai Para Ir dizendo*, e o *Quem Ri de Nós Tem Paixão*. Segundo informantes, eles representavam segmentos dentro do grupo negro. Assim, enquanto o *Fica Ai* seria da elite negra, o *Chove* seria mais representativo da classe média e o *Quem Ri e Depois da Chuva*, seriam clubes populares. (LONER, 1999, p. 12).

Em Santa Cruz do Sul, assim como em Pelotas, a classe⁹⁰ teria sido o motivo a gerar mais uma dissidência, pois o clube Operário, fundado na década de 1950 entendia que o União era um clube elitizado.

O que eu espero ter conseguido demonstrar até aqui é que havia um contexto associativo estadual do qual os clubes do Vale do Rio Pardo participavam ajudando a constituir tal contexto. Esta rede foi constituída coletivamente entre entidades, mas também entre indivíduos.

Uma das pessoas que entrevistei foi o senhor Malomar Gregório, um santacruzense. Ao chegar em sua residência, a primeira entrevistada foi eu. Seu Malomar queria saber mais sobre aquela que chegava com um celular, uns papéis e com os pés molhados de chuva e nosso diálogo transcorreu mais ou menos assim:

Seu Malomar: De onde tu é?
Helen: Sou de Venâncio Aires.

⁹⁰ É complicado entender o que eles e elas entendem como sentido de classe, já que a maior parte deles eram de trabalhadores. No entanto, segundo Rui Barbosa, descendente dos fundadores do clube Operário, os frequentadores do clube entendiam o União como um clube de elite. Para que essa questão seja melhor compreendida é necessária pesquisa mais aprofundada sobre negros nos mundos do trabalho, mas me parece que isso está muito ligado ao fato de que os frequentadores do União tinham emprego, talvez emprego fixo, de carteira assinada ou no setor público, o que poderia ser um diferencial com os demais e constituindo também um certo prestígio social. Algo que foi consenso nas entrevistas é que o União não fazia grandes exigências de vestimenta, este sentido não passava necessariamente pela apresentação das pessoas no clube, mas talvez sim pelo vínculo empregatício.

Seu Malomar: Minha esposa é de lá, sabia? Sua família mora onde lá?

Helen: No bairro Gressler, perto da antiga Fumosul,

Seu Malomar: E você é parente de quem?

Helen: Sou neta da Dona Maria Thereza e do seu Luis, minha avó é filha da dona Aurora Pinheiro. [como pessoas idosas conhecem pessoas idosas, achei mais prudente citar meus avós].

Seu Malomar: Ah sim, o Luis Martins, que tocava banjo? [o nome do meu avô era Luís da Silva, mas ele era conhecido como Luís Martins, e quando jovem teve um conjunto musical com seus irmãos, chamado os Martins, desconfio que este sobrenome adveio da família senhorial que criou meu bisavô].

Helen: Isso, ele mesmo.

Seu Malomar: Sabia que meus sogros foram padrinhos de casamento dos seus avós? [viu como pessoas idosas se conhecem?].

Helen: Ah sério, não, eu não sabia, que incrível.

Seu Malomar: Sim, meu sogro era o seu Thomás Padilha.

Helen: Ah, não acredito, ele sempre aparece nas atas do Négo e nunca tinha encontrado ninguém da família dele, a sua esposa ainda é viva? Ela está em casa? Posso falar com ela?

Seu Malomar: Não, não, ela saiu, não sei que hora volta. Tu conhece o Négo? Seus avós ainda são vivos?

Helen: Só a minha vó, o vô faleceu em 2014. Eu me criei dentro do Négo, minha avó desfila de baiana até hoje.

Seu Malomar: Eu ia muito no Négo. Sabia que eu namorei a irmã da Aurora, a Amélia?

Helen: Sério que o senhor namorou a Tia Amélia? [esta senhora minha tia é a esposa de Nelson Luiz Lopes]

Seu Malomar: Sim, por dois anos, na década de 1960, depois conheci minha esposa num jogo do União que ela veio assistir em Santa Cruz do Sul. Depois tu anota num papel que quando ela chegar, vou contar pra ela que conheci a neta do Luiz e da Thereza. Então, guriazinha, tu quer saber sobre o União, o que tu estuda?

(Esta conversa não foi gravada ela é parte da minha memória sobre ela, em 21/01/2020, na residência de Malomar Gregório).

A entrevista seguiu por mais alguns minutos até que ele concluisse que eu era confiável de ouvir suas memórias. Este trecho não foi gravado, mas ainda assim me marcou, pois foi um daqueles momentos em que o trabalho faz sentido para ti outra vez, porque a pesquisa te conquista quando você nem espera, pelas boas surpresas. O interessante de trabalhar com entrevistas com certeza não é transcrevê-las, é entender que o que mantém as paredes dos clubes sociais negros são as histórias que as pessoas teceram dentro deles e que muitas vezes, como no meu caso, se confunde com a sua história. A narrativa de seu Malomar, inquisidor, mas simpático, é ilustrativa de como a rede associativa negra no estado permitiu que os mais diversos laços fossem constituídos e que simultaneamente constituíam esta rede. Laços de compadrio, como de seu Ataliba e dona Maria Francisca e seu João Generoso e Maria Generosa, que eram padrinhos de batismo de André, filho de Ataliba e Maria Francisca, como dos meus avós que escolheram Thomas Padilha e sua esposa como padrinhos de casamento. Laços amorosos como de seu Malomar e sua esposa. Ou ainda laços de apoio e solidariedade quando uma entidade empresta sua sede a outra.

Não se trata de histórias de duzentos anos atrás, impossíveis de recuperar (mesmo que fossem daquela época não seria impossível). Trata-se de pessoas vivas, de organizações vivas, principalmente, no que tange aos clubes Négo e União. A população negra do Vale do Rio Pardo esteve ou está envolvida com no mínimo dez clubes sociais. Só em Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul são cinco, que remetem a pelo menos o início do século XX, mas infelizmente continuam sendo invisibilizadas na história desta região e do estado. Assim como a rede associativa foi pensada, o

processo de exclusão e invisibilização também foi.

2.2 Contornos da liberdade: as conturbadas transformações sociais

Após um longo e debatido processo de extinção da escravidão e formação da mão-de-obra livre no país e implementação da república, o Estado e os intelectuais se detiveram em pensar que medidas tomar para fazer do Brasil uma nação vista como civilizada e moderna. Uma das medidas tomadas pelos governos era importar pessoas para trabalhar, dessa vez de forma voluntária, mas não de qualquer lugar, da Europa. Para ser moderno era preciso ser branco e como foi o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil era exatamente o contrário. A imigração europeia não era uma novidade, haja vista que desde os Oitocentos o Estado brasileiro implementava políticas de ocupação do território nacional com o assentamento de estrangeiros:

O projeto imigratório brasileiro vinculado à ocupação de terras públicas - iniciado em 1818 e interrompido em 1830, entre outros motivos, por causa das críticas aos subsídios e da escassez de recursos - foi retomado em meados da década de 1840, impulsionado pelos debates sobre o fim do tráfico de africanos e a regulamentação fundiária. (SEYFERTH, 2007, p. 79).

É desta retomada que resultou a fundação da colônia de Santa Cruz em 1849⁹¹, com a instalação de um pequeno número de famílias. Neste momento, a imigração cumpriria objetivos ligados a agricultura e à produção de alimentos. “Havia a intenção de constituir uma agricultura voltada para o mercado interno através da criação de comunidades agrícolas capazes de diversificar a produção de gêneros alimentícios no Rio Grande do Sul” (PIASSINI, 2017, p. 36). Para que tais objetivos fossem cumpridos, o governo imperial financiou a vinda de alemães, distribuiu terras, sementes e animais. O incentivo logo, supostamente, deu sinais de sucesso, e em 1859 a colônia já possuiria por volta de 2.723 habitantes, e com uma economia voltada para subsistência com pouca produção de excedente. (NORONHA, 2012).

A colônia de Santa Cruz não foi de forma alguma uma exceção, pois o Rio Grande do Sul foi um ativo participante do projeto imigrantista do Estado imperial e recebeu imigrantes alemães desde os anos de 1820, quando foi criada a colônia de São Leopoldo, em 1824. Segundo Piassini, entre 1824 e 1889 foram criadas 80 colônias de imigrantes alemães no estado, entre oficiais e particulares. Os estudos sobre imigração costumam dividir em duas fases esse processo, em que a primeira fase vai de 1808 a 1831 e foi caracterizada pela intenção de ocupação de determinadas

⁹¹ Isto se refere à fundação da colônia, não do município de Santa Cruz do Sul, visto que já havia um povoado étnico-racialmente diversificado na região antes da chegada dos imigrantes, como mostrei no capítulo anterior. Assim, cabe colocar aqui que esta discussão se refere somente à forma como os imigrantes foram inseridos na localidade e não a uma narrativa de fundação da cidade, também discutida no primeiro capítulo.

áreas consideradas estratégicas do território nacional e o estabelecimento de uma classe média de pequenos proprietários com produção familiar (CUNHA, 1988). A segunda fase, que vai de 1849 a 1889, foi caracterizada pelos objetivos acima citados com relação à colônia de Santa Cruz; é nesta mesma época que a colônia particular de Mariante foi fundada em 1856, por Antônio Mariante, na então Faxinal dos Tamancos, futuro município de Venâncio Aires. Ou seja, mesmo sendo uma iniciativa particular, seus objetivos deviam ser os mesmos que o núcleo vizinho, mas quem deveria prover os materiais necessários era o dono da iniciativa ao invés do Estado.

É importante destacar que a imigração cumpria diferentes objetivos não apenas de acordo com a fase, mas também de acordo com a região, pois no Sudeste, onde a cultura do café predominava juntamente com médios e grandes proprietários, a ideia era que estes europeus trabalhassem como mão de obra livre nas grandes fazendas agroexportadoras. E a partir de 1870, quando é aprovada a Lei do Ventre Livre, os fazendeiros passam a exercer cada vez mais pressão para que a monarquia subvencionasse a vinda destes futuros trabalhadores. O que de fato aconteceu, pois entre a década de 1870 e a década de 1930 milhões de europeus de variadas nacionalidades aportaram no país. Entre estas nacionalidades, estavam os italianos que se dividiriam pelo Sudeste e Sul. No Sudeste eles engrossaram as fileiras de trabalhadores do oeste paulista e cafeicultor e no Sul fundariam mais núcleos coloniais, como na serra sul-riograndense, em que o núcleo de Caxias foi criado em 1876, e no centro do estado com Silveira Martins, na década de 1880.

A relação do Rio Grande do Sul com a imigração tem profundas imbricações com a política nacional e interesses regionais. Por fazer fronteira com as terras tomadas por espanhóis, o estado cumpria uma função de garantir as fronteiras portuguesas no extremo sul meridional da América. Aliou-se a isso o anseio de fazer deste lugar uma terra diferente do restante do país, onde os habitantes tivessem pele alva e olhos mais claros possíveis, harmonizando com o clima frio do sul. “Conclusão: tratava-se de uma província fria, e, por isso mesmo, propícia ao acolhimento de “colonos europeus”, segundo Alcides Lima; ou ao desenvolvimento de “raça branca”, nos termos de Assis Brasil.” (ROSA, 2019, p. 46). Assim, importantes intelectuais que viriam a vestir as cores republicanas, como Assis Brasil, construíram a imagem de que o estado seria um lugar diferente e neste argumento o clima era central para justificar a atração de estrangeiros.

Outras regiões como o nordeste do país também tentaram atrair estes estrangeiros, mas sua economia perdia cada vez mais forças e importância no jogo de poder, o que praticamente impossibilitou que os fazendeiros conseguissem disputar a mão de obra com produtores de regiões mais imponentes financeiramente, como São Paulo. (ALBUQUERQUE, 2004). A alta concentração de negros na Bahia era motivo de comparações negativas por parte de pensadores sul-riograndenses:

Foi em 1862 que Aureliano Candido de Tavares Bastos estabeleceu uma oposição entre o “atraso” da Bahia, atribuído ao “maior número de negros”, indivíduos “incultos”, “incapazes” e “improdutivos”, e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, propiciado pelos “núcleos de colonos europeus”, gente inclinada ao “progresso”, ao “trabalho” e à “civilização”. Analisados à luz do debate sobre a ocupação de diferentes regiões do Brasil por populações com “origens” e “qualidades” distintas, os termos de Tavares Bastos não trazem novidade alguma. Entretanto, ao estabelecer uma comparação entre, de um lado o “o homem livre” e “branco” (termo que o autor empregava quase como sinônimos) e, de outro, o “africano” e o “negro” (ambos associados à escravidão), Bastos concluiu que a existência de um abismo entre “esses dois extremos” era “fato que a ciência afirma de um modo positivo”. [...] Tavares Bastos acrescentou um argumento de autoridade – sem falar em raça, mas profundamente racializado – que inovava a legitimidade explicativa de que julgava ser o “atraso” da Bahia e o “desenvolvimento” do Rio Grande do Sul. (ROSA, 2019, p. 62).

Como se pode notar, o desenvolvimento da colonização imigrante teve profundas relações com os rumos da escravidão, pois desde o início este projeto coincide com a vinda da família real, que passou a ser pressionada para colocar fim ao tráfico. E sua fase mais intensa, com maiores incentivos, ocorreu justamente a partir do momento em que o tráfico foi de fato proibido e extinto, dando sinais de que a escravidão chegava perto do fim. Não se tratava de resolver “um problema de mão de obra”, haja vista que os libertos, livres e demais nacionais nunca foram pensados como essa solução, mas sim de promover o clareamento da população e desenvolver a raça branca, que era entendida como aquela que tinha os predicados necessários, como moral e ética do trabalho, para serem os cidadãos da jovem república brasileira.

Por outro lado, ao contrário do que se costuma pensar no senso comum, a população negra não foi esquecida pelo governo depois da abolição. Se a raça branca compunha o cidadão, a raça negra era ingrata ao traduzir a extinção do cativo em mobilidade social, o que “representou o abandono das antigas fazendas nas quais muitos haviam nascido e vivido até então” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 100). Era ingrata mesmo quando resolvia permanecer, mas só o fazia após negociações e aceitação de seus termos: “Decidir ficar, obviamente, não significava concordar em manter as mesmas condições de trabalho do regime anterior. Enterrar a palmatória e o vergalho podia fazer pouco sentido para os libertos, se o homem que os usara continuasse a dar as ordens” (RIOS; MATTOS, 2007, p. 60). Este foi mais um ponto de atrito e instabilidade, a perda de qualquer prerrogativa senhorial anterior e o reordenamento das relações de trabalho.

Mais que ingratos, eram também perigosos, pois entendia-se que por não estarem acostumados com a liberdade não saberiam como aproveitá-la e, supostamente, apresentavam tendências para o vício e a criminalidade. O governo se empenhou fortemente em criar formas de manter a vigilância constante sobre ela, e seu principal mecanismo de controle seria a polícia, cuja

tarefa era manter sob controle os “turbulentos, bêbados por hábito e prostitutas perturbadoras do sossego público” (MAUCH, 2017, p. 55).

Neste sentido, esta instituição criada poucos anos após a República tinha como suas principais obrigações manter a ordem pública e exercer a autoridade do Estado sobre a população. Os que mais sentiam o peso desta autoridade, sem dúvida, era a população recém liberta, que passava a figurar como vadios e desordeiros na linguagem policial.

Na década de 1890, o combate à “vadiação”, o medo da “crise” e da “desordem”, em seus aspectos econômicos ou políticos, eram lidos como consequências temíveis da liberdade alcançada por todos os escravos; era por isso que, na lógica da suspeição e do controle social, “vadiação”, “crise” e desordem estavam associadas às atitudes dos negros em geral. (ROSA, 2019, p. 116).

Portanto, com o uso e abuso de diversos artifícios, as elites buscavam construir uma nova ordem social, em que novos e velhos sujeitos estivessem devidamente separados por uma hierarquia social estabelecida não mais juridicamente, mas sim, socialmente racializada, sem que isso precisasse ser dito. Alguns destes artifícios já vinham sendo pensados há muito tempo, como é caso da imigração, outros como a polícia foram sendo estruturados conforme novas demandas foram surgindo. Todavia, de maneiras diferentes os planos das elites foram parcialmente frustrados. Para quem leu o texto até aqui, já deve ter percebido o *spoiler* em relação a um dos caminhos escolhidos pela população negra, e se não percebeu vou dá-lo de novo: o associativismo negro.

É neste sentido que o Rio Grande do Sul se transforma em um lócus de observação interessante, pois ao mesmo tempo em que os seus governos e intelectuais se empenharam em fazer do estado a imagem e história da branquitude⁹², algumas das organizações negras mais antigas do país se localizam no estado. Mesmo antes da abolição as comunidades negras já vinham articulando diversos formatos de associação com os mais diferentes propósitos, e estas foram se modificando com o passar dos anos, demandas e recursos.

Na cidade de Pelotas, por exemplo, entre o final do XIX e início do século XX, Beatriz Loner mapeou a existência de mais de 30 organizações: “quase que ao fim da primeira década do século XX, tem-se a criação de entidades de todo o tipo: recreativas, bailantes, carnavalescas, esportivas e de representação política, e até três jornais negros.” (LONER, 2008, p. 11). Em Porto Alegre, segundo Petrônio Domingues (2019), neste mesmo período surgiram 72 organizações das mais variadas naturezas. Para Santa Maria, um recente levantamento feito pelo GEPA/UFSM mapeou a existência de 30 organizações negras na cidade, também de propósitos variados.

⁹² Sobre branquitude ver: Bento (2002).

Entre os muitos formatos é provável que nenhum tenha sido tão popular quanto os times de futebol. Este fato se deve principalmente à popularização do esporte, ocorrida no início do século XX. Segundo Dornelles:

Porto Alegre foi cenário do surgimento de inúmeras equipes de futebol na primeira metade do século XX, e elas fizeram parte de todos os estratos sociais daquele período, desde as elites até as camadas populares, de estudantes à operários, de times de imigrantes à times de militares ou também, de brancos e negros. (DORNELES, 2018, p. 17).

Desta forma, o futebol ganhou adeptos entre os mais variados segmentos populacionais. Mas esta popularização não significou inclusão, pois, na maioria dos casos, os negros não eram aceitos para jogar em times de brancos. O que queria dizer que se queriam jogar futebol teriam que fundar seus próprios times, o que de fato foi feito. Em Santa Maria, por exemplo, ocorreu a criação de dois times, o 7 de setembro de 1916 e o Sport Club Rio Branco de 1920 (OLIVEIRA, 2017). Em Bagé, são fundados os times Sport Club Palmeira em 1913, o Riachuello Football Club e o Sport Club União, dos quais não se conhecem as datas de fundação (SILVA, 2018). Mas em muitos casos os times de futebol eram vinculados aos clubes sociais, como é o caso das sociedades Négo e União, que tanto possuíam times, como os capitães faziam parte das diretorias desses clubes, conforme podemos observar abaixo nos livros de atas:

A seção de Outubro de 1939

[...]

E o Capitão Geral José de Sá

(Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Foot Ball Club, 1936-1957. Grifo meu)

Acta da fundação e Batismo da Bandeira do Sport Club União

[...]

França Garibaldi 1º capitão

Agenor Garibaldi 2º capitão

(Fonte: Livro de Atas da Sociedade Cultural Beneficente União, 1923-1961. Grifo meu).

No caso da sociedade Négo, constava em estatuto que os jogadores formavam uma categoria especial de sócios isentos de pagar mensalidade e jóia enquanto defendessem as cores vermelho, branco e preto. Este clube possuía também como cargo diretivo uma madrinha esportiva, registrada desde a ata mais antiga de nomeação de diretoria⁹³. A entidade possuía também um item listado como quadro com os estatutos de Football entre os pertencentes arrolados em 1937⁹⁴, algo que

⁹³ Para minha pesquisa final de graduação, entrevistei a senhora Lionor Pineiro que me disse: “Eu era madrinha daquele time...e a gente ia pra aqueles jogos no interior e assim o nosso meio de transporte era caminhão de carga, a gente ia lá atrás na carroceria do caminhão feliz da vida... e o Tio Beco junto sempre”. (SILVEIRA, 2017, p. 84) Assim, parece que a função da madrinha esportiva incluía acompanhar o time nos jogos.

⁹⁴ Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Foot Ball Club (1936-1957). Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

provavelmente tinha a ver com regulamentos dos jogos. Foi também devido a um episódio de racismo em uma partida de futebol que os negros Venâncio-airesnes entenderam que era a hora de ter seu próprio espaço⁹⁵.

No caso do clube União, a prática de tal esporte pode ter sido o motivo de desavença deste com outros clubes, como demonstrado anteriormente. O peso do esporte nestes lugares pode ser verificado, inclusive, em seus nomes de fundação, Sport Club União e Négo Foot Ball Club. É também a partir do futebol que eles faziam contato com demais cidades, como se pôde perceber nas falas citadas dos entrevistados. Entre as muitas fotos guardadas por seu Malomar está a fotografia do time do União de 1947:

Imagem 7: Jogadores do Sport Club União de Santa Cruz do Sul, 1947.



Fonte: Acervo pessoal de Malomar Gregório.

Segundo seu Malomar, entre alguns nomes que ele não se recorda, estão na foto agachados os jogadores da esquerda para a direita: Argenor, Xavier, Salvador Mico e Doca. Em pé os jogadores, também da esquerda para a direita: Rubem, Marabá, conhecido por Vino, Gastão, Janescão, Elias, jogador não identificado por Malomar⁹⁶, e Indio. De terno, no canto esquerdo estão os membros da diretoria: Francisco Ferreira, presidente, Supriano Alfredo Santos e Romalino

⁹⁵ Uma notícia de 03 de agosto de 1931, do jornal *A Federação* de Porto Alegre traz o resultado de uma partida disputada entre o Négo e o Garibaldi e coloca a possibilidade de o clube ter se originado do time de futebol. Sobre isso ver: SILVEIRA (2017).

⁹⁶ Esta pessoa aliás aparenta ser mais bem clara que os demais presentes na imagem

Luccas. Esta fotografia, que parece ter sido tirada antes de uma partida, apresenta os jogadores do clube devidamente uniformizados. Em 1934, foi registrado em ata a realização de jogos pelo clube:

Santa Cruz 14 de Outubro de 1934

A diretoria do União F.B.C. reunida e demais associados em sua sede social para tratar de interesses da mesma balancete do caixa com entrada e saídas estando em perfeita ordem sendo proencida os candidatos em falta na diretoria. 1º secretário e 2º Presidente e 2º Thezreiro ficando a baile da mesma marcado para o dia 28 do corrente e tambei para o dia 4 vindouro .2 partidas amistosa com o Escrat⁹⁷ R.P. e com o Guarani F. B. C. Rio Pardence. Presidente Gastão Gregório.

(Fonte: Livro de Atas da Sociedade Cultural Beneficente União, 1923-1961)

Assim, os jogos eram também pauta de reunião, haja vista que, de acordo com os relatos dos entrevistados, era preciso preparo por parte das diretorias que precisavam providenciar transporte para jogadores e familiares. Na documentação⁹⁸ do clube também é mencionada a existência de um apito, doze camisetas e dez calções. O mesmo também foi encontrado para o seu clube vizinho que tinha 10 camisetas e 1 apito entre seus bens⁹⁹. Desconfio que estas roupas e equipamentos fossem para os jogadores usarem nas partidas pelo clube, pois em sua entrevista André colocou que era a entidade que comprava os uniformes dos atletas, informação que bate com a fonte escrita. No acervo da sociedade Négo está a foto dos atletas do clube participando de um dos bailes do mesmo.

Imagem 8: Atletas da Sociedade Négo Foot Ball Clube em um baile do clube em 1954

⁹⁷ Equipe composta pelos melhores atletas de uma determinada modalidade; seleção, selecionado. Gíria futebolista, que indica os selecionáveis de determinado time.

Escrete vem do inglês *scratch*, que significa "linha ou marca desenhada para servir de ponto partida; linha de partida" no sentido de que todos os competidores partem da mesma linha, do mesmo ponto.

⁹⁸ Fonte: Livro Ouro da Sociedade Cultural Beneficente União (1940-1957) Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União.

⁹⁹ Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Foot Ball Club (1936-1957). Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.



Fonte: Acervo da Sociedade Négo Football Clube, cedido por Isabel Landim.

Nesta foto, a única pessoa que consegui descobrir a identidade foi do senhor que está de calça branca e camisa de botão, o quarto da esquerda para a direita, Leobaldo Rodrigues, uma das figuras mais queridas do clube, sobrinho de Ataliba e primo de André Rodrigues, todos envolvidos com futebol pelo clube. Este senhor, assim como seu tio, foi também capitão do time do clube e organizava partidas de futebol com outros grupos da cidade, como me relatou seu Nelson Luiz: “nós jogávamos todo ano uma partida de futebol só de gurizada brancos contra os pretos era o João Coutinho que cuidava do time dos brancos e o tio Beco cuidava do time dos negros, então assim ali, o Tio Beco era o meu técnico”. (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 10/07/2018, na residência Nelson Luis Lopes). Tio Béco era o apelido de Leobaldo Rodrigues. Estas partidas eram, inclusive, noticiadas no jornal local, *Folha do Mate*:

Dentro das comemorações da Semana da Pátria, serão realizados jogos de futebol de campo numa promoção CMD.

Jogarão a seleção dos Brancos e Seleção dos Morenos. Conforme reunião realizada na semana passada, foram escolhidos os treinadores, ficando designados os senhores Oscar Lourivaldo Macedo para treinar a seleção de Brancos e Leobaldo Rodrigues para treinar a Seleção de Morenos.

O jogo será realizado dia 5 de setembro em estádio ainda não escolhido, podendo ser disputado no Estádio Fumos Sul.

Fonte: *Folha do Mate*, [1976] Venâncio Aires, Biblioteca Municipal Caá- Yari¹⁰⁰.

Em outra reportagem é possível verificar que estas partidas eram realizadas com certa regularidade e contavam com a rivalidade entre os times:

¹⁰⁰ Em função das medidas de isolamento social referentes à pandemia em curso, até o momento não disponho de meios para verificar a data exata das matérias aqui citadas da *Folha do Mate*, o que será feito posteriormente assim que as condições sanitárias permitirem.

Como em anos anteriores, as seleções de Brancos e Morenos mais uma vez estarão se defrontando, desta vez das comemorações da Semana da Pátria, ou seja, no dia 5 de setembro. O jogo será realizado no Estádio Municipal e será válido por uma valiosa taça. As duas equipes já estão em forma para este encontro que por certo reunirá grande número de aficionados. Nos dois últimos anos a Seleção dos Brancos levou a melhor sobre os Morenos, porém este ano a seleção dos Morenos querem quebrar o tabu e conquistar a taça que está em jogo. As equipes que quiserem fazer a preliminar deste jogo deverão entrar em contato com Wilson Puthin na Prefeitura Municipal.

Fonte: *Folha do Mate*, [1976] Venâncio Aires, Biblioteca Municipal Caá- Yari.

Como se pode perceber, a partida fazia parte de um evento maior na cidade e estavam ligadas às comemorações da Semana da Pátria. Assim, a reportagem condensa muito bem os elementos discutidos até aqui, pois na semana de comemoração de independência do Brasil, disputaria-se uma partida em que brancos estariam de um lado e negros do outro, mas nesse caso a novidade não era a vantagem dos brancos, e sim o uso do termo morenos, um termo próprio da época, muito utilizado para distanciar o passado escravista, que outros termos como negros e pretos poderiam carregar, ao mesmo tempo este termo parecia promover uma certa amenização da cor daquelas pessoas¹⁰¹. Outro elemento relevante é a importância da nacionalidade na identidade dessas pessoas.

Esses jogos de futebol foram realizados em datas comemorativas significativas para o Brasil, dado que marcavam acontecimentos históricos, assim como o nome dos clubes Rio Branco e 15 de Novembro, que entendiam que a defesa da Pátria deveria uni-los. Ao estudar a Frente Negra, Arilson Gomes percebeu que:

A principal preocupação da organização foi a criação de uma ideologia identificada com a nacionalidade, com o ser brasileiro. Lucrecio explica que o referencial de resistência para o negro no passado do Brasil foi a Guerra do Paraguai, Zumbi, a Revolta de João Cândido, a Revolta dos Malês, etc. A referência não era a volta à África e sim dar sequência nessas lutas em território brasileiro. (GOMES, 2008, p. 44)

Desta forma, ser brasileiro e as lutas que a população negra travou em solo brasileiro ocupavam um lugar privilegiado na identidade negra a ser positivada. Aqui percebe-se que este ser brasileiro se relaciona diretamente com futebol, dado que eram jogos de futebol que eram realizados nessas datas comemorativas e os clubes de Santa Cruz acima citados se uniram para formar o Sport Club União. Ao investigar a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, José Antônio dos Santos percebeu que:

A referência à nacionalidade brasileira, tornada pública, no nome da Liga, fazia distinção aos imigrantes que se identificavam a partir de suas nações de origem. [...] por sua vez, os negros eram identificados como “nacionais” ou “brasileiros”, muitas vezes, com sentido pejorativo bastante acentuado. Como foi demonstrado, a Liga tinha uma diretoria organizada e se mantinha preocupada com a ordem dentro e fora do campo. O futebol era uma maneira de canalizar as energias dos jovens para o confronto entre equipes, passando a ser encarado

¹⁰¹ Para saber mais sobre o uso de determinados termos como indicadores raciais, ler: WEIMER (2013); ANDREWS (1988).

como um mecanismo importante para a educação e o controle social das massas trabalhadores. (SANTOS, 2018, p. 168)

Neste sentido, o autor identifica que a prática desse esporte por jovens negros cumpria finalidades pedagógicas e de posituação do que era ser brasileiro e nacional. Ele permitia também a interação entre grupos sociais diferentes. Era a partir do futebol que os clubes União e Négo e alguns de seus integrantes faziam contatos com outras entidades e grupos sociais. A prática deste esporte em muitos momentos ajudava a tornar visível coisas que muitas vezes ficavam nas entrelinhas das relações.

Com a importância e dimensão que o futebol foi ganhando, foram criadas ligas de futebol que promoviam competições entre times. As cidades de Porto Alegre e Pelotas sediaram as mais conhecidas ligas do estado. Segundo Mauricio Dorneles, na capital esta modalidade de associativismo existia desde a década de 1910:

Cabe ressaltar que, durante a década de 10, entre 1913 e 1915, surgiu uma agremiação denominada *Liga Sul-Americana* e esta agregou algumas das equipes do segmento negro da cidade. Participaram desta Liga o *S.C. Rio-Grandense*, o *S. C. 8 de Setembro*, o *S.C. Amanuense*, o *S. C. Primavera* e *S.C. União*. Muito provavelmente, esta tenha sido a primeira experiência de associativismo esportivo dos times negros em Porto Alegre. (DORNELES, 2018, p. 19).

Assim, as movimentações em torno da prática deste esporte envolviam um número considerável de sujeitos negros desde o início do século passado. Ainda segundo o mesmo autor, esta liga possuía uma estrutura administrativa bem montada com diretoria, calendário de partidas e assembleias. Nos anos de 1920 mais ligas surgiriam na capital: “Neste período surgiram três associações que congregaram os times negros, são elas: a *Liga Nacional de Football Porto Alegrense*, em 1920, a *Associação Sportiva de Foot-ball*, em 1921, e a *Associação de Amadores de Foot-ball*, em 1923” (DORNELES, 2018, p. 22). Em Pelotas e Rio Grande também foram criadas as ligas José do Patrocínio, de 10/6/19 em Pelotas, e a Rio Branco em Rio Grande, fundada em 4/8/1926 (LONER, 1999). O mesmo fenômeno pode ser observado em Bagé, onde foi criada a Liga 13 de maio (SILVA, 2018).

Para José Lopes (2004), a popularização deste esporte se deve, entre outras coisas, ao fato de que o material exigido para a sua prática era de baixo custo, pois bolas, campos e goleiras poderiam ser feitos com materiais baratos como bolas de meia e terrenos baldios. Há também uma ação de interação e lazer proporcionada pelo futebol que ajudava a torná-lo algo interessante aos olhos da população.

Com o passar dos anos os clubes do Vale do Rio Pardo deixaram de jogar e também de se visitar, o que pode estar relacionado de alguma forma, pois meus interlocutores colocaram que a dinâmica das relações entre eles perpassava pelas partidas disputadas nas tardes que antecediam os

bailes à noite. Desta forma, é muito provável que a co-irmandade estivesse diretamente ligada à prática do esporte e perdeu força conforme o futebol foi sendo deixado de lado, em detrimento de outras atividades.

Outra modalidade de organização que foi bastante comum era a imprensa negra, existindo em várias cidades do estado e país. Diferente do futebol, os jornais negros já circulavam muito antes da abolição, cumprindo um papel fundamental para que ela viesse a ocorrer. Alguns dos nomes negros abolicionistas mais conhecidos de nossa história foram ligados à imprensa, como José do Patrocínio e Machado de Assis (PINTO, 2019). Ao pesquisar a atuação da imprensa negra no país, Pinto coloca que já em 1833 se tinha periódicos circulando:

No bojo dessa ampliação, em resposta ao cotidiano do período regencial, mostrou-se, enfim, o mencionado pasquim *O Homem de Côr* ou também *O Mulato ou O Homem de Côr*, como passou a se chamar a partir do terceiro número. Próximos ou simultaneamente, os outros títulos deram sua graça: *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*, *II* e *O Lafuente*. Peças que circularam na Corte entre setembro e novembro de 1833, esses periódicos anunciaram, agora por intermédio das letras tipográficas, o protesto negro a serviço de seus direitos – nesse caso, aqueles prometidos a todo cidadão. A marcha dos negócios públicos, apesar do avanço liberal, não garantiria melhores condições à população negra livre, muito menos à liberta, quiçá, então, à escravizada. (PINTO, 2006, p. 2006).

Conforme se pode notar, estes periódicos tiveram suas redações muito ligadas aos assuntos políticos e como eles se relacionariam com a vida da população negra, algo que se manteve durante toda a existência da imprensa negra. É no Rio Grande do Sul que se encontram alguns dos jornais negros mais antigos e duradouros do Brasil. Fundado em 1890, o jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre é um dos jornais negros mais antigos de país criados depois de 13 de maio. Este apresentou vida longa, durando até 1930, com algumas interrupções. Na fronteira, na cidade de Bagé, Tiago Silva coloca que mais de uma dezena de jornais negros foram criados:

O Rio Branco (1913), *A Liberdade* (1920), *A Defeza* (1920), *O Palmeira* (1922; 1927, 1949, 1952), *O Rouxinol* (1924), *A Revolta* (1925), *O Teimoso* (1928), *O Boato* (1929), *Lampeão* (1934), *A Tesoura* (1935), *O Arauto* (1936), *Socega Leão* (1937; 1939) e *O 28 de Setembro* (1937, 1938, 1939). (SILVA, 2018, p. 68).

Apesar de ser uma cidade do interior do estado, Bagé, localizada ao sul, próximo à fronteira com o Uruguai, apresenta uma quantidade considerável de jornais negros. O leitor ou a leitora já deve ter percebido que é quase impossível não falar em Pelotas¹⁰², porque sempre tem um representante do modelo associativo em questão naquela cidade, o que não é diferente com a imprensa, já que não

¹⁰² Isto se deve ao fato de que a cidade foi um importante polo escravista no sul do Brasil devido à economia do charque. Assim houve uma grande concentração de pessoas negras no pós-abolição na cidade. Para saber mais ler: GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2001. LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 - 1930). Pelotas: Ed. Universitária Unirabalho, 2001.

houve somente um jornal, mas vários, inclusive o mais longevo do Brasil, é de Pelotas. Surgido em 1907, *A Alvorada* permaneceu circulando até 1965. Juntamente com este, existiu também *A Cruzada*, de 1905 e *A Vanguarda*, de 1908 (LONER, 1999). Imprensa negra tem a ver com:

As características das notícias que eram publicadas em suas páginas, que buscavam abranger os sujeitos negros e a valorização de seus espaços de lazer e recreação; sobre aspectos da vida pública e privada ao atentar para o comportamento de homens e mulheres e a valorização de seus projetos políticos. (SILVA, 2018 p. 68).

Estes jornais eram escritos por negros, para negros e negras e procuravam escrever sobre a realidade destas pessoas, bem como cumpriam um papel educativo e pedagógico para esta população. Tais periódicos¹⁰³ veiculavam também denúncias de discriminação:

Afinal, se teve um assunto que os periódicos negros não se privaram de discutir foi a discriminação com base na raça, como uma já consolidada produção historiográfica permite observar. Fortaleço esse argumento com base em dois exemplos, o primeiro está na terminologia acionada nas páginas de *Acción* como característica distintiva do seu fazer periódico: *prensa racial*. Tal caracterização extrapolou o jornal e referia outros *colegas raciales* (SILVA, 2017, p. 115).

Como apresentado pela autora, a imprensa negra não se esquivava de apontar o racismo. Fato que pode ser verificado em jornais negros de outros países. Aliás a imprensa negra foi o formato associativo que estabeleceu muitas relações internacionais do Brasil com outros países.¹⁰⁴

No entanto, dentre todos os formatos associativos, nenhum alcançou tanta longevidade quanto os clubes sociais negros. Como demonstrado anteriormente, eles realizavam várias atividades ligadas ao lazer, recreação e sociabilidade. Era também muito a partir deles que negros de uma cidade entravam em contato com negros de outras cidades. Mas, me cabe ressaltar que não era só de futebol e festa que se fazia um clube social negro, pois eles desenvolviam também ações ligadas à área da beneficência, educação e política. De todas estas, a política foi que deixou rastros no Vale do Rio Pardo, e de forma muito ligada ao lado formal da política. No caso da sociedade Négo, tudo indica que se fez do nome um ato político desde a fundação. No União, uma figura importante do governo marcou presença em sua sede.

Em outubro de 1959

Esta sociedade teve honra de reber en sua sede a visita do Sro João Gurarte vice Presidente da Republica do Brasil e Prezidente do Partido Trabalhista Brasileiro e sua comitiva Sro Sigfredo Houser Deputa Estadual e o Ministro da fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e mais o Sro. João C. Silveira presidente. Sergio Leandro 1º Secretario Santa C. outro de 1959

(**Fonte:** Livro de Ata da Sociedade Cultural Beneficente União, 1923-1961).

¹⁰³ Sobre isso ver: SILVA (2017), capítulo 4 e PEREIRA (2013).

¹⁰⁴ Fonte: Livro Ouro da Sociedade Cultural Beneficente União (1940-1957).

Como evidencia o relato feito em uma reunião, o clube União recebeu a visita do então vice-presidente João Goulart em outubro de 1959. Infelizmente, não foi registrado como esta visita ocorreu, mas imagino que ele tenha sido convidado para conhecer o espaço. A notícia evidencia também qual era a afinidade político-institucional da entidade. É muito provável que esta filiação se deva ao fato de que o Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado com a ajuda de Getúlio Vargas, uma figura política que como sabemos foi muito popular na primeira metade do século XX e que teve apoio de boa parte dos trabalhadores, brancos e negros, devido à implementação de diversos direitos trabalhistas. Entre os itens listados como pertencendo ao clube em 1939¹⁰⁶ está uma fotografia de Getúlio Vargas, algo que reforça a relação de filiação política dos membros do clube para com esta figura.

A relação do União e Négo com Vargas são indicativas de processos de aproximação de alguns movimentos com estas figuras e sua linha política. Para Arilson Gomes:

Como vimos, a partir da Frente Negra Brasileira, exigia o reconhecimento de suas raízes como formadora do Brasil, na década de 30. O que o PTB porto-alegrense utilizou em última análise, à estratégia iniciada por Getúlio em 1933 ao receber os líderes da Frente Negra no Palácio do Governo, com intuito de formar uma aliança em torno de um projeto nacional, que culminou com o decreto do Estado Novo. O que temos que entender é se esta estratégia foi utilizada por ele e pelo próprio PTB, partido criado por ele, através da relação com outras etnias e classes que viviam em nosso país. O partido passa e exercer a vontade coletiva das massas trabalhadoras. A Hegemonia pode ser pensada através do Bloco Histórico que abrange a estrutura, campo econômico e a superestrutura, campo das ideologias, a partir destes dois domínios temos caracterizada a Hegemonia. Localizada no PTB através do Nacionalismo econômico, visando as estatizações e a produção, sendo controlada pelo intervencionismo direto do estado, seja na difusão da ideologia nacionalista através dos órgãos culturais, políticos e educativos, como a bandeira da nacionalização do ensino, em que a língua nas escolas devia ser a portuguesa. (GOMES, 2008, p. 192)

Neste sentido, essa aproximação dos clubes e outros movimentos com Getúlio Vargas, João Goulart e o PTB apresentava vantagem com relação a reivindicações e necessidades básicas que a população negra tinha como carências há muito tempo, era uma oportunidade de ampliar a sua cidadania. Ainda segundo o autor, foi Getúlio Vargas quem reconheceu nos anos de 1930 as contribuições negras para a identidade e história nacional e transformou manifestações como futebol em partes importantes da cultura nacional popular, algo que como vimos impactava diretamente na vida dessas associações.

Muitas foram as maneiras escolhidas pelos clubes para se relacionar com a política, em alguns casos como no União e Négo a forma escolhida, ou pelo menos a que deixou rastros, foi a demonstração de apreço e apoio por figuras nacionais. Em outros casos como em Caxias do Sul ocorreu uma aproximação com movimentos que tinham projetos que visavam um crescimento intelectual da população:

Buscando a construção desse elo, o clube aproximou-se também de organizações do

movimento negro. Em 1950, “foi levada a efeito uma reunião da comissão organizadora da União dos Homens de Cor (UHC) com a diretoria do Esporte Clube Gaúcho, a primeira sob a presidência do senhor Agenor da Silva e a segunda, sob a presidência do senhor Otávio Moreira de Brito”. A reunião tinha como objetivo organizar o “núcleo da União dos Homens de Cor em Caxias do Sul” e, como resultado da reunião, ficou decidido que a sede do Clube Gaúcho seria a “sede provisória do núcleo. (GOMES, 2008, p. 139).

A União dos Homens de Cor foi uma organização criada em Porto Alegre¹⁰⁵ e um de seus principais objetivos era proporcionar inclusão da população negra na instrução, algo era que compreendido como ferramenta fundamental para o crescimento e desenvolvimento social e financeiro dos negros e negras.

Um aspecto interessante com relação aos clubes e que me intriga bastante são suas sedes. Se levarmos em conta a precariedade que estava sujeita esta população, onde os recursos financeiros não eram abundantes, como eles conseguiam adquirir uma sede própria?

Bem, em muitos casos nos primeiros anos a sede social não era própria, haja vista que isso envolve custos, mas sim alugada. Muitas entidades recorriam ao aluguel de salões de festas para promover seus eventos. Em Novo Hamburgo, por exemplo, o clube Cruzeiro do Sul se utilizava deste recurso para poder funcionar:

O salão de propriedade de Lúcio Rodrigues configurou um espaço acolhedor não só do bloco Os Leões e das festividades voltadas para o carnaval, mas também para as diferentes festas promovidas pela Sociedade Cruzeiro do Sul. Como mencionamos anteriormente, o salão era alugado para a promoção dos eventos. (MAGALHÃES, 2017, p. 117).

Desta forma, os clubes recorriam a espaços da cidade que já eram conhecidos por sediar atividades culturais. Mas isso não significava uma condição permanente, pois havia mobilizações importantes para que conseguissem ter seus próprios espaços. Ao pesquisar os clubes uruguaios que faziam fronteira com o Brasil, Fernanda Silva, coloca que um dos meios utilizados para angariar fundos era a criação de jornais: é importante não perder de vista que o periódico *Acción* tinha um objetivo bastante específico: “ser porta-voz do comitê em prol da construção da sede própria do clube.” (SILVA, 2017, p. 114).

Em Venâncio Aires, a sociedade Négo teve como sua primeira sede a casa de João Generoso e Maria Generosa dos Santos, que tinham o direito de usá-la com outras finalidades quando o clube não estivesse realizando atividade¹⁰⁶. Anos mais tarde, o clube conseguiria adquirir seu espaço, que se localizaria na rua Emiliano de Macedo, e ali permaneceria por alguns anos. Já na década de 1970, os administradores da entidade fariam um acordo com a prefeitura que estava interessada no terreno atual do clube. Em troca deste, o município daria um outro terreno e a mão de obra para que fosse erguida a terceira e definitiva sede social do clube. Este projeto teve envolvimento inclusive do avô

¹⁰⁵ Sobre a União dos Homens de Cor ver: ROSA (2019), capítulo 4.

¹⁰⁶ Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Foot Ball Club (1936-1957). Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

desta autora. Luiz da Silva, que era funcionário público da cidade, foi designado como mestre de obras e chefiou a construção nos anos de 1970. No mapa a seguir é possível visualizar os endereços do clube ao longo do tempo:

Mapa 2: Localização das sedes da Sociedade Négo Foot Bal Club na cidade de Venâncio Aires, RS



Fonte: Feito por Felipe F. Brunhauser, gerado a partir do mapa produzido a partir do programa *Quantum GIS*, dados coletados da plataforma *Open Street Map*.

Já no caso do seu vizinho co-irmão União, a primeira sede foi construída por um dos sócios fundadores, o senhor João Garibaldi. Mas a atual sede foi erguida a partir do angariamento de fundos, o que pode ser constatado no Livro Ouro da entidade.

Indo ao encontro da mais velha e justa aspiração desta Sociedade a Deretoria que neste ano dirige os destinos desta colectividade, resolve empreender a construção de sua sede própria apelando para o concurso de seus associados e bem assim a todos os admiradores Organiza livro de contribuições foram ellas levadas a todos aquelles a quem esta Sociedade sabia possuir um socio fervoroso, ou um admirador sincero e entusiasta. Coroadal tal iniciativa do maior socio e resolveu a Directoria criar o presente “livro de Ouro” onde ficarão consignados os nomes de todos aqueles que concorreram para tão altruísta iniciativa, bem como o quantum da contribuição feita. (Termo de Abertura do Livro Ouro da Sociedade Cultural Beneficente União, 1940).

Este livro contém informações valiosas, que ajudam a entender melhor como um clube social

consegue adquirir espaço próprio¹⁰⁷. Nele constam doações de sócios e de estabelecimentos comerciais da cidade. Entre os muitos nomes de estabelecimento, alguns me chamaram atenção por terem nomes alemães. Levando em conta o contexto explicitado em que ocorria a fundação das organizações negras, é interessante refletir sobre porque estabelecimentos comerciais de imigrantes ou ainda de teuto-brasileiros fizeram contribuições para a construção de uma sede social de um clube negro. Principalmente se levarmos em conta que a cidade de Santa Cruz do Sul abrigou células do Partido Nazista e do Partido Integralista na década de 1930¹⁰⁸.

Esta é uma questão que me custou horas e muitas xícaras de chá e ainda assim não foi suficiente. Confesso que não acharia ruim se fossem adicionadas nas fontes algumas linhas explicando o porquê de algumas coisas. O que me coube foi dividir minhas dúvidas com as colegas pesquisadoras que possuem mais experiência de pesquisa do que eu, o que de fato foi produtivo. Ao mostrar minhas fontes para as colegas Franciele Oliveira e Fernanda da Silva em momentos distintos, as duas me ofereceram a mesma hipótese: Será que não havia sócios do clube que fossem funcionários nestes estabelecimentos, por isso transformavam uma parte do salário destes trabalhadores em contribuição a pedido dos mesmos? Além disso, que os patrões fizessem contribuições para manter relações paternalistas com os empregados negros?

Se tratava de uma hipótese plausível. E me ajudou inclusive a ler a fonte com outros olhos e entender que o que eu gostaria que tivesse sido escrito de fato foi, mas não como eu estava procurando. No termo de abertura citado acima consta: “Organiza livro de contribuições foram ellas levadas a todos aquelles a quem esta Sociedade sabia possuir um socio fervoroso¹⁰⁹”, ou seja, é possível que os donos dos estabelecimentos Hoppe e Cia, Frederico Rech, Samuel Kremermam, entre os de nomes germânicos, pudessem ter funcionários negros que eram sócios do clube. Mas como coloca o documento, era preciso ter um administrador sincero e entusiasta, ou seja, além de ter funcionários negros tinha que se dispor, e talvez entre os muitos motivos de tal simpatia esteja uma possível vantagem em converter parte dos salários em doações para o clube. Outra possibilidade, é que os valores sejam referentes a algum material doado, não sendo necessariamente dinheiro em espécie¹¹⁰.

Como coloca Barbara Fields¹¹¹, o racismo não explica, deve ser explicado. Já Kabengele Munanga¹¹² diz que o racismo no Brasil é um crime perfeito. Por muitos anos a historiografia sobre

¹⁰⁷ Maria disse que o União teve três sedes ao longo do tempo, assim é possível que este livro seja referente a construção de outro prédio que não o atual. Mesmo assim o conteúdo deste registro é interessante para entender como se davam as movimentações para erguer uma sede. (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 21/01/2020, na residência de Maria Nunes)

¹⁰⁸ Ver: NORONHA (2012).

¹⁰⁹ Livro Ouro da Sociedade Cultural Beneficente União (1940-1957). Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União.

¹¹⁰ Não se descarta a possibilidade de que entre nomes individuais com sobrenome alemão (não estabelecimentos) poderiam existir inclusive negros que adotaram tais sobrenomes.

¹¹¹ FIELDS (1990).

¹¹² DANTAS; FERREIRA; VERAS (2017).

imigração defendeu que as colônias e os imigrantes viviam de forma isolada do restante da população:

A hipótese do fortalecimento étnico a partir do isolamento e da passividade dos imigrantes, difundida na historiografia da imigração alemã, sobretudo por Aurélio Porto (1996) e Jean Roche (1969), perdeu força a partir de uma série de novos estudos. Marcos Antônio Witt (2008), desconstrói essa visão ao demonstrar em estudo empírico as relações entre famílias de diferentes colônias e destas com indivíduos nacionais no megaspaço São Leopoldo- Litoral Norte do Rio Grande, assim, rompendo com a tese do isolamento, tanto entre as colônias quanto entre os colonos alemães e seus descendentes com os nacionais. (PIASSINI, 2017, p. 41).

Conforme Piassini coloca, outros pesquisadores já comprovaram que o isolamento não foi parte da vida dos imigrantes e seus descendentes no estado. Algo que é reforçado pelo Livro Ouro do União, em que é possível ver as relações entre negros e teuto-brasileiros ou imigrantes acontecendo, sem a mediação do Estado e seus órgãos, principalmente os de repressão, e de uma forma em que não há conflitos aparentes. É neste sentido, que os argumentos de Fields e Munanga tem substância, pois aparentemente é difícil explicar a partir do racismo situações em que não existe segregação ou discriminação explícita. E que relações cordiais entre negros e teutos não eliminam o racismo, pelo contrário caracterizam o tipo de racismo sutil e insidioso que foi se desenvolvendo no Brasil. Haja vista que, aqui, vemos a cordialidade das relações sócio-raciais se desenrolar, um comerciante branco fazendo doações ou contribuições para um projeto encabeçado por negros.

Todavia, é bom não perder de vista que a contribuição feita era para a construção de um clube social negro, ou seja, era interessante para os brancos que os negros tivessem um lugar próprio, pois eles poderiam se negar a fazer tal acordo, pagar uma parte do salário como contribuição para o clube. No mapa abaixo se pode ver os deslocamentos das sedes do clube União ao longo do tempo:

Mapa 3: Localização das sedes da Sociedade Cultural Beneficente União na cidade de Santa Cruz do Sul, RS.



Fonte: Feito por Felipe F. Brunhauser, gerado a partir das mapa produzido a partir do programa *Quantum GIS*, dados coletados da plataforma *Open Street Map*.

Voltando ao propósito principal do documento, a construção da sede, foi possível perceber que os valores doados não eram uniformes, podendo variar de sócio para sócio, de estabelecimento para estabelecimento ou ainda de ano para ano. Alguns sócios ao invés de doar em dinheiro doaram sua mão de obra, como é o caso de José Protasiano, Júlio Carvalho e Manoel Abel Silveira, e assim a tão sonhada sede própria se concretizou. Na foto abaixo se pode ver o andamento da construção:

Imagem 9: Construção da atual sede da Sociedade Cultural Beneficente União, Santa Cruz do Sul, década de 1940.



Fonte: Acervo da Sociedade Cultural Beneficente União.

Neste sentido, se pode entender que as maneiras para se conseguir a tão sonhada sede social própria foram muitas, desde negociações com o poder público local, até negociações com indivíduos que poderiam ser pequenos ou grandes burgueses da cidade, passando pela criação de periódicos para arrecadar fundos. Em todos os casos, e aqui principalmente no Vale do Rio Pardo, se teve sucesso. Para isso contou-se com o envolvimento dos sócios tanto em termos monetários quanto em termos de mão de obra. Até hoje quem cruzar pelas ruas Júlio de Castilhos, em Santa Cruz do Sul, ou Henrique Vila Nova em Venâncio Aires poderá conferir o resultado dos trabalhos dos cidadãos José Protasiano, Júlio Carvalho, Manoel Abel Silveira e Luiz da Silva. Como forma de ajudar o leitor neste reconhecimento, coloco abaixo as fotos das atuais fachadas. Se tiver a oportunidade de entrar, por favor, limpe os pés e não deixe o respeito na porta.

Imagem 10: Fachada atual da sede da Sociedade Négo Football Clube de Venâncio Aires, RS.



Fonte: ESCOBAR (2010).

Imagem 11: Fachada da Sociedade Cultural Beneficente União de Santa Cruz do Sul, RS, 2018.



Fonte: Página da Sociedade Cultural Beneficente União no *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1538628126243056&set=pb.100002876497064.-2207520000.&type=3&theater> Acesso em: 06/06/2020

Todos estes aspectos abordados até aqui, referentes aos fatos ocorridos depois do 13 de maio de 1888, dizem respeito uma abordagem, o pós-abolição enquanto problema histórico (MATTOS; RIOS, 2004). Mais do que um período, o pós-abolição lida com a reorganização sofrida pela sociedade após o fim da escravidão. Leva-se em conta os projetos de liberdade dos negros e negras, e como se pode perceber todos eles giravam em torno de uma questão, cidadania em todas as suas dimensões, social, civil e política. Esta, por sua vez passou por um intenso processo de racialização em que aqueles que estavam mais abaixo na hierarquia racial tiveram que procurar formas próprias de acesso, sem deixar de ser vigiados pela polícia e estereotipados pelas teorias raciais. Estes processos não ocorreram paralelamente, nem mesmo um de cada vez, eram simultâneos, ou seja, o mesmo trabalhador negro de uma usina municipal de energia, era jogador de futebol em clube social negro e alvo de manifestações raciais por brancos da cidade. Ou ainda, era possível ser funcionário em estabelecimento de um imigrante ou teuto-brasileiro, em um período em que as teorias raciais estavam em seu auge, com direito a células do partido nazista na cidade, e talvez negociar com o patrão para que este convertesse parte do seu salário em contribuição para o caixa de um clube social negro que pretendia construir sua própria sede.

Há ainda um último aspecto sobre a sociabilidade negra que eu gostaria de abordar neste momento. Em sua entrevista, Nelson Luiz Lopes me colocou que o clube Négo tinha contato com o clube 13 de maio de Lajeado e André Rodrigues me falou que este mesmo clube disputou partidas com o clube União de Estrela. Segundo meus interlocutores, ambos seriam clubes pertencentes a negros e negras. Até então, não tinha ouvido falar da existência destas entidades e lá fui eu procurar material sobre. Uma das pessoas que consultei foi minha colega de pós-graduação Fernanda Schmitt, que é natural de Lajeado e pesquisa escravidão na cidade. Ela me passou um estudo desenvolvido na Universidade do Vale do Taquari, Univates, região à qual pertencem tais cidades vizinhas de Venâncio Aires e que também se caracteriza pela presença de teuto-brasileiros. O trabalho intitulado *Um baile Misturado: (sobre)vivências LGBT e negras no Vale do Taquari* foi escrito por Jandiro Adriano Koch e aborda vivências de sujeitos negros e ou LGBT'S nas diversas cidades da região. Algumas das pessoas entrevistadas pelo autor fazem menção a salões de bailes de negros que existiam naquelas cidades: Manoel: Esse salão, eu estava com 23 anos mais ou menos. Eu nasci em 1933. [Antes] Tinha o salão dos morenos do Natalício, que já tinha fechado, e o do Cesário. (KOCH, 2017, p.3 1).

Este senhor Manoel, assim como outros entrevistados, fala sobre a existência destes locais que eles chamam de “salão dos morenos” e que se destinavam a oferecer festas e bailes para a população negra local. Sobre os clubes, a pesquisa faz menção somente a um, o 13 de Maio de Lajeado, através de uma nota de rodapé em que se coloca que foi encontrado uma notícia de jornal

dos anos de 1990, em que se fala sobre a reabertura da escola de Samba 13 de Maio, e que provavelmente deve se tratar da mesma entidade citada por Nelson. Ou ainda o clube pode ter originado a agremiação carnavalesca que seguiu funcionando em separado de sua entidade de origem.

Pelo que pude perceber a partir do trabalho citado, estes espaços não eram clubes sociais, visto que se tratavam de empreendimentos particulares de algumas pessoas negras com apenas uma finalidade, festas. No entanto, tais salões não deixam de configurar como espaços de sociabilidade negra e por isso devem ser mencionados, haja visto que a experiência social negra era múltipla. É colocada aqui uma outra possibilidade de socializar e que parece ter existido em vários lugares e momentos no Vale do Taquari, mas que não exclui a existência de clubes sociais. Entre as muitas falas, uma me chamou atenção por trazer uma semelhança com um dos clubes aqui estudados:

Manoel: Isso do salão dos morenos [...]. Eu tinha minha casa aqui. E fui fazer essa sede de baile. Botamos o salão, eu e um amigo de Arroio do Meio. Mas não podiam se misturar [brancos e negros]. O salão tinha 10 de largura por 12 de comprimento. E tinha corrimão em roda. Então, os brancos entravam aqui, assim, e tinha o corrimão [...]. E os morenos podiam entrar pelo corredor e dançar. Os brancos não podiam dançar. (KOCH, 2017, p. 29).

Em minha pesquisa final de graduação, eu perguntei às minhas entrevistadas se era permitida a entrada de brancos no clube, e elas foram unânimes em me dizer que quando o clube funcionava na casa do casal dos Santos, os brancos podiam ir até a copa consumir, mas não podiam dançar. Portanto, de certo modo, aos brancos era permitido olhar a festa, mas não interagir dentro dela, algo semelhante com o ocorrido nos salões de bailes da cidade de Lajeado e região, o que indica semelhanças entre uma forma e outra de sociabilidade negra.

Infelizmente, este foi o único trabalho encontrado sobre o assunto, não sendo possível até momento descobrir mais informações destes outros clubes mencionados. Este aspecto é sintomático do silêncio ensurdecedor que existe no meio acadêmico sobre a população negra nos Vales do Taquari e Rio Pardo, que possuem duas Universidades, a Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES, situada em Lajeado e a Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, situada na cidade de mesmo nome. Mas até o presente momento foi encontrada pouca produção em seus bancos de dados e elas majoritariamente se referem à escravidão ou tempo presente. Neste sentido, se configura um vácuo histórico que engloba as vivências negras, principalmente da primeira metade do século XX.

Esta é a cereja do bolo sobre como se dá a invisibilização dos sujeitos negros e suas histórias, que também são histórias dos municípios e do estado. O apagamento se dá pela

superlotação de imigrantes nas cidades, pela supervalorização de seu trabalho, características físicas e culturas e se dá também pelo silenciamento na escrita da história. Desta forma, os historiadores foram por muito tempo cúmplices na execução deste crime perfeito.

2.3 Tecendo estratégias e estruturas

Manter um clube social negro neste período histórico realmente não era uma tarefa fácil. Para que isto fosse possível, estes espaços contavam com uma estrutura administrativa que visava dar suporte institucional para a mais diferentes situações e também estabilidade ao clube a longo prazo. Neste sentido, já vimos como era a relação externa destes clubes do Vale do Rio Pardo, agora vejamos como funcionava a dinâmica interna deles.

A primeira e principal ferramenta é o seu estatuto social, é ele quem confere o status de clube social a estes lugares. Nele é definido quais são os propósitos, objetivos, cores e símbolos da entidade, define também quais serão as regras que os seus sócios e frequentadores devem cumprir e quais serão as penalidades caso haja alguma infração, assim como define também como se dão as deliberações que podem vir a alterar o funcionamento do clube.

O estatuto da Sociedade Négo Foot Ball Club data de 17 de dezembro de 1936 e em seus nove capítulos encontram-se os regulamentos que regem os comportamentos, objetivos, departamentos do clube, móveis e principalmente a diretoria que é a responsável principal pela administração do espaço¹¹³. Segundo o estatuto, a diretoria deve ser composta por um presidente, um vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro, um bibliotecário, um instrutor técnico e um conselho fiscal composto de sete membros. No União é o livro de atas que informa sobre a composição da diretoria, que era basicamente a mesma do seu coirmão, com a adição dos cargos de orador, procurador, guarda esporte, diretor geral, 1º, 2º capitão e capitão geral. São muitos os cargos e alguns são bastante comuns em qualquer entidade, como de tesoureiro, secretário e presidente, não sendo necessário maiores explicações, mas alguns em particular merecem um pouco de atenção.

Dentre eles o guarda esporte é um posto que chamou atenção. Ainda que não tenha encontrado o estatuto do clube União para saber mais sobre as atribuições de cada função, a entrevista do senhor Nelson Luiz Lopes me ajudou a descobrir mais sobre este cargo. Nelson, que faleceu no final do ano de 2019, ostentou orgulhoso até o fim da vida o fato de ter sido o primeiro e único guarda-esporte do Négo:

¹¹³ Infelizmente ainda não foi possível encontrar o estatuto do clube União, mas a partir de outros documentos do clube é possível perceber que havia muitos pontos em comum em ambos os clubes. Nesse sentido, com a análise do estatuto do Négo pode-se entender também o funcionamento do clube de Santa Cruz do Sul.

Quando se fazia baile lá tinha que ter a guarda-esporte. Guarda esporte naquele tempo seria alguém que guardava os casacos e guarda-chuva dos participantes do baile. Então tinha um quartinho lá e eu era o que guardava os casacos botava númerozinho em cada peça e depois devolvia e recebia. Naquele tempo recebia centavos, acho que era 1 centavo por casaco e aquele dinheiro ficava para o Négo. (Entrevista concedida a Helen da Silva Silveira, em 10/07/2018, na residência Nelson Luis Lopes).

Conforme narrado por ele, Nelson começou a exercer esta função ainda criança e foi a partir dela que ele conheceu o clube e seus membros além de ter sido a partir desta atividade que ele foi introduzido nas funções do clube. No estatuto do Négo, o posto de guarda-esporte faria parte do departamento físico e seria designado pelo capitão do time e sua função seria a de resguardar o material e uniformes do time do clube. Seu depoimento explicita que alguns cargos tinham relações restritas com determinados momentos como os jogos e as festas, mas que esta função não era confiada a qualquer pessoa. Como se tratava dos objetos pessoais dos sócios, pertences do time e de dinheiro que seria revertido para o caixa, não se podia deixar sob a competência de qualquer um, e provavelmente por isso o Négo só teve um guarda-esporte e no União este era um cargo de diretoria.

Outro cargo que me chama atenção é o de bibliotecário presente na diretoria do Négo. Segundo o estatuto, a função deste cargo é de coletar e preservar os livros da biblioteca do clube, haja vista que são os livros que contribuiriam para o desenvolvimento intelectual dos sócios e sócias, um dos principais propósitos do clube. Isto se mostra ainda mais interessante à medida que levamos em conta o alto número de pessoas não alfabetizadas presentes no clube, pois em quase todos os registros de ata há diversas assinaturas a rogo, inclusive entre membros da gestão.

Infelizmente não disponho de fonte sobre as possibilidades de alfabetização e acesso à escola na cidade, mas para que estas pessoas tivessem acesso ao ambiente de ensino ele teria que ser voltado para jovens e adultos e principalmente ser noturno, visto se tratava de trabalhadores. Assim, talvez a construção de uma biblioteca fizesse parte de um projeto de acesso à educação. No entanto, em nenhuma das nominatas foi encontrado alguém exercendo esta função, o que pode significar muitas coisas inclusive ela ter se tornado parte de alguma outra função, como a do secretário que era sempre alguém alfabetizado.

Alguns nomes são bastante recorrentes, demonstrando quais eram os cargos que apresentavam maior ou menor rotatividade e ou renovação. No Négo os cargos que apresentavam essa menor rotatividade eram os cargos que requeriam algum conhecimento técnico ou um nível mais elevado de instrução, como secretário, que era responsável por redigir as atas das reuniões,

convites e telegramas do clube. Portanto era preciso saber escrever para ocupar o cargo. Este, ora era ocupado por Herminio Borba, ora por Adelino da Costa. Outro cargo com pouca mudança era de capitão do time, que requeria algum conhecimento sobre futebol e aqui, como vimos anteriormente, a família Rodrigues teve longa relação com este posto. Outra pessoa foi Nena Garcia, um porto-alegrense que teria sido um jogador conhecido na capital e teria se mudado para Venâncio Aires no final na década de 1930 e por vários anos foi capitão do time do Négo. Mas talvez o cargo que bata todos os recordes é o de presidente, que entre a fundação e o fim da década de 1950, ele foi quase que integralmente ocupado por João Generoso dos Santos, e mesmo nas poucas vezes em que ele não estava na presidência ele ainda assim estava em algum outro cargo, como de tesoureiro.

Em contrapartida, o União apresentava uma renovação maior nos integrantes da diretoria, o que pode significar um maior acesso de seus frequentadores a educação, pois foi encontrado somente um caso de assinatura a rogo entre os membros da administração. Ou seja, é possível que houvesse mais pessoas habilitadas a ocupar estes cargos que exigiam algum grau de instrução.

Existem ainda nomes e sobrenomes bastante recorrentes em ambas as entidades como Frontino Manoel Crispim e Ambrósio Pedro da Costa no caso do Négo. E os sobrenomes Roza, Gregório e Garibaldi no União. Estes nomes e sobrenomes estiveram presentes nas atas destes espaços em praticamente todo o período coberto por elas e foram parte das administrações sociais das entidades de muitas formas diferentes, algo que denota o caráter familiar dos clubes.

Outra ferramenta importante de organização eram as assembleias gerais que segundo o estatuto podiam ser convocadas de forma extraordinária sempre que a diretoria julgasse necessário, ou ainda por 10 ou mais sócios que estivessem quites com a tesouraria. Outra forma de assembleia eram as ordinárias, que no Négo se realizavam duas vezes ao ano, para a eleição em 1 de julho e outra para a posse em 29 do mesmo mês.

As tão citadas atas são frutos destas assembleias tanto ordinárias quanto extraordinárias e são muitas as situações narradas nelas. A análise delas demonstra um domínio da linguagem e trâmites formais utilizadas no cotidiano administrativo das organizações sociais. Algumas situações serão melhor examinadas mais adiante, mas neste momento vou me ater nas passagens referentes às eleições e posse de gestões, pois nestes registros existe algo que me chama muita atenção: o sistema utilizado para votar.

Em seção realizada a 1º de Maio de 1932

Para mudança de Deretoria compareserão numero legal de sócios correndo bolotagem com forme manda os estatutos desta Sociedade e forão eleitos por maioria da sociedade dos presentes data até 4 julho de 1933 (Fonte: Livro de Atas da Sociedade Cultural Beneficente União).

Como a passagem da ata evidencia constava em estatuto que a votação era feita através de um sistema chamado de bolotagem. O mesmo termo é encontrado nas atas do Négo como um dos pertences do clube: “Venâncio Ayres 31-12-44. Uma urna para Bolotagem.” Mais como funciona este objeto?

Pergunta difícil de se responder, dado que nas fontes em questão não é oferecido detalhes sobre ela ou por quê ela era escolhida como forma de votação. Mas mais uma vez a história oral me forneceu pistas. Em entrevista concedida a esta autora em 2017, a senhora Loni Lopes mencionou que tratava-se de uma urna de votação com bolas de duas cores diferentes, pretas e brancas. Nesta urna as bolas eram colocadas em lados opostos e corriam uma contra a outra. Ao pesquisar na internet para saber mais sobre o objeto, todo tipo de informação me foi oferecida, desde termos do mercado financeiro até frutas de uma árvore. Mas encontrei duas menções sobre o termo, a primeira menção foi feita na edição de 12 de agosto de 1909, do jornal *A Federação*¹¹⁴ em que uma associação chamada Andreas, que era ligada à Igreja Católica, tornava públicos os seus estatutos. No item sobre a entrada de novos membros é colocado que este será admitido por meio de bolotagem.

A segunda menção encontrada é referente ao trabalho de Paula Christina Bin Nomelini, denominado “Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930).” Nesta pesquisa é feita a seguinte citação:

Será o seguinte andamento a ordem do dia: ninguém poderá usar a palavra sem a pedir e ser concedida; ninguém poderá interromper quem estiver usando a mesma antes de terminar; em primeiro lugar falará o sr Manoel Camargo em seguida falará qualquer um dos sócios presentes se quiserem fazer a defesa do mesmo e depois falará os diretores cada um por sua vez. No caso que não haja comum acordo passar-se-á a **bolotagem das pedras pretas contra e das brancas a favor com escrutínio secreto** não podendo votar o sócio sr Manoel Camargo nem os seus defensores; se houver empate o sr presidente tem o voto de minerva; o resultado da apuração não dá direito ao sócio Manoel Camargo reclamar contra a Sociedade ou Diretoria, e por isso estará presente para a decisão da causa. Previno que estará incurso nas penas do artigo 13 parágrafo 2 do capítulo 5 perdendo o direito de sócio aqueles que ofender ou desrespeitar a diretoria sendo eliminado de acordo com o artigo 14 e parágrafo 1 do artigo 15; espero portanto de todos os srs presentes todo o respeito, prudência, calma e paz. Pediu a palavra o snr José Giglio e diz que em vista do sr Manoel Camargo e seus defensores não Ter direito a votos é de opinião que seu acusador também não o tenha; esta proposta foi unanimemente aprovada. (NORMELINI, 2007, p. 115. Grifos meus.).

Conforme podemos ver, a descrição feita em um dos documentos usados pela autora bate com a descrição feita pela minha entrevistada. Por conseguinte, ainda que não tenha encontrado imagens ou descrições mais precisas, compreendo que este instrumento era utilizado também em outras organizações para votações e seu sistema de alguma forma permitia o voto secreto, resolvendo

¹¹⁴ *A Federação*. Porto Alegre, 12 de agosto de 1909. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/388653/per388653_1909_00186.pdf Acesso em: 30/05/2020.

empates entre outras situações que se colocam dentro dos moldes democráticos de eleição. Assim, estas entidades procuravam usar mecanismos que resguardassem a legitimidade do processo eleitoral.

Uma vez eleita e empossada a nova diretoria, a gestão anterior deveria apresentar o relatório do ano anterior, no qual eram listados todos os bens e pertences da entidade, tornando-se possível também visualizarmos melhor o espaço interno a partir dos objetos materiais que ele continha. Os bens listados são quase sempre os mesmos como mesas, cadeiras, toalhas e louças, que provavelmente eram usados nas festas dos clubes. Constam também outros itens ligados aos propósitos e símbolos da entidade como quadros com imagens de São Sebastião Mártir no Négo, os estandartes que carregam as cores de ambos os clubes e seus livros de controle interno. Nestes registros fica evidente que os pertences não eram muitos e se tratava de coisas simples, mas ainda assim eram do clube, por isso recebiam atenção e zelo, pois uma vez estragado era um custo dispendido na aquisição de um substituto.

Para manter o clube funcionando era preciso ter dinheiro em caixa, para isso essas entidades faziam diversas promoções para arrecadar valores. Por exemplo, para promover um baile era escolhida uma comissão com mais ou menos 5 pessoas, que poderiam ter membros da administração e outros sócios. No União esta comissão era só de homens e no Négo havia a comissão dos homens e das mulheres. No dia do baile era cobrado um valor de entrada e os participantes podiam também consumir bebidas na copa da festa. Depois do baile a comissão, junto com o tesoureiro, contabilizava o lucro total e deste valor era retirado o dinheiro para pagar os gastos com o baile e o restante ia para o caixa. No Livro Ouro do União, consta que o movimento bruto do baile de carnaval em 1953 foi de Cr\$ 339,00¹¹⁵. No mês de abril do mesmo ano o clube gastou com alvará, lavanderia (incluindo a lavagem de camiseta), gelo e diversas compras, pregos, cerveja adquirida na cervejaria Hoppe e Cia, conserto de botina e Luis (que eu imagino ser algum prestador de serviço)¹¹⁶.

A julgar pelos itens da lista, desconfio que estes se relacionavam com as lavagens das camisetas do time e compras para realização de festas e outras atividades. Nos meses subsequentes, alguns destes gastos voltam a aparecer como a bebida e a lavagem de camisetas, o que indica que alguns itens eram rotineiros nas contas do clube, visto que, tanto os jogos quanto a promoção de festas faziam parte da vida do clube.

Também no ano de 1953 o Négo realizou um baile que imagino ser de aniversário do clube, dado que ocorreu em 28 de junho. Naquele baile foram listados 146 homens que pagaram um valor de entrada que variou entre 10 e 20 cruzeiros, totalizando Cr\$ 2.625,00¹¹⁷. Descontando os gastos com bebida e outros serviços o lucro foi de 1.425,00 cruzeiros. Este valor ia para o caixa da tesouraria

¹¹⁵ Fonte: Livro Ouro da Sociedade Cultural Beneficente União (1940-1957) Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União.

¹¹⁶ Fonte: Livro Ouro da Sociedade Cultural Beneficente União (1940-1957) Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União.

¹¹⁷ Fonte: Livro de Mensalidade dos Homens da Sociedade Négo Foot Ball Clube. Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

que em outros momentos listou gastos com mourões, criações¹¹⁸, auxílio, ofertas para a festa do padroeiro da cidade, São Sebastião Mártir, uma coroa que creio ser para algum concurso de beleza ou para a rainha do carnaval. Estes gastos totalizaram 661 cruzeiros e foram descontados do lucro vindo de um baile que tinha sido de 2.485,00 cruzeiros, restando em caixa Cr\$ 1.824,00¹¹⁹.

Portanto, além de gastos com a promoção dos eventos havia também gastos com a manutenção do clube e a participação em tradições religiosas da cidade. O dinheiro que ficava em caixa provavelmente era gasto com a compra de vestimentas do time, transporte de sócios quando tinha evento em algum clube co-irmão, entre outras coisas. Em um registro sem data é listado o gasto com zeladoria e luz, mais dois itens ligados a manutenção da sede.

Outra fonte de renda dos clubes eram as mensalidades e jóias pagas pelos sócios. A assembleia era composta pelos membros da diretoria e sócios, como vimos. Para ser considerado sócio era preciso manifestar este desejo e pagar a jóia e a mensalidade, que ao menos no caso do Négo, podia variar de valor de acordo com a categoria¹²⁰. Ao estar quite com a tesouraria o sócio ou sócia tinha direito a participar das assembleias, compor comissões de baile, chapas de eleição e ter acesso às festividades promovidas pelo clube. Em ambos os clubes era estipulado que havia um prazo máximo que se poderia ficar devendo a mensalidade, geralmente de três meses podendo ser desligado do quadro social caso atingisse esse tempo de inadimplência. No acervo do clube União encontrei diversas carteirinhas de sócio, dentre as quais a mais antiga pertence ao senhor Supriano, o mesmo senhor que foi presidente no ano em que a foto do time de futebol acima foi tirada.

¹¹⁸ Geralmente em cidades do interior este termo é utilizado para se referir a criação de animais para consumo, como criação de galinhas, porcos e bois. Isto pode significar que o clube tinha criação de algum animal para consumo em eventos do clube como churrascos dos sócios.

¹¹⁹ Fonte: Livro de Mensalidade dos Homens da Sociedade Négo Foot Ball Clube. Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim

¹²⁰ O estatuto coloca que os sócios são divididos entre cinco categorias diferentes, que eram as seguintes; Honorário, concedido para quem tenha prestado algum serviço de relevância para o clube, sendo que este deverá ter seu nome votado em assembleia geral. Benemérito, que é aquele que doa de uma única vez uma quantia igual ou superior a 200\$00 ou que tiverem prestado serviço de alta relevância a entidade. Efetivo, que é aquele que paga a jóia de 5\$000 e que contribuir com a mensalidade de 1\$500. Correspondente, que é aquele que quer ser sócio efetivo ou moravam nos distritos do interior do município, ou seja, havia possibilidade de o clube ultrapassar os limites urbanos congregando negros e negras do interior também, e esta categoria pagava a Jóia de 5\$000 e a mensalidade de \$500. E por último a categoria Jogador, que será melhor explicada abaixo. (SILVEIRA, 2017, p. 74). Entre as cinco categorias de sócios está a categoria de sócio jogador que, segundo o documento, seriam designados pela Directoria e são isentos de pagar a “Jóia” e de mensalidade enquanto estiverem jogando pelo clube. (SILVEIRA, 2017, p. 82).

Imagem 12: Carteirinha de sócio de Supriano Lofredo dos Santos, da Sociedade Cultural Beneficente União da Santa Cruz do Sul.

Sociedade Cultural e Beneficente "União"
 Registrado no CNSS, processo n.º 39.583/66 de 21/10/68
 Fundada em 1.º de Julho de 1923 - Sede Social própria
 Rua Julio de Castilhos, 1585 - Santa Cruz do Sul - Rio Grande do Sul - Brasil

FICHA DE SÓCIO N.º _____

NOME: SUPRIANO LOFREDO DOS SANTOS

INCLUSÃO: 1923

OCUPAÇÃO: OPERÁRIO

ESTADO CIVIL: CASADO

N.º DE DEPENDENTES: _____

OBSERVAÇÃO: NASC: *falecido*

STA. CRUZ DO SUL, RS *1.º 08, F0*

João C. Silveira
PRESIDENTE

Fonte: Acervo da Sociedade Cultural Beneficente União.

Como mostra a ficha, Supriano era operário, casado e sócio desde o ano de fundação do clube, sendo possível que ele tenha sido sócio até seu falecimento. Para que fosse possível comprovar que o sócio pagou a mensalidade os clubes faziam uso de alguns instrumentos, um deles era o recibo entregue ao sócio, como este:

Imagem 13: Recibo de pagamento de mensalidade de janeiro de 1986 de Luiz da Silva¹²¹.

NÉGO FOOTBALL CLUB
 Venâncio Aires
 Matrícula N.º _____
 Cr\$ *10,00*
 Sócio: *Luiz Martins*
 Mensalidade Janeiro 1986... *1*
Emelina P. Lopes
 TESOUREIRO

Fonte: Acervo Pessoal de Maria Thereza da Silva.

¹²¹ Apesar do nome do recibo ser Luiz Martins, este senhor meu avô se chamava Luiz da Silva, mas era conhecido como Luiz Martins, desconfio que isso relacione com o sobrenome da família senhorial que criou seu pai Francisco Ezequiel.

No caso do Négo contava-se ainda com os livros de cobrança de mensalidade tanto dos sócios, quanto das sócias, separados em livros diferentes. Seus registros em ambos os livros vão de 1940 a 1947. O tesoureiro colocava o nome completo da pessoa e criava colunas para cada mês do ano, e assinalava os meses em que foi quitada a mensalidade. Em alguns anos era colocado também a idade e ou data de nascimento da pessoa.

A primeira coisa que chamou a minha atenção foi a maior presença feminina do que masculina enquanto sócia. No ano em que o livro é aberto, 1940, elas são quase o dobro deles, sendo 97 mulheres e 52 homens. Elas também se associavam mais cedo, sendo possível encontrar sócias com 9 anos de idade. Eram elas também que estavam mais em dia com suas parcelas do que os homens, ou seja, havia mais homens inadimplentes do que mulheres. A única categoria em que foram encontrados somente homens é na categoria de sócio honorário, que no ano de 1943 foram listados 10 homens como sócios honorários e nenhuma mulher.

Com base nestes dados, a primeira coisa que se pode concluir é que se a mensalidade era a principal fonte de subsídio dos clubes, pois era um dinheiro que entrava independentemente da promoção de eventos e não incorria em gastos para ser realizado, e o Négo tinha mais mulheres pagantes do que homens, logo eram as mulheres que forneciam a maior parte do subsídio. Trocando para o bom português, eram as mulheres que mantinham este clube social. Algumas autoras que analisaram centros urbanos sempre colocaram que as mulheres negras eram o esteio de suas famílias e comunidades, algo que neste caso pode ser verificado. Para Luiza Bairros, por exemplo, essa posição ocupada pela mulher negra, lhe conferiu um olhar privilegiado sobre a elite:

Mais especificamente nossa posição pode ser melhor compreendida através do lugar ocupado pelas empregadas domésticas. Um trabalho que permitiu a mulher negra ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que os homens negros e nem mesmo os próprios brancos tiveram acesso. (BAIRROS, 1995, p. 6).

Desta forma, este lugar subalternizado de empregada doméstica confere um ângulo especial a essas mulheres, enquanto elas trabalham pelo sustento de sua família. A autora coloca ainda que: “No limite essa marginalidade peculiar e que estimula um ponto de vista especial da mulher negra (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante”. (Ibid, p. 6). Para Lélia Gonzáles:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (GONZALÉS, 1984, p.231)

Conforme a autora essa mulher negra comum que trabalha prestando serviços às vezes é responsável por segurar as pontas do seu lar, inclusive no sentido de sobrevivência dos seus, que são alvos de perseguições policiais. Para ela algumas teóricas do feminismo negam a essas mulheres o status de sujeito humanos e elaboram teorias que não são capazes de compreendê-las, dado que não aliam classe com gênero e raça.

Para Beatriz Loner, ao mesmo tempo em que as mulheres negras tinham um papel maior dentro das suas comunidades do que as mulheres brancas, a manutenção de diretorias femininas se dava devido à sua ampla participação na vida social:

Os negros freqüentemente eram convocados pela polícia para trabalhar em obras da prefeitura, ou presos, por pretensa vagabundagem, mesmo quando estavam participando de festas à noite ou em fins de semana. Ou precisavam ausentar-se da cidade por longos meses, em busca de empregos, em momentos de crise. De forma que era às mulheres negras que cumpria, mais do que em qualquer outra etnia, zelar pela preservação da família, do grupo e de seus valores. Elas exerciam variadas funções culturais, seja na religião quanto no carnaval, saindo nos cordões ou blocos, fabricando as fantasias, proporcionando o elo de ligação entre os clubes carnavalescos e os futebolísticos, ou ainda preocupando-se com a promoção de quermesses para levantamento de fundos para as festividades ligadas às associações da etnia. Como resultado desse seu papel de maior importância, se encontram sempre diretorias femininas, praticamente em todas as suas associações, que funcionam paralelamente a diretoria masculina. (LONER, 1999, p. 13).

Assim, as mulheres negras cumpririam funções que vão além da visão tradicional de mulher apenas como esposa e mãe e se tornavam cruciais para a manutenção das famílias negras e de sua comunidade também, visto que seu trabalho dentro do associativismo negro era fundamental. Segundo Fernanda Silva, as mulheres negras demonstraram bastante versatilidade associativa:

As mulheres negras referidas por Miguel Barros, ora imbuídas de um auspício coletivo, compondo a *Legião Feminina da Frente Negra Pelotense* e ora escrevendo por si mesmas, eram uma realidade nas páginas de *A Alvorada*, a partir da década de 1930.[...] A presença e ações protagonizadas por mulheres nesta região foram identificadas mesmo antes dos anos 30, como na constituição do *Asilo São Benedito*, fundado em 1901, em Pelotas, por idealização de uma mulher negra. (SILVA, 2017, p. 211).

Logo, a autora identifica um legado de projetos coletivos nos quais as mulheres sempre fizeram parte. Por conseguinte, ao analisar os registros de mensalidade do Négo, a importância das

mulheres ganha mais uma dimensão, a financeira. Como demonstrado pelas autoras, elas sempre participaram da articulação das ações que os clubes promoviam, mas aqui neste caso elas estão injetando a sua força de trabalho a partir da diretoria feminina e também dinheiro, em maior quantidade que os homens.

Ter mais mulheres do que homens na condição de sócias é a base da principal diferença identificada entre o Négo e o União, a visibilidade da participação feminina na direção dos clubes. Enquanto realizava a transcrição das atas de reuniões, uma coisa me chamou a atenção. Nas páginas em que constam as reuniões de assembleia geral para escolha de nova gestão do clube União, os cargos a serem preenchidos são todos masculinos. Quando havia formação de comissão para alguma comemoração, somente nomes masculinos foram listados. Em nenhuma reunião onde os sócios participam há assinatura de nomes femininos. Este livro vai de 1923 até 1961, e nesses mais de 30 anos de documento a presença feminina é praticamente inexistente. No entanto há um registro fotográfico da diretoria de 1934 com a presença de três mulheres:

Imagem 14: Diretoria da sociedade Cultural Beneficente União de 1934



Fonte: Acervo Pessoal de Malomar Gregório.

Nesta foto, na qual o pai de Malomar, Gastão Gregório, aparece sendo ele o terceiro homem sentado da esquerda para a direita de terno branco, aponta um indício da participação feminina na diretoria do clube, porém de que forma elas estariam inseridas ainda é difícil saber, já que nas

demais fontes da entidade não é apontado outras informações. Assim, elas podem estar presentes como parte da diretoria sem o nome diretoria feminina.

Já no caso do clube Négo, a situação é um pouco diferente. Logo nos primeiros anos do clube foi instituída uma diretoria feminina, com direito ao cargo de presidenta das senhoras e presidenta das senhoritas. Em todas as comissões de baile havia a comissão e a comissão das senhoras e, segundo o estatuto de 1936, tanto homens quanto mulheres podiam se associar e todo sócio tinha direito à fala e a voto nas assembleias, o que se verifica nas assinaturas de mulheres no final das deliberações. Para que mais fique evidente, pode-se ver nas transcrições abaixo, respectivamente do União e do Négo:

Seção

Aos vinte quatro dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e quatro na residência do Sro João Pedro da Roza reuniu-se esta sociedade para eleger a nova Deretoria que devera reger esta de trinta e quatro a trinta e cinco avendo numero legal o Sro presidente abriua seção dando inicio aos trabalho e não avendo irregularidade no decorrer dos trabalhos ficou assim constuidas a nova Deretoria Prezidente

Gastão Gregorio
 visse João Pedro
 Thezoureiro Manoel Gregorio
 2 Thezoureiro Natalicio Barros
 1 Secretario Severino José da Silva
 2 Secretario Antonio Nazario
 Capitão geral José Ramiro
 1 Capitao João Olises
 2 capitão Cristino Gomes
 Deretor de campo Basilio
 Procurador Ozorio da Silva
 Conselho Fiscal
 Presidente Francilino Garibaldi
 Romalino Lucas Ozorio Barros
 Abrão Rodrigues ventura Dutra
 Todos estes homens forão eleitos com maioria de votos
 (Fonte: Sociedade Cultural Beneficente União, 1934).

Diretoria para 1939

 Presidente João Generoso dos Santos
 Vice Orvalino P. da Costa
 1º Secretaria Adelino P. da Costa
 2º Secretário Erminio A. de Borba
 1º Thesoureiro Ambrosio G. da Costa
 2º Thesoureiro Chiru de amorim
 Fiscal geral Frontino M. Crispim

 Conselho Fiscal
 João Francisco Arnaldo Silva, João Donato Silva, Pal(?)do Padilha, Luiz Costodio Dos Santos, Pedro Alves.
 Port. Standart- Jovelino Dias
 Madrinha Sportiva- Zalmira Moraes
 Para infeitar a sede- Donatila Borges

 Idem das Snras.

Presidente- Margarida Padilha
 Auxiliares- Francisca Silva, Margarida Lopes, Maria Padilha, Doralice R. da Costa

 Idem Snrtas [senhoritas]

Presidente Lilia Pereira

Auxiliares Mathilde Pinheiro, Gessi Ferreira, Vitalina da Silva (secretária), Zenira Lopes.
 Négo Football Club, 1939

(Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Football Club, 1936-1957)¹²².

Como se pode observar, os dois clubes apresentam diferenças no que tange à distribuição de funções na mesma década. No primeiro clube, o funcionamento burocrático do espaço é uma tarefa destinada apenas aos homens, e no segundo também são atribuídas funções às mulheres. Mas é possível notar que mesmo no segundo caso há cargos que são exclusivos conforme o sexo, como por exemplo a tarefa de enfeitar o clube, para a qual é destinada uma senhora, ou do conselho fiscal, um dever dos homens, embora anos mais tarde tenha sido instituído um conselho feminino também, mas a diretoria feminina continuava sendo mais enxuta. É provável que isso se deva ao fato de que o estatuto determine que a diretoria institua uma comissão de festividade formada de sócias, com uma presidenta e quatro auxiliares, mas na prática este formato se transformou na diretoria feminina.

As estruturas de raça, classe e gênero afetam diferentes grupos e indivíduos de diferentes formas. No caso da população negra, de uma forma geral, a questão principal é o racismo, pois, como exposto no subtítulo anterior, a exclusão dos negros e negras foi motivada pelo fator racial, já que não eram aqueles que o Estado desejava ter como modelo de cidadãos. No entanto, conforme nos alerta Patrícia Hill Collins:

Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. Assim, comumente feministas apontam com confiança para suas opressões sofridas por serem mulheres, mas resistem em ver o quanto de privilégio sua pele branca lhes traz. Afro-americanos que têm análises eloquentes sobre o racismo, frequentemente persistem em ver mulheres brancas pobres como símbolo do poder branco. (HILL COLLINS, 2015, p. 14).

Desta forma, ainda que os homens negros sofram constantemente com o racismo, eles ainda podem usufruir de algumas vantagens do gênero, o que ajudaria a entender porque os cargos administrativos do clube União são ocupados, exclusivamente, por homens, pois “em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes” (HILL COLLINS, 2015, p. 14).

¹²² Acervo do Clube Négo Football Club, cedido por Isabel Landim, transcrição da autora.

No caso das mulheres negras, “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZÁLES, 1984, p. 2). Dado que, assim como os homens negros, as mulheres negras também foram escravizadas, portanto passaram pelo processo de desumanização, onde seus corpos foram transformados em mercadorias para serem exploradas de diversas formas. Porém, os homens negros contam com a vantagem de serem homens, o que lhes permite usufruir de determinadas vantagens oferecidas pelo machismo. Já as mulheres sofrem com a exploração sexual do machismo, mas no caso de mulheres brancas, estas contam com a vantagem de serem brancas, ou seja, possuem a fator racial do seu lado. É esta dupla condição que coloca as mulheres numa posição de outro do outro, o outro de mulheres brancas e o outro de homens negros.

Aqui reside a complexidade de lidar com grupos socialmente marginalizados, a dificuldade de entender que, em alguma medida, tais grupos podem se beneficiar do sistema, e estes mesmos grupos ainda que subalternizados podem reproduzir as estruturas vigentes.

Ainda que o clube Négo tenha uma diretoria de senhoras é difícil dizer que aquele espaço seja livre de machismo, pois não há presidente dos senhores somente presidente, não há um homem designado para enfeitar a sociedade, há uma mulher, ou seja, mesmo que seja mais flexível é difícil pensar que as estruturas sociais não afetem este espaço e não sejam constitutivas de suas relações em alguma medida.

Para a autora Lélia Gonzales, o imperialismo europeu deixou profundas marcas nas sociedades latino-americanas:

Sabemos que as sociedades ibéricas estruturam-se a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Da Matta, 1984). A expressão do humorista Millor Fernandes, ao afirmar que “no Brasil não existe racismo porque o negro reconhece o seu lugar”, sintetiza o que acabamos de expor. (GONZALES, 1988a, p. 73).

Neste sentido, para a autora existe um componente orientador das estruturas, a raça enquanto um fruto do processo imperialista. Os países latino-americanos herdaram de seus colonizadores alguns mecanismos de organização social, onde raça em maior medida, mas também o sexo

ordenaria a hierarquia social. Tais mecanismos permitiram manter a opressão velada e implícita, mas ainda assim existentes, afetando estas sociedades como um todo. O que significa dizer que os clubes sociais também foram afetados por isso, já que estão inseridos dentro destas sociedades e estruturas. Assim, ainda que se trate de espaços onde ser negro é algo positivo, não é possível desconsiderar a relação deste fator com outros como o gênero.

Contudo, não se pode precipitar-se pensando que, por não estarem presentes nas atas de reunião, as mulheres não estavam presentes nas atividades no caso do clube União. Ao pesquisar o clube Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo/RS, Magna Magalhães identifica uma forte atuação das mulheres dentro da sociedade:

Nos depoimentos coletados (de homens e mulheres), há sempre alguma referência que descortina a importância de Nair Leopoldina e de “Filhinha” na história da associação negra. Ambas são reconhecidas como responsáveis pela organização das primeiras festas do Cruzeiro, antes mesmo da construção da sede. Ao que tudo indica, as mulheres e seus “dotes culinários” auxiliavam na arrecadação de fundos para a construção da sede social. Os alimentos preparados e vendidos por “vó Nair” chamavam a atenção, em especial dos brancos. Foram nomes respeitados, mulheres de postura firme que, com criatividade e solidariedade, fortaleceram a agremiação, principalmente, através do incentivo da sociabilidade. (MAGALHÃES, 2010, p. 134).

Assim, as ações das mulheres ajudaram o clube a consolidar suas atividades recreativas e a conquistar seu espaço próprio. Isso possibilita pensar que, mesmo se não fizessem parte da mesa diretiva, as senhoras e senhoritas do clube União desenvolviam funções importantes na entidade, para além disso, como colocado por Luiza Bairros elas possuíam uma visão privilegiada daquela sociedade e dos grupos dominantes o que as transformavam em potências importantes para o clube.

Prova disso é que no ano de 1958, em uma das poucas menções às mulheres em reuniões, a pauta era o concurso de Miss Mulata e o de Rainha do Carnaval:

Ata do dia 14-12-1958

Em reunião desta data nesta sede afim de tratar sobre as eleições da Miss Mulata Para o ano de 1958. Reuniu-se a diretoria afim de como resolver tendo em vista a Rainha do Carnaval de 1959.

Depois de estudar com o máximo cuidado resolveu transferir os votos de Miss Mulata para Rainha de Carnaval de 1959. Sendo que os votos já vendidos serão válidos para Rainha do carnaval de 1959.

Estavam presentes nesta ata os senhores que assinarão. (**Fonte:** Livro de Atas da Sociedade Cultural Beneficente União).

Assim, as moças que estavam concorrendo para o posto deveriam se empenhar na venda de votos e o dinheiro dos votos seria destinado ao caixa da entidade, ou seja, elas contribuíam também

para a manutenção do espaço. Magalhães fala também sobre a participação feminina nas reuniões de diretoria:

Ao questionarmos uma de nossas depoentes acerca da participação feminina nas reuniões de diretoria, ela informa que elas [as mulheres] se limitavam ao “nosso canto”. Todavia indica que Nair Leopoldina e Filhinha “batiam o pé mesmo” e discordavam muitas vezes das decisões da diretoria masculina do clube. Provavelmente, a participação e a história de Nair e de Filhinha junto ao clube favoreciam uma postura crítica e de maior interferência. Também podemos inferir que as demais mulheres se faziam representar através daquelas que *batiam o pé*. (MAGALHÃES, 2010, p. 134).

Neste sentido, essas mulheres sabiam da importância do seu trabalho para a manutenção do espaço e não deixavam de se posicionar quando achavam necessário. Além de presidentas e secretárias, as mulheres do Négo também aparecem nas atas em outras situações. Como exemplo, tem-se o registro de uma reunião, em que uma sócia é suspensa do clube.

Acta nº9
 Conforme [creio que seja reunião ou assembleia de 26 de Fevereiro] de 1939
 Foi resolvido suspensão da senhorita Maria Olivia [inelegível] por 30 dias ficando [julgado] depois dos 30 dias adespôr da sembreia geral da primeira ceção do mês de Março asino
 João Generoso de Santos Presidente
 asino Arogo Margarida Padilha
 Oralino P. da Costa Vice Presidente
 asino arogo João Francisco dos Santos
 asino arogo Imaro ou mais provavelmente Amaro da Luz
 asino arogo João Padilha C. (Conselheiro)
 asino arogo Jorge de Sá C. (Conselheiro)
 Pedro Martinhs C. (Conselheiro)
 asino arogo Maria Borba
 asino arogo Parm[?]to Padilha
 asino arogo Ambrosio P.Costa
 Donatilha Borges F.
 Frontino M. C. Geral [creio que se seja fiscal geral]
 (Fonte: Livro de Atas da Sociedade Négo Football Club, 1936-1957)¹²³.

A sócia em questão, Maria Olivia, havia sido suspensa, mas infelizmente o motivo não foi registrado. Em geral, os sócios e sócias eram suspensos por mau comportamento nas festas ou por faltarem com respeito com alguém da diretoria. No União a suspensão é uma das poucas situações em que mulheres aparecem:

Da Reunião que esta Diretoria sobre a presidência do Sro João C. Silveira e secretariado pelo o Sro Gabriel C. da Silva na manhã de Domingo 24.2. 1957.

Foi tratado os motivos que resultaram na suspensão as seguintes senhoritas, sem tempo determinado, no dia 24 de outubro de 1956.

Celanira Rasqui, Serli Rasquin Alidis, Nadir Gularte Ferreira, Selma Silveira, Dorieta Rodrigues e Laureci Carvalho.

No dia 24 de fevereiro 1957 estando novamente reunida desta mesma diretoria que segue os nomes abaixo assinado resolveu o seguinte: tendo em consideração os comportamentos, damos como findo o tempo em que elas estavam suspensas, 5 meses, e deixar que elas

¹²³ Acervo do Clube Négo Football Club, cedido por Isabel Landim.

continuassem a frequentar todas as festas e bailes que forem realizadas Nesta Sociedade. Com exceção de uma que é a Senhorita Laureci Carvalho.

Santa Cruz 24.2.1957 (**Fonte:** Livro de Ata da Sociedade Cultural Beneficente União)¹²⁴.

Registros como esse não são tão raros, mas é mais comum no caso masculino, porém neste caso temos o registro de uma transgressão feminina, o que é interessante à medida em que se pensa nas rígidas regras morais que pesavam sobre os corpos femininos neste espaço, onde as moças de família deviam se comportar de forma exemplar, era uma questão moral. E esta não parece ter sido a única vez que uma mulher decidiu transgredir as normas:

Ata nº7

Venancio Ayres 18 [?] 1939

Ata apedido da sócia Muiguelina Luz a sua suneração da Sociedade do Négo por ser suspença não concordou com o estatuto que suspendeu queria usar das suas [palavras] au publico eu presidente prestei aregolamento do estatuto e fize a obrigação do estatuto foi suspença a sócia por 30 dias a sócia [suberdino] e pediu asua suneração e tam por este motivo não poderá ser mais sócia da sociedade do Négo porque não comcorda com estatuto da da mesma sociedade asino

Presidente João Generoso dos Santos

2º Secretario Herminio A. Borba

Frontino M. (?) Fiscal

Asino Arogo Henrique Lopes Herminio Concelio F.[creio que seja do conselho fiscal]

Asino Arogo Arnaldo Silva Herminio Concelio F.[creio que seja do conselho fiscal]

Asino Arogo Luiz C. dos Santos Herminio Concelio F.[creio que seja do conselho fiscal]

Nena Garcia Cpaitão do Cuadro

Jovelino Dias [inelegível]

Asino Arogo Ambrosio P. Costa 1º T. [creio que seja tesoureiro]

Asino Arogo Margarida Padilha Presidenta

Lilia Pereira Presidente

A Asino Arogo vice Presente Francisca da Silva

Lenira Lopes 1º Cecretária

(**Fonte:** Livro de atas da Sociedade Négo Foot Ball Club, 1936-1957).

A então sócia Muiguelina Luz, que já havia sido suspensa pediu sua exoneração do quadro de sócias, porque não concordava com os estatutos da sociedade, ou seja, o que se tem aqui é o registro de uma mulher que decidiu usar seu direito de fala e voto nas reuniões para contestar as diretrizes do lugar. Não se sabe com o que, exatamente, ela não concordava, mas é interessante pensar que sua queixa foi tratada como pauta de uma reunião onde estavam presentes as lideranças do clube. No entanto, nem todas as questões das mulheres tinham a ver com o clube em si.

Venancio ayres 27 de Agosto 1939

Em acordo com a Diretoria Sociedade do Négo

Foi arezolido a zuneração da Socia Elacy por não quere ser da mesma claçe das outras sócias Asino 2º Secretario em zercicio Herminio Borba

Presidente das jovens Lilia Pereira

¹²⁴ Esta ata teve sua grafia atualizada, para tornar seu entendimento mais viável.

Arogo Doralice da Costa
 Flor M. F.
 Anna Ferreira da Rosa
 Maria Luiza da Silva
 Ambrosio Pedro da Costa
 Rufino do Santos
 Loreço Lopés
 Frontino M. Crispim [?]
 (**Fonte:** Livro de atas da Sociedade Négo Foot Ball Club, 1936-1957).

A senhora Elacy não queria mais pertencer à mesma “claçe” das outras senhoras do clube e por isso decidiu sair da sociedade. Por “claçe” eles provavelmente queriam se referir a grupo, ou seja, ela não queria mais ser do mesmo grupo que as demais, não queria mais compartilhar laços de amizade ou valores com as outras mulheres. Este escrito demonstra que além das contestações e transgressões, havia também as questões que eram próprias das mulheres e que não, necessariamente, tinham a ver com o lugar, mas sim com as discordâncias entre elas e que eram resolvidas também por elas. Ainda que passasse por reunião geral, a decisão da sócia já estava tomada.

Discordâncias e desentendimentos eram algo muito constante, também entre os homens. Os motivos variavam muito podendo ser por causa de algum mau comportamento que pudesse vir a causar constrangimento para a imagem do clube. Em 1957 o sócio Albalino Pedroso, um sócio do União sobre o qual a diretoria recebeu muitas queixas de abusos cometidos por ele dentro da sede, recebeu uma suspensão de 90 dias¹²⁵. No Négo os sócios Jorge Leal e José Ignácio dos Santos foram severamente punidos com 6 meses devido ao fato de que estavam colocando apelidos nas sócias do clube, manchando o bom nome e honra das moça da Sociedade¹²⁶.

Os desentendimentos e suas penalidades também poderiam estar relacionados com as discordâncias sobre o andamento e condução da entidade. Em 1940 o sócio Caciano da Silva foi suspenso por 30 dias, por ele e sua família terem se desentendido com o presidente do clube, João Generoso.¹²⁷

Em alguns momentos estes desentendimento não resultavam somente em suspensão, mas em desligamento completo do clube. Amaro da Luz,¹²⁸ um sócio fundador do Négo foi exonerado do quadro de sócios em 1939, após a diretoria julgar que sua pena anterior, uma suspensão de 30 dias, não teria sido o suficiente para a transgressão cometida. Amaro compareceu alcoolizado ao clube e importunou uma das sócias. Desta maneira, pelo que pude observar, ao mesmo tempo em que as regras morais eram mais rígidas sobre as mulheres, que no União por exemplo não podiam entrar

¹²⁵ Fonte: Livro de Ata da Sociedade Cultural Beneficente União (1923-1961). Acervo: Sociedade Cultural Beneficente União.

¹²⁶ Fonte: Livro de Ata da Sociedade Négo Foot Ball Clube (1935-1957). Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

¹²⁷ Fonte: Livro de Ata da Sociedade Négo Foot Ball Clube (1935-1957). Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

¹²⁸ Fonte: Livro de Ata da Sociedade Négo Foot Ball Clube (1935-1957). Acervo: Sociedade Négo Foot Ball Club, cedido por Isabel Landim.

desacompanhadas, como me relataram entrevistados já citados, a sua imagem também era mais protegida e zelada, e qualquer transgressão que envolvesse desrespeito com as moças e senhoras eram também punidas com mais severidade.

Assim me parece haver uma relação direta entre a imagem das mulheres e a imagem positiva que estes espaços queriam construir de si mesmos. Se levarmos em conta que todos os concursos de beleza que eram destinados para as mulheres tinham como finalidade constituir um parâmetro próprio de beleza que é algo muito ligado a humanização dos corpos negros,¹²⁹ é possível inferir que a imagem feminina se ligava diretamente com a perspectiva de desenvolvimento da comunidade negra.

No clube União as mulheres estavam presentes e contribuía para o clube, mas até agora não encontrei indícios suficientes de que elas tivessem o status de sócia, e portanto não fica claro como e se elas podiam participar das assembleias e reuniões, momentos de tomada de decisões. O que é diferente do clube Négo, no qual as mulheres podiam se associar e se associavam, mais que os homens, tinham lugar próprio dentro da administração e não hesitavam em discordar e se retirar caso achassem que seus pontos de vista não condiziam mais com os da organização. Desta forma, a atuação das mulheres é mais que um detalhe, haja vista que, o gênero era levado em conta na hora de distribuir cargos e funções dentro das entidades.

Os homens por sua vez também tiveram seus desentendimentos de toda ordem, por falta de decoro ou discordância administrativa. Em alguns casos não teve remédio. Por exemplo Amaro da Luz, que mesmo tendo fundado o clube não foi aceito de volta após cometer grave infração. Todavia, o caso mais emblemático dentre todos os que conheço é o de João Generoso dos Santos¹³⁰, que após mais de vinte anos de envolvimento com o clube se retirou da entidade por não concordar com as ideias que a geração mais nova queria implementar. Estes acontecimentos se interligam profundamente com as heterogeneidades sobre as visões de liberdade¹³¹ e projetos de cidadania que os negros e negras tinham no pós-abolição.

Em uma palestra dada no programa Tedx¹³² em 2014, a escritora nigeriana Chimamanda Adchie intitulou a sua fala como sendo “os perigos de uma história única”. Durante sua fala a escritora coloca que insistir em uma única narrativa com fortes tons negativos ajuda na criação de estereótipos sobre pessoas ou grupos tornando-os incompletos. A história única superficializa as suas experiências, roubando o seu direito à complexidade, diversidade e principalmente humanidade. Se a história do Brasil tivesse dado a devida atenção para a população negra, é provável que Marielle

¹²⁹ Para uma história social da beleza negra, ver: XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras?:** beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). 2012. 424 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280975>. Acesso em: 1/06/2020.

¹³⁰ Para saber mais sobre João Generoso dos Santos, ver: SILVEIRA, 2017.

¹³¹ Referência ao título do livro *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte de Sidney Chalhoub* (1990).

¹³² Palestra completa disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uXhbSWIJs>. Acesso em: 01/06/2020.

Franco em toda a sua potência tivesse chegado ao meu, e talvez ao seu conhecimento, de uma forma muito justa para com a sua trajetória. No entanto, esta linha narrativa retira toda e qualquer responsabilidade do Estado brasileiro, que não poupou esforços econômicos, humanos e intelectuais para criar uma história única sobre os negros do país.

Uma narrativa, com bases científicas inclusive, que envolveu uma suposta propensão à criminalidade, vadiagem e libertinagem desta população¹³³. Ao mesmo tempo procurou exaltar o modelo ideal de cidadão que desejava e buscava conseguir, um que estivesse no topo da hierarquia social orientada pela raça. Na criação desta história, os pensadores também tiveram sua parcela de contribuição, dado que muitos se esfoçaram para escrever sobre os benefícios que uma determinada raça poderia trazer para o país, ao mesmo tempo em que se calaram sobre boa parte das experiências negras vividas na liberdade, criando “o negro” um ser singular e quase mítico usado em muitos estudos.

Talvez esta seja uma das principais contribuições epistemológicas do campo de estudos do pós-abolição, o esforço de mostrar que “o negro” não existe, pois ele simplesmente não dá conta de explicar as muitas facetas da emancipação. Ele superficializa e retira a materialidade e a subjetividade das experiências negras que vieram depois do 13 de maio, ou seja, cria uma história única. É de igual importância a compreensão que advém destes estudos de que os negros e negras coletivizaram a liberdade com projetos que envolviam famílias, educação, jornais e clubes sociais que visavam frear o projeto genocida de branqueamento da população e também o completo esquecimento daqueles que por quase 400 anos foram a principal força de trabalho que fez desta uma nação rica, no sentido literal do termo.

Após ler este capítulo, espero que o leitor e a leitora consigam compreender que os clubes sociais negros representam uma sofisticação nos mecanismos de busca pela cidadania. Em razão de que seus mantenedores se empenharam em criar uma estrutura interna que pudesse dar conta das muitas demandas de suas comunidades e também uma estrutura que fosse duradoura. Externamente construíram relações que pudessem oferecer um suporte solidário e que expandissem a sociabilidade como uma prática que os co-irmãna. Ao mesmo tempo eles também representam algo muito denso e constante no pós-abolição, a heterogeneidade.

Para Fernanda Silva, são os projetos políticos que dão coesão a um determinado grupo e é a partir da luta política que parte da identidade negra é formada. Assim, para alguns o clube social deveria ser apenas para aqueles que tinham pele mais clara, para outros ele deveria ser a união dos

¹³³ São muitos os trabalhos que evidenciaram a construção dessa associação desde os finais do século XIX, entre eles: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. [especialmente o primeiro capítulo, chamado Cortiços]. CHALHOUB, Sidney. **Classes perigosas. Trabalhadores**. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, n. 6, 1990. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e criminalidade**. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

pretos. Teve ainda quem se negasse a aceitar ser nomeado de forma pejorativa e fundou seu próprio espaço para poder exercer seu momento de lazer sem maiores infortúnios ao mesmo tempo em que fez da fundação uma mensagem política sobre o momento conturbado da nação. No entanto, em um dado momento tal espaço deixou de representar a sua visão, ou não queria mais ser da mesma “classe” que as outras pessoas ali inseridas e decidiu se retirar. O que se tem aqui são discussões multifacetadas sobre o que é cidadania e também uma disputa de narrativa sobre si, uma que respeite a densidade histórica do que foi vivido.

Fundar e manter clubes sociais negros são “ideias luminosas” de cidadãos que visam não apenas se negar a serem excluídos socialmente como também visam discutir o que entendem por beleza, educação e sociabilidade. Nem sempre é possível chegar a um consenso, mas em tempos de ascensão do facismo e crescimento desenfreado das manifestações de ódio do Brasil de 2021, sabemos que não há nada mais próprio da democracia do que o direito à discordância e contestação.

Principalmente, porque se não fossem as preocupações e ações desenvolvidas para manter a cidadania em todas as suas dimensões como a finalidade das organizações negras, os clubes Négo e União poderiam não ter resistido para se tornar dois idosos que se reiventaram com o passar dos anos. Estas muitas reinvenções renderam no ano de 2006 a primeira presidenta da Sociedade Négo Foot Ball Clube, Isabel Landim. Já no União a gestão de 2017 a 2019 era toda feminina. Mais do que reinvenção chamo isso de reparação histórica.

3 A ÚLTIMA CRUZADA: UMA ENCRUZILHADA ENTRE MARCELINA E LOCRÉCIA

A semana tinha começado de forma estranha, com dia primeiro na segunda-feira e manhãs nubladas, eram aqueles dias do ano em que o sol começa a conviver diariamente com uma leve brisa de vento fresco. Sair de casa era difícil, havia coisas a serem feitas primeiro, vestir uma roupa adequada ao clima e à tarefa, tomar café e verificar se pegou tudo que precisava, sem se atrasar.

Depois desse ritual matutino era o momento de sair para a barulhenta e agitada avenida, assim melhor deixar para encontrar as Anas e Marias mais tarde quando tivesse algo a dizer, então seria melhor ela escolher o inverno para subir a seu destino, afinal era sempre uma chance de observar o encontro peculiar entre o militar, o arquiteto e o presidente.

Esse encontro distraía fácil, era preciso apressar o passo. Quanto mais se atrasasse, menos tempo teria para executar o trabalho e aqueles três não gostavam de atraso. No caloroso verão que desce, de longe se avista aquela eterna batalha que fica maior ainda à medida em que você se aproxima dela. Justina era quieta, observadora e calma, mas nunca largava sua espada e esta também nunca enferrujava, talvez fosse isso que deixava aquele cara de óculos tão sério e talvez fosse sobre isso que ele conversava com todas aquelas pessoas que lhe faziam companhia, algumas pareciam muito indignadas e do alto tentavam convencer quem se aproximasse. Há muito tempo ele aguardava o momento em que pudesse se levantar, mas Justina dava passagem a todos menos a ele, uma de suas tarefas era garantir que ele ficasse lá, sentado, por isso não se demorava na conversa.

Ao finalmente chegar a seu destino, antes de entrar ela parou para admirar aquele lugar. Embora parecesse um, se olhasse bem veria que eram três, mesmo que não tivessem a mesma idade eles tinham uma imponência em comum que devia ter vindo com a experiência que tinham. Fazia sentido serem três, dado que guardar o tempo era um fardo a ser dividido.

Depois de um longo respiro era hora de entrar. Seria um dia longo de trabalho, após calçar suas luvas e se preparar para começar, ela se perguntou se lá também estaria nublado, por via das dúvidas seria melhor levar casaco e guarda-chuva, afinal sair de 2009 para estar em 1928 e 1871 seria estar em climas diferentes.

3.1 Os bons ventos e uma longa caminhada em família

Aos trinta dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e dois, na paróquia de Santo Amaro, da Província e Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi batizado solenemente a párvulo Bernardo, de cor preta, nascido a vinte e sete de novembro de mil oitocentos e setenta e um, filho natural de Marcellina, escrava de Felício José da Roza. Foram padrinhos Porfhirio Balbino de Souza Bitencourt e D. Maria José dos Santos Bitencourt.¹³⁴

Bernardo era um menino de sorte, durante a sua gestação o ventre de sua mãe Marcelina foi libertado a partir de uma “lei cujas as disposições mais importantes foram “arrancadas” pelos escravos às classes proprietárias”. (CHALHOUB, 1989, p. 232). Quando o rebento de cor preta nasceu, o seu caminho não era mais uma propriedade privada que dependeria somente da vontade Felício José, dado que o Estado tinha intervindo.

O mesmo futuro caberia ao párvulo Sebastião¹³⁵ que aos doze dias do mês de setembro de mil oitocentos e oitenta e um na Villa de Santo Amaro foi batizado solenemente e recebeu os santos óleos, de cor parda, nascido em quatro de abril de mil oitocentos e oitenta e um, era filho natural de Locrécia, escrava de Antônio Berlim da Cruz, foram padrinhos José Francisco Machado e Dona Inês Antônia da Rosa.

Enquanto o ventre de Marcelina estava gestando a liberdade naquelas bandas, em muitas partes da América se discutia as tais disposições que os escravos queriam arrancar de seus senhores, o principal era o status do ventre. Segundo Camila Cowling:

Tanto em Cuba como no Brasil, assim como acontecia em toda a América, seguia-se o princípio do direito romano do *partus sequitur ventrem*, ou seja, o *status* legal da criança seguia o do ventre, estipulando, assim, uma hereditariedade genealógica da escravidão. Passado, literalmente, através do ventre, o *status* legal de escravo era herdado pelo lado materno. Independentemente do *status* legal do pai, se a mãe fosse escrava, a criança igualmente o seria. Na verdade, o ventre, e não os indivíduos, já era, havia muito, central para as definições legais sobre propriedade escrava. (Cowling, 2018, p. 110)

¹³⁴ Bernardo. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismo de Libertos, nº 5 (1871-1885), p. 02f. Registro de batismo de Bernardo, data: 30 de abril de 1872. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-15?i=5&cc=2177295&cat=400960> >. Último acesso em 1º de março de 2021.

¹³⁵ Vicente. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismo de Libertos, nº 5 (1871-1885), p. 50v. Registro de batismo de Sebastião, data: 12 de setembro de 1881. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-6Q?i=55&cc=2177295&cat=400960> >. Último acesso em 1º de março de 2021.

Desta forma, uma das estratégias mais utilizadas pelos cativos era conseguir primeiro a liberdade das mulheres como forma de garantir filhos livres. No entanto, ao instituir o ventre livre as crianças não herdariam mais a condição de suas mães, mesmo que elas permanecessem cativas. Quando Locrécia deu à luz, já havia tempo suficiente para a lei se consolidar. Nessa época não era preciso casaco, o clima era quente, mas não era boa ideia dispensar o guarda-chuva, já que choviam reclamações senhoriais, pois “No decurso da elaboração da legislação emancipacionista, iniciado em 1866 e concluído em 28 de setembro de 1871, os limites da interferência do Estado no poder senhorial estavam no centro das discussões jurídico-parlamentares” (PERUSSATTO, 2010, p. 243).

Marcelina, Locrécia e seus pequenos não foram escolhidos por mim, digamos que eles me escolheram, algo que mais adiante eu explico. Seus caminhos, seus filhos e netos atravessam diretamente os sujeitos de análise desta pesquisa, as organizações negras do Vale do Rio Pardo. Temos aqui a última cruzada, uma encruzilhada dos caminhos dessas duas mulheres.

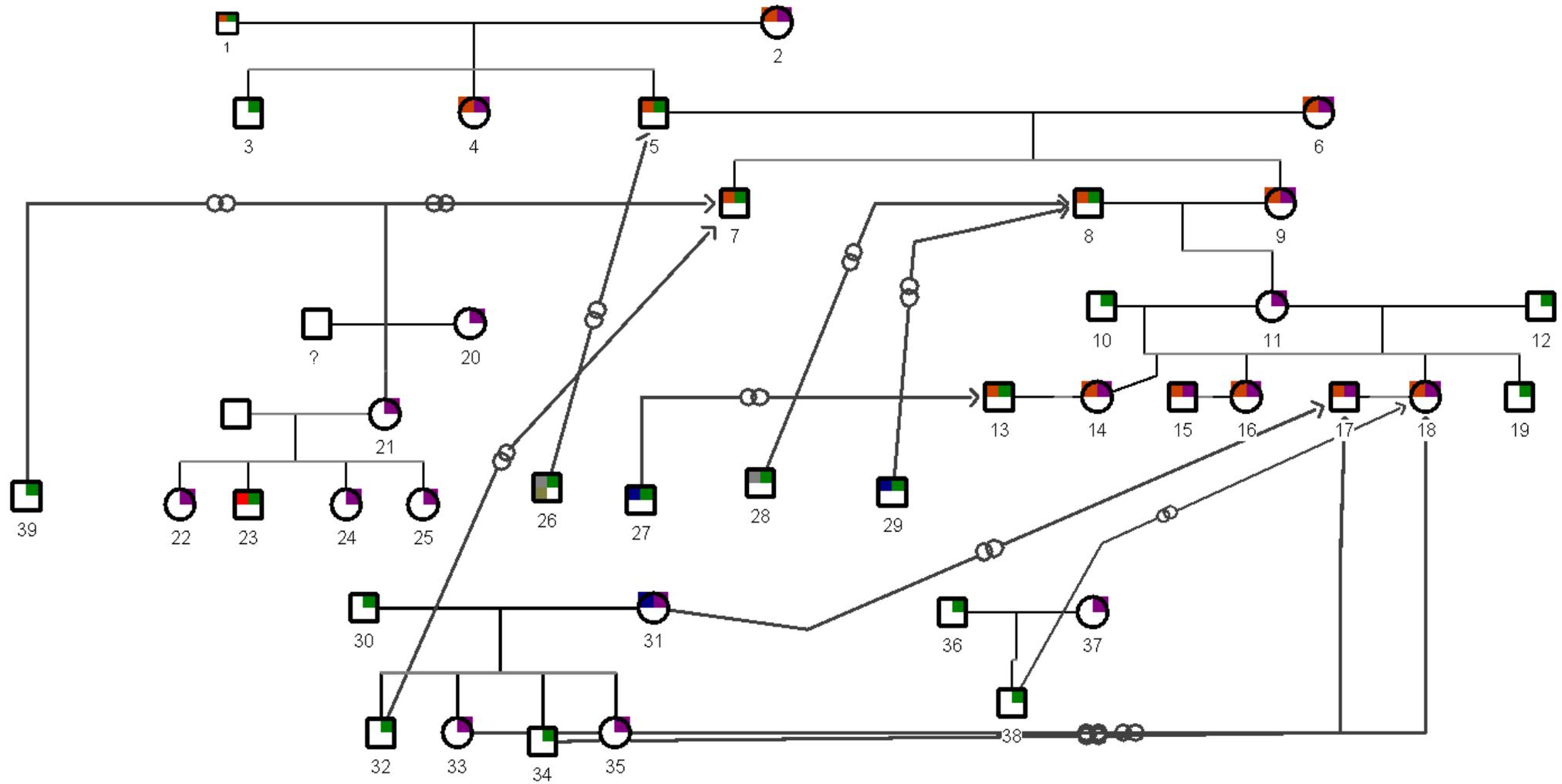
Começo então por elas. Marcelina era mãe dos ingênuos Bernardo e Vicente, este último nascido em dezesseis de setembro de 1873 de cor preta. Ela¹³⁶ era cativa de Felício José da Rosa, irmão de Constantino José da Rosa, lembra dele, lá do primeiro capítulo? Então este é Felício, seu irmão.

Já Locrécia seria filha de Eulália, nascida em 1855, mas não existe consenso sobre seu local de nascimento e nem o de sua mãe. Segundo fontes, Eulália era da Bahia, mas não se sabe se era bahiana ou residente lá e sobre Locrécia pode ter sido trazida para a então Faxinal dos Tamancos ou nascida ali. Mas é fato que morou e viveu quase toda a sua vida em Faxinal. Locrécia era mãe de quatro crianças, Rosa, Sebastião, Maria Tolina e Jovelina. Seu proprietário era o nosso também já conhecido do primeiro capítulo Antônio Berlim da Cruz, como podemos ver no registro de nascimento de Sebastião.

Devido aos parentescos senhoriais de Antônio e Felício, é possível ligar Locrécia e Marcellina à teia de relações sociais na qual a sociedade de Faxinal estava imersa naqueles quentes anos. Nos mapas abaixo é possível visualizar melhor.

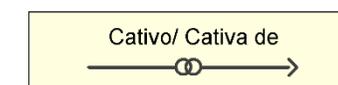
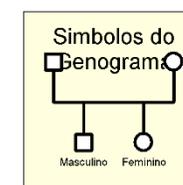
¹³⁶ Vicente. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismo de Libertos, nº 5 (1871-1885), p. 9v. Registro de batismo de Vicente, data: 21 de novembro de 1873. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-LH?i=13&wc=M78F-1ZH%3A371592101%2C371592102%2C371731501&cc=2177295>>. Último acesso em 1º de março de 2021.

Ilustração nº 3: Família Cruz



Quadro 6: Nomes do mapa de relações 3

Número:	Nome:	Número:	Nome:
1	José Joaquim da Cruz (Tenente Juca)	21	Locrécia
2	Brigida Joaquina do Nascimento	22	Rosa
3	Fidéliz da Cruz	23	Sebastião
4	Porfíria Joaquina da Cruz	24	Maria Tolina
5	José Joaquim da Cruz	25	Jovelina
6	Ana Maria da Costa	26	Apolinário da Cruz
7	Antônio Berlim da Cruz	27	Agostinho da Cruz
8	Domingos Pereira da Costa	28	Manoel da Costa
9	Brigida Joaquina da Cruz	29	João da Costa
10	Laurindo José da rosa	30	?
11	Genoveeva	31	Silvina
12	?	32	Modesto
13	Theodoro José da Rosa	33	Henriqueta
14	Constantina Joaquina da Rosa	34	Prudencio
15	Bento José da Rosa Netto	35	Florência
16	Anna Joaquina da Rosa	36	?
17	Luis José da Cunha	37	Maria
18	Feliciana Fagundes	38	Orlando
19	José Fernandes da Cruz	39	Daniel
20	Eulália		



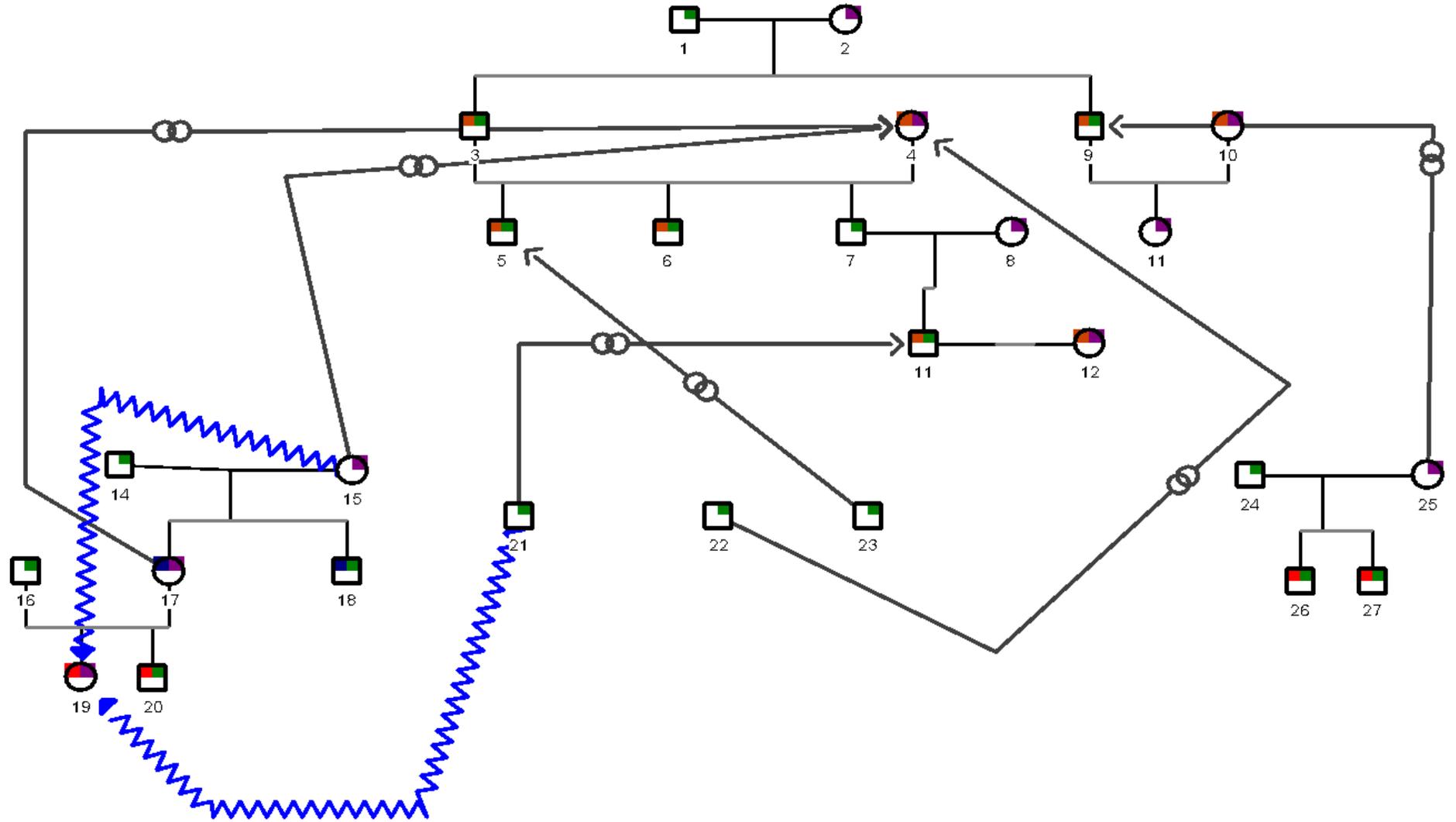
Ressalto aqui que no meu entender a relações cativas não dependiam exclusivamente dos senhores, mas o grau de mobilidade e autonomia escravas era um embate constate sempre redefinindo as formas de reprodução do “sistema” (SLENES, 2011). E como quase todos os irmãos da confraria passaram pelo cativo, mapear os senhores e suas relações foi a única forma que encontrei de rastrear a comunidade escrava.

Ressalto também que nem todos os filhos do casal Constantino José e Beatriz Maria estão presentes aqui, coloquei apenas os que implicam nesta análise para não saturar de informações visuais. Como se pode ver, estas duas famílias, Cruz e Rosa, possuíam vínculos a partir dos casamentos entre Genoveva e Laurindo e entre Theodoro e Constantina, que aliás eram primos. A Família de José Joaquim da Cruz também possuía vínculos com a família de Bento José da Rosa¹³⁷ a partir do casamento de Ana Joaquina e Bento José Neto. Este segundo laço pode ser visto no mapa númeroquatro referente à família Rosa.

Entre a família de Bento José e Constantino José existia também um laço de compadrio bastante interessante colocado no mapa número cinco.

¹³⁷ Desconfio que Bento José seja irmão de Felício e Constantino, dado que os três possuem o mesmo segundo nome e sobrenome e os dois últimos são irmãos.

Ilustração nº 4: Família Rosa



Quadro 7: Nomes do mapa de relações 4

Número:	Nome:	Número:	Nome:
1	José Joaquim da Rosa	15	Rosa
2	Faustina Maria de Jesus	16	?
3	Constantino José da Rosa	17	Angélica
4	Beatriz Maria da Trindade	18	José
5	José Constantino da Rosa	19	Silvina
6	Laurindo José da Rosa	20	Antônio
7	Celestino José da Rosa	21	Leopoldino
8	Florinda Maria do Carmo	22	Antônio
9	Felício José da Rosa	23	Patricio
10	Isabel Luiza da Silva	24	?
11	Faustina da Rosa	25	Marcelina
12	Theodoro José da Rosa	26	Bernardo
13	Constatina Joaquina da Rosa	27	Vicente
14	?		

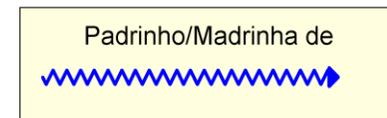
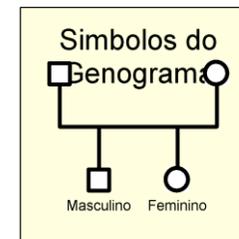
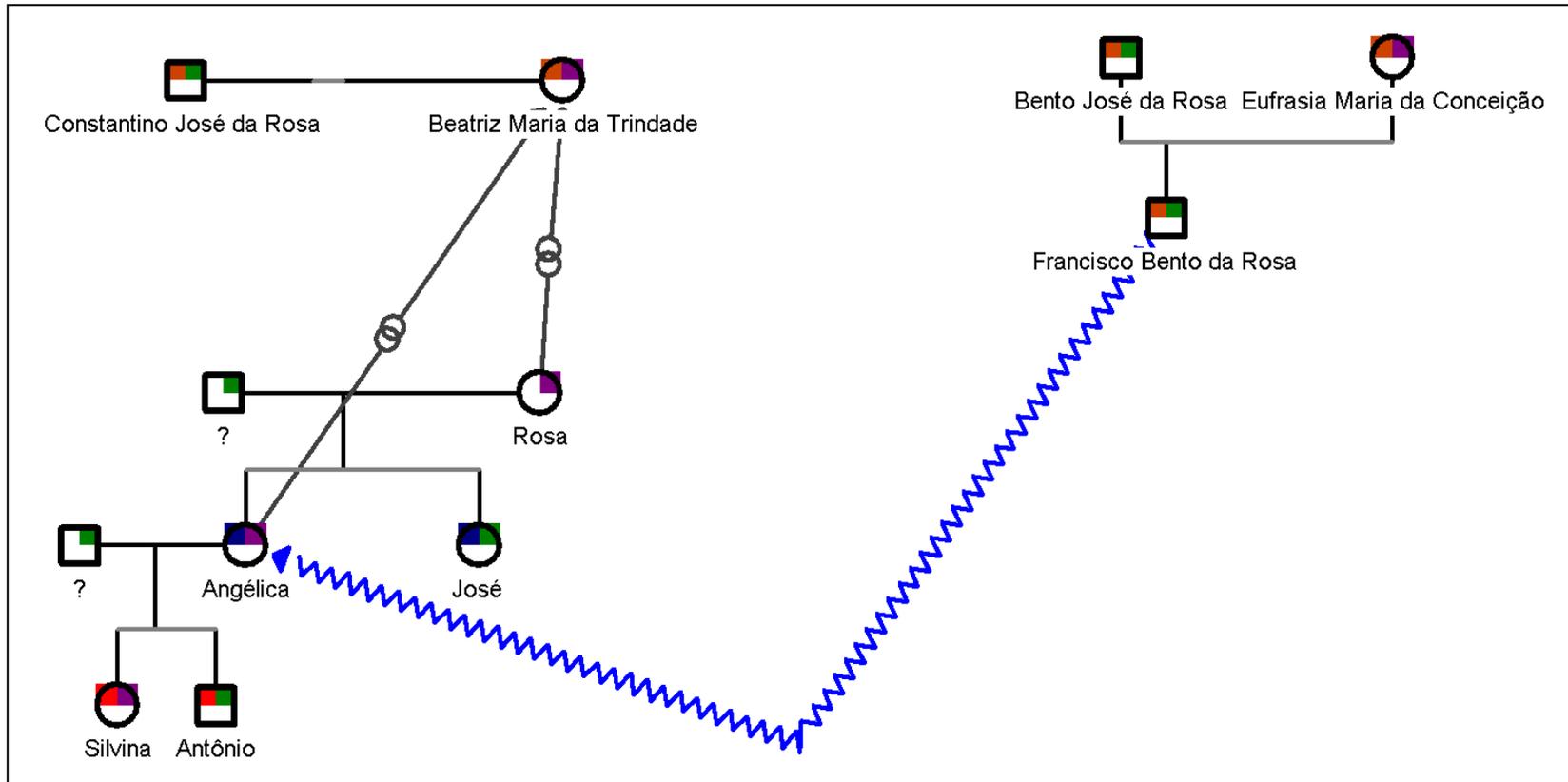
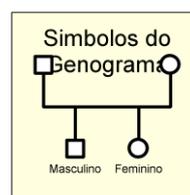


Ilustração nº 5: Batismo de Angélica





Como se pode ver, Angélica, a irmã da confraria, era apadrinhada por Francisco Bento, aquele mesmo que herdou do pai Bento José a fortuna e familiaridade com negócio de gente, vendendo até o irmãozinho Leandro, lembra dele. Pois é meus caros e caras este mesmo individuo era padrinho de Angélica, algo que reforça a hipótese de que o laço ritual de compadrio não era diretamente com a mãe cativa, mas sim com o senhor ou neste caso com a senhora, dado que ambas as famílias possuem cativos e são importantes na cidade, conforme foi discutido no primeiro capítulo.

Angélica¹³⁸ foi batizada aos treze dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e sessenta e três na igreja da paróquia de Santo Amaro, era filha natural de Rosa, escrava da viúva Beatriz Maria da Trindade moradora daquela freguesia. Foram padrinhos Francisco Bento da Rosa e Maria da Trindade, solteiros moradores da mesma freguesia. Ao que parece Angélica era filha da mesma Rosa que foi madrinha da pequena Silvina em 1882, juntamente com Leopoldino. Rosa¹³⁹ era uma crioula que aos 19 anos que foi comprada por Beatriz Maria em 1861, e no ano seguinte teve Angélica.

Pelo visto, Aniceta não foi a única avó que amadrinhou o neto, Rosa havia feito o mesmo. O que aponta ainda mais para uma prática familiar de além de mãe e filho, outras ligações sanguíneas serem reconhecidas e ritualizadas na pia batismal. Geralmente, o nome da mãe é o único que consta nos registros de escravizados e ingênuos, algo que dificulta o rastreio de linhagens e facilitava. Mas ao ter as avós ou até outros parentes, Francisco era tio e padrinho de Aniceto, por exemplo, e como padrinhos e madrinhas o laço se conserva evidente e reforçado. Uma das implicações da lei Rio

¹³⁸ Angélica. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismo de Escravos nº 4 (1860-1872), p. 13f. Registro de batismo de Angélica, data: 13 de fevereiro de 1863. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-1G?i=15&cc=2177295&cat=400960>>. Último acesso em 1º de março de 2021.

¹³⁹ APERS. Rio Pardo /RS. Subfundo 2º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 17, p. 23v. Data da Venda: 27/05/1861.

Branco ou do Ventre Livre é que família não poderia ser separada na hora da venda ou partilha de inventário e escolher a avó como madrinha poderia ser uma forma de reforçar essa família que não poderia ser vendida separadamente no caso de Rosa, Angélica e Silvina, que era de ventre-livre. No caso de Aniceta, seus filhos foram separados na partilha do inventário de Eufrásia Maria. Luzia ficou com Paulino, Francisco com Cristiano Schwengler ou Schwingel e Leandro com seu pai Bento, até que este falecesse em 1874, depois foi vendido pelo seu irmão Francisco e Aniceta era livre. Quando Luzia teve seu pequeno Aniceto, sua mãe e irmão estavam ali junto dela outra vez.

Como se pode perceber, estas influentes famílias tinham relações múltiplas, além do apadrinhamento que mostrei no capítulo 1, eles tinham também laços matrimoniais que os uniam. Mas o que interessa aqui é que a partir destas relações consegui rastrear também as ligações entre a comunidade escrava. Como eu coloquei no primeiro capítulo, alguns irmãos como Agostinho, Apolinário e Manoel passaram de um inventário para outro como herança a herdeiros e assim conviviam com diferentes pessoas ao longo da vida. Assim, é possível pensar em um certo grau de mobilidade dessas pessoas e que nessa teia Marcelina conviveu com Angélica, Patrício, Leopoldino e Antônio e que Locrécia conviveu com João, Manoel, Agostinho e Apolinário. Me atrevendo a ir um pouco mais longe, é possível pensar que foi assim que elas e seus filhos conheceram a Irmandade.

Infelizmente, isto é tudo que tenho a dizer sobre elas. Até o momento, não encontrei outros documentos seus, como batismos e cartas de liberdade, e ao que tudo indica ambas ficaram ligadas a seus senhores até maio de 1888. Mesmo que isso seja tudo, por hora, não quer dizer que seja pouco, pois ser mãe de ventre livre era algo significativo, importante, mães da primeira geração de negros livres. Claro que isso tinha limitações, haja vista que os senhores tinham direito de tutelar os pequenos até no mínimo oito anos de idade, quando poderiam optar por receber uma indenização e entregar a criança ao estado ou usufruir de serviços da mesma até que ela completasse 21 anos. Segundo Melina Perussatto: “A mobilidade proporcionada pela alforria ou pelo nascimento de ventre livre esbarrava nos laços familiares ou comunitários tecidos no cativo, que mantinham enredados alguns de seus membros – mães, irmãos, parentes, etc. – nas malhas do paternalismo”. (PERUSSATTO, 2010, p. 63).

Mesmo que Bernardo e Sebastião fossem nascidos livres, o caminho para que a liberdade fosse concretizada de forma plena seria bem tortuoso, principalmente para Bernardo e seu irmão Vicente, pois ainda que seu tutor Felício José optasse por entregá-lo ao poder público e receber a tal indenização, algo que é muito pouco provável, sua mãe seguiria escravizada e convenientemente ligada a Felício José, assim sua mobilidade estaria limitada pelo laço materno. No caso de Sebastião, seus 8 anos seriam em 1889, quando Locrécia seria livre e poderia requerer a guarda do filho. Isto é o que eu colocaria como “instinto de sobrevivência senhorial”, usando uma expressão de Chalhoub: manter um membro da família reduzido ao cativo era uma forma de manter toda aquela família em sua órbita paternalista.

Mas é mais provável que eles tenham ficado sob tutela pelo menos até maio de 1888, já que era pouco comum senhores abrirem mão dos pequenos aos 8 anos. Analisando os inventários na vizinha Rio Pardo Melina Perussato percebeu que: “Antes de adentrarmos nos usos do trabalho desses menores, torna-se necessário mencionar que não eram *apenas* listados como acompanhantes das mães: tinham seus serviços avaliados e partilhados, mostrando a importância de sua força de trabalho” (PERUSSATTO, 2010, p. 243). Neste sentido, os senhores buscavam usar daquela força de trabalho e manter sua prerrogativa de controle sobre os tutelados pelo máximo de tempo que podiam.

Suponho, portanto que o caminho de Marcelina, Locrécia e seus filhos até a sua plena autonomia tenha provocado alguns calos nos pés, mas foi trilhado.

Em algum momento de sua vida, Bernardo conheceu Helena Maria e com ela veio a se casar e fixar residência na linha Santa Emília. Este local é um distrito do município de Venâncio Aires, e com a abolição muitas famílias negras fixaram residência em distritos interioranos dos municípios, lugares como Cerro dos Bois, Vila Arlindo e Linha Arroio Grande em Venâncio Aires e Rio Pardiniho em Santa Cruz do Sul foram o lar de diversas famílias libertas.

Um dos impactos da imigração foi a associação direta entre imigrante, colono e interior do município. Tal ideia se deve muito ao fato de que, como colocado nos capítulos anteriores, um dos objetivos da imigração no Sul era o abastecimento de gêneros alimentícios no mercado interno, algo que deveria ser feito a partir da produção de excedentes em pequenas propriedades familiares. Desta forma, a imigração ficou muito vinculada ao trabalho agrícola e geração de economia de subsistência, isto, associado à tese do isolacionismo das colônias, incutiu a ideia de que o trabalho agrícola que abastece a cidade e o colono, mesmo após o fim da imigração, eram exclusividades imigrantes.

No entanto, esses não foram os únicos habitantes do interior. O casal Bernardo e Helena Maria moravam na localidade de Santa Emília, e existem indícios de que nesta mesma localidade existiu um Quilombo. Em uma reportagem publicada no jornal *Folha do Mate* de Venâncio Aires em 2019 este fato é mencionado:

Em uma publicação da *Folha do Mate*, em 2008, e que se baseou no livro “Colônia de Santa Emília”, de Cláudio Carlos Fröhlich, já se reconhecia que a história da população negra era carente de pesquisa mais aprofundada, mas se sabia que, nas proximidades do Cemitério dos Machado, havia um local chamado “quilombo”, onde se reuniram, praticavam seu culto e faziam festas, mas sem terem fugido dos donos. (*Folha do Mate*, 23/11/2019. Link: <https://folhadomate.com/exclusivo-assinantes/caminho-quilombola-relatos-sobre-a-existencia-de-quilombos-no-barro-vermelho-e-outras-historias/>)

Ainda segundo a reportagem, este cemitério é ligado à família de Francisco Fagundes. Sim, o patriarca da família popstar, avô da boa senhora, o primeiro sesmeiro, primeiro a ter escravos, esse

mesmo, eu te disse que eles estavam em tudo. Em sua dissertação de mestrado, Viviane Weschenfelder analisou diversas reportagens desse mesmo jornal local e traz a matéria de 2008 citada no trecho acima:

Distrito de Santa Emilia - Atualmente, a composição étnica da população é predominantemente de descendentes de imigrantes alemães. A miscigenação com os lusos começou a ganhar espaço somente a partir de década de 1970 e a miscigenação com os negros sofre resistência até os atuais. [...] A necessidade de união [dos alemães] também contribuiu para a construção das primeiras escolas, capelas, salões de baile, campos de futebol e ginásios de esportes, onde atualmente os descendentes de imigrantes germânicos, lusos, negros e índios convivem de maneira integrada, embora os referenciais destes dois últimos grupos étnicos careçam de pesquisa mais aprofundada. Sabe-se apenas que nas proximidades do Cemitério dos Machado havia um local chamado Quilombo. (*Folha do Mate*, 29/05/2008 Apud WESCHENFELDER, 2012, p. 148)

Mais uma vez os alemães unidos levando progresso por onde passam. Apesar de não existirem estudos mais profundos sobre esse Quilombo, a partir destas reportagens é possível compreender que ele não se encaixa em uma versão “tradicional” de quilombo, que é formado por escravizados fugitivos. Ao que se percebe ele seria um espaço de compartilhamento cultural e religioso entre cativos. Como colocado antes, o tal cemitério é ligado à família de Francisco Fagundes, que se chamava Francisco Machado Fagundes Silveira e teve uma família bastante numerosa com Rita Josefa de Bittencourt, por volta de 9 filhos. Entre seus muitos filhos está Francisco José Fagundes pai da Brígida do Nascimento, a boa senhora. Outro filho de Rita e Francisco era João Machado de Bittencourt, pai de Francisco Machado de Bittencourt. Bom, foi esse mesmo tio de Brígida que assinou a rogo a carta de alforria condicional que ela deu a Maria em 1852. Seu primo Francisco era casado com Fausta Felícia da Rosa, aquela que herdou os filhos de Antônia, que eram Angélica, Zeferino e Rita, no testamento de Eufrásia Maria, se recorda? Pois muito bem, no inventário de Fausta Felícia, Francisco herdou Zeferino¹⁴⁰, ao qual libertou condicionalmente em 1884. Sua irmã Rita¹⁴¹ parda foi passada ao casal Reginalda Bittencourt e Justino José da Costa etambém foi liberta em 1884. Em sua carta de alforria está especificado Santa Emília como local de residência. E como vocês já sabem, Angélica, a filha mais velha de Antônia, ficou com José Constantino e, diferente de seus irmãos, ao que tudo indica, não conseguiu sua alforria até maio de 1888.

A questão é que essa família tinha escravos e alguns deles nós ficamos conhecendo, e o ponto de encontro dos cativos é um cemitério. Família Fagundes, escravos, cemitério, o que isso te lembra? Irmandade. Como demonstrei no primeiro capítulo, José Joaquim da Cruz foi proprietário de quatro irmãos da confraria e a família de José Constantino era dona de outros três. Desta forma, existem

¹⁴⁰ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 2, p. 10v. Concessão: 13-12-84; Registro: 15-12-84.

¹⁴¹ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 2, p. 10v. Concessão: 03-12-84; Registro: 15-12-84.

evidências de que esse quilombo seja muito mais do que um rumor, pois se levar em conta que Francisco e Rita Josefa se instalaram na região no século XVIII, é possível que aquele fosse um ponto de encontro centenário de negros cativos e libertos. Existe também a hipótese de que esse espaço fosse o ponto de encontro da confraria de São Sebastião.

Este quilombo de Santa Emília não é o único da região. Em Santa Cruz do Sul temos a comunidade Quilombola Gonçalves da Silva. Em reportagem publicada pelo portal de notícias Gaz, o líder comunitário Luiz Carlos Ferreira explicou como se originou a comunidade.

Possui cerca de 100 integrantes, descendentes da escrava Jesuína, que servia ao casal Laureana e Urbano Correa de Oliveira, fazendeiros da região de Capivari (Rio Pardo). Pouco antes de falecer, em 1881, Laureana, já viúva e sem filhos, fez um testamento deixando parte dos seus bens (especialmente gado) para seus irmãos e a enorme fazenda para os nove filhos que Jesuína teve e cujo pai era Urbano. (PORTAL GAZ, 11/05/2019, Link: <http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/05/11/145677-como-e-a-luta-de-negros-por-seus-direitos-na-regiao.html.php>)

Neste sentido, essa comunidade se originou a partir do testamento da senhora e viúva Laureana. Ainda segundo a reportagem, Luiz Carlos e demais moradores conseguiram a certificação de remanescente quilombola em 2018 e seu registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e agora buscam seus direitos de garantia da terra judicialmente. Este formato de Quilombo se assemelha muito com a comunidade quilombola do Morro Alto pesquisada por Rodrigo Weimer:

Felisberta Severina Marques consta no rol de herdeiros da senhora Rosa Osório Marques. A última é lembrada por ter legado terras da fazenda do Morro Alto a seus escravos em um testamento de 1886 e em inventário de 1888. O marido daquela, Manoel Inácio, também era cativo da família senhorial Marques. (...) Essas terras vêm sendo lembradas e acionadas como fundamento de uma disputa territorial contemporânea. (WEIMER, 2012, p. 7)

Conforme colocado pelo autor, a comunidade é formada pela *Gente de Felisberta*, uma das herdeiras do testamento de Rosa Osório. Felisberta é uma figura muito importante na memória da comunidade, algo que parece ser o caso de Jesuína.

Consultando os catálogos de escravidão do APERS, encontrei a carta de alforria de Jesuína¹⁴² registrada em trinta de janeiro de 1865. No documento, Urbano diz que Jesuína foi doação de sua sogra Joaquina Plácida de Oliveira e também faz questão de dizer que carta foi concedida “não só por ter me dado muitas crias, como pelos bons serviços que me tem prestado”.

¹⁴² APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo 2º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 18, p. 126r. Concessão: 84 03-01-65; Registro: 30-01-65.

Esta carta contém elementos bastante interessantes, o primeiro deles é obviamente a violência. A relação entre Jesuína e Urbano era de senhor e escravizada, portanto era hierárquica e desigual, em uma sociedade de relações hierárquicas e desiguais. Neste sentido, é difícil pensar que as relações sexuais que originaram seus filhos tenham sido consentidas e afetuosas, em outras palavras, estupro. O outro elemento interessante é que esta carta se assemelha muito com a carta da africana da Costa Izabel, na qual sua senhora Eufrásia Maria fez questão de dizer “pelos muitos bons serviços que me tem feito, e pelos muitos filhos que dela tem nascido, e são meus escravos, e mesmo pela muita fidelidade com que me tem servido.”

Em ambos os documentos os senhores fazem questão de afirmar que concederam a liberdade como recompensa por “bom comportamento”, das cativas e também pelos filhos que nasceram delas que continuam em sua posse. Este conjunto de elementos ajuda a explicar o clima quente e chuvoso de lágrimas reclusas de 1871.

Abdias do Nascimento coloca que havia um estupro sistemático de mulheres negras que foi interpretado como ausência de preconceito do colonizador, viabilizando uma saudável interação sexual, no entanto, como explica Camila Cowling:

Os senhores do sexo masculino eram considerados *paterfamilias*, eram chefes de família com autoridade sobre esposa e os filhos e também sobre os dependentes, criados e escravos de ambos os sexos. Foi *partus sequitur ventrem* que permitiu os incontáveis encontros sexuais entre escravas e senhores, através dos quais as sociedades escravistas das Américas foram construídas. O *partus sequitur ventrem* assegurava encontros que não ameaçariam o direito de propriedade sobre os escravos, uma vez que as crianças nascidas desses relacionamentos herdavam o status da mãe, permanecendo escravas. [...] Por essa mesma lógica, os senhores não viam impedimento em estuprar suas escravas, já que não perdiam o direito sobre a propriedade das crianças fruto desses estupros. (COWLING, 2018, p. 110-111)

A lei de 28 de setembro de 1871, simbolizou uma quebra na autoridade moral dos senhores e em sua prerrogativa de poder que fazia parte importante do ato de conceder alforrias e ter posse sobre os filhos nascidos das cativas, muitos como resultado de relações violentas. Dos encontros desiguais provavelmente resultaram os nove filhos que Jesuína teve com Urbano. Eu não encontrei mais cartas de liberdade com seu nome ou de sua viúva, o que dá entender que eles seguiram cativos até o falecimento de Laureana, mas Jesuína deve ter seguido por ali acompanhando seus filhos. Rodrigo Weimer coloca ainda que:

Felisberta e Manoel Inácio, como veremos, não foram escravos quaisquer. Sua situação específica dentro da escravaria possibilitou-lhes o acesso a um capital político, simbólico e mesmo econômico que souberam manejar para construir sua vida em liberdade. Com isso, não se pretende afirmar que a vida em liberdade decorria meramente de uma herança do cativo. (WEIMER, 2012, p. 11)

Ao que parece, o fato de Jesuína ter tido 9 filhos com Urbano deu a ela uma situação específica com capital único, o qual ela e seus filhos souberam manejar para construir uma vida duradoura da

comunidade no pós-abolição¹⁴³.

Analisando as relações nas quais Marcellina e seus filhos estavam envolvidos é muito possível que Bernardo e Helena tenham ido morar naquela localidade por causa desse histórico quilombola, se é que já não moravam nessas redondezas antes, e também é possível que esse casal tenha estabelecido relações com outras famílias negras que por ali moravam.

O casal era agricultor: criavam animais, produziam diversos gêneros alimentícios e plantavam fumo em sua propriedade familiar. O plantio do fumo é muito forte no Vale do Rio Pardo e impulsionou o crescimento de várias cidades incluindo Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, cidade esta que inclusive chegou a abrigar o maior complexo fumicultor da América Latina.

É muito comum nesta região pequenos produtores associarem a cultura do plantio de fumo com a de outros gêneros. A maior parte das pessoas negras que viveram no interior desses municípios trabalhavam em lavouras de fumo, erva-mate e outros gêneros em suas terras ou em terras de terceiros. Essa vida rural foi tema de matérias jornalísticas:

LATIFÚNDIO DE JOÃO CARLOS LEITÃO DA ROCHA. Há na localidade [Vila Arlindo] uma **concentração de descendentes de africanos, que formaram uma comunidade negra**. Os primeiros moradores negros [...] vieram com Luis Metztorf, numa carroça, de Vera Cruz. [...] O núcleo negro de Vila Arlindo [...] moradores [...] 19 famílias, que em sua maioria tem a renda familiar pelo trabalho como diarista (peão) no cultivo do fumo e trabalhando como safrista, em fumageiras de Venâncio Aires. **A maioria dos moradores dessa comunidade tem somente o ensino fundamental, muitas vezes incompleto**. Não chega a 10 o número de pessoas negras que já completaram o ensino médio. **A cultura negra é pouco desenvolvida e raramente posta em prática**. O núcleo negro é dividido em duas religiões: evangélicos (crentes) e católicos. **Não há nenhum negro de uma religião de matriz africana. Apreciam a música de bandinha alemã**. [...] Em Vila Arlindo os moradores negros **moram todos na mesma rua e no mesmo lado. São 19 casas, todas simples, quem vê de longe, parece um grande quilombo. Os negros quando morrem não são enterrados no cemitério local**, mas no cemitério de Linha Tangerinas. (*Folha do Mate*, 24 de abril de 2008 Apud WESCHENFELDER 2012, p. 146.) [grifos da autora]

Os negros são sempre forasteiros genéricos, sempre foram levados, trazidos, carregados, despejados por alguém que tem nome, eles não; por alguém que fez escolhas, eles não. São indivíduos que só possuem história quando seu caminho cruza com indivíduos de outro grupo racial que está socialmente acima deles e ainda assim sua história é triste, medíocre e pobre que ninguém se atreve a chegar perto, só vê de longe. Foram aculturados, pouco escolarizados e etc, por quê? Porque sim. Se eu fosse estudada nesses assuntos diria que há um processo de naturalização de certas

¹⁴³ Sobre Quilombos ver: GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia.- 2ª edição - Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004. BARCELLOS, Daisy Macedo de et. al. **Comunidade Negra de Morro Alto**. Historicidade, Identidade e Territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. OLIVEIRA, Áxsel Batistella de . **Terras de negro**: caminho entre o direito consuetudinário e o constitucional sobre a propriedade. Passo Fundo: Acervus, 2020. ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista. (Org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos**: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

características baseadas na raça e atribuída de forma inerente a esses sujeitos para colocá-los em uma posição inferior com relação a outros grupos. Para Viviane Weschenfelder:

Embora os primeiros moradores negros tenham vindo com um proprietário de descendência alemã, atualmente residem todos na mesma rua, o que mostra uma divisão espacial que não ocorre apenas pela condição social, mas também pela cor. Mesmo assim, estes sujeitos servem como mão-de-obra para as famílias mais abastadas, trabalhando junto às propriedades especialmente no cultivo do fumo. As famílias negras são necessárias tanto para a manutenção da economia, quanto para a afirmação da identidade cultural dos descendentes alemães. (WESCHENFELDER, 2012, p. 146).

Neste sentido, a atribuição dessas características inerentes aos negros é necessária para o exercício da alteridade e afirmação da identidade germânica, algo também percebido por Skolaude em Santa Cruz do Sul: além da estigmatização deste “outro”, a invenção de uma “identidade alemã” como forma de defesa frente à alteridade, foi uma das estratégias principais de manutenção do poder por parte de grupos tradicionais no município. (SKOLAUDE, 2008, p. 138).

Mas ao mesmo tempo em que se atribui características negativas e segregam essas pessoas, a sua força de trabalho é colocada como fundamental para o bom funcionamento da economia, inclusive a do fumo, que levou cidades à visibilidade latino-americana. O plantio de tabaco é muito tradicional no Brasil, no qual a população negra foi mão de obra primordial, e é um trabalho bastante manual, sendo pouco mecanizado até hoje. Então, essas 19 famílias que devem totalizar um número considerável de pessoas são essenciais para a manutenção de lavouras com conhecimentos indispensáveis para esse trabalho.

Ao que tudo indica, não foi esse o caminho trilhado por Bernardo e Helena Maria, que plantavam e criavam para si juntamente com seus oito filhos: Romão, Eleutéria, Mauricio, João, Teutônio, Maria Inês, Fortunata e Sebastião. Uma pequena propriedade rural com base no trabalho familiar que produz gêneros alimentícios e geram economia local, se eu fosse estudada diria que eles eram colonos negros.

O filho mais velho do casal nasceu em 28 de fevereiro de 1905 e em 1928 contraiu matrimônio com Maria Dorvalina Guerat¹⁴⁴. Na habilitação de casamento do casal constam os dados sobre os pais e avós de Romão, e foi a partir desse documento que eu encontrei o registro de batismo de Bernardo no abençoado Family Search, que você viu no início deste terceiro capítulo. Dei tantos pulos de alegria que o vizinho debaixo deve ter achado que teto estava caindo.

Na habilitação de casamento consta que Romão é filho legítimo de Bernardo Feliciano da Rosa e Helena Maria da Rosa, sua avó paterna é Marcellina da Rosa e sua avó materna é Mauricia da Rosa. A partir deste documento se percebe que Bernarndo incorporou uma variação do nome de seu

¹⁴⁴ APERS. Venâncio Aires/RS. Subfundo: Cartório do Registro Civil de Venâncio Aires. Habilitação de casamento. Data: 30/06/1928.

antigo tutor como seu segundo nome. Seu tutor se chamava Felício e Bernardo adotou Feliciano, que em 1928 estava com 57 anos. Ele e sua mãe, e provavelmente seu irmão Vicente, adotaram o sobrenome Rosa também.

Já Helena Maria estava com 45 anos em 1928. Se sua mãe já não fosse liberta quando ela nasceu, Helena Maria também era filha de ventre livre, nascida em 1883. Infelizmente, eu não consegui encontrar seu registro de batismo, no entanto, eu faço uma ideia de quem é sua mãe. Uma mulher que foi mãe do pardo Valêncio batizado em 1879 na Capella de São Sebastião e que teve como padrinhos de seu filho o preto forro Inácio e sua esposa Maria “Arujá”, qual era mesmo o nome dela? Ah sim, Maurícia.

Ela teve dois filhos, Valêncio e Eloy, e no inventário de Eufrásia Maria ela coube como herança a Felisberto Joaquim Siqueira de Leal e Joaquina Delfina da Rosa, filha da inventariada. Se esta for a mãe de Helena Maria ela nasceu dois anos depois de Eloy e sua família com Bernardo representaria a continuidade de flores iniciadas nas senzalas, da linhagem de Maria, avó de Maurícia e da linhagem de Marcellina.

Além de Romão, outros filhos do casal também se casaram, como Fortunata. Nascida em três de setembro de 1919, ela se casou com Amarino da Silva em vinte e seis de dezembro de 1939. Esta é a encruzilhada, é aqui que Marcellina e Locrécia se encontram, foi aqui que elas me escolheram.

Como eu coloquei no primeiro capítulo, Venâncio Aires é uma cidade do interior, portanto existe um pessoalismo nas relações, é necessário falar com as pessoas, deixar que elas te vejam. E como em toda cidade pequena, pessoas conhecem pessoas que conhecem pessoas. Em minha aventura de pesquisa da Irmandade eu busquei informações nos textos que falavam sobre ela. No livro *Abrindo Baú de Memória* o professor Jair Pereira escreveu um capítulo a respeito da população negra da cidade e nele é falado sobre esta organização não só a partir de documentos escritos como estamos acostumados, mas também com relatos orais e eis que leio a seguinte frase:

Anaurelino da Rosa lembrava histórias contadas pelos avós - que teriam sido membros da irmandade de São Sebastião Mártir bem como da participação dos escravos nas festas de São Sebastião Mártir. A senhora Fortunata da Silva lembrou que sua avó costumava relatar fatos ocorridos na irmandade, na qual ela teria participado (principalmente das festas religiosas). (PEREIRA, 2004, p. 88)

Conforme o autor, havia descendentes da confraria. No capítulo publicado em *Buscando Raízes*, de 2012, o autor retoma isso e coloca que: “os avós de Fortunata da Silva (78 anos) foram escravos e teriam sido membros de uma Irmandade de negros, em finais do século XIX”. (Ibid, 2012, p. 114). É neste ponto que entram as inovações tecnológicas no meio do caos. Não era possível eu ir pessoalmente falar com eles, dado que são idosos e estamos no meio da pandemia. Então consegui contatar via aplicativo de mensagens a neta de Fortunata, a senhora Elaci Vicente, e marcar uma conversa. Ela conhece pessoas da minha família, o que ajudou muito. Eu rastreei a possível família

de Anaurelino, mas Guiomar da Rosa, seu possível familiar que também é idoso, insistiu que só fala comigo se for pessoalmente.

Infelizmente, Fortunata já é falecida, mas sua filha Maria Helena está viva e com a ajuda de sua filha Elaci consegui conversar com ela por chamada de vídeo. Segundo Maria Helena, sua mãe Fortunata “falava de uma tal de Irmandade, que a vó dela era escrava, que ela fazia parte, mas eu não sei o nome dela, não lembro de muita coisa.” Bem, não era a entrevista que estava esperando e que estou acostumada a fazer, mas era alguma coisa. Eu aproveitei para perguntar algumas coisas sobre Fortunata e seus pais, perguntei também por fotos e outros registros e agradei a ela por ter conversado comigo. Sua filha Elaci insistiu muito que seu avô que sabia mais coisas e que ele até tinha escrito um livro, então perguntei se poderia ter acesso a esse material e ela disse “claro é só vim buscar.”¹⁴⁵ Aqui meu caro e cara leitora lhe dou um conselho, nunca subestime seus interlocutores.

O livro foi escrito por Amarino da Silva em 2009 e é uma das coisas mais lindas que já vi, e foi a partir deste livro que esta última cruzada se tornou possível. É um trabalho memorialista no qual Amarino relata sua vida e a vida de sua família, com nomes, lugares e datas. A dedicatória diz o seguinte: “Dedico este livro aquela com quem vivi por 69 anos, com quem sempre pude dividir todas as minhas vitórias, alegrias e também sofrimentos. Deus me abençoe quando em minha vida a colocou. Fortunata da Silva Obrigada!”. O casal estampa a capa do livro:

¹⁴⁵ Coisa que pedi aos meus pais para fazerem, pois eu não moro na cidade, e depois tive que pedir ao meu irmão que fotografasse e me enviasse, para que meus pais pudessem devolver o livro logo, então deixo meu agradecimento “a minha equipe de apoio de campo”.

Imagem 15: Capa do Livro de Memórias de Amarino da Silva



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias de Amarino da Silva (2009). Capa.

É isso, “faço questão de botar no meu texto que pretas e pretos estão se amando.” Eu poderia encerrar por aqui, não sei muito bem o que eu posso dizer depois disso, mas preciso explicar para vocês quem é esse senhor. Amarino da Silva nasceu em quatro de junho de 1918 em Venâncio Aires, era filho de Maria Tolina e João Severino da Silva, neto de Valentim Severino da Silva e Francisca Leandra da Silva, por parte de pai e por parte de mãe era neto de Alexandre e Locrécia da Cruz. Sim, Amarino é a continuação familiar de Eulália e Locrécia. Segundo seus escritos, sua mãe morreu quando ele ainda era um bebê, com pouco mais de um ano e seu pai não tinha condição de criá-lo, então ele foi morar com sua avó Locrécia e seus tios Jovelina e Sebastião, que também era padrinho de Amarino, sendo eles os responsáveis por sua criação. Sua família residia no bairro Santa Tecla e em sua infância:

Minha avó e meu tio passaram por muitas dificuldades, mas sempre faziam o possível para que eu não soubesse o que era isso. Eles faziam doce e tinham boa freguesia, pois os doces feitos eles tinham um gostinho bahiano, já que minha avó veio da Bahia aos 15 anos de idade. Ela era da escrava então foi vendida para o Brasil (SILVA, 2009 s/p)

A vida de Locrécia e Sebastião não ficou menos blues depois da liberdade plena, parece que os pés continuaram calejados, mas seguiram. Diferente de Marcellina e seus filhos, Locrécia e sua

família foram morar no que hoje é região urbana do município, e passaram a viver da venda de quitutes. Neste ponto há uma incongruência sobre a origem da avó de Amarino, pois em um determinado ponto ele coloca que ela nasceu em Faxinal do Tamancos e que sua bisavó Eulália é que era bahiana, mas no trecho acima Locrécia também seria africana que veio para Faxinal a partir da Bahia.

Eu não encontrei os registros de batismo nem de Eulália e nem de Locrécia, então existem no mínimo três possibilidades: a primeira, Eulália era uma africana que aportou na Bahia, teve Locrécia, que viveu lá até seus 15 anos quando foi traficada para a então Faxinal; a segunda, que ambas eram africanas que foram traficadas para a Bahia e de lá Locrécia foi traficada para Faxinal; e terceiro, ainda pode ser que Eulália seja bahiana traficada para Faxinal onde teve Locrécia. Desconheço estudos profundos sobre as rotas de tráfico negreiro que passavam pela região, até agora africanos da Costa foram os citados na documentação que tive acesso. Independente de qual possibilidade é a certa, todas passam pela Bahia e para que ela soubesse fazer doces com gosto bahiano ela tem que tido contato o suficiente com essa cultura para aprender, algo que pode ter aprendido lá ou com sua mãe aqui. Segundo Pereira, Locrécia juntou pecúlio para comprar sua liberdade:

A escrava, não aceitando o castigo, pediu o preço de sua alforria e passou a trabalhar para pagar o pecúlio de 500\$000 (quinhentos mil réis). Esse valor foi conseguido através da venda de doces e trabalhos esporádicos, como destaca Amarino: “A vó Lucrécia era uma negra grande e reforçada que conseguia levantar um saco de 60kg, do chão até o ombro, sozinha e sem grandes esforços. Fazia todo o serviço de roça, até mesmo o corte de mato e roçada com foice. Minha avó, para conseguir inteirar o valor da carta de alforria, que era de 5000\$000, foi trabalhar numa propriedade no interior do município. O proprietário chamava-se Ferdinando Kunkel, que era de origem alemã, e gostou tanto do trabalho da escrava que resolveu realizar uma campanha, angariando doações para inteirar o valor da alforria.” (PEREIRA, 2012, p. 111-112).

Neste sentido, Locrécia foi escrava de ganho, ou seja, seu senhor Antônio Berlim da Cruz alugava sua força de trabalho para terceiros, que nesse caso era um alemão ou descendente. Assim como em Santa Cruz de Lucas pardo, jornaleiro e Maria preta, quintandeira em Venâncio Aires, o pacto pela escravidão envolvia relações de trabalho entre lusos, cativos e germânicos, relações essas que se reestruturaram no pós-abolição quando pessoas negras foram trabalhar em fumageiras e em lavouras como peões. Enquanto trabalhava nas terras de Ferdinando Kunkel, ela negociou o valor de sua liberdade e juntou parte do valor, muito provavelmente, vendendo seus doces e o restante teria conseguido com a ajuda de seu alugador. Como coloquei antes, eu não encontrei sua alforria, mas não significa que ela não exista por aí em algum lugar.

A negociação de Locrécia é exemplo de como cativos e cativas conseguiam a liberdade, é muito provável que foi assim que Guitéria conseguiu juntar o dinheiro para libertar seu afilhado João, mencionado no capítulo 1. Negociar a liberdade com seus senhores e usar seu pecúlio para isso foram outras das disposições que escravos arrancaram de seus senhores na lei de 1871, e boa parte das

mulheres usaram seus conhecimentos culinários, algo que é tradicional¹⁴⁶ entre elas nesse período, para fabricar e vender quitutes e juntar pecúlio, assim como Locrécia deve ter feito. Maria, do processo crime pesquisado por Spindler (2016) também vendia quitandas.

E depois da abolição ela continuou a fazer doces como forma de garantir o sustento de sua família e impedir que seu neto visse que as dificuldades que passavam. Segundo Amarino:

Para ajudar no sustento da casa, eu vendia os doces que minha família fazia, aos sábados e domingos, pois nos dias da semana eu trabalhava com meus vizinhos, que eram muito poucos naquela época. Eles tinham vacas leiteiras para o sustento e para a produção vendida para o hotel do senhor Ambrósio, que tinha hotel e cinema mudo. (SILVA, 2009)

Neste sentido, à medida em que foi crescendo, Amarino passou a ajudar nos serviços da casa e desempenhava várias funções. As dificuldades enfrentadas por sua família na sua infância são sintomáticas da precariedade estrutural da liberdade negra devido a redefinições sociais e políticas ocorridas no momento em que a abolição se desenhou, e também pela institucionalização de barreiras que dificultaram o seu acesso à cidadania no pós- abolição (CHALHOUB, 2010).

Essa vida de longos anos de trabalho duro cobra seu preço, pois Amarino relatou a Pereira (2012) que sua avó “ficou entrevada e sem poder andar” nos de 1920. E assim ela ficou por mais de dez anos, falecendo em três de novembro de 1936, por volta dos seus 81 anos de idade. Em suas memórias, Amarino não fala muito sobre esse momento, mas desconfio que preferiu assim, pois a morte nunca é fácil de abordar, sobretudo para quem já era órfão de mãe desde bebê e estava perdendo a avó que havia lhe criado.

Com todos esses percalços, Amarino e Fortunata se conheceram em 1937 em uma carreira de cavalos na localidade de Cerro dos Bois, interior do município e se casaram dois anos depois. Naquela época a família de Fortunata morava em Linha Barbosa, outro distrito do interior e a festa de casamento foi na casa de Amarino no bairro Santa Tecla, na qual estavam presentes seus familiares, inclusive o pai do noivo, o que indica que mesmo que não morassem juntos nunca perderam o contato.

Naquela ocasião festiva tanto seu pai, João Severino, quanto o pai de Fortunata, Bernardo, não estavam bem de saúde e faleceriam dois anos depois do enlace de seus filhos. João Severino teria falecido em maio e o menino de cor preta nascido nos bons ventos de esperança de 1871, veio a falecer em abril de 1941 aos setenta anos de idade, mesmo ano de João Severino. Apesar dos pesares,

¹⁴⁶ Juliana Barreto Farias, ao estudar as negras minas nos mercados do Rio de Janeiro coloca que: No Rio de Janeiro do século XIX, essas africanas eram reconhecidas por sua altivez e autonomia. Como “exímias quitadeiras”, esquadrihavam com desenvoltura as ruas da cidade, mantinham sua freguesia no movimentado Mercado da Candelária e chegavam a formar “pequenas fortunas”. Talvez recriassem aqui experiências vividas – ou observadas e aprendidas com mães, tias e avós – em terras iorubás, embora quase sempre boa parte afirmasse não mais se lembrar dos parentes deixados do outro lado do Atlântico. (FARIAS, 2012, p. 217). Sobre quituteiras e ganhadeiras em São Paulo, Maria Odila da Silva Dias diz que: No comércio ambulantes coexistiam escravos de ganho, alugados ou que se alternavam no serviço doméstico de suas proprietárias, com forros e brancos pobres, roceiros, caipiras, que gritavam em torno das casinhas e vias de acesso às pontes da cidade. [...] Escravas de tabuleiro, vendendo quitutes e biscoitos, alternavam-se com vendedoras (livres, caipiras, mestiças) de garapa, aluá, saúvas fêmeas e peixes. Focos diferentes de organização e circulação de sobrevivência, de que participavam escravos e livres, brancos pobres e forros. (DIAS, 1995, p. 156).

há de se reconhecer que Locrécia e Bernardo viveram muito, setenta e oitenta anos não é pouco, viveram alguns dos anos mais enfáticos da história do Brasil e ajudaram a fazer deles anos enfáticos. Abaixo temos uma foto de Bernardo e Helena Maria, sentados, acompanhados do filho Sebastião ainda pequeno, de pé:

Imagem 16: Bernardo, Helena Maria e Sebastião.



**Pais de Fortunata, Bernanrdo e Helena e seu irmão
Sebastião (Nena) (in memória).**

Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias de Amarino da Silva. s/p.

Temos também uma foto de Fortunata ainda criança com sua irmã Ortência:

Imagem 17: Fortunata e Ortência



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias de Amarino da Silva. s/p.

Depois de casados, Fortunata passou a residir com Amarino no bairro que ele já morava, e lá constituíram família, tendo duas filhas, Maria Helena e Maria de Lourdes. O nome da primeira era uma homenagem à mãe de Fortunata que viveu pelo menos até o casamento desta neta Maria Helena, em 1961, como pode ser conferido na foto abaixo:

Imagem 18: Casamento de Maria Helena da Silva



Fonte: Acervo Pessoal de Elaci Vicente.

Segundo Maria Helena e sua filha, as outras moças da foto também são netas com o nome de Maria Helena em homenagem a vó, neste sentido Maria Helena era uma homenagem aos *nomes da liberdade* das ancestrais.

Um dos pontos que considero principais nessas memórias são os relatos sobre o envolvimento de Amarino com os clubes e com a religiosidade. Um dos capítulos é chamado de “Conflitos Raciais”, no qual o autor coloca:

Nos salões de baile somente os mais ricos, da alta sociedade podiam dançar, os festeiros das festas do bastião eram sempre os mais ricos, da alta sociedade, coroinhas eram os brancos, nós os guris nem se quiséssemos éramos aceitos nos trabalhos da igreja, assistir e olha lá.

Imagem só, que nem no tablado, como era chamado, os negros não podiam dançar.
(SILVA, 2009)

Conforme sua escrita demonstra, ele viveu os anos em que a vida cultural e social era demarcada racialmente, período no qual crianças negras não eram aceitas como coroinhas da igreja que seus antepassados construíram, existindo, inclusive, indícios da existência de capelas segregadas. Mas ainda assim os negros e negras locais não deixaram de ser devotos e religiosos. Como eu disse no primeiro capítulo, meu avô foi na procissão até falecer e nos livros da sociedade Négo consta a doação que o clube realizaria para o santo naqueles anos. Seu Amarino também era bastante religioso, isso é algo que fica muito evidente em todo o seu livro, frases como “Graças a Deus, nós conseguimos”, “sendo guiados no caminho de Deus” permeiam a obra, um dos capítulos é *Religião base da minha vida*, no qual ele fala de quando foi escolhido para ser ajudante de Padre nos anos de 1960. Se ele trabalhasse na paróquia durante esta pesquisa talvez tivesse sido um início menos frustrante.

Sobre as Festas do Bastião, não tem muito além do citado acima, talvez pelas proibições e preconceitos que ele passou nesses momentos, mas seu relato demonstra que essas festas eram momentos cercados de significados, no sentido de que como era uma festividade religiosa era mais complicado de proibir a entrada dos negros como se fazia nos salões de festa, mas tentava-se dizer em que espaços e momentos eles poderiam participar, Na hora da dança, em que a interação entre as pessoas é mais pessoal e física, podendo despertar interesses românticos entre casais, sua participação não era permitida, mas existem fotos que mostram que quem animava essas festas eram músicos negros, como pode ser visto na foto a seguir.

Imagem 19: Músicos da “Festa do Bastião”, 1911.



Fonte: ROSA, Angelita (Org). São Sebastião: A fé fazendo história em Venâncio Aires. Venâncio Aires: NUCVA, 2013.

Imagem 20: Público da “Festa do Bastião”, década de 1910.



Fonte: ROSA, Angelita (Org). São Sebastião: A fé fazendo história em Venâncio Aires. Venâncio Aires: NUCVA, 2013.

Nesta outra foto temos famílias negras com seus melhores trajés de domingo de festa, no canto esquerdo.

Creio que a casa atrás seja a aquela pequena capela sem torre no meio de 1895, que mostrei no primeiro capítulo, ou o lugar onde aconteciam as festas no tablado em 1911.

Como Locrécia teve problemas de mobilidade somente a partir dos anos de 1920, é muito possível que até então ela fosse para a festa vender seus doces com gostinho bahiano. Outra pessoa que era figura carimbada nessas festas era o seu João Generoso, que saía com a bandeira de São Sebastião para coletar doações dias antes da festa (Pereira, 2004; Silva, 2009).

Imagino que isto não seja somente pela fé no santo ou pela festa, mas pelas relações que esta população tinha com aquela devoção há muito tempo. Comparecer a esses momentos era reivindicar um direito adquirido não apenas pela cidadania, mas também adquirido pelo costume, eles estavam ali desde a primeira festividade, algo que tornava mais difícil de impedir que participassem totalmente, além do mais, quem venderia doces tão especiais com boa freguesia e quem tocaria no tablado?

Fora o janeiro do santo soldado, havia os chamados salões de baile de negros onde os jovens negros podiam ir, e aqui nosso interlocutor traz um dado bastante interessante, que esses salões eram espalhados pelo município. Ele elenca os seguintes: Seu Mariano no Arroio do Salto, João Apóstolo em Linha Hansel, Dona Eulália na Vila Rica, Rincão de Nossa Senhora entre outros. Ao que parece eles se assemelham muito àqueles trazidos no capítulo anterior e funcionaram durante muitos anos. Neste ponto me pergunto sobre o tamanho dessa população, dado que esses espaços surgem porque existia demanda, e mesmo que eles não funcionassem ao mesmo tempo era uma quantidade considerável. Em dados que levantei em minha pesquisa de conclusão de graduação, segundo o censo de 1920, a vila municipal de Venâncio Ayres, continha 750 moradores e a área rural 16.250 (SILVEIRA, 2017, p.37). A área rural era disparadamente mais populosa que o núcleo urbano, o que ajuda a explicar a quantidade desses salões presentes no interior e indica que o pós- abolição nesta cidade foi muito mais rural do que urbano.

Agora deixe eu lhe falar uma coisa, sempre fiquei muito curiosa em saber por que tinha uma pintura de São Sebastião na parede do Négo quando eu era criança. Depois nas pesquisas entendi que era por causa do nome do clube Négo Foot-Ball Club São Sebastião Mártir, mas parece que a relação é ainda um pouco mais direta que isso. Segundo nosso interlocutor, as festas do clube: “começaram durante uma das tradicionais festas de São Sebastião.” Desta forma, pode ser que o Négo tenha iniciado seus bailes naquela época do ano para que os negros tivessem um tablado para dançar e tocar para e com os seus, também pq na época da festa do padroeiro muita gente podia vir do interior para cidade. Além disso, ele coloca que: “Eu fui sócio fundador do Négo, e coloquei a

primeira camiseta do time de futebol da sociedade”. Olha vejam só, Ataliba Rodrigues tinha aí um parceiro de campo. Segundo sua filha e sua neta, Maria Helena e Elaci, Fortunata também era fundadora.

Neste sentido, a relação entre o clube e o santo perpassava diretamente pela Irmandade, pelos ritos, tradições e descendentes. A estrutura clubista é depositária das organizações religiosas negras. Alguns autores mostraram até que muitos clubes se formaram dentro das irmandades ou que muitos dos seus membros foram sócios dos clubes e membros da mesa diretora dos mesmos (SILVA, 2011; 2017, MÜLLER, 2013, GRIGIO, 2018). Em algumas cidades como Porto Alegre e Santa Maria elas chegaram a coexistir, gerando trocas culturais que com certeza devem ter ajudado a moldar a forma como a vida associativa negra se desenrolou ao longo do século XX. Estas pessoas que circulavam de um espaço a outro carregavam consigo o conhecimento sobre estatutos, tesouraria e organização de celebrações. É difícil dizer se este foi o caso das organizações do Vale do Rio Pardo, dado que ainda não encontrei outros documentos da Confraria, mas essas pessoas carregavam outros conhecimentos adquiridos na agência e na experiência.

Locrécia não estava em condições de caminhar, mas certamente não era a única mulher negra da cidade que dominava a arte dos quitutes. Aliás, esses quitutes ancestrais eram sucessos garantidos nos eventos produzidos pelos clubes. Em trabalhos anteriores me foi colocado que a mãe de João Generoso, Ernestina dos Santos, foi cativa e que este era natural de Rio Pardo e ele filho de ventre livre. Segundo minha avó que a conheceu, “ela benzia muito bem.”

Aqui cabe uma importante colocação sobre João Generoso. Em sua entrevista ao falar sobre esse senhor, Nelson Luiz Lopes me colocou que quando era criança ouvia “os mais antigos” falarem que João Generoso “era para prender os outros negros no meio do mato lá, os escravos, lá em Rio Pardo, aqui ele veio como Guarda Municipal.” Infelizmente eu não disponho de mais informações sobre João Generoso, algumas versões dizem que ele era um filho de ventre-livre, mas esta versão coloca que ele já era mais velho quando o ventre foi libertado e desempenhava uma função que procurava manter o sistema. Independentemente, todas passam pela escravidão, mas de formas diferentes.

Pode ser que ele tenha mesmo sido Capitão do Mato e por isso se mudou para Venâncio Aires, para não ser associado a essa figura e talvez porque pode ter gerado inimizades. Pode ser também que ele fosse uma criança de ventre-livre. Considerando a ideia dele ter sido capitão do mato, é interessante refletir como sua vida mudou muito de rumo depois de 1888, e mesmo que seu trabalho como guarda municipal tivesse alguns traços em comum com a função anterior, suas atividades sociais não eram algo que reforçava o sistema, nem passavam a mensagem que o sistema gostaria.

Isso é uma encruzilhada, o encontro de pessoas que partem de lugares diferentes, por vezes, paralelos. E isto não é tudo, lembra do pequeno Sebastião da foto? Pois é, nas atas do Négo consta um Sebastião da Rosa no que suponho ser uma entrada de baile, este pode ser o irmão de Fortunata frequentando os bailes da sociedade. Bernardo viveu até 1941 e Helena Maria no mínimo até o casamento de sua neta, portanto em algum momento, assim como Locrécia, eles podem ter participado desses momentos sociais religiosos, dos salões de baile e o casal pode ter frequentado o clube Négo em algum momento, já que sua filha e genro eram parte fundante. É muito possível também que eles tenham integrado as relações entre os co-irmãos da região, especialmente com seu vizinho União de Santa Cruz do Sul. Filhos de ventre livre frequentando clubes fundados por e para negros sem a supervisão dos brancos. Queria ver a cara de Francisco Bento se soubesse disso.

Existe ainda um ultimo personagem a ser apresentado, ou melhor que veio para se despedir, uma figura que assim como Bernardo, Locrécia e Helena Maria desafia os marcos temporais que nós historiadores estabelecemos. Aos três dias do mez de Abril de mil novecentos e quatorze, nesta villa de Venâncio Ayres, eu meu cartório compareceu Justino João Antônio, residente neste [?], e declarou que na casa da própria residência, hoje às quatro horas faleceu seu irmão Antônio José da Rosa com setenta e três anos de idade agricultor, solteiro, natural deste estado residente neste município cuja morte natural [?]velniete de hydrofisia e cujo cadáver vai ser sepultado no cemitério particular nas terras do finado Bento Rosa neste município¹⁴⁷

Pois é temos aqui o registro de óbito do irmão Antônio José da Rosa. A partir dos dados presentes no documento dá para sabe que ele nasceu em 1841, tinha 39 anos em 1880, quando a existência da Irmandade foi registrada, era agricultor, o que não é muito surpreendente dada as características da cidade na época que tinha uma área rural maior que a urbana. Era solteiro, mas não significa sem família, sem filhos ou sem um relacionamento, significa apenas que ele era formalmente solteiro.

Eu não encontrei outras informações sobre ele, como carta de alforria, por exemplo, portanto assim como Leopoldino e Agostinho ele pode ter ficado cativo até a aprovação da lei aurea, quando contava com seus 47 anos de idade e viveu outros 26 anos em liberdade.

Em novelas e outras obras audiovisuais é muito comum aquela cena em que os negros vão embora quando se tornam livres e vão embora para lugar nenhum, pois eles costumam sumir em uma nuvem de fumaça. Mas algumas pesquisas mostram que não é desta maneira que acontece, eles vão para algum lugar, um que seja seguro, que não pareça com as antigas instalações que moraram. Ou eles também ficam se o ex-senhor aceitar as novas condições¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Antônio José da Rosa. Cartório de Venâncio Aires. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos nº 06, (1913-1920) p. 28v. Registro de óbito de Francisco, data 03/04/1914. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89LD-SY1Z?i=939&cat=647261>> Acesso em: 01/03/2021.

¹⁴⁸ Ver: Weimer, 2007; Andrews, 1998.

Qual delas foi o caminho de Antônio José é difícil dizer, mas temos aqui um lugar mais real que a nuvem de fumaça de lugar nenhum. Creio que este lugar já fosse minimamente conhecido dada a teia de relações que circulavam os irmãos e irmãs. Desconfio que este finado Bento da Rosa seja o Bento José da Rosa o que pode indicar que Antonio José estabeleceu relações de trabalho com esta família em algum momento. Como demonstrado na tabela um a maior parte dos cativos possuídos por Eufrásia Maria e Bento José eram agricultores também. Se ele foi sepultado naquele cemitério particular é porque devia morar ali com a família, dado que foi seu irmão Justino, que alias não parece ter sobrenome, que foi registrar seu óbito e disse que ele faleceu em casa.

É muito provável que Antônio José estivesse naquela primeira “Festa do Bastião” realizada em 1876, podendo inclusive ter ajudado a organizá-la, pode ser que ele tenha frequentado os salões de bailes de negros do interior e da cidade. A Irmandade pode não ter deixado papéis, mas deixou os próprios irmãos por tempo mais que suficiente para ver suas tradições e conhecimento continuarem nas festas do santo padroeiro ou nos bailes.

Aproveito para fazer aqui duas advertências. A primeira é que mesmo que existam relações concretas entre clubes e irmandades, não vejo como prudente fechar a visão somente nisso, não que os outros autores tenham feito. A religiosidade no Brasil é ampla e diversa, e é muito comum as pessoas professarem mais do que uma fé e frequentar mais de um tipo de religião ou nenhuma. Em entrevistas que fiz em 2017 para o meu trabalho final de graduação, minhas entrevistadas falavam do Terreiro do Tio Juca, que aliás se chamava José de Sá.

O mesmo José que narrou o encontro de ossadas no centro da cidade durante a construção do colégio das irmãs de Nossa Senhora Aparecida e o mesmo José de Sá que estava na fundação do clube e foi capitão geral do time do clube e presidente do mesmo. Ele foi casado com Onorina Pinheiro, irmã de Amélia, esposa de Nelson Luiz, o primeiro e único guarda-esporte, e ambas eram irmãs de Aurora Pinheiro, minha bisavó, mãe de Maria Thereza, minha avó. Todas as três irmãs foram sócias do clube, Onorina e Aurora foram sócias registradas naqueles livros dos anos de 1940 que mencionei no capítulo anterior. José tinha um terreiro de Umbanda e muitos clubistas frequentavam seu terreiro, inclusive minha avó e meu avô, o mesmo que ia na procissão. Ele também era casado, religioso, clubista e trabalhador.

A religião católica tem uma ligação muito grande com a escrita, seus conhecimentos são passados pelo seu livro sagrado, a bíblia, seus ritos como batismo e casamento são documentados em papéis que foram preservados, algo que difere da maior parte das religiões de matriz africana que valorizam o canto, a dança, a música, a oralidade. E o que é a vida social de um clube senão isso? O que são os valores civilizatórios negros senão esses?

João Generoso é sempre retratado com alguém muito bem relacionado com as famílias abastadas da cidade, haja vista que ele levava o bloco do clube para desfilar nas ruas onde essas pessoas moravam. A festa do santo padroeiro é acontecimento importante até hoje, assim é um

momento significativo para tentar estreitar alguns laços, ou seja, ser religioso também cumpria outras funções naquela sociedade, principalmente porque ela era aceita e valorizada como uma característica fundamental do bom cidadão, assim como o trabalho e a família. Diferente das religiões da matriz africana ou afro-brasileira que eram inclusive criminalizadas na primeira República e foram por muito tempo perseguidas. Pode ser que houvesse sócios e frequentadores que fossem do batuque, evangélicos, espíritistas ou de mais de uma ou de nenhuma religião.

A segunda advertência é sobre as relações inter-raciais. As fontes que utilizo aqui são carregadas de relações tensas e conflitos. No entanto, esta não era a única forma de relação, pois aos brancos era permitido olhar o baile no Négo, e em Santa Cruz muitos teuto-brasileiros doaram quantias para a construção da sede do clube. Assim, mesmo que o jornal diga que os negros moram todos na mesma rua e que os demais só olham de longe, mesmo que aos negros não era permitido dançar em clubes e festas de brancos e etc, isso não quer dizer que as relações eram estanques ou sempre conflituosas. Como mostrei no primeiro capítulo, alemães e lusos apadrinhavam crianças negras, ainda que com outros interesses, mas isso passava pelas mães, que deviam ter um contato e boa relação mínima com aquela pessoa. Houve o caso da pequena Ana que foi fruto de uma relação inter-racial entre Faustina e o alemão João, que se reconheceu como pai quando a escravidão estava muito bem obrigada.

Como colocam Weschenfelder e Skolaude, o exercício de alteridade dos teuto-brasileiros frente aos negros e também aos lusos-brasileiros é importante para a construção e manutenção da identidade germânica, o que cria e alimenta a ideia de isolacionismo, do “eu” e do “outro” e etc, mas no cotidiano essas pessoas trabalhavam juntas, eram vizinhas e talvez amigas. Analisando as relações entre italianos e negros nas fazendas de café em São Paulo, Karl Monsma em sua análise expõe que havia conflitos raciais, mas também havia muitas aproximações.

Os processos criminais de São Carlos incluem bastante evidência de amizade e intimidade entre indivíduos imigrantes e negros, que trabalhavam juntos, eram vizinhos nas fazendas ou na cidade e bebiam e jogavam juntos. Além disso, havia certo número de namoros e uniões estáveis entre imigrantes e negros. Entretanto, apesar de toda a evidência de solidariedades, amizades e amor entre imigrantes e negros, havia tensões subjacentes a essas relações, que podiam vir à tona rapidamente. (MONSMA, 2016, p. 3)

Neste sentido, é evidenciado que as relações entre imigrantes e negros não se davam apenas em um sentido e com uma finalidade, essas relações eram diversas, de amizade, de amor, de trabalho e também de conflito. Em algumas situações trazidas pelo autor é possível ver um imigrante italiano testemunhando a favor de um negro, o que se assemelha muito ao que Spindler demonstra para Santa Cruz, no qual o rol de testemunhas de Lucas, era composto de imigrantes que passavam horas de lazer em sua companhia. A questão é que é difícil perceber o delicado equilíbrio entre as sutilezas que atravessam essas relações, mas elas existem. O próprio Amarino, que relata que sofreu muito preconceito racial, que negros não podiam dançar em salão de branco e nem no tablado da festa e que

ajudou a fundar o Négo, diz também que o padre Knoff prometeu rezar muito para que seu casamento desse certo e que ele fosse feliz, a benção do seu matrimônio foi dada pelo Conêgo Albino Juchem, o saudoso, como ele o chama.

Esta última cruzada não tem muito mais o que dizer, tendo em vista que a quantidade de fontes que possuo para realizá-la é muito menor do que os demais capítulos. Foram poucos, mas valiosos, os registros que encontrei dessas pessoas. Porém eu gosto de pensar que esse capítulo serviu também para apresentar temas possíveis de serem pesquisados em regiões interioranas, como tráfico, quilombos e famílias. Já existem trabalhos sobre abolição, lei Rio Branco e escravidão que fui apresentando ao longo da pesquisa, mas é possível seguir aprofundando outras temáticas relacionadas à escravidão e liberdade. O interior tem coisas interessantes a dizer sobre o estado e sobre o país.

Antes de encerrar creio que você deva estar querendo entender melhor a história que abriu este capítulo. Bom, “ela” é esta autora, e a história é sobre como teria sido meu caminho até o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o APERS, caso ele estivesse funcionando na semana em que encontrei os registros de casamento de Romão e de batismo de Bernardo, quando esse capítulo ficou mais rico e fui de 2009, quando seu Amarino publicou seu livro, para 1928, quando Romão se casou, e 1871 quando Bernardo nasceu. Fiz este caminho até o arquivo diversas vezes, quando fui acessar inventários e outros documentos. Alguns pontos sempre chamaram a atenção, como a Avenida Borges de Medeiros, aquele que estava sempre tramando uma forma de se manter no poder. Esta avenida atravessa parte do centro de Porto Alegre e em um determinado ponto dela tem o viaduto Otávio Rocha, que era engenheiro e foi prefeito do município, em cima deste viaduto fica a rua Duque de Caxias, o militar. Assim, Duque de Caxias, Otávio Rocha e Borges de Medeiros se encontram todos os dias.

Neste mesmo viaduto tem uma escadaria e cada lado dela é nomeado por uma estação do ano, inverno, outono, verão e primavera. Se você for por cima vai poder ver aquele encontro e o intenso movimento da avenida. E embaixo do viaduto tem quatro estatuas, duas de cada lado, que observam todo o movimento e que eu chamei de Anas e Marias, que podem ser Helena Maria, Maria Helena, Carolina Maria de Jesus ou Ana Faustina, Ana Marcelina, Ana Locrécia. Seria para elas que eu contaria quais foram as descobertas do dia ao voltar do arquivo.

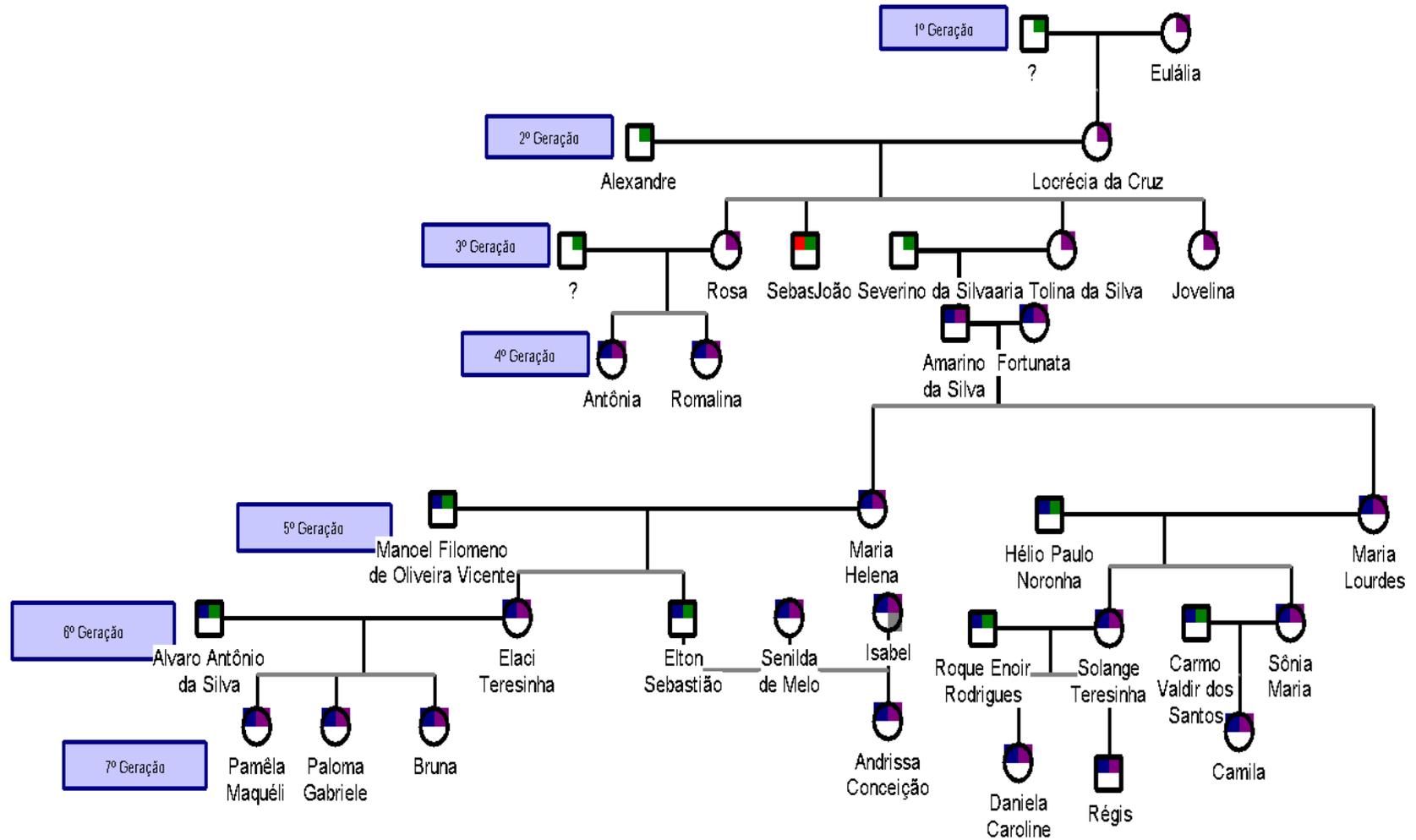
Ao dobrar na rua Jerônimo Coelho de longe se avista a Praça Marechal Deodoro ou Praça da Matriz, no qual está localizado o Palácio de Justiça, que possui em sua fachada uma enorme estátua da Justiça de Olhos Abertos. Por isso, a chamei Justina. A estátua possui uma espada que creio ser de bronze e nunca enferruja. Na frente, no centro da praça, fica o monumento a Júlio de Castilhos, no qual ele está cercado de pessoas cada uma simbolizando uma coisa. Uma quadra abaixo, na rua Riachuelo está o APERS, que é composto de três prédios feitos especificamente para serem arquivo e que costuma receber muitos pesquisadores todos os dias em horário marcado. Sua construção se iniciou no governo de Borges de Medeiros. É ali que muitos pesquisadores como eu aportam em

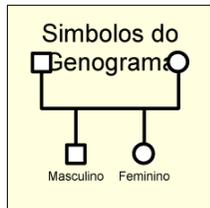
lugares e tempos diferentes, sempre usando luvas.

É interessante observar como personalidades e vultos históricos ou simbólicos de tempos diferentes, como as estátuas, convivem e nos rodeiam enquanto estamos indo pesquisar sobre pessoas que viveram antes ou durante seu tempo e que com certeza interagiram com elas indiretamente a partir de suas agências nos processos históricos em questão. Esta é a parte divertida de ser historiadora: imaginar histórias cotidianas com pessoas historicamente importantes. O arquivo tem sabor, para citar Arlete Farge, e é bom fazer ciência.

Por último trago a árvore genealógica de Eulália e Marcellina, apresento também uma alternativa de árvore no qual Helena Maria é filha de Maurícia e, portanto, neta de Maria. E em seguida algumas fotos de Fortunata, Amarino e sua família, afinal esse é privilégio de trabalhar com século XX.

Ilustração nº 6: Arvore Genealógica de Eulália



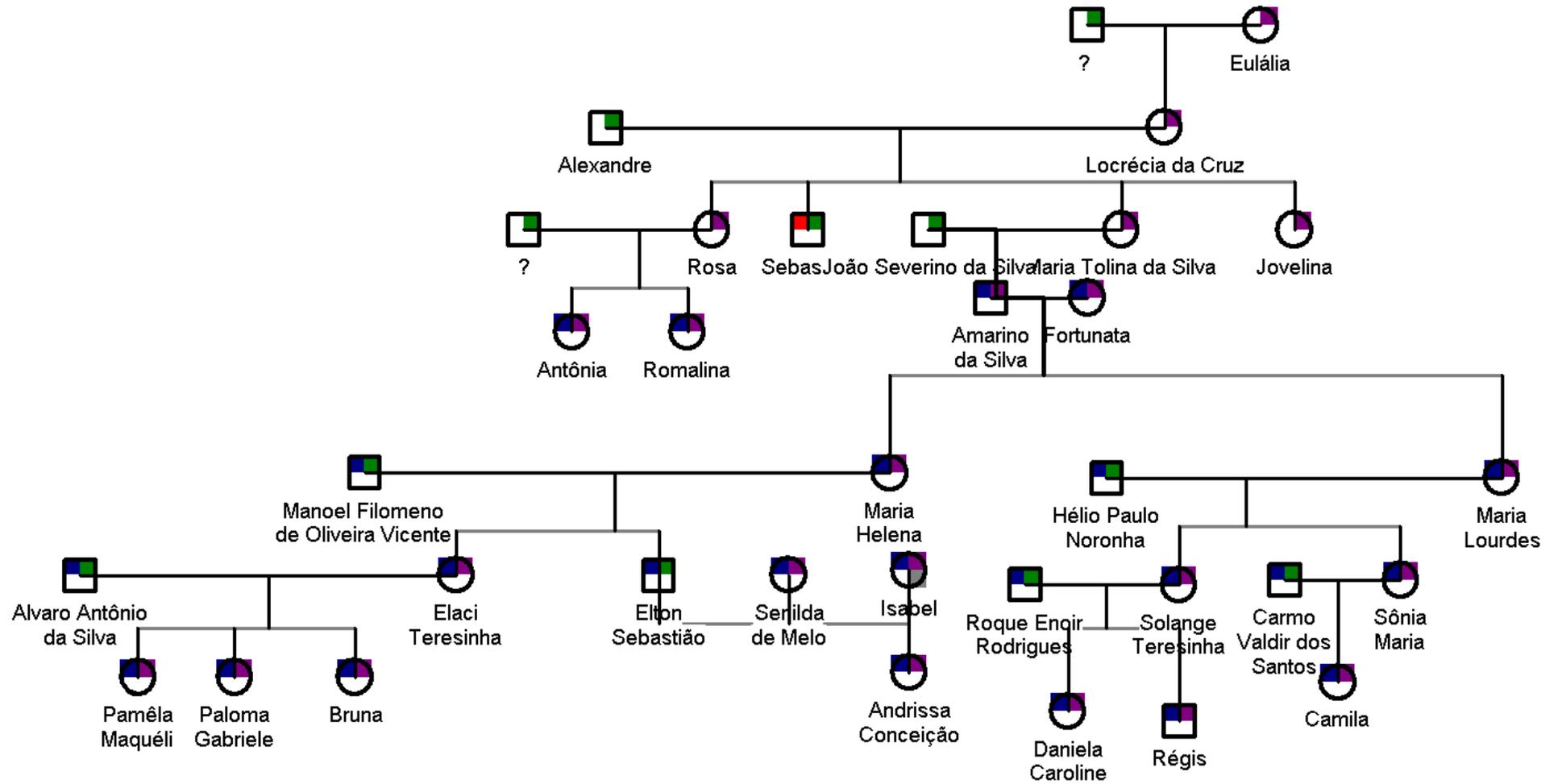


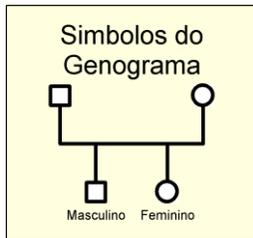
Relacionamentos Familiar

— 12

-  Mulher/ Afrobrasileira
-  Homem/Afrobrasileiro
-  Homem
-  Mulher
-  Filho de Ventre Livre
-  Segunda Relação

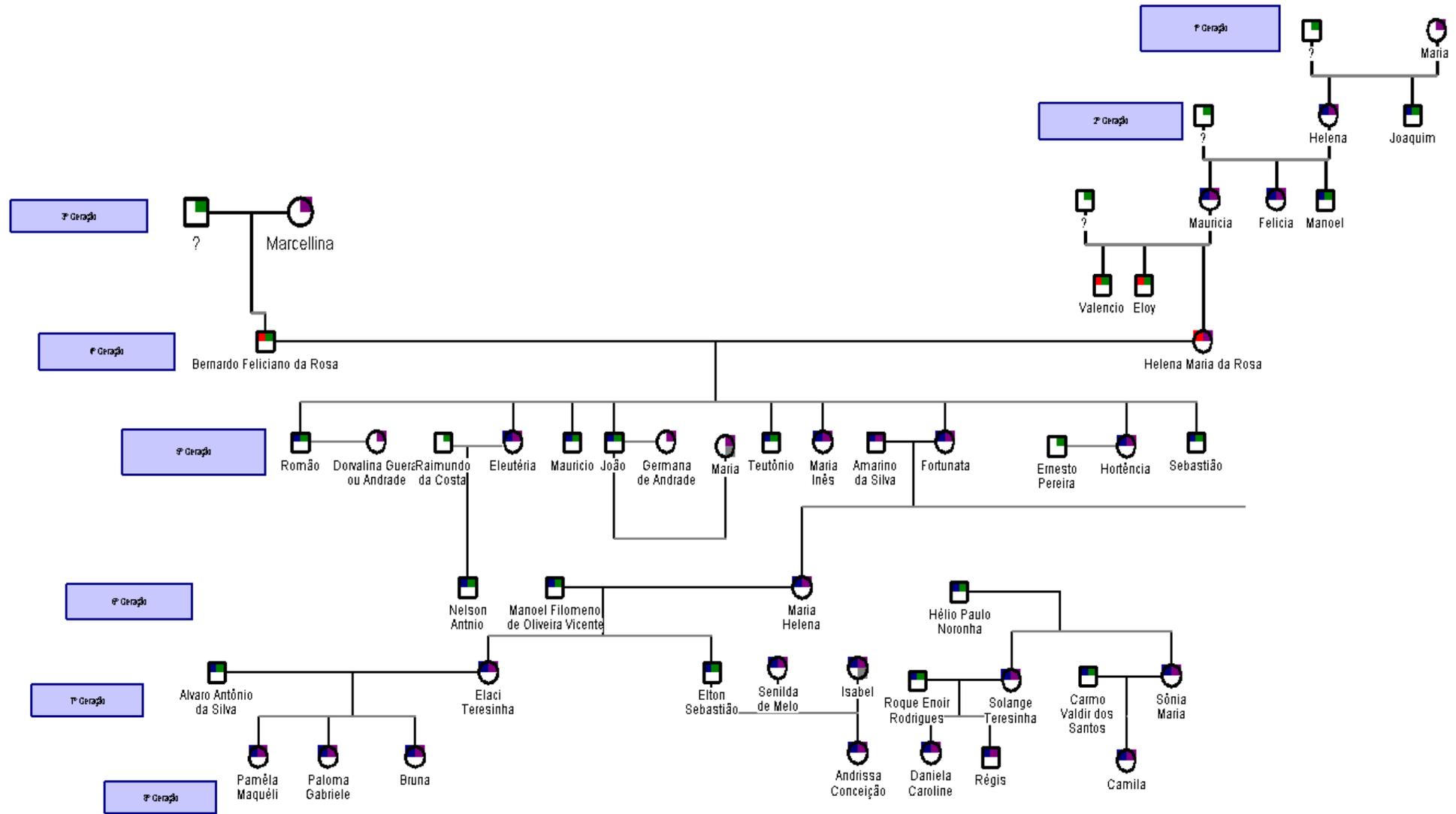
Ilustração nº 7: Arvore Genealógica de Marcellina

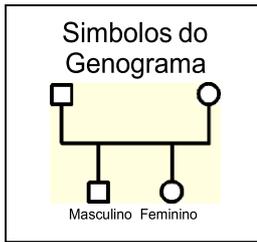




-  Mulher/ Afrobrasileira
-  Homem/Afrobrasileiro
-  Homem
-  Mulher
-  Filho de Ventre Livre
-  Segunda Relação

Ilustração nº 8: Árvore Genealógica de Maria e Marcellina





Relacionamentos Familiar

18

Mulher/ Afro-brasileira

Homem/ Afrobrasileiro

Homem

Mulher

Filho de ventre-livre

Filha de ventre-livre

Segunda relação

Segunda relação

Imagem 21: Fortunata da Silva



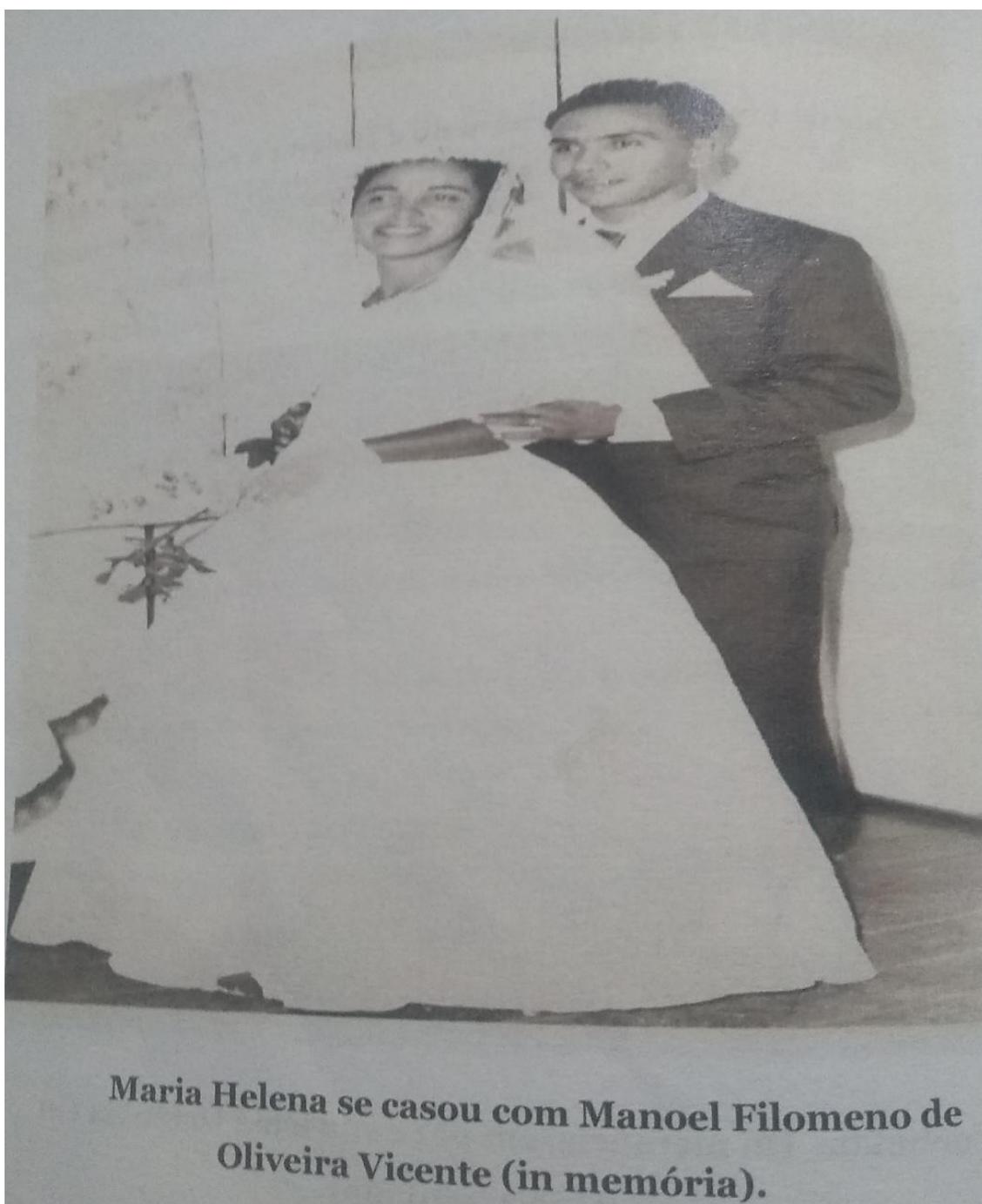
Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

Imagem 22: Amarino da Silva



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

Imagem 23: Casamento de Maria Helena e Manoel Filomeno de Oliveira Vicente.



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

Imagem 24: Amarino, Fortunata e Maria Helena

Bodas de ferro- 65 anos de matrimônio.



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

Imagem 25: Casamento de Maria de Lourdes e Hélio Paulo Noronha



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

Imagem 26: Eleutéria, Raimundo e seu filho Nelson Antônio.



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

Imagem 27: Francisco, Maria Helena, Braulio Romão e Dorvalina (de pé), Nado e Illares (Sentados).



Fonte: SILVA, Amarino da. Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva. s/p.

CONCLUSÃO

Sabia que o seu Amarino da Silva foi convocado para a guerra? Sim, para a 2ª Guerra Mundial. Como ele coloca em suas memórias, ele foi convocado para servir em 1938, e “Quando recebi a carta me apresentei na junta de alistamento e me alistei para servir a Pátria em mil novecentos e trinta e nove.” (SILVA, 2011, s/p).

Este é o último tópico de sua escrita e nele há um elemento que é sutil, mas muito interessante. Amarino diz que se alistou para servir à Pátria naquele ano, há um certo tom de nobreza na ideia de servir ao país em uma guerra, ainda mais desta magnitude, de honra e de dever também. Como colocado no capítulo anterior, a vida deste senhor e sua família não foram nada fáceis, o que se deve muito às reformulações sociais e políticas que ocorreram no pós-abolição, como demonstrado no capítulo 2. No entanto, ele se alistou para servir à Pátria. Da mesma forma que os fundadores do União entenderam que a defesa da Pátria é a única que deveria nos unir e os frequentadores do Négo faziam jogos comemorativos em datas importantes do calendário nacional. Existe um sentimento nacional aqui.

Esta é uma questão bastante importante, dado que ter consciência de sua cor e ter um sentimento nacional patriótico não são duas coisas que combinam à primeira vista, pois soam como coisas estranhas uma frente a outra. W.E.B. Du Bois coloca que:

É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sentir sua duplicidade- americano, Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe. (DUBOIS, 1999, p. 54)

Desta forma, ser negro e brasileiro é demonstrativo desta dupla consciência colocada pelo autor. Essa co-existência não é pacífica, sendo permeada por tensões e autoquestionamentos entre uma alma e outra, um pensamento e outro. Via de regra, quando os negros e negras de Venâncio Aires fundaram o clube Négo deveriam ter se *desraçado*, para usar um termo de Abdias do Nascimento, ou seja, deveriam ter deixado de ser negros, de se considerarem como tal, para serem brasileiros. E o que dizer dos fundadores do União, que se consideravam cidadãos, que sua cor não era nenhum orgulho da nação. Mas é como escreve Du Bois:

A história do Negro americano é a luta desta individualidade em um eu melhor e mais verdadeiro. Nessa fusão, ele não deseja que uma ou outra de suas antigas individualidades se percam. Ele não africanizaria a América, porque a América tem muitíssimas coisas a ensinar ao mundo e à África. Tampouco desbotaria sua alma negra numa torrente de americanismo branco, porque sabe que o sangue negro tem uma mensagem para o mundo. Ele simplesmente deseja que alguém possa ser ao mesmo tempo Negro e americano sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus camaradas, sem ter as portas da Oportunidade brutalmente batidas na cara. Este, então, é o propósito da sua luta: ser um colaborador no reino da cultura, escapar da morte e do isolamento, administrar e utilizar o melhor da sua potência e do seu gênio latente. Tais poderes do corpo e da mente foram, no passado, estranhamente perdidos, desbaratados ou esquecidos. (DUBOIS, 1999, p. 54)

Neste sentido, existe um anseio por uma existência única e reconhecida enquanto tal. Este sentimento unívoco deve ser entendido numa perspectiva histórica como coloca o autor, dado que resulta de um processo de lutas constantes que antes de tudo foram pela liberdade.

Nesta incansável busca, muitas estratégias foram sendo criadas e aperfeiçoadas, entre elas está a ritualização de famílias sanguíneas ou estendidas na pia batismal, a partir de laços de compadrio e maternidade de mães cativas e seus filhos ingênuos com outras mães cativas, com avós, tios, companheiros de senzala e libertos/forros que podem aumentar ou fortalecer os laços comunitários e chances de mobilidade do qual a criança, mesmo tutelada, faria parte. Assim fizeram Luzia, mãe do pequeno Aniceto, que foi amadrinhado por sua avó Aniceta e apadrinhado por seu tio Francisco. As mães Maria Leopoldina, Lucia Maria e Maria Bemvinda, todas da Conceição, podem ter constituído um laço familiar que não passasse pela casa dos seus atuais senhores, um artifício que possibilita preservar vínculos afetivos criados entre elas. Quando não era possível estabelecer esse laço, tentava-se ao máximo influenciar a decisão e escolha dos senhores. Como pode ter sido o caso de Joaquina, que teve seu rebento, José Luiz, apadrinhado por José Bento Chwingel e seu dono era Bento José da Rosa.

Outra estratégia foi aquela tecida por estas pessoas ao registrar a existência de uma Irmandade religiosa negra naquelas bandas. Eles tiveram a audácia de ter sobrenome quando não eram nem entendidos como gente, assim como fizeram as Marias acima citadas. Esta organização era a estrada para uma autonomia relativa que lhes permitia inverter os papéis sociais em alguns momentos do ano. Era também a forma de compor um blues que homenageasse a sua devoção pelo santo que dava à confraria, seus ancestrais, dar a eles um lugar de descanso eterno digno, enterrados no espaço sagrado da Capella que os Irmãos e Irmãs construíram. Era o meio para forçar os limites do cativo até uma negociação aceitável.

Esta irmandade é de certa forma uma contra-narrativa daquele mito da benevolência de bons e boas senhoras perpetuados no discurso local e embasados pela “democracia racial”, essa imagem desses senhores era complementada pelo escravo ausente, sem nome, sem agência, totalmente submisso. Bem, a Confraria de São Sebastião mostra que não foi assim, que eles estavam ali, tinham propósito, nome completo e planos.

Neste sentido, entendo que da mesma forma como existiu um pacto pela escravidão, existiu também um pacto pela liberdade, dado que havia estratégias, mecanismos e artifícios que foram compartilhados entre a comunidade escrava e liberta que eram coletivos, num nível nuclear e relações estendidas e em um nível organizativo e pensado de forma que pudesse ser uma base de ajuda mútua e agência autônoma negra. Este pacto foi ganhando adeptos voluntários com o passar do tempo e outros foram forçados a aceitá-lo, em razão de que a liberdade era o paradigma que se infiltrava na sociedade e estava virando uma inundação incontrolável que poderia afogar quem resistisse a ela.

Um momento sonhado, procurado, desejado, a terra prometida que seria o descanso para os pés calejados, no entanto:

Desde então, anos se passaram - dez, vinte, quarenta; quarenta anos de vida nacional, quarenta anos de renovação e desenvolvimento e, contudo, o escuro espectro continua a sentar-se em seu lugar de costume, na festa da Nação. [...] A Nação ainda não se libertou dos seus pecados; o liberto não encontrou na liberdade a sua terra prometida. O que quer de bom tenha vindo nesses anos de mudança, a sombra de um profundo desapontamento paira sobre o povo negro. (DUBOIS, 1999, p. 56)

Esse desapontamento que paira e o lugar em que se assenta se transfiguram e se ressignificam nas ideias luminosas de cidadãos que criaram clubes sociais negros, que procuram oferecer aos seus frequentadores e sócios o suporte para uma vida social saudável a qual demandavam, enquanto discutiam política nacional, pois existe “um descolamento interessante entre liberdade e direitos civis” (DAVIS, 2018, p. 108), políticos e sociais que contribuí para que a democracia não seja radical, isto é, mesmo em uma democracia a cidadania não é para todos, dado que ela prescinde de requisitos ligados a raça, ao gênero e a classe interesseccionados.

Esta é a pátria brasileira que Amarino, João Lopes, Jovenal Bibiano, Romualdo Ferreira e seus demais companheiros estavam buscando e construindo, uma democracia radical, pois somente nela ser negro e nacional seria algo unívoco, com as portas das oportunidades abertas. Seria nela que o sangue negro conseguiria “transmitir sua mensagem ao mundo”. Tal coisa se baseava na “Guerra do Paraguai, Zumbi, a Revolta de João Cândido, a Revolta dos Malês”, para retomar a discussão de Arilson Gomes, que demonstra também que essa população procurou formas para que

esses referenciais fossem entendidos como nacionais, que fossem reconhecidos como representativos de um povo de corpos escuros de potências e gênios latentes, pois eram seus referenciais de nação.

Esse anseio nacional e negro se baseava também em Marcellina e Locrécia, dado que elas descendiam de Izabel africana da Costa e Eufrásia parda liberta. Marcellina e Locrécia eram mães da primeira geração de livres, algo que não podiam mais tirar delas, uma liberdade limitada e com poréns, mas que não se podiam mais tirar, mesmo que tentassem.

Locrécia, uma possível africana ou baiana que com certeza sabia fazer doces e quitutes com “gostinho baiano” de boa freguesia. Essa veia culinária ancestral com certeza influenciou muito no sucesso das quermesses e festas feitas nas sedes do co-irmãos União e Négo.

Essas mulheres foram mães, avós, trabalhadoras e etc que protagonizaram a identificação e mapeamento de famílias no antes e depois de se chegar a Canaã. Sem seus doces, quitutes, nomes, origens e contribuições, o caminho a essa terra prometida teria sido mais longo e difícil, elas eram a bússola que guiou a jornada. Sem elas e suas muitas companheiras seria muito mais difícil de saber como o sangue negro escreveu a mensagem que queria transmitir, e sem elas em toda sua complexidade vai ser impossível de ler ou ouvir tal mensagem corretamente.

Quanto a Amarino da Silva, bom, ele não foi para a 2º Guerra, como ele mesmo diz, recebeu baixa pouco tempo antes de embarcar. Ele viveu e muito, escreveu suas memórias aos 92 anos. Embora elas não sejam de capítulos longos, elas representam uma narração em primeira pessoa de alguém que vivenciou e constituiu a história das organizações aqui estudadas. Alguém que vivenciou e teve a ideia luminosa de escrever sobre isso. Em seus últimos anos ele ainda tinha “forças para caminhar, recebo minhas visitas, vou à missa quando posso, visito meus vizinhos. Levo uma vida bem calma, sem compromissos.” (SILVA, 2011)

Me parece que um dos muitos significados da liberdade estava em preservar suas famílias, em poder criar seus filhos e socorrer seus netos devidamente, caso fosse preciso, talvez por isso que Angélica e Leopoldino da Rosa fundaram ou se vincularam à Irmandade de São Sebastião, em primeira instância. No pós-abolição o União e o Négo eram também um espaço familiar, no qual essas famílias podiam congregar em comunidade.

Por último, trago as respostas de dois dos meus entrevistados para a pergunta que eu mais gosto de fazer nas minhas entrevistas. Uma das respostas é de Nelson Lopes ou Tio Leu, como conheço desde criança, que foi frequentador dos nove anos até seus quase oitenta, quando faleceu em 2019. Sua esposa, Amélia ou tia Amélia, com ele queria ir dançar e faleceu um ano depois, em 2020. Não acho demais pensar que seus enterramentos foram acompanhados pelos ritos criados pelos Irmãos e Irmãs de São Sebastião, assim como acompanharam o finado Antônio José da Rosa, eis o legado.

A pergunta é: O que aquele lugar, aquele clube significa? Para Maria Vilma “é tudo, o União é a minha segunda pele”. Talvez seja a pele que protege contra o desalojamento e hemorragia que faz o sangue negro coagular por todo o corpo, para citar Frantz Fanon. Ainda segundo Maria Vilma “todo ano eu digo que não vou sair no carnaval e chega na hora eu saio”, se referindo a desfilar na escola de Samba do clube. Para Nelson Lopes: “Saudade, ainda tenho saudade do Négo [...] sabe que eu sou sócio remido do Clube de Leituras¹⁴⁹, mas eu não participo, a minha sede é ali, o meu lugar é ali, [no Négo]. [...] Eu tô velho, mas eu também quero viver, quero poder ir lá durante o ano dançar com a minha mulher e ver assim, para os meus netos, que as crianças tenham um lugar decente”.

¹⁴⁹ Este clube é um clube social fundado no final do século XIX pela elite do município até meados do século passado negros e negras não podiam entrar. Para saber mais sobre a relação dos negros e negras com este clube, ver: Silveira, 2017.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis - escravos em terras alemãs (São Leopoldo - 1850 - 1870). In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- ANDREWS, George. Negros e brancos em São Paulo (1888-1998). Bauru: EDUSC, 1998.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, pp. 458-63. Florianópolis, 1995.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Escravidão e Abolição no RS**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982.
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.
- BISPO, Ella Ferraira; LOPES, Sebastião Alves Teixeira. Escrivivência: perspectiva feminina e afrodescendente na poética de Conceição Evaristo. **Revista Língua & Literatura**, v. 35, n. 20, p. 186-201, jan./jun. 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: **História Social**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº 19, pp. 19-32, 2010,
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 1989. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280896>>. Acesso em: 13/10/2020.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Tradução: Patrícia Ramos Geremias e Ilemente Penna. Campinas: UNICAMP, 2018.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos Alemães de Santa Cruz e a Fumicultura: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul 1849-1881**. Dissertação (Mestrado em História), 1988. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1988.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos Alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1988.

DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. Revista USP. São Paulo. n. 114, p. 31-44, julho/agosto/setembro 2017. Disponível em: [www.revistas.usp.br > revusp > article > download](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download). Acesso em: 20/05/2020.

DAVIS, Angela. Ativismo político e protesto dos anos 1960 à era Obama. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização Frank Barat; Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. A Redenção de nossa Raça: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. vol.31, no. 62. São Paulo, Dec. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. (Org) **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-abolição no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, pp.121-154.

DORNELLES, Maurício da Silva. **Tem tomado sério desenvolvimento entre nós o jogo de futebol: As Ligas e Associações negras de futebol em Porto Alegre no pós-abolição (1920-1923)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 2018.

DUBOIS, William Edward Burghardt. Sobre as nossas lutas espirituais. In: DUBOIS, W.e.b. **As almas da gente negra**. Tradução, introdução e notas. Helena Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999, pp. 51-62

ECKERT, José Paulo. **O povo dos herveas - entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850 - 1900)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, 2011.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM. Santa Maria, 2010.

Escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 7-33.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro, 1830-1890**. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2012

FARINATTI, Luis Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15 n. 28, p. 57-72, jul. 2008.

FARINATTI, Luís Augusto. Famílias, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In: **X Encontro Estadual de História. ANPUH-RS**, Santa Maria, 2010. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#L>. Acesso em: 13/01/2020.

FARINATTI, Luís Augusto. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845). **Anais eletrônicos do XXVI Encontro**

Nacional de História, São Paulo, 2012a. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011\(2\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011(2).pdf). Acesso em: 13/01/2020.

FIELDS, Barbara J. Slavery, race and ideology in the United States of America. **New Left Review**, v. 181, 95-118, May- June, 1990.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, set. 2002, p.41-70.

FRANCO, Marille. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, Rosana Pinheiro; SOLANO, Esther (Orgs). **Tem Saída?** Ensaio crítico sobre o Brasil. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

GALEANO, Diego. História da moeda falsa no mundo atlântico: itinerário de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Crime e justiça**: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos, Ed. Unisinos, 2018. p. 67-98.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Diefel, 2004. P. 169-178.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Arilson dos Santos. **A Formação de Oásis: Dos movimentos Frentenegrinos ao primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)**, Dissertação - (História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008. O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974). PUC/RS, 2014.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da Princesa e de São Benedito**: Identidade Étnica, e Projetos num Clube Negro de Caxias do Sul (1934-1988). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

GOMES, Luciano Costa. Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772 – 1800. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis 2013. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/lucianogomes.pdf>. Acesso em: 13/01/2020.

GONÇALVES, Suelen Gonçalves. Estado “democrático e de direito” para quem? Identidades para uma construção de democracia para a população negra no Brasil. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, Rosana Pinheiro; SOLANO, Esther (Orgs). **Tem Saída?** Ensaio crítico sobre o Brasil. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRIGIO, Ênio [et al.]. **Organizações negras de Santa Maria**: primeiras associações dos séculos XIX e XX. [recurso eletrônico] Santa Maria, RS: GEPAUFMSM, 2020.

GRIGIO, Ênio. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Santa Maria: Camara dos Vereadores de Santa Maria, 2018.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: Silva, Gilberto Ferreira da; Santos, José Antônio dos (Orgs). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 246-261.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. **História em Revista**. Pelotas, v. 5, número, p. 7-27, 1999.

LOPES, José Sérgio. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: Batalha, Claudio; Silva Texeira e Fortes, Alexandre (Orgs). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 121-163.

MAGALHÃES, Magna L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

MARIA, Jéssica Nobre. **Comunidade negra de fronteira: o clube Farroupilha de Santana do Livramento, RS**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2014.

MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MONSMA, Karl. Conflitos simbólicos, consequências mortais: as relações entre imigrantes e negros. In: **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos, EDUFSCar, 2016. P. 31-39.

MOREIRA, Paulo. **Os cativos e os homens de bem**. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOURA, Maria Zulmira Portella de. O capitão, dono deste chão In: MOURA, Maria Zulmira Portella de. **Venâncio Aires: buscando suas raízes**. Venâncio Aires: Editora Treze de Maio, 2012.

MÜLLER, Liane Susan. **“As contas do meu rosário são balas de artilharia”**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. Exploração sexual da mulher negra. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. O mito do senhor benevolente. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOMELINI, Paula Cristina Bin. **Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)**. 2007. 230p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279561>. Acessado em: 18/05/2020.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.

NUNES, Juliana dos Santos. **“Somos o Suco do Carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

- OLIVEIRA, Franciele da Rocha. **Dos Laços de José e Innocência:** trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.
- PEREIRA, Amilcar Araujo. A circulação de referências: Brasil, Estados Unidos e África. In: **O mundo negro:** relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, 2013.
- PEREIRA, Jair Luiz. A presença de população afro-descendente em Venâncio Aires. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). **Abrindo o baú de memórias:** o Museu de Venâncio Aires conta história do município. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.
- PEREIRA, Jair Luiz. Afrodescendente: escravidão, trabalho e invisibilidade social. In: MOURA, Maria Zulmira Portella de. **Venâncio Aires:** buscando suas raízes. Venâncio Aires: Editora Treze de Maio, 2012.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse:** experiências do cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS c.1860 - c.1888. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã e Política:** Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Hansel, Brüngen e Bartolomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritores de Liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.
- PIRES, Karen d. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, estrela e santo amaro/rs** - final do século XIX. Dissertação (mestrado em história)- Universidade do Vale do Taquari. Lajeado, 2016.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral: uma relação dialógica. In: **História Oral como a arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p 9-25.
- REGINALDO, Lucilene. IRMANDADES. In: **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos / Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas:** Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-RS, 2005.
- REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da Escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 7-33.
- RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun, 2004.
- RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. In: Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). **Quase- Cidadão:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ROSA, Angelita. Aspectos da Religiosidade. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). **Abrindo o baú de memórias:** o Museu de Venâncio Aires conta história do município. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.
- ROSA, Angelita. Elos documentais: ligações históricas entre a Comunidade Católica e o município de Venâncio Aires. In: ROSA, Angelita (Org). **São Sebastião:** A fé fazendo história em Venâncio Aires. Venâncio Aires: NUCVA, 2013.

ROSA, Angelita. Festa do Bastião: continuidades e transformações sob uma perspectiva histórica. In: ROSA, Angelita (Org). **São Sebastião: A fé fazendo história em Venâncio Aires**. Venâncio Aires: NUCVA, 2013

ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Porto Alegre, RS: EST Editora, 2019.

SANTOS, José Antônio dos. **Liga da Canela Preta**: a história do negro no futebol. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação território e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). **Quase-Cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Amarino da. **Livro de Memórias e Reflexões de Amarino da Silva**. Acervo Pessoal de Elaci Vicente. Venâncio Aires, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SILVA, Tiago Rosa. **Vivência e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil- 1913-1980. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

SILVEIRA, Helen da Silva. **Eu Negro Que Aqui Só Tenha Branco**: Experiências negras no Pós-Abolição na cidade de Venâncio Aires/RS. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

SKOLAUDE, Mateus. **Identidades rasuradas**: O caso da comunidade afro-descendentes de Santa Cruz do Sul (1970-2000). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul- RS, 2008.

SLENES, Robert W. na senzala uma flor- Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SPINDLER, Guilherme Würdig. **Escravos na colônia de Santa Cruz (1849 – 1889)** Lucas, escravo de Adão Schirmer e Maria, escrava de Henrique Jacob Graeff. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, de Porto Alegre, Agosto/2000. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>. Acessado em: 18/06/2018.

VOGT, Olgário Paulo. Do Heimat para o Paraíso Prometido. In:VOGT, Olgário Paulo (Org.). **Abrindo o baú de memórias**: o Museu de Venâncio Aires conta história do município. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-Emancipação Rio-Grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser "moreno", ser "negro": memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. **Estudos Históricos**. (Rio J.) [online]. 2013, vol.26, n.52, pp. 409-428. ISSN 0103-2186. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200008>.

WESCHENFELDER, Viviane Inês. Histórias de (in)visibilidade e devoção: a participação do sujeito negro na religiosidade de Venâncio Aires-RS. XI Encontro Estadual de História. ANPUH-RS, Rio Grande, 2012. Anais Eletrônicos. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346364743_ARQUIVO_ArtigoANPUH2012-VivianeWeschenfelder.pdf. Acesso em: 13/10/2020.

ZUBARAN, Maria Angélica. A Produção da Identidade Afro-Brasileira no Pós-Apolição Imprensa Negra em Porto Alegre (1902-1910). **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007.

FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

Locais de pesquisa

Acervo da Sociedade Négo Foot-Ball Club (cedidas por Isabel Landim), Venâncio Aires, RS
 Acervo Pessoal de André Rodrigues, Venâncio Aires, RS
 Acervo Pessoal de Maria Helena Vicente, Venâncio Aires, RS
 Acervo Pessoal de Guilherme Spindler (arquivo digital)
 Acervo Pessoal de Isabel Landim, Venâncio Aires, RS
 Acervo Pessoal de Malomar Gregório, Santa Cruz do Sul, RS
 Acervo Pessoal de Maria Firma dos Santos Nunes, Santa Cruz do Sul, RS
 Acervo Pessoal de Maria Thereza da Silva, Venâncio Aires, RS
 Acervo Sociedade Cultural e Beneficente União, Santa Cruz do Sul, RS
 Arquivo Paróquia São Sebastião Mártir, Venâncio Aires, RS
 Arquivo Público Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre RS
 Biblioteca Municipal Caá Yari, Venâncio Aires, RS
 Cúria Metropolitana, Porto Alegre, RS
 Family Search.org, <https://www.familysearch.org/pt/>
 Hemeroteca Digital, <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Catálogos do APERS

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul /* Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, vol.2.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão* catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / – Porto Alegre : CORAG, 2006, vol.2.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança/* Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, vol. 4.

Lista de Fontes

A Federação, Porto Alegre, 12 de agosto de 1909. Hemeroteca Digital Brasileira.

Ata da Sociedade Cultural e Beneficente União nº01 (1923). Acervo Sociedade Cultural e Beneficente União.

- Ata da Sociedade Négo Foot-Ball Club (1936-1957). Acervo da Sociedade Négo Foot-Ball Club
- Bloco de convites recebidos e enviados. Acervo Sociedade Cultural e Beneficente União
- Carteirinha de sócia de Maria Firma dos Santos Nunes. Acervo Pessoal de Maria Firma dos Santos Nunes
- Carteirinha de sócio de Supriano Lofredo dos Santos. Acervo Sociedade Cultural e Beneficente União
- Estatuto da Sociedade Négo Foot-Ball Club de 29 de junho de 1936. Acervo da Sociedade Négo Foot-Ball Club
- Folha do Mate*. Biblioteca Municipal Caá Yari.
- Foto do time de futebol da Sociedade Cultural Beneficente União, de 1947. Acervo Pessoal de Malomar Gregório
- Foto dos jogadores da Sociedade Négo Foot Ball Club. Acervo Pessoal de Isabel Landim
- Inventario de Brígida Joaquina do Nascimento (1877). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Inventário de Fausta Felícia (1882). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Inventário de José Joaquim da Cruz (1877). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Livro Ouro (1940-1957). Acervo Sociedade Cultural e Beneficente União
- Livro Tombo nº 1(1914-1918). Paróquia de São Sebastião Mártir
- Recibo de pagamento de mensalidade de Luiz da Silva, de 1986. Acervo Pessoal de Maria Thereza da Silva
- Registro de Compra de Terreno (1987). Acervo Sociedade Cultural e Beneficente União
- Antônio José da Rosa. Cartório de Venâncio Aires. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos nº 06, (1913-1920) p. 28v. Registro de óbito de Francisco, data 03/04/1914. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89LD-SY1Z?i=939&cat=647261>> Acesso em: 01/03/2021

Lista de Cartas de Liberdade

- Ana. APERS. Triunfo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Ordinários. Livro 2, p. 22r. Concessão: 7-02-36; Registro: 13-09-43.
- Angélica. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.
- Antônio. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.
- Bibiana. APERS. Vacaria/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 9, p. 169v. Concessão: 02-11-84; Registro: 01-02-85.
- Crescencio. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 32r. Concessão: 16-10-84; Registro: 14-11-84.
- Delfina. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 6v. Concessão: 03-09; Registro: 20-09-84.

- Deolinda. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 2, p. 902r. Concessão: 09-08-84. Registro: 07-09-84.
- Eufrasia. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 6, p. 71r. Concessão: 24-01-24; Registro: 24-02-24.
- Eva. APERS. Taquari/RS. Subfundo: 1º Tabelionato . Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1, p. 25v. Concessão: 11-09-79; Registro: 09-10-79.
- Izabel. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 7, p. 96v. Concessão: 23-09-23; Registro: 29-12-24.
- Januária. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1, p. 37r. Concessão: 30-12-78; Registro: 04-01-79.
- Jesuina. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo 2º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 18, p. 126r. Concessão: 84 03-01-65; Registro: 30-01-65.
- João, Manoel, Pedro e Paulo. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 37r. Concessão: 20-09-84; Registro: 24-09-84.
- João. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 15, p. 102v. Concessão: 6-03-66; Registro: 27-07-66.
- Joaquina. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 18, p. 237r. Concessão: 08-10-66; Registro: 03-05-67.
- Leonor. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 3º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 5, p. 217r. Concessão: 31-01-71; Registro: 04-02-71.
- Manoel, Gaudência, Diogo, Rufina, Firmiano e Bento. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 40r. Concessão: 22-09-84; Registro: 24-09-84.
- Maria. APERS. Triunfo/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie/tipologia: Livros Notariais de Registros Ordinários. Livro S/N, p. 18v. Concessão: 05-11-52; Registro: 06-03-54.
- Mariana. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 2º Tabelionato Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 20, p. 92r. Concessão: 18-02-73; Registro: 04-04-73.
- Matheus. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 21, p. 40r. Concessão: 16-09-79; Registro: 01-10-79.
- Modesto, Daniel. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 29r. Concessão: 16-09-84; Registro: 17-09-84.
- Patrício, Isidoro, Angélico, Paulino, Julia. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 37v. Concessão: 07-09-84; Registro: 04-12-84.
- Pedro, Felipe, Maria, Balbina, Felisbina, Florência, Domingos e Luzia. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 5r. Concessão: 01-10-84; Registro: 04-12-84.
- Rita. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 2, p. 10v. Concessão: 03-12-84; Registro: 15-12-84.
- Rosa. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 6v. Concessão: 03-09; Registro: 20-09-84.

Rosa. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.

Rufina, Felcia, Felisbina, Apollonia, Carolina. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 11, p. 18r. Concessão: 27-08-84; Registro: 02-10-84.

Sebastião. APERS. Taquari/RS. Subfundo: 1º Tabelionato . Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1, p. 39r. Concessão: 03-12-80; Registro: 03-12-80.

Teresa. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 28, p. 6v. Concessão: 03-09; Registro: 20-09-84.

Zeferino. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 2, p. 10v. Concessão: 13-12-84; Registro: 15-12-84

Lista de Batismos de Escravos e de Filhos de mulheres escravas

Aniceto. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.11v. Registro de batismo de Aniceto, batizado em 11/03/1882. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNR-7?i=14&cc=2177295&cat=415560> Último acesso em 02 de abril de 2021.

Anabela. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1876-1886, p.6. Registro de batismo de Anabela, data 20/01/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNT-N?i=537&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

Angélica. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismo de Escravos nº 4 (1860-1872), p. 13f. Registro de batismo de Angélica, data: 13 de fevereiro de 1863. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-1G?i=15&cc=2177295&cat=400960> >. Último acesso em 1º de março de 2021.

Angelica. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1876-1886, p.7v. Registro de batismo de Angelica, data 19/01/1879. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN5-4?i=539&cc=2177295&cat=415560>>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

Arnaldo. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1876-1886, p.15. Registro de batismo de Arnaldo, data 14/11/1884. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNB-4?i=547&cc=2177295&cat=415560>>.

Último acesso em 02 de abril de 2021.

Bento. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.12. Registro de batismo de Bento, batizado em 11/03/1882. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma

Family Search em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNR-7?i=14&cc=2177295&cat=415560>>.

Último acesso em 02 de abril de 2021.

Bernardo. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1871-1885, p. 02f. Registro de batismo de Bernardo, data: 30 de abril de 1872. Disponível em: <

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-15?i=5&cc=2177295&cat=400960> >.

Último acesso em 1º de março de 2021.

Ernesto. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 9. Registro de batismo de Ernesto, batizado em 07/11/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma

Family Search em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-R?i=11&cc=2177295&cat=415560>>.

Último acesso em 02 de abril de 2021.

Firmino. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 6. Registro de batismo de Firmino, batizado em 20/01/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma

Family Search em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNT-N?i=8&cc=2177295&cat=415560>>.

Último acesso em 02 de abril de 2021.

João. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886. Registro de batismo de João, batizado em 15/11/1879, p.8v. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-R?i=11&cc=2177295&cat=415560>>.

Último acesso em 02 de abril de 2021.

João. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886. Registro de batismo de João, batizado em 23/01/1882, p.12. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNR-7?i=14&cc=2177295&cat=415560>>.

Último acesso em 02 de abril de 2021.

Joaquim. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 2. Registro de batismo de Joaquim, batizado em 30/05/1872. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma

Family Search em: <

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN2-W?i=3&cc=2177295&cat=415560>

>.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Juliana. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.9v. Registro de batismo de Juliana, batizado em 20/11/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNG-X?i=12&cc=2177295&cat=415560>
 >.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Luiz. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886. Registro de batismo de Luiz, batizado em 29/03/1874. p. 3v. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNP-L?i=6&cc=2177295&cat=415560>
 >.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Marianna. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.10. Registro de batismo de Marianna, batizada em 28/06/1880. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNG-Z?i=13&cc=2177295&cat=415560>
 >.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Rosa. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p.6v. Registro de batismo de Rosa, batizado em 23/07/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-T?i=9&cc=2177295&cat=415560>
 >.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Sebastião. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1871-1885, p. 50v. Registro de batismo de Sebastião, data: 12 de setembro de 1881. Disponível em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-6Q?i=55&cc=2177295&cat=400960>
 >.Último acesso em 1º de março de 2021.

Servina. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 6v. Registro de batismo de Servina, batizado em 30/08/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNL-T?i=9&cc=2177295&cat=415560>
 >.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Simão. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 14v. Registro de batismo de Simão, batizado em 20/01/1884. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNB-4?i=18&cc=2177295&cat=415560>
 >.Último acesso em 02 de abril de 2021.

Valêncio. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos Filhos de mulher escrava, 1872-1886, p. 7v. Registro de batismo de Valêncio, batizado em 20/01/1879. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN5-4?i=10&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

Vicente. Paróquia de Santo Amaro. Livro de batismos Filhos de mulher escrava 1871-1885, p. 9v. Registro de batismo de Vicente, data: 21 de novembro de 1873. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29L-LH?i=13&wc=M78F-1ZH%3A371592101%2C371592102%2C371731501&cc=2177295> >. Último acesso em 1º de março de 2021.

Lista de Compra e Venda

Bento, Amaro. APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 12r. Data da Venda: 10/03/1884.

Dominga. APERS. Soledade/RS. Subfundo: 3º Distrito. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 03, p. 49r. Data da Venda: 20/08/1879.

Helena, Felicia e Manoel. APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 24, p. 18r. Data da Venda: 09/11/1874.

Leandro. APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 15, p. 14v. Data da Venda: 26/06/1876.

Manoel. APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 58v. Data da Venda: 31/10/1862.

Maria Luiza. APERS. Rio Pardo/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 13, p. 66r. Data da Venda: 17/03/1847.

Porfíria. APERS. Taquari/RS. Subfundo: Freguesia de Santo Amaro. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 9v. Data da Venda: 31/10/1862. Data da Venda: 16/02/188.

Rosa. APERS. Rio Pardo /RS. Subfundo 2º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 17, p. 23v. Data da Venda: 27/05/1861.

Lista de Óbitos de Escravos e de Filhos de mulher escrava

Francisco. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos de escravos, 1860-1885, p.1v. Registro de óbito de Francisco, data 04/02/1875. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CFT-M?i=169&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

José. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos de escravos, 1860-1885, p.1. Registro de óbito de José, data 13/10/1865. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CFT-9?i=168&cc=2177295&cat=415560> >. Último acesso em 02 de abril de 2021.

José. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos Filhos de mulher escrava, 1873-1882, p.1. Registro de óbito de José, data 08/05/1880. Acessado através do banco de dados do historiador

Guilherme Spindler e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CNP-3?i=175&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

Maria Luiza. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de óbitos de escravos, 1860-1885, p.2. Registro de óbito de Maria Luiza, data 09/12/1878. Acessado através do banco de dados do historiador Guilherme Spindler. e o registro também está disponível através da Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CFT-M?i=169&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 02 de abril de 2021.

Lista de Inventários *post mortem*

Brígida Joaquina do Nascimento. APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 1092. Ano: 1877

Eufrásia Maria da Conceição. APERS. Taquari/RS. Vara Provedoria. Inventários *post mortem*. Processo n°: 04. Ano: 1873

Fausta Felícia da Rosa. APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 139. Ano: 1882.

José Joaquim da Cruz. APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 1144. Ano: 1877.

Fontes orais/ entrevistas

RODRIGUES, André. Depoimento [Jan, 2018]. Entrevistadora: Helen da Silva Silveira. Venâncio Aires: Residência de André Rodrigues, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa.

LOPES, Nelson Luís. Depoimento [Jul, 2018]. Entrevistadora: Helen da Silva Silveira. Venâncio Aires: Residência de Nelson Luís Lopes, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa.

NUNES, Maria Firma dos Santos. Depoimento [Jan, 2020]. Entrevistadora: Helen da Silva Silveira. Santa Cruz do Sul: Residência de Maria Firma dos Santos Nunes, 2020. Entrevista concedida para a pesquisa.

GREGÓRIO, Malomar. Depoimento [Jan, 2020]. Entrevistadora: Helen da Silva Silveira. Santa Cruz do Sul: Residência de Malomar Gregório, 2020. Entrevista concedida para a pesquisa.